UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

“QUEM DEU À LUZ”:

A COMISSÃO PASTORAL DA TERRA – CPT– E AS PRÁTICAS EDUCATIVAS NA FORMAÇÃO DE TRABALHADORES RURAIS EM GOIÁS.

AMONE INACIA ALVES

Goiânia
2010

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS TESES EDISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS (TEDE) NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: **[ ] Dissertação** **[x] Tese**

2. Identificação da Tese ou Dissertação

Autor (a):	Amone Inacia Alves					
E-mail:	amoneinacia@yahoo.com.br					
Seu e-mail pode ser disponibilizado na página? [x]Sim [ ] Não						
Vínculo empregatício do autor	Estudante					
Agência de fomento:				Sigla:		
País:	Brasil	UF:	GO	CNPJ:		
Título:	Quem deu à luz: A Comissão Pastoral da Terra – CPT – E as práticas educativas na formação de trabalhadores rurais em Goiás.					
Palavras-chave:	Prática Educativa – Mediação – Formação					
Título em outra língua:	Who gave to the light: A Comissão Pastoral da Terra - CPT - and practical the educative ones in the formation of agricultural workers in Goiás.					
Palavras-chave em outra língua:	Practical educative, mediation and representation					
Área de concentração:	Movimentos Sociais					
Data defesa: (dd/mm/aaaa)	26/05/2010					
Programa de Pós-Graduação:	Educação					
Orientador (a):	Jadir de Morais Pessoa					
E-mail:	jmpessoa@hotmail.com					
Co-orientador (a):*						
E-mail:						

*Necessita do CPF quando não constar no SisPG

3. Informações de acesso ao documento:beração para disponibilização?[1] [X] total
[ ] parcial
Em caso de disponibilização parcial, assinale as permissões:
[ ] Capítulos. Especifique: _____
[ ] Outras restrições: _____

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF ou DOC da tese ou dissertação.
O Sistema da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações garante aos autores, que os arquivos contendo eletronicamente as teses e ou dissertações, antes de sua disponibilização, receberão procedimentos de segurança, criptografia (para não permitir cópia e extração de conteúdo, permitindo apenas impressão fraca) usando o padrão do Acrobat.

_____ Data: _____ / _____ / _____
Assinatura do (a) autor (a)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

[1] Em caso de restrição, esta poderá ser mantida por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Todo resumo e metadados ficarão sempre disponibilizados.

FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

“QUEM DEU À LUZ”:

A COMISSÃO PASTORAL DA TERRA – CPT– E AS PRÁTICAS EDUCATIVAS NA FORMAÇÃO DE TRABALHADORES RURAIS EM GOIÁS.

AMONE INACIA ALVES

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás, para obtenção do título em doutora em Educação.

Linha de pesquisa: Educação, Trabalho e Movimentos Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Jadir de Morais Pessoa.

Goiânia
2010

Catalogação na Publicação (CIP)
GPT/BC/UFG

Alves, Amone Inacia
A474q Quem deu à luz : a Comissão Pastoral da Terra – CPT – e as práticas educativas na formação de trabalhadores rurais em Goiás / Amone Inacia Alves. – 2010.
222 f. : figs, tabs.

Orientador: Prof. Dr. Jadir de Morais Pessoa.
Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação, 2010.
Bibliografia.

1. Práticas Educativas. 2 Mediação. 3. Representação – formação. I. Título.

CDU: 37.035-057.2

AMONE INACIA ALVES

“QUEM DEU À LUZ”:

A COMISSÃO PASTORAL DA TERRA – CPT– E AS PRÁTICAS EDUCATIVAS NA FORMAÇÃO DE TRABALHADORES RURAIS EM GOIÁS.

Tese defendida no Curso de Doutorado em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, para obtenção do grau de Doutora, aprovada em, pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof. Dr. Jadir de Morais Pessoa – UFG
Presidente da Banca

Profª Dra. Márcia dos Santos Ferreira – UFMT
Membro

Prof. Dr. Sérgio Sauer – UNB
Membro

Prof. Dr. José Adelson Cruz – UFG
Membro

Prof. Dr. João Ferreira de Oliveira – UFG
Membro

“Quem deu à luz”

Frase extraída da fala do entrevistado 12.

Para os meus pais Arlindo e Adeita: que fizeram de mim o que sou;
Para as minhas filhas Ana Júlia e Luisa razão da minha vida.
Para Jailton, companheiro de todas as horas.

Agradecimentos

Parafraseando Elomar, grande cantor conterrâneo, muitos foram os que me ajudaram na *arrumação* que resultou nesta tese. Para início de conversa, agentes e ex-agentes da CPT: Antônio Palestina, Antônio Baiano (de Orizona), Luismar (Fetaeg), Milton Revers (Fetaeg), Suagna, Dione (Ceres), João Batista (São Luís de Montes Belos).

Izolete e Simone foram extremamente solícitas, disponibilizando o seu tempo e acervo da Pastoral com toda a boa vontade do mundo para que eu pesquisasse. Agradeço também a todos os demais amigos da CPT Regional pela atenção recebida, principalmente a Adilson, da Coordenação Colegiada da CPT Regional Goiás pela presteza de informações sobre tudo de que precisava.

Aos agora *amigos* da Fazenda Estiva: Antônio Baiano e Maria, Manoel da Mata, Sebastiana e Jurandir, que abriram as portas das suas casas, conduzindo-me a outros assentados. Sou muito grata pela acolhida.

Joana Poletto, da CPT Nacional, foi extremamente atenciosa, dedicando o seu tempo atribulado para que eu pudesse fazer uma primeira imersão nos documentos da Pastoral.

Vários companheiros de jornada não me deixaram sozinha: Renatinho, Halline Mariana, Jaqueline Veloso, Eliane Garcia, Adelmar, Rosivaldo, e demais colegas da Orientação Coletiva. Vocês, de uma forma ou de outra, me ajudaram muito, agregando categorias de análise e sugestões de leitura.

Eloisa Dantas foi muito importante, ocupando muitos dos meus papéis sociais, dentre eles o de mãe, na minha ausência.

Amigas como Andréia de Oliveira Magalhães, Maria Zilda Gomes e Patrícia Castro Castelo estiveram muito presentes na minha vida. Souberam compartilhar angústias, e torceram sempre para que seguisse firme e em frente.

Destaco a amizade de Aline de Fátima, que além da grande amiga que é, ajudou muito na seleção de agentes da pastoral que foram entrevistados.

Aos colegas que passaram pelo Núcleo de Estudos Rurais. Compartilharam conceitos, leituras e categorias que ora se apresentam nesse trabalho.

Muitas observações pertinentes ouvi na orientação coletiva. Agradeço a todos, sobretudo, aos professores Jadir e José Adelson, que souberam conduzir com maestria a orientação para que pudéssemos aprofundar questões que muito afligiam.

Vários mestres imprimiram em mim a sua marca do saber. Saúdo a todos na pessoa do Professor Dr. Ged Guimarães, que além de ótimo professor, trouxe um novo *olhar* para a pesquisa e a produção intelectual.

O professor Jadir foi um cuidadoso orientador que participou ativamente da construção do objeto. Credito a sua atenção os méritos desse trabalho. Sinto-me orgulhosa de ter sido sua orientanda.

Isabel Aló Nunes teve muita paciência na correção dos erros de português.

Agradeço as contribuições recebidas durante a qualificação, orientadas pelos professores José Adelson e João Ferreira. Ajudaram-me a visualizar melhor o objeto e o problema de pesquisa.

E por fim, ao meu companheiro Jailton, que não mediu esforços para que eu continuasse estudando. Acompanhou-me sempre, sendo ouvinte, interlocutor, companheiro de viagem e leitor de todo o trabalho.

A vocês, muito obrigada.

“paciência já não guento mais a pirsiguição
já sô um caco véi nesse meu sertão
tudo qui juntei foi só prá ladrão.
futuca a tuia, pega o catadô
vamo plntá feijão no pó.”
(Arrumação, Elomar)

ALVES, Amone Inacia. **Quem deu à luz: A Comissão Pastoral da Terra – CPT – e as práticas educativas na formação de trabalhadores rurais em Goiás.** 2010. 222f. Tese (Programa de Pós- Graduação em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

Esse trabalho é fruto de uma pesquisa realizada no Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da UFG, na linha **Trabalho e Movimentos sociais** que tem como objeto de estudo a formação dos Trabalhadores Rurais pela Comissão Pastoral da Terra, CPT. Pretendemos mostrar quais práticas educativas foram mobilizadas para formar esses trabalhadores, tanto pelos seus próprios representantes, como pelos mediadores que vem formando-os no *campo* agrário. O suporte teórico dessa pesquisa foi a Teoria da Prática de Pierre Bourdieu, sobretudo, quanto ao aporte das Teorias de *campo, habitus* e *capital* social e cultural. Além da pesquisa bibliográfica e de documentos, lançamos mão da etnografia, entrevistando agentes pastorais que participaram da CPT e antigos parceleiros que ocuparam a Fazenda São João do Bugre, localizado no Município da Cidade de Goiás (GO), no final dos anos 1980, primeiro núcleo de participação ativa da pastoral. A pesquisa possibilitou constatar que a CPT atuou no sentido de atribuir *capital* cultural e que existe um *habitus* em transição do trabalhador rural, que também é um agente coletivo, posto à prova das diversas vicissitudes do mundo do trabalho, que o empurra para o enfrentamento e para a organização em movimentos sociais.
Palavras-chave: Práticas educativas, mediação e representação.

ALVES, Amone Inacia. **Who gave to the light: The Comissão Pastoral da Terra – CPT – and practical the educative ones in the formation o agricutural workers in Goiás.** 2010. 222f. Thesis (Programa de Pós-Graduação em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

This work is fruit of a research carried through in the Programa de Pós-Graduação em Educação da faculdade de Educação da UFG, in the line social Work and Movements that have as study object the formation of the Agricultural Workers for the Comissão Pastoral da Terra, CPT. We intend to show educative practical which had been mobilized to form these workers, as much for its proper representatives, as for the mediators who come forming them in the agrarian field. The theoretical support of this research was the Theory of the Practical one of Pierre Bourdieu, over all, how much to it arrives in port it of the Theories de *Campo*, *habitus* and *capital* stock and cultural. Beyond the bibliographical research and of documents, we launch hand of the etnografia, interviewing pastorais agents who had participated of the CPT and old parceleiros that had occupied the Farm Are João do Bugre, located in the City of the Cidade de Goiás (GO), in the end of years 1980, first nucleus of active participation of the Pastoral. The research made possible to evidence that the CPT acted in the direction to attribute cultural *capital* and that exists one habitus in transistion of the agricultural worker, who also is a collective agent, rank to the test of the diverse vicissitudes of the world of the work, that pushes it for the confrontation and the organization in social movements.

Key-works: Practical educative, mediation and representation.

Lista de Quadros, Gráficos e tabelas.

QUADROS

1 Períodos e gestão da Faeg.....78

2. Escolas visitadas pelo Projeto Agrinho e previsões para 2010.....80

3.Curso de capacitação de assessores da CPT..... 119

4. Descrição das iniciativas da formação DA CPT..... 124

5. Atividades de formação das regiões da CPT 132

6. Atividades desenvolvidas no biênio 1997/1998 PELA CPT..... 135

7. Estado de Goiás: População segundo a situação de domicílio 1970, 1980, 1991, 2000.....169

8. Taxa média geométrica de crescimento anual Goiás, Centro-Oeste e Brasil.....170

GRÁFICOS

1. A expulsão de trabalhadores da terra e a ocupação no Brasil.....94
2. Violência no campo no Brasil 1996/2006.....97

TABELAS

1. Produção, área colhida e rendimento da cultura de soja no Estado de Goiás 1970/1995-6 100

LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Cang	Colônia Agrícola Nacional de Goiás (1941− hoje Ceres e Nova Glória)
Cebemo	Samen Sterk: Vrouwen in desde Werelt (ONG holandesa)
Cebi	Centro de Estudos Bíblicos
CEBs	Comissões Eclesiais de Base
CELAM	Conferência Episcopal Latino-americana
CGT	Confederação Geral dos Trabalhadores
Cesep	Centro Ecumênico de Serviços de Evangelização e Educação Popular
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
Comitern	Comitê Internacional
Conclat	Congresso das Classes Trabalhadoras
Contag	Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores
Emater	Empresa de Assistência Técnica e Assistência rural
Faeg	Federação da Agricultura do Estado de Goiás
Fago	Frente Agrária Goiana
FAO	Food and Agriculture Organization (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação)
Fetaeg	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás
Fetraf	Federação dos Trabalhadores da Agricultura familiar
Funrural	Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural
Ibrace	Instituto Brasil Central (Goiânia)
Ibrades	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Ibase	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
Idago	Instituto do Desenvolvimento Agrário de Goiás
IFAs	Instituto de Formação e Assessoria Sindical (Goiânia)
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Inda	Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
JAC	Juventude Agrária Católica
JIC	Juventude Independente Católica
JOC	Juventude Operária Católica
JUC	Juventude Universitária Católica
MCP	Movimento Camponês Popular
MEB	Movimento de Educação de Base
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MSTR	Movimento Social dos Trabalhadores
ONGs	Organizações não-governamentais
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PNRA	Programa Nacional da Reforma Agrária
Procera	Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária
Prodecer	Programa de Desenvolvimento do Cerrado

PT	Partido dos Trabalhadores
UCG	Universidade Católica de Goiás
Ultab	União dos Lavadores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 29

CAPÍTULO 1: OS AGENTES FORMATIVOS NO *CAMPO AGRÁRIO*..... 29

1.1 Pensando a formação como área de disputa no *campo a*grário 461

1.2 A ideia de *subcampo* 527

1.3. O *campo religioso*: A ação da CPT 549

1.4 Os agentes partidários: Das origens – O Partido Comunista, PC– e a ação do Partido dos Trabalhadores – PT..... 694

1.4.1 O Partido dos Trabalhadores - PT..... 716

1.5 Agentes sindicais: A Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Goiás, Fetaeg..... 60

1.5.1 A ação da Central Única dos Trabalhadores, CUT. 794

1.6 Agentes intelectuais: As assessorias. 838

1.7. Agentes governamentais..... 883

1.8. Agentes patronais.....77

1. 9 Agentes dos Movimentos Sociais: o MST.....82

1.10 As estratégias dos agentes na área da formação dos trabalhadores rurais. 1027

CAPÍTULO 2: A TRANSMISSÃO DE *CAPITAL CULTURAL* NA FORMAÇÃO DE TRABALHADORES RURAIS PELA CPT..... 93

2.1 O processo de acumulação do *capital econômico*. 94

2.2. O "sentido" da formação para a CPT 103

2.2.2. A formação como transmissão de *capital* simbólico. 12610

2.2.2.1. Primeira fase: a prática informativa..... 13014

2.2.2.2. Segunda fase: O preparo dos agentes pastorais. 1337

2.2.2.3. Terceira fase: a posse do *capital cultural* e a aquisição do *habitus*:..... 13721

2.3. Estratégias de investimento social pela CPT..... 136

2.4 As Romarias da terra. 15842

CAPÍTULO 3: TEORIA DA PRÁTICA NA PRÁTICA: O APRENDIZADO SOCIAL DOS TRABALHADORES RURAIS DA FAZENDA ESTIVA- GO. 1637

3.1 O *habitus* como persistência. 1648

3.2 O trabalho etnográfico e a observação do *habitus*. 1748

3.3 A origem do Assentamento São João do Bugre (GO) e o trabalho de formação da CPT..... 159

3.4 O *habitus* da mundança na concepção camponesa de mundo.....166

3.5 As mudanças vividas pelos assentados de João do Bugre. 18771
3.6 O aprendizado: os efeitos do *campo* 19983
3.7 Os efeitos do *campo*: a solidariedade feminina..... 2048
3.8. Agentes coletivos: CPT, Fetaeg e MST na formação de trabalhadores rurais. 20993
Considerações finais..... 200
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS: 2259

INTRODUÇÃO

> Viver é muito perigoso... Querer o bem com demais força, de incerto jeito, pode já estar sendo se querendo o mal, por principiar. Esses homens! Todos puxavam o mundo para si, para consertar o consertado. Mas cada um só vê e entende as coisas dum seu modo.
>
> Guimarães ROSA, *Viver é muito perigoso.*

O presente estudo parte de uma inquietação pessoal e acadêmica de compreender como têm sido formados os trabalhadores rurais em Goiás, principalmente por intermédio de agentes coletivos organizados, que passaram a pensar em diferentes estratégias, de modo a gerar práticas formativas para este fim. Para tanto, escolhemos um desses agentes específicos – A Comissão Pastoral da Terra– e mostramos, através de observação direta de um assentamento rural, como se desenvolveu o trabalho de formação direcionada pela pastoral para aqueles trabalhadores rurais.

Entretanto, de início, não era a nossa intenção entender a relação mediador-trabalhadores rurais, mas compreender como se dava essa formação no interior de um desses movimentos – o Movimento Social dos Sem Terra – MST. Isso porque, apesar das leituras feitas, não conseguíamos enxergar outros agentes coletivos. O aprofundamento teórico durante o curso de Doutorado nos fez visualizar outras mediações e representações que também se fizeram presentes e que influenciaram sobremaneira o *campo agrário*, forçando-o a outras ações, seja de confronto por parte dos trabalhadores ou de uso da força dos agentes governamentais.

Por mediadores entendemos o papel exercido por diferentes agentes na interlocução com os trabalhadores rurais, a qual a CPT faz parte. Nem todos os agentes coletivos que trabalharam com a formação exerceram a mediação. Isso porque muitos deles, como os Sindicatos de Trabalhadores rurais, a Fetaeg e o MST são representativos legítimos dos próprios trabalhadores.

De fato, o trabalho dos mediadores, que é o recorte deste trabalho, impulsionou movimentos de contestação da década de 1970, criando ações que de uma maneira ou outra, mudaram o cenário agrário em Goiás. A partir de sua inserção e trabalho conjunto desenvolvido no campo, desdobraram ações com os trabalhadores rurais, fazendo com que surgissem ocupações e assentamentos rurais que desafiaram o poder constituído e as situações de mando que aconteciam arbitrariamente. Essas ações coletivas conjuntas alteraram o mapa rural no Estado, com o êxodo de pessoas.

A observação em assentamentos rurais com base na religiosidade popular nos despertou o olhar. Vale assinalar que sempre tivemos interesse em compreender os processos formativos, principalmente voltados aos trabalhadores rurais.

Percebemos que, mesmo exercendo a militância e adotando um discurso reivindicativo, o trabalhador rural não perdia as suas expectativas em relação ao que considerava sagrado. Segurava com uma mão uma foice e com a outra, a Bíblia que, segundo o seu relato, o orientava no tipo de ação a ser praticada. Relatava que, mesmo em um dia de enfrentamentos, ao final da lida, ao fazer a leitura bíblica, encontrava ali as respostas necessárias para a condução do dia seguinte.

O fato que nos chamava a atenção ao iniciar esse trabalho era a fé religiosa que alimentava os discursos, as práticas e os entendimentos de conceitos chave para os enfrentamentos. Observamos que o trabalhador rural a vivencia intimamente nos atos cotidianos e por meio dela, constrói novos significados para a sua vida.

Passou a nos interessar compreender como os atores, ao reivindicarem demandas consideradas significativas para a sua mudança de vida, se organizavam em diferentes movimentos sociais e como, mesmo empenhados em alterar a sua situação social, não abandonavam a fé e a crença religiosa, atribuindo um novo significado àquela ação.

Daí o interesse em estudar a ação da Igreja Católica no campo, por meio do seu trabalho pastoral. Percebemos que esse agente coletivo constituía um elo entre esses saberes religiosos e os de militante. Foi por intermédio de suas ações que outros agentes entraram em cena, como por exemplo, o Movimento dos Sem Terra, MST.

Através de uma liturgia mais combativa, voltada aos problemas sociais, a Igreja, ou uma ala específica, pois sabe-se que não havia consenso em relação às suas ações, passou a interagir voltada a uma opção pelos pobres.

Alguns aspectos, a nosso ver, fizeram com que a CPT se destacasse diante de outros agentes que estão interessados na formação. Por exemplo, o MST investe em formação política, seja na capacitação, ou no estímulo às lideranças que emergem do movimento. A CPT também tem investimentos nesse tipo de formação, formando líderes em diversos movimentos em que atua. A Fetaeg disponibiliza *capital* simbólico na perspectiva produtiva, criando quadros de assessorias para o fomento da agricultura familiar, criando espaços de debates e fóruns com essa finalidade. O trabalho da Pastoral vai nesse sentido, quando põe à disposição dos agricultores, agrônomos liberados como agentes. Em suma, a CPT exercita o que o MST e a Fetaeg fazem, no entanto, agregando outro valor, que para o trabalhador rural tem um grande sentido, que é a fé religiosa. Nenhum dos outros agentes coletivos organizados insere a questão da religiosidade nas suas práticas, que é um elemento a mais. A CPT propõe um quadro de referenciais formativos mais abrangente.

Percebemos, no entanto, que não houve linearidade no desenrolar de suas práticas no que diz respeito à área rural. Em alguns momentos, agiu intimamente com os trabalhadores. Em outros, enfrentou resistências na própria ala hierárquica e buscou redefinir conceitos e ações, como por exemplo, no que dizia respeito ao que chamavam de *protagonismo* dos trabalhadores. A partir dos anos 1990 tem-se vivenciado uma crise, tanto de quadros, pois há falta de renovação de agentes pastorais, como de perspectivas, tornando incertos os rumos quanto ao trabalho pastoral.

É importante lembrar que, no momento histórico que marca o início do embate na Fazenda São João do Bugre, localizada no município de Goiás, meados dos anos 1980, eram depositados todos os anseios sociais em prol da cidadania nos movimentos sociais, questionando não apenas melhorias na qualidade de vida, mas também a mudança da ordem fundiária até então vigente, o que significaria, em longo

prazo, na mudança estrutural na sociedade. Daí as esperanças creditadas nos movimentos sociais[2] pelos mediadores.

É importante lembrar que não apenas a CPT atuou com o propósito de formar trabalhadores. Houve por parte dos diferentes mediadores, que tornaram-se sujeitos coletivos no uso teórico do conceito de *campo agrário* , uma construção teórico-empírica sobre o conceito de formação, ocorrendo disputas pela sua autoridade discursiva, ainda que com "pesos" variados no que tange à política. Tanto agentes partidários, representados pelos partidos políticos, Partido Comunista, PC, posteriormente, Partido dos Trabalhadores, PT, Central Única dos Trabalhadores, CUT, agentes sindicais, compostos pela Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Goiás, Fetaeg, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, STRs, agentes da sociedade civil, Movimento dos Sem Terra, MST, agentes de Assessoria, como o Instituto Brasil Central, Ibrace, e Instituto de Formação e Assessoria, Ifas, tiveram, ao longo dos anos, vários interesses nessa formação.

Mesmo que tenhamos conhecimento que o "motor" do *campo* agrário é a disputa pela posse da terra, elegemos como objeto de análise a formação, que é o pano de fundo que movimenta as ações dos agentes no *campo*, já que entendemos que sem propostas educativas elaboradas torna-se inviável a possibilidade de alcance desse objetivo.

A formação empreendida e o apoio dispensado por esses diferentes agentes foram extremamente significativos, pois conseguiram influenciar diversas manifestações de trabalhadores rurais em defesa da ampliação de seus direitos. Ademais, foram além de uma instrumentalização apenas política, tornando-se responsáveis pela alteração do modo de vida desses trabalhadores, mudando-lhes o *habitus*. Daí a necessidade de dedicação a esse estudo.

Cabia identificar o agente que investiu *capital social* [3] significativo nesse intento. Após a descrição das regras imanentes, da participação dos agentes e formas de

[2] Esse momento coincide também com o início das atividades desenvolvidas pela Comissão Pastoral da Terra. Lembrando que a Fazenda São João do Bugre configura o primeiro movimento que teve apoio ostensivo da Igreja.

funcionamento, percebemos que o *campo* religioso muito tem feito para atingir esse objetivo. Como esse *campo* possui diversos agentes, como a própria estrutura eclesiástica, alas conservadoras, dentre outros, buscamos destacar a ação da Comissão Pastoral da Terra, CPT, por acreditarmos que a instituição está empenhada para trabalhar essa formação.

A CPT surgiu em Goiás em 1975 com a clara finalidade de "estimular maior participação popular dentro da igreja, conquistando o direito de decidir democraticamente os conteúdos e métodos da ação pastoral". Apesar de possuir na sua estrutura elementos que conduzem a certa secularização das práticas religiosas, advém do *campo* religioso a base metodológica de transmissão de *capital social*, que envolve uma mística em torno de sua missão em acompanhar os trabalhadores rumo à Terra Prometida.

Esse discurso metafórico faz com que ela atraia novos membros, sobretudo trabalhadores rurais que, alijados do processo histórico, veem nessa busca uma saída, uma proposta concreta e principalmente, a conquista da terra almejada.

Ainda que a CPT não tenha um projeto estruturado de formação, ela busca participar no *campo agrário*. Então nos cabe inquirir: O que se espera que seja esse trabalhador rural? Esse projeto formativo confronta-se com o que entendemos que ele seja? Qual o resultado dessas práticas de formação? Que conflitos os mediadores enfrentam diante de outros agentes que também desenvolvem ações formativas?

O uso dos conceitos

Sob o impulso de entender o que é a formação, constatamos a discrepância entre trabalhadores e mediadores, recorrendo à categoria de *espaço social*, entendido como um campo de forças, como um "conjunto de relações de força objetivas

[3] O capital social é, para Bourdieu, "o conjunto de recursos (atuais ou potenciais) que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas, em que os agentes se reconhecem como pares ou vinculados a determinados grupos". (CATANI, 2004, p. 9)

impostas a todos os que entrem nesse campo e irredutíveis às intenções dos agentes individuais ou mesmo às interações diretas entre os agentes". (BOURDIEU, 2007, p. 134)

Isso significa dizer que tanto agentes como grupos de agentes encontram-se definidos nos *espaços sociais* de acordo com as posições relativas nesses *espaços*, e ficam agrupados de acordo com sua posição ou classe, precisando de posições vizinhas:

> A posição de um determinado agente no espaço social pode assim ser definida pela posição que ele ocupa nos diferentes campos, quer dizer, na distribuição dos poderes que atuam em cada um deles, seja, sobretudo, o capital econômico – e nas suas diferentes espécies –, o capital cultural e o capital social e também o capital simbólico, geralmente chamado prestígio, reputação, fama, etc, que é a forma percebida e reconhecida como legítima das diferentes espécies de capital. (BOURDIEU, 2007, p. 134)

Entender o *espaço social* permite compreender a localização dos agentes nos diferentes *campos sociais*, de acordo com a quantidade de *capital*, social e cultural, disponibilizada para esse fim. Cabe ressaltar que as mudanças de posição nesse *espaço*, só serão possíveis graças à mobilização de diferentes formas de *capital*.[4] Então, a compreensão do *espaço*, permite entender a própria história do *campo*, principalmente no que diz respeito ao tempo e lugar[5].

De posse desse conceito, poderemos desenvolver melhor a ideia de *campo,* definindo-o como o local onde os mediadores buscam disputas[6], no qual os agentes se movimentam de acordo com as posições previamente estabelecidas. A partir desta compreensão, pode-se pensar que esses agentes em questão passam a possuir interesses específicos no espaço social, que em determinado momento, passam a ser objeto de luta concorrencial em torno de um propósito comum. Esse "local" ou "situação" possui uma estrutura própria, relativamente autônoma em relação a outros *campos* sociais. Contudo, no seu interior encontraremos conflitos, objetivos específicos e

[4] Assim como a probabilidade de reunir um conjunto de agentes é proporcional à proximidade do espaço social. Bourdieu exemplifica: "se há mais probabilidade de mobilizar no mesmo grupo real o conjunto dos operários do que o conjunto dos patrões e operários, pode-se, graças a uma crise internacional [...] conseguir um agrupamento baseado em liames de identidade nacional, isto em parte porque, pela história que lhe é própria – por exemplo em matéria de desvios hierárquicos no campo econômico."

[5] A exemplo do *campo econômico*, que na sua constituição histórica teve diferentes *espaços sociais*, do processo de acumulação primitiva até a acumulação flexível, que define bem a sua história atual.

[6] Pinto (2000) diz que a estrutura do *campo* permite explicar, ao mesmo tempo, os princípios de divisão internos em função dos quais se organizam os conflitos, as controvérsias, as competições e os limites historicamente determinados, inclusive daqueles que já não se encontram aptos a participarem dele.

objetos de disputa peculiares que serão responsáveis por sua estruturação e funcionamento. O *campo* agrário é disputado por diferentes agentes e movido pela necessidade de aquisição da terra. Em um primeiro momento as ações serão desenvolvidas no sentido de consegui-la, e em um segundo, essas ações serão encaminhadas pela legitimidade de representação.

Em um processo de interiorização e apossamento, encontraremos indivíduos ajustados que chegam a se apropriar da noção de inconsciente cultural (PINTO, 2000, p. 69-70). No que se refere à estrutura e funcionamento, cabe a esses agentes a conquista da legitimidade, que lhes permita situá-los de acordo com o grau de reconhecimento obtido, segundo os princípios de classificação próprios do *campo*[7].

E nem sempre as relações entre os agentes vão se estabelecer no nível do conflito. Em alguns momentos, os agentes se unem e formam alianças, para em outros, distenderem a ponto de se revelarem antagônicos.

A compreensão da lógica de cada *campo* só é inerente àqueles que participam do jogo. Bourdieu afirma que:

> Um *campo* se define, entre outras coisas, estabelecendo disputas e os interesses específicos que estão em jogo, que são irredutíveis às disputas e aos interesses dos outros *campo*s. Estas disputas não são percebidas a não ser por aqueles que foram produzidos para participar de um *campo* onde se realizavam essas disputas. Cada categoria de investimentos implica numa certa indiferença em relação a outros interesses, a outros investimentos específicos de um outro *campo*. Para que um *campo* funcione é preciso que haja lutas, ou seja, indivíduos que estejam motivados a jogar o jogo, dotados de *habitus* implicando o conhecimento e o reconhecimento das leis imanentes do jogo (BOURDIEU, 1988).

É importante dizer que no interior do *campo* existe uma forma específica de interesse, objeto de disputa entre os agentes do jogo. Os julgamentos sobre a capacidade de mobilizar recursos por aquele que se julga no direito de reivindicar o domínio no *campo*, estão sempre contaminados pelo conhecimento da posição que ele

[7] Isso permite distinguir os dominantes dotados de excelência e os dominados relegados a condições inferiores dentro da lógica de análise dos *campo*s. Vale ressaltar que o *campo* não é o resultado de ações individuais, mas de ações coletivas desses agentes.

ocupa nas hierarquias instituídas. O que passa a particularizá-lo é a manifestação de relações de poder, o que Bourdieu designa de *capital* social.

Bourdieu (2002, p.69) relata que a teoria geral sobre os *campo*s permite descrever e definir a forma específica constituinte destes, bem como os mecanismos e os conceitos pertinentes. Em cada *campo* apresentam-se conceitos gerais como: *capital*, investimento dos participantes e ganho, bem como a ação dos sujeitos coletivos – os agentes, no alcance de seus objetivos. Para ele, compreender a gênese social de um *campo* significa:

> Apreender aquilo que faz a necessidade específica da crença que o sustenta, do jogo de linguagem que nele se joga, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se geram; É explicar, tornar necessário, subtrair ao absurdo do arbitrário e do não motivado os actos dos produtores e as obras por ele produzidas e não, como geralmente se julga, reduzir ou destruir. (p. 70)

O que interessa, então, na descrição do *campo* é a capacidade dos agentes em se assumirem no jogo, identificando de antemão a moeda em disputa e os interesses gerais que os motivam a atuarem no seu interior.

Outro aspecto inerente ao *campo* diz respeito à autonomia. Por esse conceito Bourdieu designa um processo de depuração em que cada gênero se orienta para aquilo que o distingue e o define de modo exclusivo para além mesmo dos sinais exteriores, socialmente conhecidos e reconhecidos por sua identidade. Seguindo essa linha de raciocínio, para que exista um *campo* é necessário que um determinado espaço social possua características que lhe são próprias, e que ele exista e se movimente independente de outros fatores, fora dele.

Essa autonomia relativa permite ao *campo* a construção da sua própria história. Referindo-se ao *campo* artístico, Bourdieu afirma que se existe uma história propriamente artística é porque:

> Os artistas e seus produtos se acham objetivamente situados, pela sua pertença ao *campo* artístico, em relação aos outros artistas e aos seus produtos e porque as rupturas mais propriamente estéticas com a tradição artística têm sempre algo que ver com a posição relativa, naquele *campo*, dos que defendem esta tradição e dos que se esforçam por quebrá-la. (BOURDIEU, 2002,p. 71)

Essa autonomia se dá mediante a ação dos agentes no interior *do campo* de modo declarado ou não. Isso significa que não há neutralidade dos agentes. O *campo* é por sua natureza constitutiva produtor e produto dessas ações. Ao optarmos por descobrir o porquê de uma determinada ação, convém compreender a sua estrutura e seu funcionamento. À título de exemplo, o *campo* agrário produz ações próprias da constituição do campo, por exemplo, o uso de ações formativas para os *chegantes*, expondo-lhes as regras, as moedas e o jogo em si.

Pelo fato de haver formas distintas de interesses, os *campo*s encontram-se múltiplos, e o que lhes confere o status de *campo* é a relativa autonomia que possam apresentar. Dessa forma, é oportuno localizar diferentes *campo*s como: econômico, político, universitário, dentre outros[8].

Outro conceito importante no entendimento do *campo* refere-se ao *capital*[9]. Por esse conceito, compreende-se o conjunto de recursos (atuais ou potenciais) que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas, em que os agentes se reconhecem como pares ou vinculados a determinados grupos. Esses agentes, uma vez dotados de características comuns, formarão redes de ligações duradouras. Assim, a quantidade de *capital* social que um agente individual possui é determinada pela quantidade de rede de relações que há, ou que consegue mobilizar. Um exemplo de *capital simbólico* importante, o movimento social conquistou a noção de ocupação, como uma ação legítima, ao invés de invasão, como eram chamadas as ações, vistas como um ato criminoso descrito no Código Penal.

Assim, é na mediação entre o *capital* e as estratégias de reprodução que determinados grupos serão responsáveis pela reprodução dos sistemas dominantes na estrutura social. Os detentores de *capital* não podem manter sua posição na estrutura social "[...] senão ao preço das reconversões das espécies de *capital* que detêm, em

[8] Não é interesse de esse estudo debruçar sobre esses *campos*, mas mostrar que em diferentes momentos, suas ações interferem no *campo* agrário.

[9] É importante frisar que a ideia de *capital* exclui a teoria dos dons, amplamente criticada na teoria bourdieniana. A quantidade de *capital* que um indivíduo possui, não advém de uma natureza ou herança cultural, mas da própria constituição social de variadas formas de desigualdade.

outras espécies mais rentáveis e/ ou mais legítimas no estado considerado dos instrumentos de reprodução" (Bourdieu, 1979).

Ortiz (1983, p. 21-22) afirma que a disputa por diferentes formas de *capital* refere-se à aquisição de legitimidade, no caso da ciência, significa autoridade científica. Utilizando esse exemplo, os pesquisadores que desfrutam de posições hierarquicamente reconhecidas como dominantes dispõem de maior *capital* científico, e figuram como celebridades detentoras de prestígio. Em outros *campo*s visualizaremos formas distintas dessa disputa.

Os agentes, em detrimento da posição que ocupam no interior do *campo*, passam a agir sempre no sentido da acumulação de *capital*, de forma a alcançá-lo cada vez em maior quantidade. Esse investimento depende de sua posição atual, pois quanto maior ela for maior será o seu lucro.

Bourdieu alerta para o fato de que não há neutralidade de ações. Cada agente atua de acordo com os interesses que tem em acumular *capital*, e, portanto, de se posicionar no interior do *campo*. Essa capacidade de acumulação de *capital* permite filtrar aqueles que devem ou não ascender na hierarquia cultural.

A ação das estruturas sociais sobre o comportamento individual se dá de dentro para fora e não o inverso. Desde o momento em que possuímos uma formação inicial em um determinado ambiente, acabamos incorporando um conjunto de disposições duráveis ou não que passam a nos conduzir em variados momentos de ação. Deste modo, a ação não é mais considerada como simples execução, mas sim, como significação do mundo. A sociedade não existe como algo globalizante, mas como intersubjetividade que tem origem na ação primeira do sujeito (Ortiz, 1983).

Outro conceito que facilita essa compreensão é o *habitus*. Com essa categoria Bourdieu descreve a problemática da mediação entre o agente social e a sociedade. Faz isso descrevendo a noção de *habitus* como:

> Sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como estruturas estruturantes, isto é, como princípio que gera e estrutura as práticas e as representações que podem ser objetivamente regulamentadas e reguladas sem que por isso sejam o produto de obediência de regras, objetivamente adaptadas a um fim,

> sem que se tenha a necessidade da projeção consciente deste fim ou do domínio das operações para atingi-lo, mas sendo, ao mesmo tempo, coletivamente orquestradas sem serem o produto da ação organizadora de um maestro. (BOURDIEU, 2004)

A partir da observação acima podemos perceber que o ator (agente) não é um indivíduo neutro, mas o produto de condições socialmente estabelecidas, ou herdadas. No bojo da sua formação encontra-se inserida a bagagem que carrega, que constitui o *capital* social, ao mesmo tempo em que se torna produtor das condições sociais (estruturas estruturantes).

O *habitus*, entendido como produto de esquemas gerativos que determinam as escolhas e como tributário de determinadas classes, torna-se o principal responsável pela geração de capitais sociais, que por sua vez, serão determinantes no que, nas palavras de Bourdieu, podem ser chamadas de "futuro de classe e causalidade do provável". (CATANI, 2002)

Esses três conceitos – *campo*, *habitus* e *capital* – são base explicativa para entender o alcance da obra de Bourdieu ao expor a relação entre agente e sociedade. Martins (1987) observa que "[...] se o *habitus* orienta a prática dos agentes, esta somente se realiza mediante as disposições duráveis dos atores ao entrarem em uma situação e um *habitus*". Isso quer dizer que na teoria da prática faz-se necessário, além de identificar os três conceitos, destacar o objeto de disputa que os agentes buscam, a forma de *capital* que acumulam para consegui-lo, bem como identificar maneiras que utilizarão para isto.

Partimos então do princípio de que os diferentes agentes coletivos engendraram ações e investiram capitais simbólicos a fim de participarem do *campo agrário* e para isso, resolvemos destacar a ação de um desses agentes em particular, a Comissão Pastoral da Terra– CPT– conforme citado anteriormente, com a finalidade de reconhecer a sua atuação. O *capital* é um investimento e uma forma de dizer que se acredita no jogo.

Os procedimentos metodológicos adotados

Os procedimentos metodológicos que adotamos neste trabalho referem-se aos pressupostos da chamada pesquisa qualitativa, que segundo Minayo (1996, p. 105-106) requerem "interação entre o pesquisador e os sujeitos pesquisados". Acreditamos que essa postura metodológica é a mais adequada aos propósitos dessa pesquisa, vez que nos permite adentrar nos "mundos" da CPT e dos trabalhadores rurais.

Para tanto, usamos dois tipos de trabalhos empíricos de investigação: entrevistas semi-estruturadas e etnografia[10], sendo que em diversos momentos fizemos as duas coisas. Partimos do princípio de que os entrevistados não são sujeitos passivos, determinados por questões sociais e políticas agindo sobre eles, mas portadores de historicidade e de experiência. Por isso, buscamos dar-lhes voz a fim de elaborarem o seu conhecimento.

Foram entrevistadas 20 pessoas, somando um total de 30 horas de gravações. A escolha dessas pessoas para entrevista não foi aleatória. Buscamos entrevistar agentes e ex-agentes pastorais, que tiveram contato com o trabalho pastoral há mais de dez anos e que de alguma maneira, participaram dos cursos de formação, seja como formadores ou mesmo como partícipes. Com esse público, tentamos entender como se forjaram as concepções de formação, quais foram os modelos propostos e como se estruturaram as práticas formativas.

Objetivamos com esse trabalho captar as visões de mundo desses agentes a respeito dos aspectos das questões de estudo. Na primeira fase, que ocorreu em meados de 2009, as entrevistas foram informais, visando uma busca de caráter exploratório, a fim de colher informações sobre militantes e participações na Comissão Pastoral. Já na segunda fase, que ocorreu no final do mesmo ano, as entrevistas foram realizadas com temas, de caráter semi-estruturado, possibilitando aos entrevistados discorrerem sobre as suas trajetórias de vida e de participação nos movimentos.

O fio condutor dessa proposta era fazer uma clivagem entre os diversos momentos da formação, mostrando como os agentes conceberam os cursos e

[10] A pesquisa contou com aprovação do Comitê de Ética da UFG, que autorizou a coleta e uso de dados e de entrevistas.

vislumbraram a possibilidade de uso de metodologias para o trabalho formativo com os trabalhadores rurais. Por isso, quando perguntamos: "O que você entende por formação", deixávamos que os entrevistados falassem livremente sobre isso. Alguns dados eram omitidos, ou mesmo esquecidos. No entanto, as informações dadas por um entrevistado compunham o repertório de perguntas para o início de conversa de uma outra entrevista.

Outra ajuda significativa foi a análise documental[11] a que tivemos acesso, com diversos materiais fornecidos pela própria CPT, como propostas de cursos, atas, relatórios, folders e outros documentos. Esse suporte também foi de grande valia para o confronto com as falas dos entrevistados.

Procuramos entender como se deu a efetividade do trabalho de formação com os trabalhadores e para isso, queríamos encontrar um assentamento rural que fosse fruto desse trabalho. A posse dos documentos e das leituras nos levou a um assentamento rural que foi alvo desse investimento formativo da CPT, que foi o pioneiro nesse tipo de ação: a Fazenda São João do Bugre, a 20 quilômetros da Cidade de Goiás (GO).

Então realizamos o trabalho etnográfico em São João do Bugre, antiga Fazenda Estiva. Estivemos lá em dois momentos. No primeiro, em meados de 2009, fizemos uma observação sobre o lugar, conversamos com o mais antigo morador, Antônio Baiano e seus familiares. No segundo momento, no final de 2009 e começo de 2010, procuramos os assentados que permaneceram nos lotes, inquirindo sobre a sua participação no movimento de conquista da terra e de sua atuação no presente em outros movimentos e organizações sociais.

Perguntamos-lhes como se dava o contato com a CPT na atualidade e com que tipo de apoio contavam no processo formativo. Essa questão apresentou novos delineamentos da pesquisa e redirecionou o foco para entender a própria crise que a Pastoral atravessa.

[11] Usamos tanto de fontes primárias, ou seja, documentos propriamente ditos, como regulamentos, relatórios de planejamento e de término de atividades, cartas, pareceres, ofícios, atas, boletins e materiais didáticos, como de fontes secundárias, que são dados ou informações que são repassadas por outros interlocutores, como revistas acadêmicas, jornais e outros.

Sobre o ato investigativo do pesquisador, assim diz Bourdieu: (2007, p. 64-65)

> [...] para saber construir o objeto e conhecer o objeto construído, é necessário ter consciência de que todo objeto propriamente construído é consciente e metodicamente construído, e é necessário conhecer tudo isso para nos interrogarmos sobre as técnicas de construção das perguntas formuladas ao objeto.

Essa fala de Bourdieu é reveladora à medida que nos ensina que é a partir do apossamento do objeto que a metodologia é construída. Observamos isso no decorrer do trabalho, quando avançávamos em direção às entrevistas, novas questões se revelavam, sugerindo novos posicionamentos metodológicos. Então, após o trabalho etnográfico, tivemos que voltar aos documentos e aos agentes coletivos, com o objetivo de desvelamento desse real.

O conjunto das entrevistas, o registro etnográfico, os diversos documentos, periódicos e textos serviram como fonte inspiradora para a análise sobre o objeto de estudo em questão, a formação da CPT: concepções, métodos e práticas.

Para um melhor entendimento dessas questões, dividimos esse texto em três partes. No primeiro capítulo, mostraremos o cenário das expropriações de terras dos trabalhadores, como foi se constituindo a formação e quais agentes mobilizaram esforços para isto, a fim de se manterem no *campo agrário*. Destacaremos um agente específico– a Comissão Pastoral da Terra – mostrando como se deu a sua inserção nesse *campo*.

No segundo capítulo, destacaremos o conceito de formação para a CPT, abordando sobre a realização dos cursos com essa finalidade, bem como outras práticas formativas, a exemplo das romarias da terra. Mostraremos que existe um projeto político de formação que é objeto de conflitos no interior do próprio trabalho pastoral.

Conforme foi dito, há um interesse de diferentes agentes em emancipar o trabalhador da relação de excluído dos direitos. Neste sentido é que opera a formação, funcionando como transmissão de capitais necessários para que ele altere o estado de coisas, organizando-se em movimentos populares com esta finalidade. O trabalho formativo funciona também como uma *estratégia* de investimento social, com a

finalidade de delimitar as ações no *campo.* O capítulo dois abordará, ainda, o sentido dessa transmissão simbólica de *capital* envidado pela CPT.

E por fim, no último capítulo, trabalharemos a questão do aprendizado social dos trabalhadores rurais, a partir da mediação exercida pela CPT. Esse capítulo é fruto do trabalho de *campo* – com o uso da etnografia - realizado na Fazenda Estiva/São João do Bugre, apurado nas entrevistas com *parceleiros* que experienciaram a luta pela terra e participaram da formação empreendida pela Comissão Pastoral. Optamos por não nominar os entrevistados, apenas expor suas falas, abordando o sentido que teve para eles a formação.

Com o trabalho etnográfico no Assentamento Rural Estiva[12] ou São João do Bugre foi de grande valia para esse entendimento, mostraremos como se deu o suporte da CPT para a organização do futuro assentamento. As entrevistas selecionadas com agentes e ex-agentes pastorais apontaram para o fato de que inexistiam movimentos sociais anteriores a esse movimento no campo, em Goiás[13].

Destacaremos como o *capital* adquirido tem possibilitado outras mediações e o que pode ser observado como *habitus* de mudança na vida desses trabalhadores.

[12] Segundo Pessoa (1999a, p. 91), a Fazenda Estiva é citada como a primeira 'Posse' do Estado de Goiás.

[13] Percebemos que existe sempre um embate entre os parceleiros da Estiva/São João do Bugre e do Mosquito, pois ambos reivindicam a condição de ser o primeiro movimento rural da região, caracterizado por sua resistência e seu enfrentamento. Vez ou outra essa questão vem à tona, os dois lados pretendendo assumir a autoria, como se isso fosse de suma importância para o *reavivamento* da memória do grupo.

CAPÍTULO 1: OS AGENTES FORMATIVOS NO *CAMPO AGRÁRIO*

> Todos os dias têm a sua história, um só minuto levaria
> anos a contar, o mínimo gesto, o descasque miudinho
> duma palavra, duma sílaba, dum som, para já não falar
> dos pensamentos, que é coisa de muito estofo, pensar
> no que se pensa, ou pensou, ou está pensando,
> e que pensamento é esse que pensa o outro pensamento,
> não acabaríamos nunca mais.
>
> José SARAMAGO, *Levantado do Chão*

Em sua grande parte, as análises que têm tomado como ponto de partida os movimentos rurais discutem algumas categorias que visam reconstituir a história dos enfrentamentos, o conjunto das ações, as articulações de ocupações e a posse. No que tange à educação de trabalhadores que têm participado ativamente desses processos de luta, os estudos centram seus esforços principalmente no âmbito do espaço escolar.

Quando nos propusemos a repensar a educação além da escola, consideramos que as identificações de outras experiências – para além desse espaço – podem ser riquíssimas quanto à apreensão da memória e consequente registro histórico.

Ao tratar dessas práticas educativas de trabalhadores rurais, sugerimos recuperar essas memórias subterrâneas pretendendo fazer coro àqueles que querem reconstruir as lutas com outro enfoque, dando voz e vez aos excluídos da história.

O presente capítulo visa caracterizar a constituição do *campo* agrário em Goiás quanto à área da formação, identificando-as como um espaço de disputas, contradições, significados e representações que dirigiram os seus principais agentes para a formação do *habitus*.

O objeto em questão diz respeito à identificação das principais práticas formativas que visaram orientar os trabalhadores rurais, feitas por diferentes agentes coletivos, a partir de uma perspectiva histórico-crítica, não pretendendo com isso

apontar marcos de ruptura, mas perceber como essas práticas no presente contêm e reproduzem novas práticas.

Por práticas educativas designamos o conjunto de experiências que são compartilhadas pelos grupos, de modo a apreender os significados da prática social. O objetivo dessas práticas é a transmissão de saberes sociais. Possuem um caráter educativo, pois os próprios participantes assumem a tarefa de orientar, dirigir as lutas no cotidiano, assumindo postos de direção desses movimentos, claro que em muitas vezes, sem qualquer treinamento para isso.

Acabam se tornando práticas formativas, pois além de transmitir um aprendizado prático do uso do dia-a-dia, engendram também um saber informal adquirido no trabalho e na vida. O trabalhador ao ter acesso a esse aprendizado modifica-se e transforma a sua visão de mundo.

Assim, a militância surge da estreita ligação entre essas práticas educativas e esses saberes, criados não em cursos específicos, mas nas lutas políticas e embates enfrentados. Manfredi (1986, p. 21) diz que esses canais informais e espontâneos de formação em vários momentos se entrecruzam com práticas de capacitação intencionalmente organizadas, gerando instâncias diversificadas de formação. Neste trabalho, chamaremos essas instâncias de formação de *mediadores*.

Para tanto, com o propósito de alcançar essa finalidade, pretendemos, através da Teoria da Prática de Pierre Bourdieu, descrever quais foram os principais agentes coletivos que participaram do *campo agrário*, com o intuito de participar da formação do *habitus* do trabalhador rural.

Dessa forma, na primeira parte mostraremos quais os conceitos basilares da teoria dos *campo*s. Em seguida, mostraremos como cada agente foi se constituindo na arena da formação dos trabalhadores rurais.

1.1 Pensando a formação como área de disputa no *campo a*grário

Tendo como base o conceito de *campo*, entendido como uma situação, ou um espaço social que possui uma estrutura própria, relativamente autônoma diante de outros *campo*s sociais, em seu interior encontraremos conflitos, objetivos específicos e objetos peculiares de disputa que serão responsáveis por sua estruturação e funcionamento; identificaremos distintas formas de *campo* como o econômico, o político, o artístico, o universitário, dentre outros.

Isso significa dizer que a cada descoberta de um *campo* faz-se mister descobrir também um objeto de disputa, em que novos e velhos participantes tentarão defender o monopólio da concorrência. Essa relação de poder, como algo móvel e *mobilizado que altera constantemente o funcionamento do campo, constitui a riqueza da* utilização dessa teoria.

A fim de melhor conceituar *campo* torna-se indispensável compreender, ainda, o conceito de *espaço social*. Por esse conceito entende-se como o "conjunto de posições distintas e coexistentes, exteriores umas às outras, definidas em relações às outras por uma exterioridade mútua e por relações de proximidade, de vizinhança ou de distanciamento e, também, por relações de ordem". (Bourdieu, *Apud,* LEAL, 2006) O espaço social:

> [...] é construído de modo que os agentes ou grupos são distribuídos em função de suas posições de acordo com os princípios de diferenciação. Os agentes têm tanto mais em comum quanto mais próximos estejam nessas duas dimensões, e tanto menos quanto mais distantes estejam nelas. As distâncias espaciais no papel equivalem a distâncias sociais. O princípio da separação diferencial é a posição que um agente ou grupo assume na sociedade de acordo com seu volume de capital global (*capital* econômico e *capital* cultural). (LEAL, 2006, p. 71)

O que diferenciará as pessoas nos *espaços sociais* é a sua trajetória social a ser percorrida pelo *habitus*, que distingue cada um, de acordo com a sua classe, seus bens e seu estilo de vida. O *habitus* é o princípio gerador dessas características pessoais (diferenciadoras) em um determinado *espaço* e é responsável pela distinção e

marca, e também, pelo sistema de classificação das pessoas em diferentes classes[14]. O princípio da classificação, distinto da diferenciação, permite agrupar os agentes que mais pareçam entre si e que, no entanto, sejam diferentes o quanto possível dos integrantes de outras classes ou grupos. Isso significa dizer que as pessoas que estão situadas no alto do *espaço* têm maiores chances de se relacionarem com as pessoas do seu meio social do que com aquelas que estão no baixo *espaço*. O peso da trajetória social, das afinidades e gostos é o que as aproxima e distancia uma das outras.

Bourdieu (1996) diz que, para construir o espaço social como uma estrutura de posições diferenciadas, é necessário compreender como se dá a distribuição de c*apital*[15]. Isso quer dizer que, a posição ocupada no *espaço* depende da distribuição das diferentes formas desse *capital*, seja econômico, social e ligado aos bens da cultura. Quanto maior for a quantidade, maiores serão as chances de ocupar determinadas posições privilegiadas nesse *espaço.*

O *espaço* social se organiza em três dimensões fundamentais. Na primeira dimensão, os agentes distribuem entre si, levando-se em conta o volume de *capital* possuído. Na segunda, a distribuição se dá de acordo com a estrutura desse *capital*, ou seja, com a capacidade de aquisição de novas formas de patrimônio. E a terceira, refere-se à evolução no tempo, do volume e da estrutura de seu *capital*. A homogeneidade de membros é possível graças a essa determinação existente no interior desse *espaço.*

Então, podemos afirmar que o *espaço social* é um conceito que alarga a concepção de *campo.*

> É isso que acredito expressar quando descrevo o espaço social global como um campo, isto é, ao mesmo tempo, como um campo de forças, cuja necessidade se impõe aos agentes que nele se encontram envolvidos, e como um campo de lutas, o interior do qual os agentes se enfrentam, com meios e fins diferenciados conforme sua posição na estrutura do campo de forças, contribuindo assim para a conservação ou a transformação de sua estrutura. (BOURDIEU, 1996, p. 60)

[14] Essa diferença só poderá ser percebida por alguém capaz de percebê-la.

[15] Existem diferentes tipos de *capitais*, como o econômico, de acordo com a capacidade de posse de bens materiais, o social, advindo das redes de relações sociais, o cultural, decorrente das certificações escolares, o político, assegurado pela apropriação de bens e serviços públicos e o simbólico, qualquer forma de *capital* percebido.

Tomando essa teoria dos *campo*s como referência, Pessoa, citado por Leal (2002), propõe um *campo* agrário para estudar as ocupações de fazendas em Goiás. Isso é possível porque "[...] nessas ocupações estão em jogo interesses fundamentais, específicos e antagônicos em relação à utilização da terra: concentração e pequena propriedade: especulação e produção de alimentos; formação de pastagens e moradia etc".

O *campo agrário* é pensado como um sistema de relações objetivas entre posições adquiridas é o lugar de uma luta concorrencial, cujo objeto é a conquista e posse da terra. Por outro lado, mediadores e centros de assessoria como Comissão Pastoral da Terra, CPT, Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Goiás, FETAEG, Movimento dos Sem Terra, MST, Instituto Brasil Central, IBRACE, Instituto de Formação e Assessoria Sindical, IFAS, dentre outros, buscam a autoridade científica de serem os portadores do discurso de maior representatividade em torno da formação de trabalhadores rurais que reivindicarão a reforma agrária.

Pela competência discursiva pode-se chegar ao monopólio da representação dos trabalhadores. O discurso competente tem como base a capacidade de falar e agir legitimamente, isto é, de maneira autorizada porque vem fundamentada pela autoridade, assim sendo a representação dos trabalhadores é socialmente aceita e outorgada por agentes selecionados.

No funcionamento desse *campo agrário,* cuja formação é de interesse de diferentes mediadores, é ingênuo supor que qualquer forma de apossamento da terra é válida. A competência discursiva produz uma gama variada de interesses em que são validados os discursos desses agentes, mais plausíveis e representativos os que melhor condizem com os anseios dos trabalhadores.

É importante também lembrar que os agentes que se movimentam no interior desse *campo* pertencem também a outros, como o religioso, o político e o econômico. Assim, Bourdieu alerta que os julgamentos sobre a capacidade de influência desses agentes nos respectivos *campos* encontram-se sempre contaminados de práticas estranhas a ele.

A formação é pensada no *campo agrário* como um espaço de luta política pela melhor ou, pelo menos, pela mais apropriada fala em torno da conquista da terra, que se designa a cada agente, em função da posição que ele ocupa, as suas questões mais fundamentais, seus métodos, estratégias que são constitutivas desse *campo*. Isso quer dizer que tudo está pensado e orientado para a maximização de lucro, e neste caso significa a obtenção do reconhecimento dos outros agentes coletivos.

Somente esses agentes engajados no mesmo jogo detêm os meios de se apropriar simbolicamente e avaliar os méritos das conquistas da terra. Bourdieu afirma que, tal como acontece no *campo* científico, a autonomia do *campo* pressupõe o fato de que os concorrentes não podem contentar-se em se distinguirem de seus predecessores já reconhecidos, pois com isso corre o risco de se tornarem ultrapassados e desqualificados.

Esse fato quer dizer que existem práticas que são comuns e específicas aos agentes do *campo* – práticas que podem não ser vistas em outros *campos*. O trabalho de investigação do pesquisador consiste em desvelar o sentido dessas práticas, de modo a encontrá-las nos processos.

Existe, assim, em cada momento, uma hierarquia social no espaço da formação – os discursos em torno da melhor representação sobre a conquista da terra – que orienta maciçamente as práticas e principalmente as "escolhas" dos agentes. Bourdieu alerta que em cada um deles há uma hierarquia social dos objetos e métodos de tratamento que devem ser observados.

A teoria da prática diz que devemos ter cuidado em apreender o consenso em torno de práticas dos agentes. Como cientistas esbarramos constantemente em antinomias de legitimidade. Tomando por base o *campo* científico, assim se posiciona Ortiz:

> Tanto no *campo* científico quanto no *campo* das relações de classe não existem instâncias que legitimam as instâncias de legitimidade; as reivindicações de legitimidade tiram sua legitimidade da força relativa dos grupos cujos interesses elas exprimem: à medida que a própria definição dos critérios de julgamento e dos princípios de hierarquização estão em jogo na luta, ninguém é bom juiz porque não há juiz que não seja, ao mesmo tempo, juiz e parte interessada(ORTIZ, 1983, p. 130-131).

A autoridade discursiva torna-se uma espécie particular de *capital* a ser interiorizado, acumulado e transmitido a outros agentes interessados. Vemos neste caso, ainda que pareça pouco plausível na análise de trabalhadores rurais, carreiras bem-sucedidas de lideranças e assessores de movimentos rurais que, tendo em vista a acumulação de *capital*, tiveram acesso a cargos administrativos no interior dos movimentos e até em outras instâncias governamentais.

Para Bourdieu, o reconhecimento é a marca significativa do conjunto de sinais específicos de consagração em que os pares concorrentes concedem aos seus membros, ao mesmo tempo em que cumprem a função de valor distintivo e originalidade. Referindo-se ao *campo* científico, o autor diz que acumular *capital* é fazer um "nome" reconhecido, de forma que arranque o seu portador do "indiferenciado, despercebido, no qual se perde o homem comum".

Repensando a assessoria e formação de quadros, vemos que esses agentes coletivos lançam mão de um conjunto de estratégias que, pela sua própria especificidade, não aparecem em um contexto desinteressado, objetivando apenas formar "consciências" nos trabalhadores rurais. Bourdieu afirma que o mercado de bens (simbólicos) possui suas leis, que nada têm a ver com a moral. Tampouco essas estratégias serão contínuas no interior dos *campo*s. Isso quer dizer que as formas como os agentes promoveram assessorias e formação se diferenciaram de acordo com o tempo.

Esse fato nos permite afirmar que as mudanças nas estratégias significam a própria mudança que ocorre no interior do *campo*, colocando em questão os próprios fundamentos do jogo.

Se a estrutura do *campo* se define pelo estado das relações de força entre os protagonistas em luta, objetivando a distribuição de *capital* específico e nas chances reais de ganhos nas lutas, no *campo agrário* ocorre uma disputa concorrencial composta por práticas e ações que garantam a posse e conquista da terra, cujos discursos mudaram no desenrolar dos anos, ou seja, pela formação.

Pessoa (1999a) descreve em a *Revanche Camponesa* como os diferentes agentes foram construindo formas distintas de representações sobre a posse e a

conquista da terra ao longo do tempo e como o acúmulo de experiências dos trabalhadores rurais contribuiu para uma mudança nas práticas adotadas por eles, de modo a atingir seus objetivos.

Quando pensamos na questão agrária em Goiás, observamos que historicamente esta tem sido relegada propositalmente a um segundo plano. Isso tem favorecido, por um lado, o crescente número de casos de grilagem, crescimento desenfreado de latifúndios e empresas rurais o que tem deixado grande parte dos trabalhadores rurais serem expulsos de suas terras. Esse fator desencadeia o número crescente de invasões de terras.

Por outro lado, ao mesmo tempo em que ocorrem as ocupações, ocorreram resistências e repressão pelo lado das elites agrárias que utilizaram o aparato estatal para perseguir, punir e tentar destruir os movimentos sociais.

Em defesa dos trabalhadores rurais e contra as facções dessas elites agrárias, que historicamente os subjugam, os mediadores, compostos pelos centros de apoio e assessoria, entraram em cena. Esses agentes coletivos surgiram tendo em vista a necessidade de organização desses trabalhadores, cujo objetivo principal era assessorá-los, acompanhando-os em suas mobilizações.

Convém assinalar que nem sempre a convivência entre eles era pacífica. Em várias ocasiões se faziam presentes os conflitos. Um exemplo disso é que o surgimento do Ibrace foi visto com desconfiança por outros agentes:

> O Ibrace sempre foi visto como um instituto acadêmico e todo preconceito que isso implicava em relação a determinados setores. Eram os acadêmicos que queriam se apropriar do movimento, instrumentalizar, embora todo recém-formado, ou ainda em formação não se tratava de uma apropriação por parte da academia, de um movimento ou do próprio instituto. (CRUZ, 2005, p. 47).

Em relação a esse "receio" dos antigos agentes em relação aos "novos", Bourdieu afirma que os recém-chegados precisam pagar o "ingresso" no *campo*, o que significa investir no reconhecimento do valor do jogo e dos princípios constitutivos do seu funcionamento. Esses *entrantes* são motivados por estratégias de subversão, mas podem ser por isso mesmo excluídos.

Uma vez promovidas mudanças no interior do jogo, essas passam a provocar a própria destruição dos fundamentos basilares. Por isso, mesmo mudadas as regras, o passado é constantemente reavivado pelos agentes em questão. As pessoas então passam a compactuar em torno da "conservação do que é produzido no *campo*, tendo interesse em conservar e a se conservar conservando". (BOURDIEU, 2002, p.112) Em outras palavras, a melhor forma de perpetuar o jogo é pela tradição da "conservação". Pode-se pensar vários caminhos desde que a finalidade seja única.

Percebe-se, dessa forma, que os diferentes agentes coletivos – já consagrados – disputarão no interior do *campo* pela mais adequada maneira de mobilizar um maior número de militantes e lideranças dos movimentos sociais rurais, de modo a engajá-los no afã da conquista dos seus direitos até então negados, em prol de uma cidadania também negada. A questão agrária, que tem provocado historicamente distorções significativas na interpretação sobre o homem do campo, tem produzido sujeitos alheios ao processo de produção, cuja expansão do capitalismo e consequente industrialização nada mais tem feito senão proletarizá-los.

Com isso, assistimos a uma crescente e profunda mudança de significados simbólicos no mundo rural, fruto da precarização nas relações de trabalho e posse da terra. Trata-se de uma mudança no modo de vida e *habitus* desse trabalhador rural que se vê envolto em um mundo de transformações, no qual sua participação será sempre dificultada.

1.2 A ideia de *subcampo*

Quando pensamos na questão agrária como um *campo*, no qual há uma disputa velada ou não entre os agentes em torno de um interesse comum − no caso a luta pela terra − pensando nos trabalhadores rurais, o que está em jogo é um projeto de formação que crie um novo *capital* político, imbuído de uma intencionalidade objetiva de seus formadores.

O ponto de partida que justifica a formação é a mudança significativa no seu *habitus* de sertanejo, caipira, camponês e lavrador. Se antes o trabalhador vivia sob uma economia de subsistência e uma mentalidade de posse da terra, com as mudanças ocorridas no *campo* agrário esse *habitus* se encontra submetido a novas aquisições, que resultem no apossamento de conhecimentos necessários ao enfrentamento com outros agentes coletivos.

Pensar na questão agrária, como um *campo*, requer uma análise desse espaço social permeado de poder, de *capital*, de relações de força e disputa por um número significativo de interesses. Partimos do pressuposto de que no *campo* circula a mobilização por um interesse comum, no caso, a conquista da terra. No entanto, no interior do *campo* agrário, há um interesse para que haja a formação dos militantes que entrarão em disputa por sua posse. Trata-se da necessidade do *habitus* de campo, a partir das diferentes perspectivas dos agentes.

Participarão da *formação* diferentes agentes coletivos, mediadores e representantes de trabalhadores , dotados de uma autoridade discursiva a fim de formá-los, a partir de uma perspectiva religiosa, política e emanada de uma visão de mundo. Pretendemos mostrar os principais agentes coletivos que têm envidado esforços nesta empreitada, destacando a ação da CPT, com sua estratégia religiosa.

Para tanto se faz necessária a utilização de outro conceito formulado por Bourdieu que é o de *subcampo*. Por *subcampo* entendemos a capacidade que os agentes têm em acumular interesses em outros *campos*. Na medida em que se consegue ver em cada um desses agentes também uma lógica própria de um *campo*, é possível falar em *subcampo* dentro do *campo*.

Encontraremos *subcampos* quando é possível visualizar no interior de um *campo* – no caso da formação – alguns agentes coletivos, como: o religioso, o sindical e o político que, por sua vez, contêm no seu interior as mesmas características ou componentes de um *campo*.

Uma vez identificados esses agentes coletivos como *subcampos*, eles poderão passar a ser tratados como *campos*, já que contêm os mesmos componentes deles.

Então, esse *campo* pressupõe a divisão entre esses agentes munidos de estratégias, constituições, capitais e práticas discursivas diferentes do *campo* específico da *formação*. Pensando que os *subcampos*, tratados como *campo*, não são independentes, isto quer dizer que possuem uma certa interdependência entre si. .

No *campo agrário* há evidentemente o interesse em motivar, esclarecer e assessorar os trabalhadores sem-terra para que participem do processo de reforma agrária. Lançam mão, para tanto, de uma série de estratégias formativas, como assessorias e estudos, a fim de que atinjam seus objetivos. Observando a *formação* como uma estratégia no interior desse *campo*, vê-se um interesse implícito de que não seja qualquer projeto de reforma, mas aquele apregoado por esses agentes: uma reforma que seja partícipe do seu projeto como agente coletivo.

Pode-se afirmar, portanto, que os agentes coletivos do *campo agrário* disputam e atuam na formação dos trabalhadores rurais possuindo estratégias e meios diferentes. Pensando na relação entre *campos* e grupos de agentes coletivos organizados, há no *campo agrário* os seguintes *subcampos* destacados neste estudo[16]: o *campo* religioso (a CPT diocesana), o *campo* sindical (composto pela Fetaeg e STRs), o *campo* político (representado por partidos), o *campo* da assessoria (formado pelo Ibrace e IFAs) e o *campo* dos movimentos sociais (composto pelo MST). De outro lado, pode-se constatar também a forte reação dos proprietários de terras às organizações desses trabalhadores rurais.

1.3. O *campo religioso*: A ação da CPT

Se nos reportarmos à *Teoria dos campos*, de modo a explicar como esse agente coletivo influenciou o *campo agrário*, percebemos uma íntima ligação historicamente construída, entre a Igreja Católica e a questão agrária no país.

Isso porque, desde o início da colonização, o papel conferido à igreja, foi o de participar no sentido da organização e submissão das massas ao poder constituído,

[16] Outros subcampos poderiam ser objetos de análises. No entanto, elencamos aqueles considerados mais significativos a fim de entender como funciona a arena da formação no *campo agrário*.

isto é, acomodar as classes subalternas aos desejos da fidalguia portuguesa que se instalava no novo território. Então, teve como missão nas novas terras, subjugar a mão-de-obra para o trabalho servil, no propósito da acumulação primitiva.

As propostas contidas nas Bulas Papais para o Novo Mundo não constavam uma mudança no *status quo* social, mas em uma reprodução desse modelo social vigente. Havia um interesse em afinar as suas propostas aos interesses dos proprietários rurais.

Foi a partir do Concílio de Vaticano II (de 1962 a 1965) e pelas Conferências da CELAM em Medellín (1968) e em Puebla (1979), quanto à opção pelos pobres e marginalizados que uma ala da Igreja mudou os rumos quanto ao apoio às aristocracias rurais. Influenciados pelos próprios pressupostos marxistas, e por uma teologia de cunho mais social, propuseram impor no *campo agrário*, um tipo de formação apontando para, ao invés da conciliação, o enfrentamento com o Estado e os latifundiários.

Dessa forma, o que ambos queriam era a organização de uma ordem social de modo a legitimar em várias esferas a autoridade da igreja católica e o exercício do poder religioso[17]. A nova teologia daí derivada, conhecida como Teologia da Libertação, inaugura uma nova fase na história da Igreja Católica, que passa a reconhecer como direito as liberdades antes negadas, o direito à revolução, e o contato entre marxistas e cristãos, à luz de uma saudável teoria dos direitos universais e inalienáveis ao homem. (SOTELO, 2008)

Nesse processo, a igreja aos poucos vai descobrindo que para evangelizar os homens, não se faz mais necessário romanizá-los, mas adaptar o evangelismo às coisas terrenas, fazendo uma ponte entre igreja e mundo. Esse novo

[17] As origens da CPT remontam a esse contexto histórico de mudanças que não envolvem somente a estrutura da igreja Católica, mas uma interpretação da fé e da postura eclesiástica diante da prática cristã. Percebe-se esse processo, nos anos 1960, nos impactos do Concílio Vaticano II para a América Latina, que abriu as portas da igreja para o campo social.

“olhar” da realidade abre espaço para a denúncia das históricas condições de vida que enfrentavam os povos da América Latina, desde a chegada dos colonizadores.

Tendo por base uma orientação advinda do materialismo-dialético, muitos cristãos enxergam na Bíblia o caráter libertador e a opção descrita pelos pobres. Faz-se necessário estabelecer o compromisso cristão de defendê-los, afastando-se de uma fé meramente sacramental, e praticando uma fé que assuma o homem por inteiro (ALVES, 1975). Nesse sentido aos poucos a igreja vai se distanciando de uma visão anticomunista muito marcante nos anos 1950 e 1960.

A Teologia da Libertação, base ideológica dessa nova práxis, busca relacionar o conceito de salvação com o conceito de libertação, deslocando-a do céu para a terra, com a finalidade de solucionar concretamente a opressão sofrida pelos pobres. Salvação e libertação só podem ser entendidas como:

> Processos históricos que se dão na própria história real, material e objetiva, na qual o homem produz a vida material e objetiva mediante sua organização econômica, social, política e ideológica. (SOTELO, 2008)

Nesse sentido, a ação pastoral da igreja passa a caminhar em contato direto com os problemas sociais, com o processo simultâneo de politização de seus membros. As Comunidades Eclesiais de Base, as CEBs, são o produto mais fecundo desse novo tipo de orientação. Após as Conferências de Medellín (1968) e Puebla (1979), as CEBs visaram, em um primeiro momento, articular uma nova eclesiologia que emerge da experiência das pequenas comunidades e que reflete um processo no qual a articulação Reino - Mundo - Igreja vai se realizando. (TEIXEIRA, 1993)

Podemos afirmar que as CEBs influenciaram de forma incisiva na constituição dessa nova postura. Mais ainda, buscaram tirar as pessoas do isolamento e da passividade em que viviam e as inseriram no processo de evangelização e educação adaptadas à fé.

A CPT tem as suas origens em um contexto de reestruturação não só da igreja, mas de seus quadros e pressupostos teológicos, com a presença de novas leituras da realidade e do mundo, não apenas litúrgicas, cuja inspiração advém da década de 1950 e que ganha visibilidade na ação dos bispos e padres, a exemplo dos bispos D.

Pedro Casaldáliga, da então Prelazia e hoje Diocese de São Félix do Araguaia e de D. Tomás Balduíno, da Diocese de Goiás.

Seu surgimento tem também a inspiração do Conselho Indigenista Missionário - CIMI, do envolvimento com as comunidades indígenas e posseiros da Amazônia, que sofreram o processo de expulsão de suas terras, vitimados pelo latifúndio e marginalização social. A carta pastoral de D. Pedro Casaldáliga, intitulada "Uma igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social", expressava, para Ivo Poletto, a reflexão e a fundamentação política e teológica de uma prática pastoral em andamento. Poletto diz ainda que processos pastorais semelhantes estavam sendo vivenciados por outras igrejas locais, mas que foi graças à ação dessas igrejas que surgiu a Comissão Pastoral da Terra[18]. (POLETTO, 1997, p.34-35)

A ideia, segundo Poletto, é que esta não se transformasse em movimento, para não repetir experiências anteriores de substituição de iniciativas autônomas dos trabalhadores, mas assumisse o caráter de comissão, ou seja, de um serviço favorável ao crescimento da articulação, proporcionando as assessorias necessárias, promovendo a dinamização dos trabalhos pastorais em benefício das comunidades camponesas da região.

A concepção de "pastoral" aparece na própria intencionalidade da Comissão, uma vez que busca inserir homens e mulheres, agentes formadores, associados ao papel de acompanhar as lutas, não esquecendo de evangelizá-los nesse intento.

Nesse propósito, segundo a própria CPT, o trabalho pastoral se distanciou das demais entidades que defenderam a reforma agrária, pelo menos na intenção, ao buscar não se constituir como um organismo assistencialista, um partido, ou um sindicato, conforme citado acima por Poletto, mas como um elemento mediador, que municia os trabalhadores rurais, defendendo-os quando necessário.

[18] A criação da CPT nacional se deu em um contexto social e histórico em que a igreja, ou pelo menos alguns de seus setores, no processo avançado de redefinição de seu papel, teria que assumir uma postura crítica diante do contexto político dos anos 1970.

Caracterizamos a CPT como um grupo de mediação, na acepção descrita por Martins (1993) e usada por Pessoa (1999a, p.39), "[...] não no sentido da negociação, mas como canal de expressão, que dá alguma direção e algum significado mais amplo a uma luta determinada".

Se analisarmos a constituição do *campo religioso* o que está em jogo é a reprodução de bens e práticas religiosas. O que move os agentes nesse *campo*, bispos, padres, agentes pastorais e católicos, em geral, é a posse desses bens e o monopólio religioso de símbolos considerados sagrados.

Já no *campo agrário*, o que os mobiliza é a concorrência pelo monopólio da formação, não de qualquer tipo, mas que parte da fundamentação teológica das representações sobre a terra: como dom de Deus ou não, com pastorais engajadas ou não nessa mobilização e fiéis católicos que entendem como legítima a disputa pela reforma agrária, ou que, o pertencente a Deus é mesmo o direito de propriedade. Como agente coletivo é um importante *mediador* dos trabalhadores rurais.

Utilizando a ideia de *campo* em Bourdieu, que pode ser definido como espaço em que se movimentam agentes, que possui uma correlação de forças e estratégias e uma autonomia relativa, a CPT dele participa, como agente, e usa como estratégia de atuação, a própria formação.

Uma vez agente coletivo, a CPT em vários momentos vive uma situação tensa no *campo* agrário. Por um lado vive o conflito de ser acusada por fazendeiros como "a igreja comunista". No interior da própria igreja, vivencia a relação às vezes conflituosa com vários de seus setores. Em relação aos movimentos que também atuam na formação, muitas vezes parte-se do "pressuposto de que os camponeses estão destituídos de conhecimento teórico e de informação sobre a realidade político-econômica do país". (PESSOA, 1999a)

O fato é que a CPT se movimenta no interior do *campo* tendo como estratégia a formação de agentes pastorais e trabalhadores, que disputarão a legitimidade no interior dos movimentos e a melhor autoridade para falar em nome dos que têm como propósito a conquista da terra. Enquanto comissão de serviço incentiva outros agentes a entrarem no *campo* agrário e a defenderem a reforma agrária, usando

como estratégias a assessoria pastoral e teológica, a metodologia jurídica, política e social, com a realização de estudos sobre a situação econômica do país.

Do ponto de vista metodológico, a CPT se auto-caracteriza por uma dinâmica de não levar propostas prontas, mas tomando como base a própria experiência dos trabalhadores, estimulando-os e incentivando-os nas suas organizações, sem assumir a direção[19]. Perani (1985) questiona essa afirmação, ao destacar, que por trás dessa orientação, que consiste em escutar os camponeses e favorecer o posicionamento que eles decidirem, existem "serviços predeterminados".

Quanto à organicidade, a CPT possui uma direção nacional e regional, presente nos estados, que constitui a equipe executiva, e tem como tarefa principal criar instrumentos de formação específica, elaborando boletins informativos sobre o andamento das lutas e acompanhando homens e mulheres em diversas formas. As equipes que se formam em nível local, por municípios, regiões ou dioceses, mantêm uma relativa autonomia[20].

Outra característica marcante da CPT é a presença de outras denominações religiosas, o que a caracteriza também como uma instituição ecumênica, mesmo que à custa de inúmeros problemas, como veremos em seguida. Para Poletto, (1985, p. 63) o relacionamento entre as igrejas aconteceu devido à necessidade comum de camponeses cristãos, católicos e luteranos, de colaborarem entre si, repartindo tarefas, planejando, agindo e avaliando conjuntamente[21].

---

[19] Essa questão consta, pelo menos, na intencionalidade da CPT. Entretanto, notamos que em vários momentos, o que houve foi um direcionamento das causas políticas por parte de agentes pastorais, que passaram a assumir o curso dos acontecimentos em nome dos próprios trabalhadores.

[20] As origens dessas equipes vêm dos próprios quadros da igreja, compostos por: padres, freiras, leigos, intelectuais e outras pessoas ligadas ou não à vida religiosa. É importante destacar também a presença de religiosos evangélicos de outras denominações, sobretudo luteranas. O serviço de assessoria demanda muito tempo e mobilidade. Perani (1987, p. 87-88) afirma que "muitas equipes fazem questão de ficar só com agentes, afirmando que os trabalhadores rurais devem ficar em seus movimentos próprios". Outras, podem incluir também os próprios trabalhadores rurais.

[21] Encontraremos tanto no livro dos Dez anos de criação da CPT, como nos vinte anos depois, a alusão a esse ecumenismo, muito mais como necessidade social comum observada por camponeses cristãos – católicos e demais evangélicos – de colaborarem entre si no sentido de repartir as tarefas, planejar e avaliar conjuntamente. Para alguns setores da Igreja Católica, essa prática ecumênica não é vista com bons olhos.

Quando se fala em metodologia de trabalho, Peloso (1998, p.13) mostra que o método da CPT é "o de provocar a troca de ideias e experiências a partir da prática da pastoral da terra como educação popular". Cabe então aos próprios camponeses se fazerem ouvir. Pessoa (1999a, p.142) diz que esse seria o fulcro essencial do método ou de uma pedagogia da CPT: a perda do medo de falar. Panini (1990, p.57) designa de método participativo, vez que permite e incentiva os camponeses a "[...] descobrirem o seu próprio caminho de libertação e suas próprias formas de luta na conquista dos seus direitos". Com relação ainda ao método, Peirano mostra que a ausência de um projeto político na CPT, se por um lado tem garantido uma nova análise da realidade com o uso do método surgido da Ação Católica, "ver, julgar e agir", por outro, tem favorecido um certo "basismo" e um questionamento se realmente existe essa ausência de respostas prontas.

O autor levanta ainda a seguinte dúvida: será que consciente ou inconscientemente não existe uma orientação que privilegie, em certos momentos, um direcionamento das ações, de modo a imprimir nos camponeses a visão da própria igreja, retirando desses camponeses a sua capacidade de mobilização e organização? O fato é que a CPT propunha utilizar como ponto de partida a própria experiência dos trabalhadores rurais, recompondo a cultura camponesa e a capacidade de construção de sua própria história. Nesse propósito, inaugurou uma nova fase de orientação de trabalhadores, coisa que era nova para os dois lados.

A Igreja Católica e o PC sempre se destacaram na mobilização dos trabalhadores rurais. Essa aproximação com o camponês ocorre na medida em que ela percebe a necessidade de ampliar o foco da formação, englobando também os assalariados[22].

[22] Faz- se necessário distinguir o camponês do assalariado rural. Para Silva (2004, p. 71), camponês é o pequeno proprietário de terra ou aquele que a perdeu, mas que quer recuperar um pedaço de terra para nele continuar a viver. Nos anos 1950 chama-nos a atenção o fato de que as Ligas Camponesas se dedicavam totalmente a esse trabalhador rural. Já por assalariado rural é o trabalhador que se encontra estruturado em torno do assalariamento, como diarista, parceiro, meeiro dentre outros. Esse último, ao ser separado da sua propriedade, passa a possuir apenas a sua força de trabalho, aproximando cada vez mais do modelo produtivo industrial e tornando-se um operário ou bóia fria.

No entanto, apesar de a CPT ser considerada um "avanço" da Igreja Católica no trato com os camponeses e a questão agrária, a constituição desse grupo como agente coletivo de peso do *campo* religioso só foi possível, graças à negociação de bens religiosos, considerados sagrados. A força no *campo* advém da "[...] moralização e de sistematização das crenças e práticas religiosas" (BOURDIEU, 2004).

O que está em jogo, quando pensamos a postura da igreja constituída como um agente coletivo, é a autoridade discursiva de imprimir nos camponeses um tipo de formação religiosa, em que o caráter revolucionário desse processo se dê dentro de uma lógica de ordem definida, e que a interpretação da luta esteja consoante a uma leitura bíblica:

> [...] A gente poderia atribuir a experiência da proximidade da Bíblia à semelhança cultural. Por falar a partir dos usos e costumes da roça, o lavrador se sentiria atraído pelas narrativas bíblicas. Nisso justamente residiria uma dificuldade decisiva para que a cidade do homem se apropriasse daqueles testemunhos. Nisto também há uma boa dose de razão. Mas, novamente, tais colocações não explicam o decisivo: para os colonos, a Bíblia não é só vibrante por lidar com costumes interioranos; é-lhes decisivo que nela apareça a "luta do dia-a-dia". (SCHWANTES, 1985)

Para Leonilde Medeiros (*apud*, PESSOA, 1999a), a CPT não é produto de um impulso propriamente de mudanças religiosas, mas de uma situação de carências de mobilização do trabalhador rural. A igreja passa a perceber que não bastava um discurso evangelizador distante da realidade desse camponês, mas era necessário fazê-lo refletir sobre sua situação de explorado, de sem terra, trazendo suas questões para o interior da reflexão teológica.

Percebemos que as ideias que a CPT tinha sobre esses trabalhadores rurais foram também se transformando ao longo de sua história e isto fica evidenciado no livro dos dez anos da CPT. Milton Schwantes (1985, p. 12) mostra que a CPT significou uma mudança de atitude da igreja em relação aos camponeses, que os via desarticuladamente, incapazes de mobilização em favor dos seus direitos. A Igreja acreditava, então, que sem ela o campesinato seria totalmente desarticulado e submisso, que seria necessária uma articulação para encaminhá-los. O próprio Schwantes reconheceu o engano, pois foram os próprios trabalhadores rurais que em muitos momentos desafiaram os agentes da Pastoral a se converterem para a proposta

campesina. O recado estava dado: os trabalhadores rurais aprenderam a lição de autonomia.

Peirano (1990, p. 54) descreveu que outra dificuldade da CPT foi o conhecimento das características culturais dos agricultores de cada lugar. Os boletins editados eram, geralmente, informativos das lutas, denúncias das situações de exploração e repressão, mas não davam a menor ênfase à cultura dos agricultores, bem como a suas histórias e experiências de vida.

O autor reconheceu ainda que nos dez anos de existência da CPT havia uma distância geográfica, sócio-econômica, política e cultural entre os agentes da pastoral e os camponeses. Quem eram? O que faziam? Peirano destaca o alcance da formação: índios, negros, caboclos, todos lavradores. A mediação da CPT com esses grupos gerava um conflito, uma vez que a lógica científica passada não refletia o simbolismo presente no mundo camponês[23].

Panini (1990, p.157), corroborando essa ideia, mostrou que os cursos de capacitação e encontros de formação, cujo objetivo era conscientizar os camponeses, partiam do pressuposto de que estes "[...] eram destituídos de conhecimento, sendo-lhes destinada uma bagagem de conhecimento teórico e informação sobre a realidade político-econômica do país". Dessa forma, não seria possível uma "troca de saberes", já que os camponeses pouco tinham a oferecer.

Poletto (1990), no livro intitulado *A Comissão da Terra 20 anos depois*, destacou que muitos agentes pastorais, alguns simpatizantes dos movimentos de esquerda, carregavam consigo a ideia de que a direção do processo revolucionário não poderia ser dos camponeses[24] e sim dos operários:

> No campo, a prioridade é trabalhar com os proletários, os que não são proprietários, pois a propriedade privada faz do camponês um pequeno

[23] A denominação trabalhadores rurais é atribuída ao universo de pessoas assalariadas rurais, meeiros, agregados ou pessoas que tiveram algum vínculo com a terra e que, no momento não a possuem. Quem utiliza largamente essa expressão é principalmente o Movimento Social dos Trabalhadores Rurais Sem Terra- MST, mas que atualmente é apropriada também pela própria CPT.

[24] Encontraremos controvérsias entre alguns autores sobre a chamada "morte do campesinato". Hobsbawm (2005, p. 284-285), no entanto, fala na recusa dos camponeses em desaparecer, mesmo com a expansão da indústria, apesar das previsões de Karl Marx de que eles se extinguiriam. Ianni (1997) corrobora essa tese, mostrando que mesmo nesse mundo agrário subsumido pelo grande capital, a vida camponesa, ainda que modificada, não consegue desaparecer por completo.

> burguês. O mais estranho é que, para alguns, continuava válida a perspectiva da aliança do proletariado com a burguesia, especialmente para modernizar as estruturas agrárias, mas não se devia contar com o camponês proprietário, pois ele estaria determinado estruturalmente a ser contrário à socialização, meta maior de todo o processo. (POLETTO, 1990, p. 35)

Vê-se, através dessa fala, instaurado o conflito quanto à finalidade da formação. O esforço da CPT se concentraria não em todos os que vivem no campo, mas apenas naqueles que não têm terra, ou os que a cultivam apenas precariamente, como os vários tipos de parceiros, arrendatários e posseiros. Havia o receio de que eles se transformassem em pequenos proprietários, pois isso impossibilitaria a aliança no campo para a revolução.

A saída para o impasse foi a condição de se estabelecer o trabalho coletivo frente aos novos proprietários. Convencionou-se que uma vez conquistada a terra, esta deveria ser coletivizada, assim como o processo de divisão de tarefas. A ideia era impedir que o egoísmo camponês corrompesse os que nunca foram proprietários.

Para Poletto, a coletivização não resolvia questões em relação aos que precariamente lidavam com alguma propriedade, como os posseiros, parceiros e arrendatários, pois estes já realizavam o trabalho familiar e resistiam a qualquer proposta de coletivizar a sua terra. Reitera ainda que o trabalho com os operários do campo, os que viviam em condições de assalariamento, também se mostrou infrutífero, pois esses não ambicionavam outra liberdade senão a de ser de ninguém, fazendo como diaristas ou em empreitadas, "[...] um trabalho considerado desumano, aceitável apenas por não haver outro". (p. 28-39) Percebe-se que no livro sobre os vinte anos da CPT, há toda uma reflexão acerca do reconhecimento do peso das tradições camponesas.

No imaginário camponês, o mais importante é ter a propriedade. Ianni (1988) diz que o grande equívoco que vigora ainda na sociedade é buscar compreender o campo a partir da cidade, sem passar pela ótica camponesa. No livro dos vinte anos da CPT, as reflexões apontam para o entendimento de que nem toda propriedade é igualmente capitalista. Sobre isso, Ivo Poletto diz:

> Foi difícil também aceitar a mediação de dimensões culturais camponesas que não significava necessariamente oposição ou negação de transformações socialistas; por fim, não foi fácil admitir a sabedoria

> camponesa em relação às vantagens da pequena propriedade familiar para determinados tipos de plantios (POLETTO, 1990, p.157).

Outra questão sobre a qual a Pastoral da Terra se posicionou e que foi objeto de crítica, diz respeito à redução da luta do campo à causa econômica. Encontraremos essa crítica em Martins (2000), quando diz que um dos grandes equívocos produzidos pela CPT foi fazer uma análise da questão agrária em termos quantitativos:

> *Quando a CPT diz: desapropriação de uma grande quantidade de terras em tempo razoavelmente curto* (grifos meus), os aspectos qualitativos essenciais de uma verdadeira reforma agrária ficam completamente de fora – o instituto da propriedade e o complexo, disseminado e iníquo mecanismo da renda da terra, com os quais muitos potenciais "clientes da reforma agrária" se identificam. (p. 157)

Martins diz ainda que, na interpretação dessa luta pela terra, a CPT desconsiderou, desde a sua origem, aspectos fundamentais, deixando de falar em uma reforma agrária que incorporasse à vida civil ativa da sociedade brasileira os elementos culturais, simbólicos – incluindo-se aí a visão de mundo, os significados e a própria mística, que são peculiares à vida camponesa.

Outra questão, citada por Martins, refere-se à interpretação que os mediadores fazem da consciência camponesa. Para ele, no esforço de trazer as lutas camponesas para a sua concepção do mundo moderno, as agências de mediação reduzem a utopia camponesa a uma ideologia mais partidária do que política, já que "mutilam o que há de propriamente histórico e criativo na utopia da superação, supondo que a História só é possível na perspectiva de uma ideologia de contestação". (MARTINS, 2000, p. 158)

Desse modo, Martins afirma que os grupos mediadores, dentre eles a CPT, desconhecem a alma camponesa, vez que eles conhecem "[...] mais a realidade social e histórica do que a que pode ser vista e apontada num pobre de carne e osso. O pobre também é um ser de contradições, muito mais do que um simples ser de reivindicações" [25].

[25] Martins fala que o custo desse tipo de interpretação para os mediadores – dentre eles a própria CPT– foi o que ele designou de a *perda da batalha do conhecimento*. (MARTINS, 2000, p.27-28)

Por essa e por outras razões, em muitos momentos a CPT enxergou os camponeses de maneira romantizada, utilizando uma prática em falar pelo povo. Poletto no livro dos vinte anos da CPT mostra que isso teve origem, sobretudo na presença de agentes pastorais, em sua maioria leigos, que sempre tiveram entre suas referências a mensagem do Evangelho e as experiências teológicas e doutrinárias. Isto quer dizer que:

> Mesmo tendo como objetivo o desenvolvimento de um pensamento próprio dos camponeses que acompanhasse sua presença e afirmação política, ela (a CPT) tinha também a necessidade de aprofundar a compreensão de sua mensagem, relacionando-a com a prática que desenvolvia. (POLETTO, 1997, p.39)

Essa experiência cristã na luta pela terra e a interpretação bíblica foram elementos que possibilitaram o surgimento de uma nova representação teológica sobre a terra, que ficou conhecida como "Teologia da Terra" [26]. Poker (1994, p. 180) ressalta que o apoio da CPT aos movimentos rurais não pode ser visto como algo desinteressado. Pessoa (1999a, p.57) diz que "[...] o mundo rural é o espaço adequado para a edificação de utopias cristãs, como o Reino de Deus".

A CPT propõe respeitar o projeto "popular", mas isso não quer dizer que ela o incorpore e o aceite como é. Antes disso, "purifica-o" nos preceitos da fé cristã, retirando-lhe os elementos inoportunos – como, por exemplo, a individualidade da produção camponesa – e acrescentando outros mais coerentes com uma "consciência de classe" aprimorada – apropriação comunitária, socialismo.

Sobre a apropriação dessa vertente "mística" da interpretação do movimento camponês, foram diferentes as interpretações. Martins (POLETTO, 1997, P. 43), por exemplo, diz que houve uma sacralização da luta pela terra, fruto da relação entre a fé popular, a ação das pastorais da terra e a própria iniciativa dos camponeses que "[...] teimaram na conquista da terra contra as orientações e práticas do estado, controlado e posto a serviço das elites oligárquicas". Assman (1987, p.44-45) interpreta em outra direção, quando afirma que o conceito de libertação apresentado pela igreja pode ter sido interpretado em um horizonte idealista, e o contexto em que essa apareceu estava distante da versão do realismo. Poletto diz que essa prática chamada por Assman

[26] Consiste no entendimento de que a terra é dom de Deus. Essa teologia vincula-se à defesa do direito a terra, que simbolicamente, significa *promoção de justiça social*.

de ‘eclesiocentrismo’ foi minimizada na Pastoral graças à marcante presença ecumênica, o que ajudou a ter avanços significativos.

Perani (1985, p.70) reconhece que a inspiração religiosa faz parte da identidade constitutiva da mentalidade camponesa, que ao contrário do que pensaram muitos cientistas sociais que promoveram um certo idealismo, foi um importante elemento motivador, que em vários momentos promoveu uma dimensão simbólica importante para os embates:

> Justamente o camponês é um agente hermenêutico privilegiado, não porque ele é tão religioso ou porque a Bíblia fala tanto dos costumes da roça, mas por causa da encarnação de Deus [...]. Na Pastoral junto às mulheres e aos homens do campo aflora um jeito peculiar de leitura da Bíblia. Duas são suas marcas principais: a Bíblia é lida em meio a conflitos e à luta; e ela é a nossa maior companhia. (SCHWANTES, 1985, p. 22-23)

Isso significa dizer que não se tem como compreender o mundo camponês sem a dimensão religiosa. A compreensão do mundo camponês significa entender que a terra não é somente o lugar da vida e fator produtivo, mas o lócus de relações sociais completamente emanadas de religiosidade.

A religiosidade funciona ainda como um amálgama das tradições e modos de vida desses trabalhadores. Antônio Cândido (1979), ao estudar a situação de vida desses camponeses no interior de Bofete, mostra que mesmo com a mudança no estilo de vida e os ajustes provocados por ela, nos laços de sociabilidade encontramos formas de persistência – a religiosidade é uma delas. Nesse sentido, a força da religião é condição indispensável para o entendimento da cultura camponesa.

No entanto, no afã de descrever os camponeses, a CPT em várias ocasiões buscava enquadrá-los na questão agrária descrita na Bíblia. Em *Reforma agrária: o impossível diálogo*, Martins (2000, p.26) alertou para esse tipo de interpretação teológica aplicada aos conhecimentos sociológicos feitos pela CPT. Para ele, os adeptos da teologia da libertação antepuseram às ciências sociais a crença na equivalência sociológica do conceito de pobre:

> O pobre da teologia da libertação é um pobre teológico e não sociológico. A partidarização do conhecimento, além do mais, referida a uma dinâmica social hipotética e a categorias sociais abstratas, anulou a

> própria riqueza da experiência de vida dos trabalhadores, impedindo que ela se manifestasse num modo próprio de compreensão de suas possibilidades históricas.

Pessoa (1999a, p. 143-144) diz que, ainda que todas essas críticas sejam lógicas e fundamentadas, "[...] não se pode ser exageradamente empirista ou ingênuo a ponto de acreditar que a CPT chegue aos seus grupos de base absolutamente como uma tábula rasa". Ele prossegue o seu raciocínio dizendo que a CPT tem sim um conteúdo programático de formação, que visa fornecer conhecimento bíblico, sindical, técnico-produtivo, jurídico, dentre outros. E que também, por outro lado, recebe uma contrapartida.

É ingênuo supor que os assessores e agentes pastorais não foram também afetados pelo desdobrar dos acontecimentos. Isso porque os impactos criam mudanças no *modus operandi* da CPT[27].

Sobre essa troca, Perani diz (1985, p.72):

> Anunciar a boa-nova (evangelização) aos trabalhadores rurais significa, primeiramente, deixar-se converter por eles, mudar de lugar, em sentido geográfico, social, cultural e religioso. Implica respeito e acolhimento para com eles, reconhecendo o espaço de sua identidade pessoal, de suas expressões, de seus valores.

Poletto, vinte anos depois da criação da CPT, também reconhece que o aprendizado com esses trabalhadores rurais, em várias ocasiões, não foi tão fácil, mas imprescindível para a sua continuidade. Apesar das críticas, diz terem acontecido trocas significativas.

No entanto reconhece que a ausência, do que ele chama de consensos operativos,

> Significou progressivo isolamento dos liberados das CPTs, em relação às igrejas locais. Com isso, diminuiu progressivamente o número e a qualidade dos agentes das pastorais, perdendo capacidade de presença constante e acompanhamento das pessoas, famílias e comunidades envolvidas em conflitos. Em vez disso, aumentou, na mesma progressão,

[27] Encontramos essa indagação no documento *A Pastoral da terra e a construção da democracia* sobre a preocupação do movimento com o seu futuro. Há o questionamento acerca do próprio sentido da existência da Pastoral, devido ao fato de existirem organizações políticas como o MST, a CUT e o PT. Outra preocupação da CPT nos dez anos de existência refere-se à própria motivação da sua existência, no que tange à questão da autonomia, se as suas missões e demandas adviriam da direção dessas organizações políticas ou da sua própria necessidade.

> o poder de decisão dos assessores, transformando as equipes de assessoria praticamente nos únicos agentes da ação da CPT. Até esse momento, os assessores eram contratados (e olhando sua competência e simpatia por um trabalho de Pastoral da terra, não necessariamente suas opções de fé e de prática religiosa) como reforços aos trabalhos dos agentes das pastorais que eram os animadores reais das iniciativas das bases (POLETTO, 1997, p. 45)

A institucionalização teria provocado uma crise, pois com o crescimento do número de assessores que se tornaram diretores, houve "um progressivo distanciamento das lutas concretas pela terra, crescendo sua atuação na assessoria às iniciativas na terra, com agrônomos e administradores de comercialização de produtos agrícolas". (p. 46-47)

Nos anos 1990, em caráter compensatório ao afastamento do "sentido" inicial, procurou-se dar uma importância excessiva à publicação anual do relatório sobre os conflitos do campo, mas no fundo se reduziu a luta a uma mentalidade não camponesa.

Peloso (1998, p.40-41), ao refletir sobre a indagação de Martins: "o que eu tenho aprendido com os camponeses?", assevera que é necessário ter cuidado com as visões idealistas pouco atentas à realidade tal qual ela se apresenta. Questiona se a CPT, eivada dessas pré-concepções, não está querendo levar os trabalhadores a uma organização que lhes é estranha.

Assim, ao inquirir como a CPT tem visto os camponeses, percebemos nos discursos dos dois documentos supracitados *Conquistar a terra, reconstruir a vida: CPT – dez anos de caminhada* e *A luta pela terra: a comissão pastoral da terra 20 anos depois*, um esforço de compreensão sobre quem eram esses sujeitos a serem assessorados por eles.

O aprendizado partiu do pressuposto de que, para a continuidade da "aliança" com esse camponês, não era só necessário formá-lo, mas penetrar no seu universo simbólico, universo esse que não precisava ser apenas teorizado, mas antes de tudo, compartilhado. E compreendê-lo em sua diversidade, composta por realidades culturais muito diferentes, foi ao longo da jornada da CPT o maior desafio.

1.4 Os agentes partidários: Das origens – O Partido Comunista, PC– e a ação do Partido dos Trabalhadores – PT.

No intento de melhor compreender como se deu a constituição desse agente coletivo, é importante recuperar a história dos partidos políticos em Goiás e como contribuíram para a formação do *campo* político. A mola propulsora desse *campo* é a mobilização política com a finalidade de dominação por parte de um determinado grupo, ou de agentes coletivos organizados para este fim. Como agente coletivo, atua como expressivo *mediador*.

Se nos reportarmos à própria história do país, notaremos que esse *campo* sempre foi uma arena de disputa por diferentes interesses, localizados no tempo e espaço. Ou seja, em épocas distintas, houve um tipo de ação e regularidade específica. Constituiu-se como um campo de lutas pretendendo transformar a relação de forças que confere a esse campo a sua estrutura em dado momento.

Existe nesse *campo* uma desigual distribuição dos instrumentos de produção em torno de uma representação do mundo social:

> [...] O campo político é o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de 'consumidores', devem escolher, com probabilidades de mal-entendido tanto maiores quanto mais afastados estão do lugar de produção. (BOURDIEU, 2007, p. 164)

As propostas políticas dependerão de cada momento histórico. Não existe um discurso político sem uma intencionalidade previamente estipulada, com o cálculo das perspectivas de ganhos e perdas, visando adquirir uma crença em determinado partido.

Se observarmos a constituição desse *campo*, observaremos que em muitos momentos houve uma total identificação com o *campo* agrário. Isso porque agentes de um e de outro c*ampo* compartilharam interesses comuns, impuseram regras e demarcaram o território com suas ações, propondo mudanças e preservando práticas.

Como o que nos interessa nesse estudo é compreender como o *campo* político e o *campo* agrário trabalharam conjuntamente a formação de trabalhadores rurais, debruçamo-nos sobre a ação do Partido dos Trabalhadores[28].

A *formação* na perspectiva do *capital* político não foi obra exclusiva pelo PT. Tem as suas origens na atuação do Partido Comunista, PC, no desenvolvimento de ações voltadas aos trabalhadores[29]. A presença do partido na área da formação se deu no sentido de formar pessoas capazes para dirigir uma organização política. O que estava em jogo para o militante comunista não era a valorização das bases de militância, mas de uma ação eminentemente voltada para a formação de quadros de direção em sindicatos, visando a condução do projeto revolucionário, no qual o povo seria coadjuvante. Neste intento, o PC na época percebeu que só por meio de um estudo dirigido e sistemático era possível criar quadros de dirigentes, tanto para os movimentos sociais como para os sindicatos.

Quando o PC propunha "formar", partia do pressuposto de que o trabalhador rural era desprovido de caráter crítico e analítico da sua própria situação social. Por isso, o partido não queria desenvolver no trabalhador rural uma autonomia que o capacitasse para encaminhar as suas próprias lutas. Caberia ao próprio PC pensar um modelo de revolução que abarcasse os trabalhadores rurais.

O "catecismo comunista" visava influenciar uma formação tanto conceitual como dogmática para os seus militantes. O que estava em questão nesse tipo de prática formativa era a apreensão da teoria como uma arma imbatível. Manfredi (1996), ao analisar a presença do PC no movimento sindical dos anos 1950, traz dados importantes que nos permitem visualizar como eram as práticas educativas empreendidas pelo partido na época. Segundo a autora, pensando o Partido Comunista como portador de um discurso educativo, apesar ainda da forte repressão sofrida no

[28] Ainda que não tenha sido o pioneiro na formação, a escolha desse agente é significativa para a compreensão de ações voltadas para a criação de uma nova cultura política, com um plano específico de formação de quadros que atuaram incisivamente no *campo* agrário.

[29] Segundo Fleicher (2004, p.250), o "mais histórico dos partidos", foi organizado em 1922, sendo que conheceu apenas a legalidade, de 1945 a 1948, e mesmo clandestino, teve uma destacada atuação até 1964. Em 1947 era o quarto maior partido no Congresso Nacional, chegando mesmo a assustar o governo Dutra quando derrotou o PTB na maioria das eleições sindicais. Com a forte repressão sofrida, a partir dos anos 1950 passou a eleger os seus quadros por outras legendas.

período, mostra que um dos graves erros cometidos pelos comunistas teria como origem a inexistência de um projeto educacional voltado para as bases. A linha revolucionária expressa no Manifesto de Agosto de 1950 delimitava, dentre outras coisas, uma linha de ação voltada exclusivamente à formação de quadros dirigentes, o que denotava uma visão vanguardista de revolução, pouco preocupada com a participação popular.

O PC soube como valorizar o trabalho, sobretudo com assalariados (SILVA, 2004, p.114-115). No que concerne ao trabalho de politização, sua política estava voltada eminentemente para a área rural. Ao invés de promover a aliança entre os assalariados agrícolas e camponeses, procurou priorizar a aliança entre assalariados agrícolas e a burguesia nacional. A ideia era a reivindicação de uma legislação agrária, com vistas a uma sindicalização rural, criando um tipo de pressão institucionalizada.

Para Medeiros (1995, p. 69), o PC representou nos anos 1950 o principal porta-voz dos trabalhadores rurais, muito mais por uma questão de inexistência de operários urbanos do que pela capacidade de organização no campo (LOUREIRO, 1988, p. 91-3).

Entre 1958 e 1960 aconteceram mudanças significativas no Partido Comunista no sentido de organizar os trabalhadores rurais (assalariados e semi-assalariados) em sindicatos oficiais. O PC "[...] rendera-se ao volume da propaganda desenvolvimentista e aos seus efeitos concretos em termos de penetração do capitalismo no campo e, consequentemente, de aumento do assalariamento agrícola do país". (PESSOA, 1999a, p.59)

1.4.1 O Partido dos Trabalhadores - PT

As origens do Partido dos Trabalhadores – PT estiveram associadas a um momento de efervescência política, quando se fazia necessário contestar o governo militar, visando uma ruptura com a antiga e viciada política paternalista sobre a classe trabalhadora. Com esse propósito, o PT se tornou um partido político que se assumiu publicamente como um canal legítimo de representação da classe social.

O PT contou, desde o seu início, com militantes de quase todos os estados, já que a realidade vivenciada de resquícios do coronelismo ainda estava muito presente na política e cenário brasileiros. No ato de fundação, Goiás enviou delegados para a criação do novo partido.

O fato é que em janeiro de 1979[30], sindicalistas reunidos no IX Congresso dos Metalúrgicos, Mecânicos e Eletricitários do Estado de São Paulo, em Lins (SP), discutiram e aprovaram a tese elaborada pelos metalúrgicos de Santo André sobre a criação de um partido de trabalhadores. Segundo Gadotti (1989, p. 28), essa tese objetivava uma reação contra os partidos tradicionais, "que ainda não havia condições para a criação de um novo partido político, mesmo porque seria difícil levá-la à frente".

Ainda segundo Gadotti, o IX Congresso, que naquele momento representava mais de um milhão de metalúrgicos, reconhecia que o bipartidarismo não coadunava com os interesses de todos os segmentos da sociedade e que o MDB era uma frente que também incluía os patrões, daí as constantes tentativas de cooptação de lideranças sindicais.

> Crentes que já é hora de o trabalhador tomar em suas mãos as lutas pelas questões que hoje angustiam a população brasileira como a anistia ampla, geral e irrestrita, a Assembléia Constituinte, democrática, livre e soberana, a reforma agrária e a liberdade partidária. Crentes que toda a modificação nas regras do jogo que venham favorecer os trabalhadores só serão possíveis com a conscientização e mobilização dos próprios trabalhadores para que eles juntos forcem essa modificação, propomos o seguinte: 1) total desvinculação dos órgãos sindicais do aparelho estatal, ponto fundamental para o desenvolvimento da vida sindical 2) democratização dos sindicatos, que os órgãos sindicais se pautem em seu funcionamento pela democracia operária que a todos assegura o direito de, em igualdade, participar das lutas e das decisões, 2) que se lance um manifesto, por este congresso, chamando todos os trabalhadores brasileiros a se unificarem na construção de seu partido, o Partido dos Trabalhadores. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1979).

[30] Em meio a muitas discussões sobre a criação de um partido que englobasse os trabalhadores, a ideia da fundação vinha desde a Conferência dos Petroleiros realizada na Bahia, em 1978, com a presença de Jacó Bittar, então presidente do Sindicato dos trabalhadores do Petróleo, Sindipetro, de Campinas e Paulínia. No dia 11 de dezembro do mesmo ano, na sede do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, Lula lançou a ideia da fundação do Partido em uma reunião com doze líderes sindicais. Entretanto, somente quatro deles apoiaram a ideia: o próprio Lula, Paulo Skromov, José Cicotte e Jacó Bittar.

Segundo militantes históricos, para realizar esse intento de agregar essa diversidade de tendências, o PT precisou passar por uma fase que foi chamada de depuração política[31], o que custou muito caro para os próprios trabalhadores e partidos:

> Para o PT, a visão das esquerdas de cinquenta anos atrás, de que bastava "tomar o poder", é incorreta. O poder não é um objeto que se toma pura e simplesmente. É uma correlação de forças entre as classes sociais em luta. Não basta ocupar o poder, é preciso transformá-lo, reinventá-lo a favor dos interesses da maioria. Fazer a revolução não é tomar o aparelho de Estado para impor o socialismo. Não é, tampouco, impondo o marxismo no currículo escolar que iremos construir a consciência socialista. O PT entende que o socialismo será o ponto de chegada e o nosso ponto de partida resultante de um movimento social e político construído a partir do movimento histórico. (GADOTTI, 1989, p. 58)

Vê-se nesse relato, uma das principais diferenças entre o PT e a prática de outros partidos políticos, que é a pretensão de se pensar um projeto político a partir de um projeto mais amplo que envolva a discussão de toda a sociedade. Neste sentido, percebe-se que, diferentemente de experiências partidárias anteriores, há uma nítida participação popular nos processos deliberativos do partido.

A sua participação na formação se deu na própria constituição como partido. Isso porque, desde as origens, destacou-se como um de seus princípios político-pedagógicos, em meio ao que fora designado como depuração política, a importância dada ao fato de se trazer os trabalhadores para a discussão política, buscando desenvolver consciência crítica e autonomia. O que estaria em julgamento, dessa forma, era um novo projeto de Estado, em que os trabalhadores exercessem o protagonismo, daí a valorização dos conselhos como espaço de discussão e tomada de decisões [21].

É importante destacar que grande parte da militância exercida nos anos 1970 e 1980, em movimentos sociais e na própria CPT, tinha alguma relação político-partidária de simpatia com o PT. O Partido dos Trabalhadores, de alguma maneira contribuiu para uma consciência política dos quadros que atuaram nas lutas sejam por demandas urbanas ou agrárias.

[31] Essa depuração política referia-se ao fato de que era necessário para a própria sobrevivência do partido, com inúmeras caras e por isso de difícil consenso sobre questões políticas importantes, aperfeiçoar conceitos, de modo a construir coletivamente um projeto capaz de agregar distintas opiniões.

O PT contava como *capital*, para ingresso no *campo agrário*, um projeto partidário-político em que houve um redimensionamento do poder, que deixou de ser exercido pela cúpula do partido e passou a ser entregue aos seus protagonistas[32]:

> Vejamos a campanha de 1982. O que marcou suas candidaturas? Para o PT, dois pré-requisitos eram fundamentais para uma candidatura: ter sido escolhido pelas bases e, portanto, estar atuando politicamente. Assim sendo, nenhuma candidatura do partido, já em sua primeira campanha, mesmo para a vereança no menor dos municípios, foi escolhida por questão de prestígio pessoal, capacidade de retórica, etc. a candidatura tinha de estar engajada na militância, ajudando a classe em sua categoria e o partido em seu processo de amadurecimento. (GADOTTI, 1989, p. 26)

Com relação à mentalidade apregoada por vários partidos que possuíam trabalhadores, o PT lançava uma frase que marcaria o partido não mais visto como para os trabalhadores, mas de trabalhadores: "Sabemos trabalhar, sabemos governar". Vejamos o que diz a Carta de Princípios do PT:

> Nós, dirigentes sindicais, não pretendemos ser donos do PT, mesmo porque acreditamos sinceramente existir, entre os trabalhadores, militantes de base mais capacitados e devotados a quem caberá a tarefa de construir e liderar nosso partido. Estamos apenas procurando usar nossa autoridade moral e política para tentar abrir um caminho próprio para o conjunto dos trabalhadores. Temos a consciência de que, nesse papel, nesse momento, somos insubstituíveis, e somente em vista disto é que nós reivindicamos o papel de lançadores do PT (PT, 1980)

Outra especificidade do PT que funciona como *capital* para a formação *refere-se* à ideia de que é missão do partido contribuir para a emancipação dos trabalhadores, de modo a levá-los a pensar nas suas próprias demandas, participando ativamente do processo político, seja nos sindicatos ou até nos movimentos populares.

> Para atingir este objetivo o partido deve estar preparado para propor alterações profundas na estrutura econômica e política da nação. No entanto, o desenvolvimento da estratégia do PT depende de sua permanente relação com os movimentos sindicais e populares que lhe deram origem como proposta de um partido de massas de amplo alcance social. Vale lembrar que os trabalhadores cresceram em sua capacidade de organização na resistência e no combate à consolidação do atual regime. (PT, 1980)

[32] Apesar das boas intenções da fala dos petistas, há controvérsias em se tratando da própria figura emblemática de Lula. Pelo fato de ter se tornado o principal porta-voz do Partido, vem sofrendo críticas no sentido de ser confundido com o próprio PT, ou ainda maior do que o partido que representa. Esse fato aumentou com a eleição e conseguinte reeleição deste à presidência.

Essa relação com os movimentos sociais é o que dá um rosto político diferenciado ao PT. No entanto, percebe-se nos discursos um certo tom de ingenuidade do partido em enxergar o êxito eleitoral desde o início das eleições municipais, estaduais e federais no apoio das massas. Para Reis (2004, p. 404), o apoio popular ao PT, descontadas as "vanguardas" de maior informação e envolvimentos políticos, deveu-se às próprias "deficiências do eleitorado popular de que se nutre há muito do populismo"[33].

Com relação às práticas formativas, o PT ao longo da sua história, tem sido reconhecido não só no apoio às causas populares, mas também na promoção de debates que visam inserir os trabalhadores em uma discussão ampliada de suas demandas. Isso se tornou mais evidente quando o PT tratou do trabalho de preparo de quadros a fim de atuarem nas mudanças de direção de sindicatos por todo o país ainda nos primeiros anos de existência. Neste sentido, o Partido contribuiu muito para o amadurecimento político desses quadros, seja prestando assessorias, seja no sentido de apoio às ocupações e assentamentos.

1.5 Agentes sindicais: A Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Goiás, Fetaeg.

Diferentemente dos outros agentes descritos, o agente sindical é o legítimo *representante* dos trabalhadores, já que a razão de ser do sindicato é a própria representação.

Em junho de 1963[34], com a criação da Comissão Nacional de Sindicalização Rural (CNSR) apoiada pelo Ministério do Trabalho, são convocados os presidentes das Federações de vários estados para fundarem, segundo ditames do Ministério do Trabalho, a Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas

[33] Existe uma crítica ao PT em ser um partido urbano, que desconsidera as particularidades do campo, apesar de sua carta de princípios apontar o contrário. Muitos trabalhadores rurais, cuja mentalidade é conservadora em relação a algumas demandas petistas, enxergam com desconfiança essa atuação partidária, chegando mesmo a votar em partidos considerados mais de direita.

[34] É importante ressaltar que a sindicalização rural e a luta pela reforma agrária que foram o estopim do golpe de Estado de 1964. Isso porque o Decreto n 53.700, de 12 de março de 1964 editado pelo Presidente João Goulart, dentre outras coisas, desapropriava as terras compreendidas em um raio de 10 km dos eixos das rodovias e ferrovias federais.

(CONTAG). Essa confederação reunia 263 sindicatos rurais reconhecidos, mais de 480 postulantes e 26 Federações representando 19 Estados. (CAMARGO *apud* SILVA, 2004).

É relevante destacar que por trás dessa orientação de se criar sindicatos estava a atuação de três instâncias distintas: o PCB, a Igreja Católica[35] e o próprio Estado. O Partido Comunista, haja vista o abandono da ideia de revolução a qualquer custo (PESSOA, 1999a), além do pouco conhecimento que tinha sobre os trabalhadores rurais, decidiu se limitar:

> A publicar todo o material recolhido e, na base de relatórios ouvidos e da discussão verificada, estabelecer uma série de palavras de ordem provisória, de aplicação geral umas, e outras de aplicação particular a certas regiões (PEREIRA, 1976, p. 148-149)

Essa citação mostra que as intenções do PC incluíam, além de estabelecer critérios para a militância, a restrição do próprio vocabulário a ser adotado pelo Partido. Significava exercer um controle total sobre a ação e os militantes.

Em relação ao Estado, segundo Ianni (*Apud,* PESSOA, 1999a, p.71), tendo por base interesse em praticar uma política de exportação a qualquer custo, coube a esse agente, o PC, estimular os projetos agropecuários e agroindustriais. Para a pequena produção não havia qualquer suporte. A ideia era criar um aparato institucional capaz de não só reprimir movimentos populares como também ferir a credibilidade dos sindicatos – com a criação do caráter assistencialista de programas como o Funrural[36].

Até os anos 1970 havia seis STRs atuando em Goiás[37]: Caturaí, Goianápolis, Nova Veneza, Catalão, Pirenópolis e Anápolis. Em 20 de outubro de 1970, Antônio Ferreira Bueno, contando com a presença desses sindicatos descritos acima,

[35] Quanto ao papel da igreja, esta continuou atuante no sentido de assessorar os trabalhadores, seja indicando advogados e demais técnicos, ou mesmo atuando no sentido de denunciar as péssimas condições do campo a que estavam sendo submetidos os trabalhadores no campo.

[36] O Funrural, criado em 1971, visava atender as necessidades dos trabalhadores, tornando o sindicato o espaço de suporte onde toda a assistência médica e odontológica seria oferecida. Coexistiram outras ações de modo a esvaziar os sindicatos. O que estava em foco era a manutenção de interesses do Estado consoante aos interesses latifundiários.

[37] O primeiro sindicato fundado em Goiás foi o de Anápolis, em 04 de junho de 1967. Depois dele, os sindicatos de Pirenópolis, Goianápolis, Nova Veneza, Caturaí e Catalão foram respectivamente fundados.

juntamente com o presidente da Contag, José Francisco da Silva, fundou a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás – Fetaeg[38].

O fato é que, nos primeiros anos da federação, os sindicatos de Anápolis, Bela Vista e Nova Veneza continuaram denunciando práticas ilícitas que elegeram o seu primeiro presidente. Na articulação da federação com os órgãos do Ministério do Trabalho e do governo estadual, foi difícil destituir essa diretoria[39]. Então, em 1975, sindicalistas descontentes formaram uma comissão estadual, constituindo assim a Oposição Sindical[40].

No bispado de dom Tomás Balduíno na Cidade de Goiás foi realizada uma pesquisa para apontar quais eram os principais problemas que permeavam as organizações de trabalhadores rurais.

A pesquisa comprovou que era necessária a atuação da igreja no incentivo aos trabalhadores, no tocante à criação de sindicatos, já que os que haviam estavam engessados no atrelamento ao Estado. Segundo Milton Carmo e Nelson Teles, antecipando-se à decisão da igreja e sabendo disso, Bueno percorreu vários dos municípios e criou sindicatos, até com o apoio dos fazendeiros.

A reação da igreja, então, passou a ser não mais a criação de sindicatos, mas a tomada de sindicatos, como ocorreu em Itapuranga, Ceres e Carmo do Rio Verde. Antônio Bueno renunciou para o então vice-presidente da entidade, Amparo Sesil do Carmo, que posteriormente foi eleito para o mesmo cargo nos períodos de 1983 a 1986.

---

[38] Segundo Pessoa (1999, p. 84-85), a criação da Fetaeg tem uma história curiosa: Antônio Bueno era um funcionário da Contag que veio trabalhar na delegacia de Goiás como educador sindical. Nesse ínterim, planejou e criou a federação, contando com o apoio de cinco sindicatos. Porém, para ser empossado presidente, precisava estar filiado a um dos sindicatos fundadores. Como não conseguiu a filiação ao sindicato de Anápolis, pelo fato de não ser trabalhador rural, ele participou da fundação de um sindicato, em Catalão. Pessoa relata ainda que para a assembléia de fundação não convocaram Anápolis, apesar do seu dirigente, Milton Carmo Rezende, ter comparecido e registrado o protesto em ata.

[39] No período de 1986-89, a Fetaeg teve como presidente o Divino Goulart da Silva, reeleito de 1989 a 1992. De 1992 a 1995 ela foi presidida por Guilherme Pedro Neto e nos triênios 1995-1998 e 1998-2001 quem exerceu a presidência foi Alair Luiz dos Santos. Atualmente quem exerce a presidência é Wilson Hermuth Gottens. Percebe-se uma alta rotatividade de dirigentes, reflexo dos conflitos vivenciados, inclusive tendo em vista a relação estabelecida com a própria Igreja Católica.

[40] Não é a toa que Pessoa (1999a) descreve o desenrolar dos fatos que geraram a *Revanche Camponesa*, no capítulo que abre a conversa sobre a Fetaeg, como *Raposa no Galinheiro*.

A Fetaeg participa como agente coletivo organizado na formação, com os seus componentes: líderes sindicais, sindicatos associados, trabalhadores rurais, em vários momentos, ora com interesses compartilhados – como o de constituírem-se como federação, unindo forças contra o inimigo comum – ora com interesses divergentes, como ilustra a atuação de Antônio Bueno, que tinha muito mais afinidades com os interesses dos fazendeiros, já que era um deles, do que com a própria militância sindical. Muito embora os interesses comuns pareçam determinantes na lógica de criação de uma federação, os fatos comprovaram que não havia uma homogeneidade quanto a isso, conforme mostrado na pesquisa de Pessoa. (1999a)

Como principal meta, a Fetaeg almejava o alcance do maior número de sindicatos, por meio da captação destes para a finalidade de constituírem-se como federação. A constituição desse agente no *campo*, relativamente autônomo a outros agentes, foi em função da necessidade de se agruparem, de modo a criar força contra as práticas abusivas de patrões a empregadores rurais. Os interesses comuns que permearam esses agentes nesse *campo* agrário giraram em torno da representatividade em prol dos direitos a serem adquiridos pelos trabalhadores rurais mediante a classe dos proprietários de terra. No entanto, nem sempre a Fetaeg teve clareza quanto a esse objetivo – o de representar genuinamente os trabalhadores. Ao invés disso, em muitos momentos teve uma ação totalmente conservadora, como na época da criação do primeiro Governo Íris Rezende (1983-1986), em que houve apoio da federação quanto à instituição do comodato – forma de parceria pelo contrato entre fazendeiros e trabalhadores, permitindo a esses últimos o plantio nas terras dos primeiros.

Quanto à preocupação de participar da formação de trabalhadores rurais, a Fetaeg descreve, no rol de suas prioridades, o papel de "coordenar e defender os interesses dos trabalhadores rurais goianos". Neste sentido, não há entendimento de uma formação que os capacite para construir autonomamente as suas ações. A Federação possui uma visão superior de "dirigir", "coordenar", partindo do pressuposto de que sozinhos, esses trabalhadores rurais teriam poucas chances de organização. Em outras palavras, a Federação subestima a capacidade dos trabalhadores. Em consequência dessa visão, em vários momentos, a Fetaeg associa-se ao Estado, a fim de empreender ações conjuntas para o alcance de seus interesses.

No entanto, aos poucos os trabalhadores rurais foram percebendo e perdendo a crença no trabalho realizado pela Fetaeg, como aponta o desinteresse e a pouca mobilidade referente à disputa pela presidência, conforme citado anteriormente.

Fazendo uma leitura desses fatos a partir da ideia de *campo*, vimos que esses agentes coletivos – a Fetaeg e a Igreja Católica – apesar de terem um interesse comum, o de imprimir aos trabalhadores rurais uma marca de formação, em vários momentos apresentaram meios antagônicos para consegui-lo, pois ambos tinham divergentes visões de mundo dos significados sobre o que deveria ser a ação formativa.

Em relação aos partidos, a década de 1980 se configurou, segundo Pessoa (1999a, p.86), como um debate ideológico no interior do movimento sindical. A Fetaeg sentiu os impactos da criação das centrais sindicais, quando passou a ser disputada pela CUT-PT e pelo PC do B.

Desde o início, o MST viu a Federação com desconfiados olhos porque, na visão dos Sem-Terra, a Fetaeg defendia plataformas de reivindicações muito próximas do Estado, em nada se diferenciando dele. Enquanto o MST conclamava um embate mais incisivo, quanto à ocupação de terras, a Federação, numa postura de maior abrandamento e até de frieza, partia para o caminho da negociação por vias legais. Contudo, o que estava em jogo nessa discussão, era a representação política, vez que a Federação representava o espaço legítimo dos trabalhadores, reivindicando ser o porta-voz genuíno destes, via organização sindical.

1.5.1 A ação da Central Única dos Trabalhadores, CUT.

Outro importante mediador que muito contribuiu para a área da formação dos trabalhadores rurais foi a Central Única dos Trabalhadores, a CUT, criada no intuito de unificar os trabalhadores, de modo a construir uma nova experiência de organização[41].

[41] É importante ressaltar que a nova realidade socioeconômica criara novos desafios para os trabalhadores. Ao mesmo tempo em que o Brasil apontava como uma economia cada vez mais crescente, a pauperização também aumentava na relação trabalho-*capital*. O país que possuía 50 milhões de assalariados, cerca de um terço dessa

No afã de desvencilhar-se da tutela do Estado, esforços foram somados de modo a promover uma outra forma de prática sindical, mais independente da força estatal e comprometida com as demandas populares. Foi assim que nasceu a CUT, graças à existência[42] do Partido dos Trabalhadores – PT – que defendia no seu programa a independência dos trabalhadores, no sentido da renovação. As ligações e relações entre as duas realidades históricas – uma sindical, a CUT, e outra político-partidária, o PT – nascidas de um mesmo veio contestador, tornou automático associar as duas siglas: CUT e PT.

O cenário de criação foi São Bernardo do Campo, SP, onde, desde 1978[43], realizavam-se greves envolvendo um contingente enorme de trabalhadores. No entanto, observa-se que nasceu aglutinando diversas tendências do sindicalismo combativo e de militantes sem convicção ideológica consolidada, a exemplo de Lula, como também composta por amplos setores da esquerda católica, socialistas, comunistas, dissidentes da esquerda tradicional e *trotkystas*. A ênfase dada, com a entrada desses novos agentes na esfera sindical, era quanto à promoção do chamado "novo sindicalismo" que propunha romper com os vícios herdados da prática sindical.

Em relação à formação, aparecia nos discursos do novo sindicalismo uma ruptura no modo de ver a militância. Isso porque se pensava também em uma proposta pedagógica a fim de formar quadros de lideranças e bases aptas a assumirem um novo sindicato.

Nesse sentido, foram criadas escolas sindicais, como o instituto Cajamar, a Escola Sul de Formação e o Departamento Intersindical de Estudos Econômicos (DIEESE), com formas educacionais alternativas, "[...] objetivando incorporar novos temas para debate e renovar de fato os seus quadros de militância, muito embora a nova

---

população era composta por assalariados rurais, bóias-frias ou diaristas, enquanto que a grande maioria era composta de trabalhadores urbanos.

[42] Segundo Pietrafesa em entrevista concedida a Márcia Dias Ferreira, a CUT também nasceu graças ao esforço da CPT. (CPT GOIÁS, 1993)

[43] A ideia de unificar os trabalhadores remonta de meados dos anos 70. Em 1977 foi realizada a IV Conferência Nacional das Classes Produtoras (CONCLAP). Os sindicalistas então resolveram também organizar uma Conferência de Trabalhadores (CONCLAT). No entanto, quem organizou a Conferência foi a Confederação Nacional de Trabalhadores da Indústria (CNTI) sob os moldes do governo. Na época, o então sindicalista Luís Inácio da Silva, Lula, chegou a afirmar que, por causa da ingerência do Estado em uma organização dos trabalhadores, a CONCLAT "já nasceu morta". (GIANNOTTI, 1991, p. 18-22)

perspectiva de conceber e praticar a formação sindical já fora esboçada no período da resistência". (MANFREDI, 1996, p. 111)

Em relação a outras práticas formativas, a CUT ensejou a formação de uma estrutura interna nos próprios sindicatos, visando coordenar práticas educativas que construíssem uma nova experiência como militantes.

Santana (1988, p. 22-23) comenta o fato de o movimento ter nas suas bases os sindicalistas considerados "puros" porque abrangiam os "verdadeiros trabalhadores advindos da base". A presença da CUT nos movimentos grevistas dos anos 1970 e 1980 reforçou, na prática, as bases do novo sindicalismo, ainda que conferindo-lhe um certo ar "imaculado", o que de certa forma gerou crença e fé num momento de renovação sindical.

Assome-se a isso o fato de haver, tanto no tempo como no espaço dos sindicatos, uma grande presença de jovens que livres das injunções do sindicalismo anterior, liderado por velhos operários submissos a outros ditames ideológicos, puderam demonstrar maior abertura e capacidade de decisão.

Com relação à experiência sindical anterior à participação na CUT, Davi Pereira Vasconscelos, sindicalista atuante na CUT, afirma:

> O sindicato antes da formação da CUT, qualquer sindicato, era um sindicato atrelado ao Ministério do Trabalho. Um sindicato que na verdade era mais uma previdência do governo, do que um sindicato de luta. Era um sindicato que tinha que estar prestando contas de todos os seus atos, até que os dirigentes faziam. Tudo que era feito tinha que prestar contas ao delegado do trabalho. Ai daquele dirigente que não fosse lá ao Ministério do Trabalho, dar a bênção. Aqui no Paraná era um general aposentado que controlava todos os sindicatos. (Entrevista concedida em 16/11/1998)

O relato acima mostra que a CUT, como portadora de uma nova proposta sindical, propunha, dentre outras coisas, romper com a estrutura anterior, principalmente no que se refere à relação com o Estado. Em vez da negociação, esses objetivos partiram para o confronto, que levou o próprio presidente da Federação da Indústria do Estado de São Paulo (FIESP), Mário Amato a afirmar: "Eles não querem negociação, estão mais preocupados em acirrar conflitos". (CUT Nacional, 1995)

Assim como o Partido dos Trabalhadores, a CUT também pretendia possuir um ideário diversificado, englobando várias tendências. O que unificava a bandeira de lutas era a ideia disseminada de mudança e democratização nos sindicatos, com o fim do peleguismo.[44] A sua participação foi intensa nas manifestações populares, nas paralisações de trabalhadores, nas ocupações de terras, além da própria luta pelo fim da ditadura.

Outra questão que inseriu a CUT na formação refere-se às novas práticas desenvolvidas, como parte do novo sindicalismo, que se caracterizavam, sobretudo, pelo novo tipo de representação sindical e de ampliação do horizonte de lutas, seja pelo direito à cidadania, ou pela luta e melhoria nas condições de trabalho. O que estaria em jogo, então, era um novo modelo sindical, cujas práticas visassem romper com o sindicalismo classista, com o sindicalismo enraizado na base e com a democracia interna nas instâncias da Central Única dos Trabalhadores. Neste terceiro princípio, a grande preocupação era de democratizar as decisões, através das diversas instâncias nas quais eram discutidos os dilemas vivenciados. Essas questões significaram uma mudança de enfoque no tipo de militância que até então era exercida nos sindicatos[45]. A CUT passou a "atacar" as práticas do assistencialismo ou do chamado "sindicalismo de resultados".

A CUT[46] inseriu também a questão agrária nas pautas de discussões, combatendo e recusando a implantação do Estatuto da Terra, por acreditar que este servia apenas aos interesses dos proprietários de terras, impedindo que a reforma agrária partisse dos próprios trabalhadores rurais.

Com relação às metodologias empregadas para essa formação de militantes, várias estratégias foram utilizadas. No que tange ao trabalhador rural, havia um manual que o orientava sobre como fundar seu sindicato, indicando os passos corretos, além de orientações gerais sobre legislação trabalhista e instrumentos de posse

[44] Nos sindicatos da época, *peleguismo* era o nome dado à prática comum de possuírem direções comprometidas com o governo. Em Goiás, era imenso o número de sindicatos tutelados, às vezes criados pelos próprios patrões.
[45] Havia uma influência muito grande do chamado "peleguismo" nos sindicatos.
[46] A relação entre a CUT e outros agentes de formação foi em larga medida amistosa. Entre 1991 e 1993 a CPT Goiás integrou o coletivo de Formação da CUT Goiás. Com a crise sindical dos anos 90, e a consequente desmobilização, a forte relação da central com a pastoral diminuiu. A CPT fez fortes críticas à CUT na VI Assembléia da entidade em 1983, acusando as lideranças de estarem absorvidas com a estrutura sindical, que não tinham tempo para o trabalho de base.

da terra. Em Goiás esses manuais foram amplamente utilizados e até distribuídos pela própria CPT.

1.6 Agentes intelectuais: As assessorias.

Entre os anos 1950 e 1960, além dos partidos políticos e da militância sindical, os dirigentes nacionalistas, em sua grande maioria comunista, convidaram os intelectuais para promoverem práticas educativas em seus espaços. É notório constatar a presença, em várias instâncias, desses intelectuais, de origens variadas, mas que tinham em comum o fato de pertencerem aos meios acadêmicos, sobretudo universidades. Têm sido importantes as contribuições desses agentes para a *mediação* com os trabalhadores rurais. Ao abordar a presença de intelectuais em atividades formativas, Manfredi (1996, p.89) destaca a importância que teve o Iseb para o preparo de diferentes níveis de militância:

> Idealizado nos moldes do Collège de France – ou em termos latino-americanos do Colégio do México – o Iseb se definia como o centro permanente de altos estudos políticos e sociais em nível de pós-universitário que tem por finalidade o estudo, o ensino e a divulgação das ciências sociais, notadamente da Sociologia, da História, da Economia e da Política, especialmente para o fim de aplicar as categorias e os dados dessas ciências à análise e à compreensão crítica da realidade brasileira, visando a elaboração de instrumentos teóricos que permitiam o incentivo e a promoção do desenvolvimento nacional.

Conforme mostra a autora, o pensamento difundido nos anos 1950 e 1960 por diferentes agentes, tinha em comum o fato de apontar em direção a uma ideologia nacional-desenvolvimentista, em que não seria possível conceber modelos antagônicos de desenvolvimento econômico e social. Manfredi (p. 90) nos informa que pelas interpretações assumidas pelos intelectuais naquele período, acreditavam eles possuírem capacidade e autonomia para serem os porta-vozes dos movimentos sociais. Esses intelectuais não seriam somente os "tecnocratas do saber popular" e os agentes de sua consciência, mas também se constituiriam os verdadeiros "tutores da massa".

Sobre o papel dos intelectuais nos partidos e sindicatos, Marilena Chauí reflete (*Apud*, MANFREDI, 1996, p. 89):

> [...] Quer aceitassem a ideologia e a política desenvolvimentista (anos 50), quer aderissem à política populista e mesmo a propusessem (início dos anos 60) as esquerdas jamais abririam mão de três grandes pressupostos de sua prática: o nacionalismo antiimperialista, o vanguardismo da organização partidária na condução do processo e o estatismo como meta revolucionária... (fazer a revolução a partir do e com o Estado).

Então, a participação dos intelectuais apontava no sentido de uma modificação da sociedade, que não partiria da própria classe trabalhadora, mas, principalmente da vanguarda. Esse vanguardismo dos intelectuais apareceu, sobretudo, na orientação partidária do PCB.

Contudo, quanto aos movimentos rurais, as experiências mais fecundas de intelectuais se referem ao engajamento que estes tiveram em movimentos estudantis ou movimentos de educação de base – neste caso, nos movimentos de educação e de alfabetização promovidos principalmente pelo Movimento de Educação de Base – o MEB.

Até o golpe de 1964, o MEB, através de seus programas de alfabetização, teve um grande alcance, capaz de politizar e mobilizar diversos trabalhadores rurais, que inclusive buscaram movimentos populares após assistirem a esses programas.

Alguns autores mostraram em suas análises que o golpe de Estado foi o grande responsável pela ruptura nas formas de organização e, sobretudo na mobilização, interrompendo um "ciclo" de formas de lutas que em vários momentos mostraram-se combativas. Neste sentido, o papel dos intelectuais foi de fundamental importância, não só para a "conscientização", mas para a constituição da resistência ao regime.

Com o golpe, não só os líderes e militantes de movimentos foram duramente reprimidos, mas também grande parte dos intelectuais brasileiros foi presa, torturada e impedida de desenvolver suas pesquisas, ou exilada, em muitos casos, escrevendo do exterior suas impressões sobre o país.

Com a redemocratização e a Lei da Anistia, vários desses intelectuais retornaram, inserindo-se em mobilizações que surgiam ou mesmo militando em partidos, principalmente de Esquerda, como o Partido dos Trabalhadores – o PT.

Cruz (2005, p. 43) aponta, neste período, a emergência de centros de assessoria englobando intelectuais, haja vista a própria ação do Vaticano em investir contra as práticas da denominação "Opção preferencial pelos pobres da América Latina". Por trás dessa orientação estava um interesse do Papa em desestruturar a ala progressista da igreja, "impondo uma nova formulação diante dos conflitos agrários e das ações pastorais que lhes concerniam, recolocando os termos da relação entre igreja e Estado, em outros patamares".

De fato, essa "nova orientação" gerou em Goiás um recuo da Igreja, demandando a criação de espaços alternativos – espaços esses fora da realidade da igreja e da UCG. Os intelectuais, mobilizados em torno dessas circunstâncias, tendo em vista a necessidade de enfrentamento da ala conservadora da igreja e da reação armada da oligarquia rural, representada pela União Democrática Ruralista, UDR, criaram em 1984 o Instituto Brasil Central – o Ibrace[47], que nasce com o objetivo divulgar não só projetos políticos de redemocratização, como também de capacitar quadros para a militância em várias instâncias do movimento social. Neste sentido, o Ibrace transformou-se também em veículo de Escola e Formação Política.

> Nós sempre trabalhamos formação ligada à experiência e à análise de conjuntura. Era sempre um exercício de vincular à experiência local, regional as tendências macro-sociais, então a gente sempre estava trazendo, fazendo eventos, e em todos os encontros que a gente organizava abria-se com a análise da conjuntura e era análise de conjuntura pensada pelos sujeitos, pelos protagonistas e assessorada em determinado momento pelos intelectuais. (Entrevista concedida a CRUZ, 2005, p. 48)

Constituíam-se formadores não só intelectuais, como agentes da pastoral, militantes sindicais filiados à CUT/GO, bem como as mais diversas lideranças urbanas, formadas por professores da UCG e da UFG. Assim, desde os primeiros anos de vida, o Ibrace passou a acompanhar os acampamentos e os processos de constituição de assentamentos dos Sem-Terra em Goiás.

[47] "O Ibrace surgiu da institucionalização de um espaço para a aglutinação de professores, alunos, agentes de pastorais, CPT, direção e militantes do Partido dos Trabalhadores –PT, membros do Centro de Justiça e Paz (CPJ), assessores do Secretariado de Pastoral Arquidiocesana de Goiânia (SPAR), representantes dos movimentos sociais e dirigentes da Central Única dos Trabalhadores (CUT)". O principal objetivo era "costurar" um plano de trabalho comum para essas diferentes forças sociais.

As práticas educativas visavam, sobretudo, possibilitar aos trabalhadores acesso ao conhecimento formal por meio da alfabetização de jovens e adultos, ou pela formação política. A educação "funciona, ainda, como condição do domínio de conceitos sócio-políticos que favorecem a viabilização de negociações nas instâncias públicas nas quais esses trabalhadores enfrentam verdadeiras arenas de luta". (CRUZ, 2005, p.43)

As tensões do Ibrace com a CPT se davam basicamente por dois motivos: o primeiro, advindo do fato de que o Ibrace foi o primeiro da região a não ser um espaço criado pela igreja[48], tirando inclusive dela a exclusividade de mediação junto aos trabalhadores rurais. O segundo refere-se ao próprio ambiente de sua criação, gestada no ambiente universitário, "[...] com um forte viés político partidário do PT e, majoritariamente, composto por mulheres que ameaçavam as concepções de trabalho de base, assessoria e formação até então desenvolvidas pela Igreja e alguns militantes de partido político". (p.43)

Um ano após a criação do Ibrace, a costura de forças que permitiu a sua concretização, por motivos de diferentes projetos de formação, as diversificadas tendências políticas, além das disputas internas, resultou na saída de membros ligados à questão agrária, pertencentes principalmente a CPT[49].

A própria CPT naquele momento vivia uma crise de identidade (CRUZ, 2005, p. 44). Isso se devia ao fato de não coadunar com os interesses impostos pelo Vaticano, não se reconhecer como pastoral, tampouco como organismo de representação de interesses dos trabalhadores, conforme citado no *campo* religioso. Para o autor, a presença do Ibrace redimensionou mais ainda essa crise.

Como consequência direta desse processo, em 1985 vários quadros da CPT fundaram um novo instituto: o Instituto de Formação e Assessoria Sindical Sebastião Rosa da Paz – IFAS, tendo como objetivo:

[48] Cruz mostra, através dos depoimentos, que as pessoas estranhavam o fato de o Ibrace não ter uma conotação religiosa. Isso em alguns momentos assustou os militantes dos movimentos, que não estavam acostumados.
[49] A CPT, até então ocupante do cargo de vice-presidência do Ibrace, na ruptura com essa costura, levou consigo o projeto de atuação com os rurais. (p.50)

> Contribuir para a formação e a organização sindical e política dos trabalhadores, com as próprias organizações de base, entendendo a organização dos trabalhadores como sujeito coletivo, com o propósito de qualificar a ação e a intervenção das direções em suas bases e sociedade. O Ifas cumpriu importante papel na renovação e na democratização das Federações de Trabalhadores Rurais de Goiás e Tocantins, na consolidação da Central Única dos Trabalhadores (PT) e nas administrações populares do campo democrático. (IFAS, 2002)

Em Goiás, outros grupos surgiram dessa experiência[50], tendo em comum o fato de que todos esses centros de assessoria significaram a mobilização, sobretudo da classe média, aglutinando e assumindo a defesa interesses dos movimentos populares, no interesse comum de enfrentar os proprietários rurais e as alas conservadoras do Estado.

As práticas educativas e formativas engendradas após os anos 1980, pelos intelectuais, no afã de "capacitar" e "formar" em muitos casos, partiam da concepção de que os trabalhadores rurais não poderiam ser considerados mais como "tábula rasa", mas sujeitos capazes de autogerirem suas demandas e lutas. As inúmeras experiências vivenciadas através do método Paulo Freire nesses espaços de formação mostram que esses intelectuais também reorganizaram o seu conhecimento a partir das práticas desses trabalhadores rurais.

Se entendermos essas ações tendo como parâmetro a ideia de *campo*, esses agentes coletivos organizados promoveram uma politização, confirmada na quantidade e qualidade de invasões ocorridas no período e organizadas pelos próprios trabalhadores, assim como o surgimento de movimentos criados por eles mesmos, como a título de exemplo, a emergência do Movimento Social dos Sem Terra – MST.

Os interesses para os intelectuais, nem sempre caminhando na mesma direção, dizem respeito a um projeto de formação que tem por base a concretização de um projeto de reforma agrária, assim como a mudança nas relações de trabalho no campo.

[50] Como o Grupo "Transas do Corpo". Outros grupos de "resistência" surgiram mobilizados em Centro de Professores de Goiás (CPG), Federação dos posseiros e inquilinos urbanos (FEGIP), dentre outros.

Os momentos de tensão se referem aos projetos de como isso seria possível, assim como o tipo de formação que melhor aprouvesse a cada grupo de assessoria.

1.7. Agentes governamentais

Quando pensamos na constituição do Estado no Brasil, algumas questões se fazem necessárias. A primeira delas diz respeito à própria formação do Estado brasileiro, que desde o seu início, teve uma conotação eminentemente elitista, voltada apenas a atender alguns setores da sociedade, em detrimento da grande maioria.

No Brasil, quando estudamos a evolução política, percebemos, sobretudo, a presença de um grupo com raízes agrárias desde o período colonial que, no domínio da localidade – ou da região, impunha a força dos proprietários rurais, cuja fonte de poder se centrava na posse da terra, constituindo assim, uma classe dirigente.

A própria administração pública tinha receio de se sobrepor a esse grupo, isso porque em cada município, possuía um exército composto por jagunços que atendiam aos interesses dessa classe, à base da violência. A figura do "coronel" sobejamente explorado na literatura regional o ilustra bem.

Os "mandões" do interior foram aos poucos sendo incorporados à órbita federal através de cargos como de coronel, major e passaram a representar o Estado em seus redutos. Assim, o coronelismo pôde ser caracterizado como um sistema que agrupava dois lados: por um lado, uma ala governamental das capitais, e por outro, a ala e os fazendeiros do interior, que se perpetuavam no poder através de um jogo de poder pela *endogenia*, apadrinhamento e exclusão da maioria da população.

Esse quadro só se alterou um pouco, em relação aos arranjos políticos, com a urbanização e os deslocamentos provocados no século XIX, quando a incipiente industrialização vivida no Brasil forçou uma quebra do monopólio da burocracia, abrindo caminho para a incorporação de novos valores. Isso não quer dizer que o grupo agrário desapareceu do cenário político, longe disso. O que houve foi uma recomposição de poder, motivo pelo qual essa oligarquia teve que partilhar o comando com esses

grupos de origens urbanas. Ducci (2004, p. 238) afirma que um desses grupos, composto por empresários, ganhou um maior espaço com o desenvolvimento da indústria e do setor financeiro.

Esse grupo empresarial tinha as suas raízes nas próprias famílias tradicionais, que, diante do processo de modernização brasileira, se desenvolveram em outros ramos de negócios, investindo até na indústria. Outro polo de geração dessas elites adveio dos imigrantes, que somaram o seu capital ao progresso econômico do país.

Então, torna-se impossível compreender a origem do poder executivo brasileiro, sem a compreensão dos fatores históricos do Estado e o legado dos regimes autoritários vigentes em 1930- 1945 e 1964-1985. A intervenção da economia contribuiu sobremaneira para fortalecer o Executivo, pois se fez por meio da expansão de agências burocráticas subordinadas. No entanto, os regimes autoritários contribuíram para o engrandecimento do Executivo, após terem praticamente aniquilado do Legislativo entre 1937 e 1945, e amesquinhado o Congresso entre 1964 e 1985.

Quando se fala em "resultados sociais" dessas práticas acima citadas para a questão do campo, Martins (2000, p.12-13) aponta que duas questões não foram ainda devidamente resolvidas e têm trazido alguns desdobramentos, no que tange principalmente a questão da ampliação do Estado à própria sociedade: a questão do trabalho livre e a questão residual da posse da terra.

Isso porque essas questões estão vinculadas aos problemas da violência no campo, motivada pela relação semi-servil que recebemos como herança e à forma como foi se constituindo a propriedade, o que causou processos como o de grilagem, forçando ainda mais conflitos agrários. Martins (2000) diz ainda que:

> [...] O Estado protagonista da história do povo foi um dos emblemas do populismo em nosso país por muito tempo, como mostraram diferentes estudiosos [...] E ainda é a referência de vários partidos políticos. Mas, o inevitável, embora variável, compromisso dos partidos com as estruturas de dominação tradicional e seus vínculos também variáveis com o patrimonialismo, não lhes permite a renúncia necessária ao compromisso com o primado do Estado para aceitarem e compreenderem o advento do primado da sociedade nas relações políticas. (p. 236)

Isso quer dizer que longe de responder às demandas sociais por distribuição de terras – e consequentemente poder, o Estado brasileiro, ao longo dos anos tem promovido o "fosso" entre os que possuem terras – e maiores direitos – e os que não as possuem. Mesmo na era do capitalismo globalizado e a sua ideia de progresso, multidões de deserdados sem destino, encontram-se abandonados à própria sorte:

> [...] São os indevidamente chamados de excluídos, porque incluídos foram nas funções residuais e subalternas da cloaca de um sistema econômico que não parece ter como funcionar e sobreviver sem iniquidades e injustiças. (p. 248)

Quando se diz que esse agente participou da formação, foi mais no sentido de construir uma política de conciliação de interesses, partindo das ideias da elite agrária sobre o que seriam esses interesses, a fim de organizar uma política de atrelamento dos trabalhadores rurais ao aparelho estatal, despolitizando-os e, desorganizando os seus modos de luta.

É claro que quando esse objetivo não foi alcançado, a reação foi com força e violência e repressão, sobretudo, nos momentos de integração de posse, com policiais imbuídos da tarefa de expulsar os trabalhadores das terras.

A classe patronal, composta por proprietários rurais, em vários momentos promoveu a sua sindicalização e exigiu, como classe organizada, que o Estado através do Congresso, não promovesse as reformas, "articulando-se com outros setores que também reagiam contra os movimentos camponeses e organizando milícias privadas para o combate direto de suas ações". (Medeiros *apud* PESSOA, 1999, p.67).

O Estatuto da Terra apresenta dubiedade, mais serviu aos proprietários que aos lavradores ou à própria terra. Isso porque embora apresentasse a desapropriação por interesse social, como forma de controle da propriedade, ele a impedia pelos casos restritivos. Ficaram excluídas nesse processo, por exemplo, as empresas rurais e áreas fora de zonas declaradas prioritárias. O mesmo estatuto abandona, então, a nova função social expressa no artigo 2º.

O próprio Funrural[51], citado antes, desencadeou uma formação de trabalhadores distanciada dos interesses gerais, vez que o governo fez um esvaziamento nos sindicatos, pois esses passaram a ser um canal de assistencialismo médico e odontológico e não espaço reivindicativo de demandas sociais. O Funrural, bem como outras práticas de educação, criou no imaginário camponês a ideia de que a sindicalização era um processo desnecessário, que só traria prejuízos aos que a ela aderissem. Esse pensamento fincou raízes que até hoje permeiam a sindicalização rural brasileira, que vê no sindicato não um espaço de reivindicações, mas de assistência e mutualismo.

O Estado, constituído como agente coletivo, representante da elite agrária, tem o interesse de criar áreas da administração pública, de modo a transmitir políticas públicas que apareçam como benefícios e não como conquista da sociedade organizada em movimentos sociais.

Neste sentido, entre essas ações educativas visavam, sobretudo, a acomodação de conflitos, de forma a promover um desenvolvimento econômico dos mercados em detrimento de um desenvolvimento social[52].

[51] Pessoa (1999a) cita a criação de programas de crédito, como o Programa Especial de Desenvolvimento da Região Geoeconômica de Brasília, Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste, Programa Nacional do Calcário Agrícola, Programa Nacional de Conservação do Solo, Programa de Estímulos Técnicos e Financeiros para o Desenvolvimento da Pecuária Leiteira, Programa Nacional de Pastagens, etc. Todos esses programas acabaram gerando um contingente de trabalhadores rurais.

[52] Essa simbiose entre o "velho" e o "novo são resultados do que se chama de modernização conservadora, em que há uma combinação entre interesses agrários e uma industrialização, ficando de fora desse processo, os interesses gerais da sociedade.

1.8. Agentes patronais : Federação da Agricultura do Estado de Goiás – Faeg

A criação da Faeg se deu em um contexto de, por um lado, recrudescimento das ações empreendidas pelo governo militar e, por outro, pelo processo de expropriação de terras do Estado. Fundada em novembro de 1967 com o nome Federação das Associações Rurais do Estado de Goiás, teve o nome alterado em seguida para Federação da Agricultura do Estado de Goiás, atualmente em uso. Nos documentos oficiais o ato de fundação é atribuído "ao pioneirismo e a visão progressista de José Agenor Lino e Silva", fundador e primeiro presidente, que "realizou repetidas visitas ao interior do Estado, orientando as Associações Rurais para que se transformassem em Sindicatos Rurais" (FAEG, 2010). Contou, desde o início, como apoio do Inda, Instituto de Desenvolvimento Agrário, que custeou inclusive as viagens pelo interior, cedendo veículos e corpo técnico.

Havia o interesse que, por meio de uma ação ostensiva dos proprietários de terras que fossem coibidas possíveis ações de trabalhadores rurais do campo, o que justificaria a razão de ser da Faeg.

Como integrante do *campo* agrário, *representa* os empregadores, em organizações vinculadas às categorias econômicas das atividades relacionadas à agropecuária, agricultura, agronegócio e áreas afins. Podem ser filiadas pessoas físicas e jurídicas, integrantes da categoria econômica que comprovem o exercício da atividade rural, como proprietário, arrendatário ou outra espécie de empregador. Esse agente coletivo organizado pretende a manutenção de uma estrutura agrária existente, bem como a defesa de seus interesses de classe. No período de fundação da Faeg, o principal interesse era a pecuária, que naquele momento era a principal atividade produtiva. No entanto, com a modernização agrícola e o agronegócio, novas atividades surgiram, com a chegada de novos sindicalizados vindos dessas novas áreas.

A “relação” com o comércio agrícola pode ser confundida com a própria atividade sindical, como por exemplo, da época da fundação. A Faeg iniciou as suas atividades localizada nas dependências da Tratormaq, revendedora de tratores e implementos agrícolas, de propriedade do primeiro presidente da entidade. Teve outros endereços também em empreendimentos comerciais, tendo sede própria apenas em 1977. Contou com os seguintes presidentes e gestão:

Quadro 1: Períodos e Gestões da Faeg

Período	Gestão
Nov/1967 a Dez/1968.....	*Agenor Lino e Silva*
Dez/1968 a Set/1969.....	*Ruy Brasil Cavalcanti*
Set/1969 a Dez/1971	*Félix Eduardo Curado*
Dez/1971 a Dez/1974.....	*Rui Brasil Cavalcanti Júnior*
Dez/1974 a Dez/1977.....	*Rui Brasil Cavalcanti Júnior*
Dez/1977 a Fev /1978.....	*Rui Brasil Cavalcanti Júnior*
Fev/1978 a Fev/1979.....	*Antônio Flávio Lima*
Fev/1979 a Dez/1980.....	*Paulo Seronni*
Dez/1980 a Dez/1983.....	*Paulo Seronni*
Fev/1983 a Dez/1986.....	*Paulo Seronni*
Dez/1986 a Dez/1989.....	*Aroldo Rastoldo*
Dez/1989 a Dez/1992.....	*Paulo Seronni*
Dez/1992 a Dez/1995	*João Bosco Umbelino dos Santos*
Dez/1995 a Dez/1998.....	*João Bosco Umbelino dos Santos*
Dez/1998 a Dez/2001.....	*João Bosco Umbelino dos Santos*
Dez/2001 a Dez/2004	*Macel Felix Caixeta*
Dez/2004 a Dez/2007	*Macel Felix Caixeta*
Dez/2007 a Mai/2008	*Macel Felix Caixeta*
desde Mai/2008	***Mário Schreiner***

Fonte: Federação da Agricultura do Estado de Goiás – Faeg, 2010.

Nota-se que há uma gestão continuada no processo de presidência da Faeg, o que não denota conflitos internos. Isso porque as chapas que concorrem nos pleitos promovem investimentos no sentido de conseguirem os cargos, que geralmente, dão um novo status ao eleito. A não renovação significa alto investimento do grupo vencedor em dar continuidade a um determinado projeto, que muitas vezes é pessoal, na

medida em que vislumbra a possibilidade futura de uma candidatura política a vereador e deputado.

Consta nos objetivos da Faeg: “a defesa do homem do campo, seja no âmbito social e econômico. Cabe a entidade abranger os diversos segmentos da atividade rural, envolver pequenos e médios produtores, fortalecer a classe e tornar o ambiente rural mais desenvolvido, competente e competitivo”. (FAEG, 2010) A partir da leitura desses objetivos percebe-se uma preocupação em diversificar as atividades, incorporando no rol de sindicalizados diferentes produtores rurais, não apenas pecuaristas, mas agricultores de diferentes culturas agrícolas.

Como agente coletivo organizado, tem atuado no sentido de reprimir manifestações de trabalhadores, principalmente buscando apoio com o governo no sentido coibir ocupações de terras no Estado. Em 2002, durante uma manifestação chamada “Paz no campo para produzir”, Ronaldo Caiado, sindicalizado da Faeg e fundador da UDR (União Democrática Ruralista) chegou a comparar o coordenador nacional do MST, João Pedro Stédile, ao ditador alemão Adolf Hitler: “O líder do MST pregou o extermínio. Em nenhum momento nós vimos isso, a não ser aquilo que a história nos relata de Hitler”. (CONFLITO AGRÁRIO, 2002). Caiado disse ainda que alguns movimentos seriam financiados por agroindústrias internacionais para agir contra os produtores brasileiros e que defenderia os latifúndios conforme Constituição Brasileira de 1988.

O que há de mais significativo neste sub-campo é a união de grupos ruralistas em prol de um interesse comum: a defesa de seus interesses agrários, que são ameaçados pelas “invasões dos movimentos sociais” (2002, p. 23). Em um primeiro momento, as ações são pensadas em estratégias de impedir as ocupações, na medida do possível, criminalizando-as perante a opinião pública. Em um segundo momento, os interesses convergem para a proteção dos sindicalizados, costurando forças para fazer acordos com o governo, a fim de melhorar condições de preços na agricultura, na política de leite, vacinação de gado, dentre outros.

O que está em jogo para esses agentes coletivos é a defesa dos interesses dos sindicatos rurais, a manutenção da estrutura agrária latifundiária, a

diversificação agrícola e a viabilização de recursos para a manutenção de suas atividades. Para tanto, demandam uma série de práticas educativas visando instruir seus membros sobre como agir em situações desagradáveis.

Tem inúmeras atividades formativas que iniciam buscando fortalecer os laços, impondo uma cultura sindical desde a infância, como o Programa Agrinho, que tem como finalidade:

> Fornecer às crianças as informações em relação a temas diversos como meio ambiente, saúde, ética, cidadania entre outros de modo a corroborar para o desenvolvimento de um conceito de ensino diferente abordando os conteúdos propostos de forma transversal às disciplinas obrigatórias de modo a atender às necessidades de cada comunidade. (FAEG, 2002)

Atingindo um público-alvo escolar, a partir do ensino fundamental, esse programa trabalha com diversos temas, a fim de atrair a juventude a partir da interação de assuntos próprios da idade, para daí, inserir temas sindicais. O uso de um material didático ilustrativo, colorido enfoca assuntos como: o adolescente e a família, o papel da educação e cultura na construção da cidadania, saúde e nutrição, ética e empreendedorismo, dentre outros. Só para se ter uma dimensão do projeto, vejamos o número de crianças envolvidas na proposta:

Quadro 2: Escolas visitadas pelo Projeto Agrinho e previsões para 2010

RESULTADOS DE 2008	RESULTADOS DE 2009	PREVISÃO PARA 2010
19.351 alunos	98.441 alunos	250 mil alunos
1.021 professores	3.511 professores	10 mil professores
112 escolas	510 escolas	1.200 escolas
27 municípios	87 Municípios	120 municípios

Fonte: Projeto Agrinho, 2010.

Outras ações foram pensadas pela Faeg para os seus sindicalizados, como Campo em Ordem. Esse programa visa orientar e levantar informações aos técnicos da área contábil e Jurídica, ao produtor e trabalhador rural por meio de palestras e cursos a serem realizadas nos diversos municípios de Goiás, com a distribuição de cartilhas e materiais instrucionais contendo informações sobre: Função Social da Propriedade Rural, Legislação: Ambiental, trabalhista, previdenciária, fundiária, Tributária, dentre outras.

> As informações são pertinentes às atividades econômicas rurais e às relacionadas ao imóvel rural serão repassadas através de uma linguagem simples, clara e objetiva. Além de contribuir com os poderes públicos na divulgação da legislação e no correto cumprimento das obrigações principais e acessórias por parte daqueles que militam na atividade rural, este trabalho visa amenizar as dificuldades enfrentadas pelo produtor rural e diminuir as penalidades que lhes são impostas pelo não atendimento às exigências nas áreas respectivas, ocasionadas na maioria das vezes por desconhecimento e/ou falta de informações. (FAEG, 2010)

Além desse material, a Faeg disponibiliza uma série de outras publicações, visando instruir e informar sobre direitos, municiando seus associados de informações sobre como reagir em caso de "ameaça" vinda dos movimentos sociais, como também sobre aplicações em mercado financeiro, otimização de recursos no plantio e colheita, tecnologia de resfriamento de leite etc.

Atualmente a Faeg faz parte da Confederação da Pecuária e Agricultura do Brasil, CNA, entidade representativa dos agricultores e pecuaristas brasileiros, com mais 26 Estados. Lidera o sistema Faeg/Senar – Goiás/Sindicatos Rurais e possui filiados sindicatos rurais de 113 município goianos, que representam 246 cidades goianas.

1.9 Agentes dos Movimentos Sociais: O Movimento dos Sem Terra, MST.

O ato de fundação do MST se deu entre os dias 29 e 31 de janeiro de 1985, em Cascavel – PR, por ocasião do I Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, reunindo mais de 1500 delegados de quase todos os estados brasileiros. Esse Congresso representou a culminância de vários grupos de resistência e de luta pela terra.

Para Pessoa (1999a), pensar na criação do MST é remeter à emergência da luta concreta dos trabalhadores sulistas, no final da década de 1970 e início da de 1980, tendo o interesse comum dos agentes coletivos, como Igreja Católica, Sindicatos e partidos políticos, em discutir e fazer acontecer um projeto de reforma agrária. Conforme pesquisas de Medeiros (1989) e Ferrante (1994), os agentes coletivos – a Contag e a CPT – se mostravam insuficientes para uma inserção mais ampla no meio dos trabalhadores rurais. Ao mesmo tempo em que ocorriam as ocupações e acampamentos em Goiás, a CPT Centro-Sul e a Diocese de Goiás, acharam por bem promover a vinda do MST para o Estado, primeiro, trazendo representantes do sudoeste do Paraná, e em seguida, ajudando a formar o I Encontro Estadual dos Sem-Terra de Goiás – concretizando a fundação no Estado entre 2 e 5 de janeiro de 1986.

As análises feitas por diferentes mediadores sobre o MST reconhecem a proeminência que este movimento social possui como agente central que ocupa o processo de luta pela terra e reforma agrária no Brasil, representante dos anseios dos próprios trabalhadores. Ademais, o MST desde os anos 1990 tem ocupado um fervoroso debate que frequentemente, tenta mover a opinião pública para se posicionar contra ou a favor, focalizando as áreas de assentamentos rurais, desde a fase de ocupação até a

pós-conquista da terra, organizando estratégias que serão responsáveis pela sobrevivência dos novos proprietários de terras[53].

Uma marca fundamental na história do MST, destacada a seguir, são seus projetos de educação, tratados com a mesma importância que a posse da terra ou a reforma agrária.

Alguns autores como Grzbowski (1994), Gohn (1997), Caldart (1997) e Mascarenhas (2004) concordam que os movimentos sociais possuem um caráter educativo, fruto da participação política, seja nos processos de interação, nas negociações com representantes políticos ou nas próprias relações com outros mediadores.

Gohn (1997), ao refletir sobre o caráter educativo presente nos movimentos sociais, afirma que:

> A educação é auto construída no processo e o educativo surge de várias fontes: da aprendizagem gerada pelo exercício repetido das ações rotineiras que a burocracia estatal impõe: da aprendizagem das diferenças existentes na realidade social, seja gerada no contato com as assessorias ou da desmistificação da autoridade como sinônimo de competências [...] o ponto fundamental de alteração que a prática cotidiana dos movimentos populares opera é na natureza das relações sociais e o resultado mais importante é dado no plano coletivo. (Gohn, 1997, p.32)

Caldart (1997) caracteriza os movimentos como fenômenos educativos, pois possuem no bojo de sua formação: conhecimento, construção da cidadania e propulsão a uma nova cultura, essa última composta de saberes, valores, códigos e gramáticas de relacionamentos entre as diferentes categorias de atores culturais. Mascarenhas (2004) diz que educamos para "tornar interior às pessoas uma cultura que existe nas e através das interações entre elas".

[53] Em recente matéria no Jornal El Pais, de 04 de maio de 1999, foi amplamente divulgada no mesmo dia por duas das principais listas de discussão, via Internet, de História da Educação (HISTEDUC) e do Grupo de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil" (HISTEDBR). Na matéria de El Pais, o MST é mostrado como o "movimento revolucionado" e referenciado como um "dos grupos rebeldes mais importantes da América Latina". (NETO, 1997). No entanto, essa percepção não é unânime entre os meios de comunicação. Na publicação da Revista Veja (Edição 2097, 28 de janeiro de 2009) o MST é apresentado como um grupo de "ações criminosas", cujas vítimas são "qualquer propriedade, empresa ou centro de pesquisa agropecuária que produza riqueza ou tecnologia". Nesta publicação, a revista de grande circulação teve acesso a supostos cadernos de anotações de líderes do movimento apreendidos pela polícia do Rio Grande do Sul, cujo conteúdo revelava tratar-se de uma organização paramilitar com características terroristas.

Neste sentido, Grzybowski (1994) afirma que os movimentos, como espaços de socialização política, permitem aos trabalhadores o aprendizado básico para unir, organizar, participar, negociar e lutar, bem como tornar capaz de elaborar sua identidade social, a consciência de seus interesses, direitos e reivindicações. Enfim, torná-los capazes de pensar criticamente o seu mundo, práticas e representações.

Alguns estudiosos dos movimentos sociais destacam que desde a década de 1980 o MST não pode ser considerado sociologicamente, um movimento social. Para autores como Navarro (2009, p. 22) o que caracteriza os movimentos é a espontaneidade da ação e a flexibilidade das lideranças, coisa que o MST não agrega mais. Navarro critica o "engessamento organizacional" demonstrado através da criação de carreiras, e da militância que não sabe agir, senão sob ordens de seus líderes.

Navarro não vê outro destino para o Movimento que não seja a institucionalização, a fim de que não fique à margem do processo histórico. Vê nas lideranças os entraves em relação a isso:

> O entrave principal: o MST não se moderniza porque é preso à visão neolítica de seu dirigente maior, que é, de fato, o dono da organização, para usar um termo apropriado, embora deselegante. Egresso do MR-8, nos anos 70, o leninismo de João Pedro Stédile é que tem impedido o MST de se tornar um ator social relevante. Formou à sua volta um claque cuja lealdade cultua seu líder e não admite dissidentes. Que o diga José Rainha, o dirigente que afrontou Stédile e acabou exilado no Pontal do Paranapanema, juntamente com o seu MST do B. (NAVARRO, 2009, p. 22)

Ainda que sofra inúmeras críticas, tanto que destacam o poder mobilizador como criticam a estrutura, no entanto, é inegável a força do discurso, da prática da mobilização e do alcance dos discursos do MST, além da mística "libertadora" que muitas das suas lideranças possuem ao conduzir, preparar ou mesmo direcionar os trabalhadores Sem- Terra em direção a uma reforma agrária possível. O discurso desse agente aponta, desde a sua fundação, para uma mudança radical na estrutura fundiária do país, dando-lhe um caráter socialista, transformando o modo de produção e conseqüentemente as relações de trabalho até agora predominantes na sociedade brasileira (NETO, 2001).

É uma séria questão a ser observada, o fato de vivermos numa época de fragmentação dos movimentos que estão buscando a legitimidade pela força e representatividade do discurso persuasivo sobre a posse da terra. É nesse momento que se instala a possibilidade de mediação e intervenção entre esses agentes plenamente instituídos que agirão em nome de todos aqueles que não têm terra, mas que veem nas suas propostas as chances de mudança. João Pedro Stédile, líder do MST, assim define o movimento:

> O MST é uma organização pequena. O que nos diferencia é que os outros não estão fazendo nada e nós aparecemos. A nossa sombra é maior do que o nosso tamanho. E temos unidade, porque ao longo de vinte anos trabalhamos em cima da experiência do povo brasileiro [...] O MST tem mais ou menos quinze mil militantes que estão estudando e cento e quarenta mil famílias que estão acampadas na beira da estrada. É o nosso exército mobilizável a qualquer hora. (CARTA CAPITAL, 2005, p. 32-33)

A estratégia utilizada por esse agente no jogo refere-se à capacidade de mobilização. Essa estratégia relatada por ele é que faz do agente coletivo – no caso o MST – um meio interessante de atrair os outros agentes para o interior desse movimento.

Com o objetivo de não perderem as suas posições no jogo, o que esse agente coletivo em disputa faz é constituir o monopólio da representação dos trabalhadores rurais, pretendendo ser o único agente a mediar as negociações com o poder público e, finalmente, funcionar como um instrumento de divulgação de um modelo de luta pela terra.

Quando Stédile (CARTA CAPITAL, 2005, p. 32-33), afirma que o diferencial do MST é a formação, destaca a estratégia principal de articulação com outros agentes de outros *campo*s. Assim, reconhece-se nessa peculiaridade do MST uma das estratégias pela qual esse agente coletivo tende a garantir o respeito dos outros agentes e *campo*s e a impor um modelo do que é ser movimento organizado que melhor saiba representar os trabalhadores em uma luta por seus interesses.

Um autêntico representante só pode ser reconhecido se recusar tacitamente toda forma de organização que não tenham claras as suas propostas de ação

e de reivindicação postas a todos os participantes. Trava com os outros agentes o embate sobre a forma de representação, inclusive com os sindicatos e a própria igreja[54].

Na história agrária do país outros atores têm interagido e vivenciado bem de perto os dilemas da questão agrária, como é o caso dos posseiros e dos pequenos agricultores. O que lhes falta, contudo, é a imposição de uma definição clara de como seria a reforma agrária e como resolveria os seus problemas. A definição mais apropriada seria a que lhe permitisse ocupar legitimamente a posição de agente coletivo em condições de disputa no interior do *campo*.

A autoridade, como agente coletivo que define qual é o mais apropriado objeto de luta pela questão agrária, é tributária de todo um *capital* que pode ser reconvertido em outras espécies de *capital*. No caso agrário, o MST se julga o melhor representante em nome da questão agrária no país, pelo fato de aglutinar vários setores da sociedade civil que muitas vezes não têm qualquer ligação com o *campo*, mas que conseguem ver com simpatia o movimento, como afirma Stédile:

> A nossa influência se dá inclusive sobre os pobres da cidade. Eles gostam muito do MST. Viramos referência ideológica para eles, por causa da nossa coerência [...] não ficamos só na luta corporativa de "quero terra". E isso permite ter a consciência suficiente de perceber que a própria reforma agrária não tem viabilidade se não se der dentro de um novo projeto, o qual impõe a aliança com os movimentos sociais da cidade. Parte das nossas energias se destina a construir essa unidade com os outros. Na nossa avaliação, hoje o alvo principal é a juventude das grandes cidades. Não mais o operariado industrial, que está debilitado e destruído política e ideologicamente. É possível que daqui por diante se construam novos movimentos. (CARTA CAPITAL, 2005, p. 32-33)

Ao destacar a influência que o MST possui frente às pessoas da cidade, ficam claras as formas de *reconversão*. Percebe-se aí que a posse de *capital* tende a favorecer a aquisição de *capital* suplementar, que faz desse agente coletivo ser capaz de influenciar até outros agentes em disputa.

Esse processo tende a continuar na medida em que outros agentes reconheceram a reputação do MST, reputação essa marcada e garantida socialmente que

[54] Já citamos anteriormente o distanciamento do MST e a Fetaeg na época de criação dos cursos da Pedagogia da Terra. Em relação à CPT esse estranhamento tem a sua origem nos próprios projetos que têm divergências quanto à questão agrária. Outro aspecto, refere-se à tentativa do MST em afastar-se do caráter religioso, e da igreja, em que a Pastoral é porta-voz.

lhe permite a consagração que os pares lhe conferem. Apesar de esse agente não possuir a totalidade do número de assentamentos no país, o fato de suas ações, a cada nova ocupação, virem à tona através dos noticiários e da mídia, explica em grande parte o prestígio que tem até diante de outros movimentos que também utilizam as mesmas estratégias.

Ocupar a terra é um dos conceitos que o MST propõe para os que não a têm. Mas não é qualquer forma de ocupação, e sim aquela que lhe dá visibilidade. Essa visibilidade que se reivindica, visa conferir os valores diferenciais, distintivos dessa forma de *capital*. Dessa forma, o MST ao acumular *capital simbólico* pretende fazer um nome, como agente coletivo engajado e imediatamente conhecido e reconhecido.

1.10 As estratégias dos agentes na área da formação dos trabalhadores rurais.

Conforme pode ser visto, compreender a Teoria da Prática de Bourdieu, é pensar relacionalmente como se dá a produção de agentes coletivos no espaço social, especialmente tomando por base o conceito de *campo*. Neste propósito, não faz sentido a compreensão de um agente isolado, mas inserido nas relações objetivas com os demais agentes, pensando que cada um possui relações de forças e lutas específicas, visando conservá-las ou transformá-las no interior desse *campo*.

Por estratégias entendemos o conjunto de ações desenvolvidas pelos agentes coletivos, objetivando o alcance de resultados positivos no *campo*. Os agentes coletivos organizam e estruturam essas estratégias, não apenas com a finalidade de sucesso, mas como forma de sobrevivência no jogo. Pressupõem cálculo organizado e seleção de práticas voltadas àquele fim.

Utilizando, então, esse conceito na prática, a área da formação possui uma dinâmica própria de funcionamento, em que esses agentes foram ao longo de sua história constituindo alianças e se colocando como um agente coletivo capaz de

continuar no jogo, apesar das pressões externas de outros campos a que muitas vezes se submetiam[55].

Os interesses em comum que foram se constituindo no *campo* advieram da própria capacidade de conduzir os trabalhadores para um projeto dos agentes, do que se acreditava ser militância na questão agrária. Neste sentido, concorreram diferentes modelos de formação a fim de construir um determinado tipo de militante, numa perspectiva específica de trabalhador rural.

Cada agente presente no jogo desenvolveu um número significativo de estratégias, objetivando atingir um melhor resultado quanto a esse intento. Essas estratégias dependeram da posição que os agentes ocupavam na estrutura do *campo*, sob a forma de *capital simbólico*, entendido como mobilização de recursos institucionalizados ou não que conferem ao agente a capacidade de disponibilizar os melhores meios para participar do *campo*.

É por meio do *habitus* que esses agentes se veem impelidos a conservar ou mesmo transformar a estrutura de distribuição, seja no sentido de perpetuar as regras do jogo ou mesmo mudá-las. Acresce-se a isso o fato de que existe no interior de cada *campo* uma historicidade que lhe é inerente, com a herança de lutas anteriores, que foi responsável por desdobramentos atuais.

No *campo* agrário houve a entrada da modernização agrícola, com a substituição dos valores e crenças do caipira tradicional por valores de mercado. A formação se fez presente, como *moeda*, para que os diferentes agentes se movimentassem no interior do *campo*, demandando uma necessária mudança de *habitus* do camponês, agora em transição, bombardeado pelas transformações políticas, sociais e econômicas.

[55] Por exemplo, a influência do *campo* agrário na formação dos trabalhadores rurais tem sido constante, sobretudo quando o agente estatal atua no sentido de perseguir outros agentes, reprimindo manifestações, ou agindo no interior dos sindicatos, quando em ocasião da criação e expansão do sindicalismo rural. Ou então se vê frequentemente o campo econômico atuando no campo agrário quando por meio de leis desmobiliza os trabalhadores impedindo-os de lutar pelos seus direitos. Mas também ocorre o contrário. A formação, uma vez que instrumentaliza os trabalhadores com uma gama de *capital*, impele os trabalhadores ao campo agrário e econômico cobrando direitos, ocupando e resistindo à repressão investida, dentre outros.

Esse novo *habitus* exige que o trabalhador rural adquira novo repertório de *capital*, tanto cultural como político, a fim de melhor participar da luta pela reforma agrária. Formar esse trabalhador rural combativo passa a ser o espaço de disputa dos diferentes agentes, que vão buscar a transmissão de *capital*. Lançarão mão, para isto, de diversas estratégias formativas[56], desde a constituição de um arsenal jurídico e político, de modo a prepará-los da melhor forma para enfrentar os embates da luta pela terra. Tanto os agentes sindicais como os agentes religiosos passaram a disputar uma melhor posição no *campo*.

Agentes dotados de melhor capacidade de transmissão das formas de *capital* permaneceram mais ativamente no jogo, a exemplo da CPT e do MST. No entanto, na observância desses dois agentes em particular, percebe-se que nem sempre os interesses são convergentes. A CPT ficou incomodada com o MST, pois apesar de ter participado da organização do movimento, isto é, da transmissão de *capital*, à medida que o movimento acreditou ter *capital* suficiente, passou a lhe exigir cada vez mais, distanciando-se dela[57].

Os Sem-Terra passaram a cobrar cada vez mais *capital* dos outros agentes, como o próprio governo, para que possam também formar o que considera o trabalhador rural. O MST passou a exigir que o agente governamental disponibilizasse para os seus quadros a qualificação universitária de seus membros[58].

Após 1994 houve uma reorganização do MST, redefinindo a sua perspectiva de luta, tanto no *campo* da política, como também da organização, levando o movimento a reelaborar as suas propostas organizativas, bem como bandeiras. Essa reorganização fez com que Martins (2000) o chamasse de "partido agrário popular", pela apropriação que fez da estrutura política para organizar a luta pela terra.

---

[56] Por estratégias formativas compreendemos como o conjunto de ações voltadas eminentemente para a formação, com uma intencionalidade prévia.

[57] O MST como agente do *campo agrário* passa a construir o seu modelo próprio de formação do trabalhador rural, muitas vezes, pouco recorrendo à CPT para isto.

[58] Várias parcerias visando a formação foram feitas entre esses agentes. A título de exemplo, foi firmado um acordo entre a Universidade Federal de Goiás e a Via Campesina nos anos de 2008 e 2009, da qual o MST faz parte, para a criação do curso chamado de Pedagogia da Terra, que passou a ser ministrado com vestibulares e aulas específicas para os militantes.

Essa ampliação organizativa denota, além de uma necessidade interna do movimento, uma estratégia de sobrevivência, porque se tivesse ficado na forma anterior, quando alcançasse o seu objetivo, que era a posse da terra, o MST como movimento social deixaria de existir, conforme mostrou Sousa (2002, p. 156), ao estudar a racionalidade do movimento.

Outra estratégia que movimenta o MST em direção à formação é a utilização de práticas formativas contidas no material didático fornecido aos membros em artigos e cartilhas escritas por militantes, apresentando uma mistura de jargões teóricos marxistas e freirianos. Delimitam o campo de atuação distanciando-se dos preceitos religiosos pregados pela CPT, pregando um ateísmo e uma visão racionalista na luta pela terra.

A CPT também criou estratégias de manutenção no *campo* agrário, dando um maior enfoque à própria formação[59], que passou a ser institucionalizada, acreditando com isso, possuir mais *capital* para a disputa na área da formação. Passou a colidir interesses com outros espaços formadores, dentre eles o próprio MST, conforme será citado adiante.

A Pastoral afastou-se, ainda, da "costura" feita na criação do Ibrace, quando no processo de elaboração e planejamento-ação, ou seja, na composição das equipes de trabalho, "[...] afloraram e tomaram proporções gigantescas as questões ligadas às estratégias de transformações – mediante os partidos políticos ou movimentos sociais –, tendo como pano de fundo a relação campo-cidade". (CRUZ, 2005, p. 50)

Esse processo significou a própria saída de quadros da CPT e a criação de um novo instituto: O denominado Instituto de Formação e Assessoria Sindical "Sebastião Rosa da Paz" – Ifas – em 1985, com o objetivo de contribuir para a organização e formação de outros *campos*, como o *sindical*, resultando em uma renovação de vários sindicatos e na consolidação da Central Única dos Trabalhadores, CUT, e *partidários*, na estruturação do Partido dos Trabalhadores.

[59] A CPT passou a mobilizar estratégias como a criação do Dia Nacional da Formação, incrementou atividades no Plano de Formação, dentre várias ações. Desenvolveu o aprimoramento do Curso Nacional de Formação, transformando-o em Curso de Especialização em Diversidade Camponesa entre 2007 e 2008. Com esse fato percebe-se a importância atribuída à institucionalização da própria formação.

Agentes sindicais, como a Fetaeg, também passaram a investir, seja na criação de cursos, ou na própria assessoria jurídica conferida aos trabalhadores rurais, nos momentos de ocupação e posse. A presença da Fetaeg tem sido constante também na organização de projetos de assentamento, contando também com assessores técnicos que apresentam dados aos assentados sobre a viabilidade econômica e mercadológica da produção de serviços[60].

Outros agentes sindicais, como a CUT[61] por exemplo, por não construir capitais simbólicos para permanecer no *campo*, foram aos poucos, exercendo pouca influência, dando a sua vez para outros agentes dotados de maior *capital*.

Por outro lado, outros agentes antagônicos à ideia de formação de um trabalhador combativo, também disputaram no mercado simbólico melhores posições, utilizando também para isto um arsenal de estratégias. Neste caso, trata-se dos agentes patronais, assentados no setor governamental. Esses fazendeiros empresários passaram a se organizar em torno dos sindicatos patronais buscando assegurar sua posição no *campo agrário*. Para tanto, buscaram constituir uma gama de *capitais* econômicos, políticos e, sobretudo, jurídicos, tendo a seu favor toda a legislação que desprotegeu os trabalhadores e os ampara quando necessário. Contam, ainda, com toda a estrutura fundiária que os tem beneficiado, através de acordos firmados com o Estado objetivando a expansão das fazendas e do agronegócio. Unem-se a outros fazendeiros para o fortalecimento como agente constituído, recorrendo a financiamentos bancários para assegurar o êxito da expansão de seu *capital econômico* no *campo agrário*.

Atuam, ainda, neste *campo*, dando condições para a expansão rural com base nos índices de produtividade agrícolas, de exportações e assegurando as modificações tidas como modernas para o Estado, gerando segundo esta ótica, novas divisas econômicas e frentes de expansão.

---

[60] Em conversa com um engenheiro agrícola da Fetaeg, muitas vezes os seus conselhos vão de encontro ao pensamento dos próprios assentados. Ele citou um caso, que se repete em muitas outras situações, que quando chega a um assentamento rural, cujo assentado cria vacas leiteiras e questiona a fraca produção, aconselhando ao pequeno produtor desfazer dos animais, encontra grandes resistências, pois ele questiona "como se desfazer dos animais que o ajudaram a criar seus filhos."

[61] Acresce a isso a própria crise sindical que a CUT passou a enfrentar nos anos 1990 e 2000, com a forte desmobilização de trabalhadores e a falta de alternativas a serem apresentadas ao projeto neoliberal.

Vê-se que na situação do *campo* existe uma ordem preexistente que separa os agentes dotados de quantidades desiguais de *capital cultural*, daqueles que não o possuem. Nesse sentido, pelo fato de os agentes governamentais terem reunido vultosos capitais ao longo da sua existência, há uma distribuição desigual. Por mais que outros agentes invistam, como o agente religioso, a CPT, o agente sindical, a Fetaeg e o agente da sociedade civil, o MST, eles sempre saem perdendo em seus interesses.

Interesse para Bourdieu significa romper com uma visão encantada e mística das condutas sociais. Todo o investimento do método de Bourdieu consiste no que ele chamou repetidas vezes de "desnaturalização" do real. Aqui, ter interesse é estar presente no jogo, participando, admitindo estar jogando e disponibilizando meios necessários para isto. Significa reconhecer o jogo e os seus alvos. Há um interesse tácito de todos os agentes em reverter as relações de força, apesar de, em contrapartida, haver um reconhecimento de que algumas questões do *campo* não podem ser mudadas.

Então, cada agente que ocupa uma posição no jogo deve reconhecer as limitações que existem no interior de cada *campo*. No entanto, não é porque o reconheça que pode deixar de situar-se, distinguir-se. Cada agente deve reconhecer o fato de que vale a pena continuar lutando a respeito das causas que são mais apropriadas para a engrenagem do *campo* como um todo.

Dessa forma, todo investimento de *capital cultural* faz-se necessário não somente para a sobrevivência do agente, mas do próprio *campo* como um todo. No interior de cada *campo* existe um lugar onde são travadas relações de força entre os agentes providos de um dos diferentes tipos de *capital*. Esses agentes sociais não agem de maneira mecânica e previsível, mas atuam sob um regime de preferências, de princípios e de distribuição do *habitus*, que funciona como uma bússola a orientar a ação. No entanto, há um risco assumido e calculado pelos agentes para continuarem no jogo.

Como esta pesquisa visa destacar a ação particular de um agente social, a CPT, pretende-se compreender como esse agente específico passou a atuar na área da formação, que *habitus* de trabalhador rural visou formar e que capitais foram necessários para o seu investimento no *campo* da formação, questões que serão trabalhadas nos próximos capítulos.

CAPÍTULO 2: A TRANSMISSÃO DE *CAPITAL CULTURAL* NA FORMAÇÃO DE TRABALHADORES RURAIS PELA CPT.

> [...] não sentia a espingarda, o saco, as pedras miúdas que lhe entravam nas alpercatas, o cheiro de carniças que empestavam o caminho. As palavras de Sinhá Vítória encantavam-no. Fabiano estava contente e acreditava nessa terra, porque não sabia como ela era nem onde era (...) e andava para o Sul metidos naquele sonho. Uma cidade grande cheia de pessoas fortes. Os meninos em escolas, aprendendo coisas difíceis e necessárias (...). Chegariam a uma terra desconhecida e civilizada, ficariam presos nela. O sertão continuaria a mandar gente para lá. O sertão mandaria para a cidade homens fortes, brutos, como Fabiano, Sinhá Vitória e os dois meninos.
>
> Graciliano RAMOS, *Vidas Secas.*

Conforme foi visto no capítulo anterior, vários agentes coletivos constituídos tiveram interesse em participar da formação de trabalhadores rurais: religiosos, sindicais, partidários, intelectuais e da sociedade civil. Cada grupo buscou gerar estratégias como investimento, de modo a acumular esforços que garantissem a dominação no *campo*, ou seja, em um espaço de forças específico, ou seja, no *campo* agrário.

Como o objetivo desse estudo é descrever a situação de um agente específico que contribuiu na formação de trabalhadores rurais em Goiás, a CPT, mostraremos como foram constituídas ações no sentido de gerar capitais necessários para esse intento e como essas práticas educativas atuaram no sentido dessa formação.

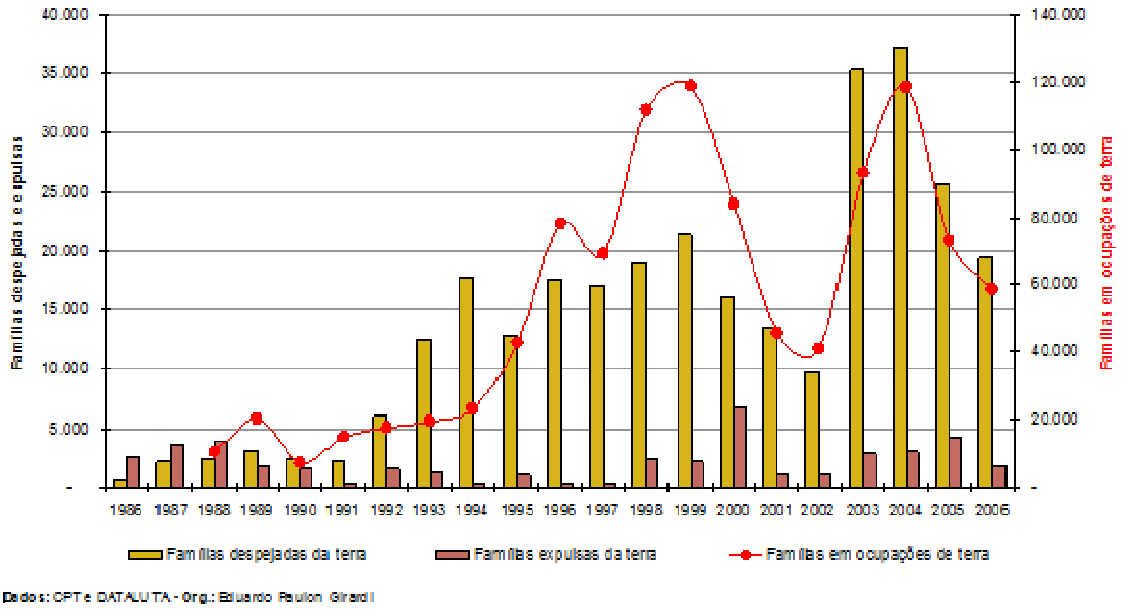
Porém, outras questões também se fazem presentes. A primeira delas diz respeito ao conceito de formação. A segunda, talvez a mais polêmica, trata do tipo de formação *empreendida*, a fim de compreender qual *capital,* social ou cultural*,* visava formar os trabalhadores rurais.

2.1 O processo de acumulação do *capital econômico*.

Para os pobres, os sem-terra, a expansão territorial configura como um movimento de fuga das áreas que os grandes proprietários e as empresas vêm ocupando progressivamente. Para os ricos, no entanto, ela se apresenta como um território de conquista que se faz em nome da propriedade privada da terra, da relevância econômica da propriedade fundiária como fonte de renda territorial e como instrumento para obtenção de incentivos fiscais e subsídios públicos. (MARTINS, 2007, p.664) Em outras palavras, permite aos grupos econômicos a capacidade de mobilização do *capital econômico*, garantindo-lhes novos *capitais*.

O gráfico seguinte mostra um mapeamento feito pela CPT sobre a questão das famílias que foram expulsas de suas terras, bem como das novas ocupações surgidas no período:

Gráfico 1: A expulsão de trabalhadores da terra e as ocupações no Brasil



Fonte: Dados fornecidos pela CPT

O gráfico mostra que a ofensiva de expulsões no campo ocorreu paulatinamente às ocupações de terras, cujo crescimento vertiginoso se deu principalmente nos anos de 1990 a 1999, sendo que o pico do processo foi entre 2003 e 2004, por ocasião da necessidade dos conglomerados agroindustriais de maior aquisição de terras para o plantio de produtos de exportação, como a soja e a cana-de-açúcar. Vale ressaltar que, em meio a essas expulsões ocorreram inúmeros casos de violência, sendo cometidos, muitas vezes, assassinatos de pessoas envolvidas nos conflitos.

As próprias instabilidades da estrutura do Capitalismo explicam o grande contingente de trabalhadores rurais que foram alijados do direito à terra. Vejamos o que diz Martins sobre o assunto:

> A propriedade da terra e a renda fundiária são, dessa forma, os constituidores dos ritmos e modos de ocupação do país, da expansão das suas fronteiras econômica e demográfica internas, da mentalidade que se nutre da possibilidade de tomar posse do território, de espoliar o índio e o posseiro, de instituir a propriedade privada e uma concepção do privado a ela relacionado. (MARTINS, 2007, p. 665)

O descaso em relação à desigual estrutura fundiária no Brasil é motivado pela concepção das elites de que não há espaço para todos na distribuição das riquezas[62] do que se é produzido. Martins (2007, p.664) ilustra de forma interessante como a terra passou a ser formalmente equivalente de 'mercadoria', com preço e objeto de compra e venda:

> Fazenda era o cabedal do homem puro de sangue e de fé, branco e católico. As amplas coleções de inventários e testamentos, em muitas partes do Brasil, dizem isso a cada linha: fazenda eram os escravos, as jóias, as moradias e construções, as alfaias das capelas domésticas, os objetos feitos pela mão do homem, os escassos móveis, o vestuário, os produtos da colheita, o gado, os engenhos, as ferramentas, etc. até um gato entrou na definição dos bens da fazenda de um paulista dos primeiros tempos. [...] O desaparecimento da escravidão legou à terra o conceito que definia o cabedal de alguém, e fazenda passou a ser sinônimo de propriedade fundiária, confundiu-se com o imóvel e foi por ele engolida. (p.666)

[62] Segundo dados do INCRA, dos 5147.000 imóveis rurais em 1992, somente 96.247 com mais de 1.000 hectares, 1,9 dos mesmos, ocupavam naquela ocasião 55, 3/5 das terras cadastradas. Os latifúndios para exploração e por dimensão abrangiam uma área de 424.977.150 hectares, representando 66,5 % da área cadastrada. Os imóveis improdutivos serviram e servem como reserva de valor e especulação imobiliária. Acredita-se que há 73.406.010 hectares totalmente ociosos, isto é, aproveitáveis, porém não explorados. (Dados fornecidos pelo INCRA – Estatísticas anuais, 1992)

O que se procura nessa relação é a busca, de um lado, dos pobres para acomodar a sua pobreza e de outro, dos conglomerados, das empresas e grupos econômicos que pretendem ampliar o território do lucro. (p.668).

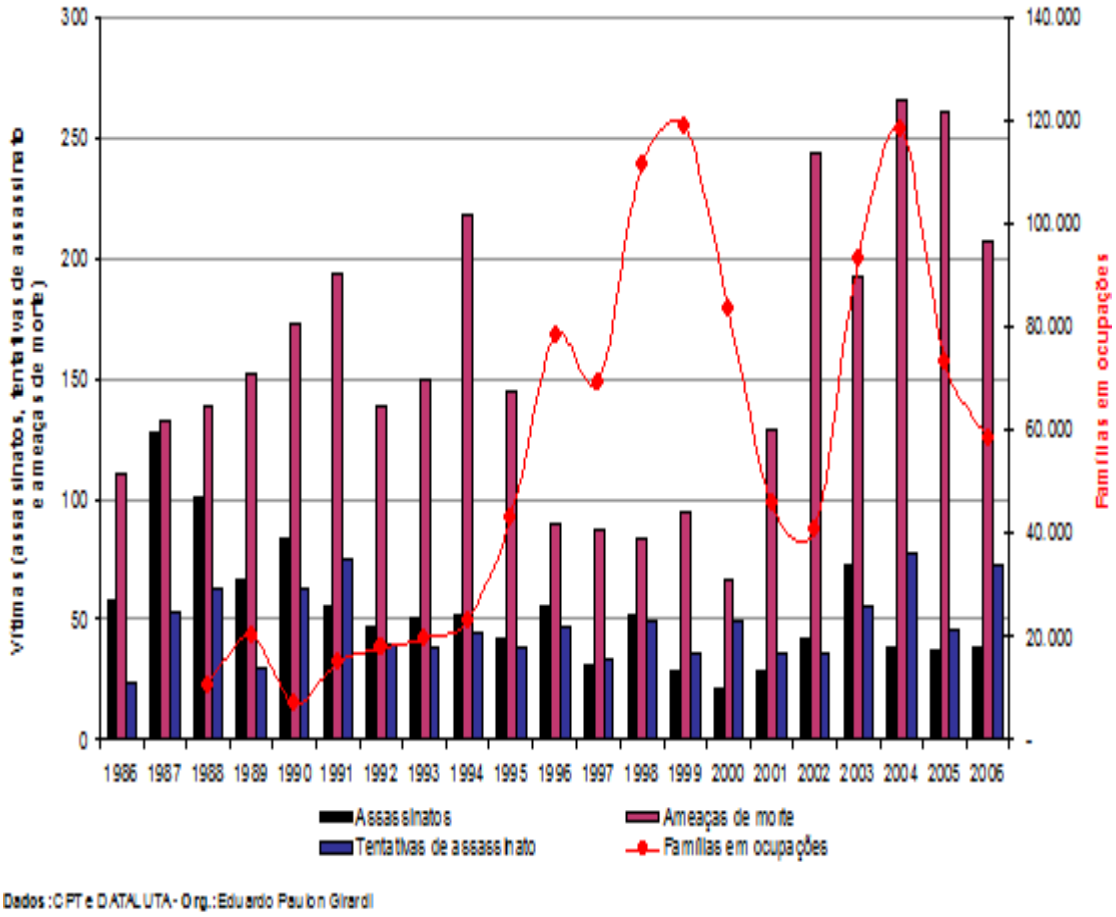
A agricultura brasileira, sobretudo goiana, antes marcada pela produção de subsistência, cujo personagem principal era o 'caipira tradicional', passou por grandes transformações, fazendo com que o Brasil respondesse favoravelmente aos projetos implementados[63] e aos incentivos do Estado concedidos ao setor. Esse incremento tecnológico fez com que a produção agrícola configurasse como a mais importante fonte econômica[64]. Daí o investimento maciço, não só no sentido de incremento de recursos, mas de desmonte da organização produtiva de caráter mais familiar.

O pensamento dos detentores do *capital econômico* é de não admitir ideias contrárias à expansão do "grande capital". Têm sido noticiadas várias tentativas de silenciamento de pessoas contrárias. O gráfico abaixo sinaliza a questão da violência no campo:

[63] É importante perceber que a adoção de inovações, ocasionadas pela intervenção no campo, alterou não só as paisagens regionais tornando-as tecnificadas sob a égide da Revolução Verde, como também alteraram significativamente as relações produtivas. A região Centro-Oeste foi o alvo central dos programas como: Programa de ocupação econômica do Cerrado, POLOCENTRO, e Programa de Desenvolvimento do Cerrado PRODECER.

[64] A título de exemplo, o processo de tecnificação tem surtido grandes efeitos, principalmente quando observamos a alta tecnologia empregada na área de cultivo irrigado no ano de 2004. Percebe-se uma utilização de 170 a 200 mil hectares de área irrigada, sendo 120.000 entre 1800 e 2000 *pivots*. Para a Superintendência de Recursos Hídricos do Meio Ambiente, deste montante apenas 1424 possuem outorga e são regulamentados. Porém, até o próprio agente governamental desconfia dos próprios números de utilização, acreditando serem muito maiores. (O Popular, 2004)

Gráfico 2: Violência no campo no Brasil - 1996/2006



Fonte: Dados fornecidos pela CPT

Vê-se que anos de 1991, 2002 e 2004, tanto foram anos recordes em produtividade agrícola, como de ameaça de morte e assassinatos. O gráfico mostra, ainda, que as ocupações não cessaram de ocorrer, sendo que, em meados dos anos 1990, elas aumentaram, o que mostra a grande mobilização popular para o enfrentamento.

O agronegócio tem sido, a partir da sua implementação[65] na lavoura goiana, o que mais tem destacado o Produto Interno Bruto – PIB. Só para se ter uma

[65] A primeira região a desenvolver essa política foi o Sudoeste goiano, pelo fato de melhor apresentar um cenário favorável à expansão da empresa agroindustrial (IBGE, 1982, p. 11). Vários fatores concorreram para isto,

ideia desse processo cujo início se deu nos anos 1970 e teve maior ênfase a partir dos anos 1990, no ano de 2004, representou 60% das exportações. Dos *comodities* exportáveis do Estado, destacou-se principalmente a soja, sendo seguida de tomate e sorgo, cereais e oleaginosas, leite e algodão herbáceo, além da pecuária, com um grande rebanho bovino e suíno[66].

O Estado[67], como agente governamental responsável pelo fomento às políticas públicas de incentivo agrícola, direcionou o planejamento de acordo com a estrutura econômica que agasalhava os interesses divergentes em torno da política fundiária. Gonçalves Neto (1999, p. 145) afirma que é neste contexto que o Brasil adentrou a economia de mercado:

> O objetivo primordial é atrelar o setor ao processo de desenvolvimento econômico, não permitindo que ele possa obstar o crescimento da economia. Para este fim, recursos são canalizados, criam-se institutos de pesquisa e de assistência técnica, estabelece-se um sistema nacional de crédito rural e incentiva-se a utilização de técnicas e insumos modernos, o que propicia a integração da agricultura ao circuito industrial.

Cria-se o cenário de transformação das fazendas em complexos agro-industriais[68], cujos lucros são concentrados em apenas uma fatia da sociedade brasileira. O então governo Leonino Caiado, em benefício da agropecuária, fundou o Programa Goiás Rural, ampliando a fronteira agrícola, com a incorporação dos solos sob a

---

como: uma maior proximidade dos mercados Centro-Sul, grande experiência na atividade agropecuária e, principalmente, a pouca resistência à chegada dos aglomerados "de fora", como a Perdigão. Cátia Leal (2006) mostrou esse processo designando de "arapuca armada", processo em que se aceitou, ainda que com forte resistência trabalhadora, a organização da lógica capitalista na região.

[66] Sendo que a soja representou naquele ano no Estado 48, 02%, a carne e o couro 20,07%, o ouro 10,0, o ferronióbio 7,48%, o amianto 4,04%, o níquel 1,01% do total das exportações. Nota-se que só a soja, foi o responsável pela metade das exportações goianas. (O Popular, Caderno Suplementos do campo, 1/02/2004)

[67] Oferecendo recursos a taxas de juros baixíssimas e fomento à pesquisa de variedades vegetais próprias do cerrado, durante os anos 60 e 70 foram implementados vários projetos de desenvolvimento agropecuário, tanto em terras estaduais como federais, como o Polocentro e o Prodecer (no governo federal), o Planoroeste (para a região noroeste de Minas), o Padap (Programa de Assentamento Dirigido do Alto do Paranaíba, também em Minas). O que tinham em comum esses projetos era a tendência histórica de concentração fundiária, a maioria voltados para a pecuária extensiva. (LEITE, 2004, p. 58)

[68] Até 1970 estabelecimentos agrícolas com áreas até 10 hectares representavam apenas 51,1 por cento. Destes, apenas 5,0 por cento obtiveram financiamentos oficiais, correspondendo a 5,5 por cento do valor total dos recursos disponíveis para os investimentos. Em 1975 este extrato de área representava 52,1 por cento do total dos estabelecimentos e em 1980 caiu para 50,6 por cento do mesmo total e destes 4,8 e 10,3 por cento, respectivamente, obtiveram financiamentos. Estes valores representam 3,2 e 4,4 por cento do valor total dos recursos disponíveis para financiamentos. Por outro lado, os estabelecimentos que possuíam áreas com extensão entre 1.000 e menos de 10.000 hectares chegaram a retirar 20,3 por cento dos recursos em 1980, sendo que representavam apenas 0,9 por cento do total dos estabelecimentos agrícolas do país, de forma que a grande propriedade aparece como a principal beneficiada dos investimentos para o incremento tecnológico. (RIBEIRO, 2002).

vegetação dos cerrados à produção em larga escala, favorecendo a importação de máquinas e insumos agroindustriais[69].

A adaptação da agricultura às demandas do desenvolvimento econômico permitiu que as relações capitalistas adentrassem o setor agrícola, e trouxe como resultados observáveis em curto prazo, o desenvolvimento técnico permitindo, assim, o aumento agrícola em áreas até então não-agricultáveis. Mesmo no campo adotava-se uma lógica de mercado urbano-industrial, obedecendo muito mais a demandas do mercado internacional do que de necessidades locais.

Sorj (1986, p.69) assim se posiciona:

> A inserção da agricultura dentro do modelo de desenvolvimento orientado pelo grande capital monopolista, que se afirma nesse período, se dará dentro das coordenadas gerais de expansão da produção agrícola para o mercado interno e externo, a fim de permitir a manutenção de baixos custos na reprodução da força de trabalho urbano e de aumentar o montante de divisa para que se mantenham as importações de insumos e maquinarias necessários para a expansão do parque industrial. A forma específica pela qual essas coordenadas se realizam na agricultura está determinada pelo padrão de acumulação industrial, centrado no desenvolvimento de um complexo agro-industrial liderado pelas grandes empresas estrangeiras e pela correlação de forças sociais no campo, totalmente favoráveis aos grandes proprietários.

Delgado (1997) designou de "pacto agrário modernizante e conservador", o processo que visou à integração técnica da indústria com a agricultura, reafirmando as oligarquias rurais (latifundiários) e o capital comercial. Em Goiás, esse modelo agrário significou um aumento significativo da produção agrícola, como por exemplo, no setor da soja[70]:

---

[69] No bojo do plano, o governo investiu na década de 70 US$ 2,66 bilhões em três programas de Desenvolvimento Regionais: Poloamazônica, Polocentro, já citado e Região Geoeconômica de Brasília.

[70] O crédito rural, pensado como uma forma de incentivar a produtividade no campo beneficiou muito mais o setor industrial do que o setor agrícola. .

TABELA 1
Produção, área colhida e rendimento da cultura de soja, no Estado de Goiás: 1970/ 1995-6

SOJA			
Ano	**Produção (t)**	**Área (há)**	**Produtividade (Kg/ há)**
1970	10.219	11.514	888
1975	82.173	61.905	1.327
1980	368.477	213.487	1.726
1985	1.157.704	599.555	1.931
1996	1.960.112	863.422	2.270
1999-2000	3.420.653	1.333.646	2.565

Fonte: Ferreira, 2001, p.124

Esta análise sobre o aumento do principal produto de exportação do Estado, que corresponde a cerca de 40% do PIB, esconde alguns aspectos que merecem ser destacados. Em primeiro lugar, algumas questões, que historicamente têm afligido a sociedade brasileira, vêm à tona, como a reutilização do trabalho escravo nessas áreas de cultivo, além do emprego do trabalho infantil e de idosos, sob condições totalmente precárias convivendo em um mesmo espaço social de relações produtivas altamente *tecnificadas* e desenvolvidas industrialmente.

Outro ponto que merece destaque é o aumento do trabalho temporário, configurando uma condição também precária das relações de trabalho, muitas vezes não contando com qualquer legislação trabalhista que ampare os trabalhadores, por exemplo, sem carteira assinada, férias e 13º salário. Concomitantemente a esse processo, esse tipo de trabalho tem significado uma forte migração de outros estados para esse tipo de trabalho temporário, sobretudo em colheitas de cana-de-açúcar e soja.

O grande perdedor desse processo foi o trabalhador rural, que devido à falta de qualificação, *capital social* e *econômico,* perdeu o campo de trabalho. Estima-se que foram desempregados, principalmente nos anos 1990, cerca de um milhão de trabalhadores rurais, que passaram a ocupar no mercado de trabalho, a função de temporários ou bóias-frias[71].

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE - houve uma redução drástica dos trabalhadores rurais no Centro-Oeste, sendo que em 1985 existiam por volta de 1,5 milhões de trabalhadores, contra 1,2 milhões de trabalhadores em 1996. Só em Goiás, o número de trabalhadores rurais somava 616.000. Na década seguinte, existiam cerca de 472.000 trabalhadores rurais, o que mostra que houve uma redução considerável com o advento da industrialização no campo[72].

Um grande desafio para os trabalhadores rurais é a constante *subproletarização* cada vez maior dos pequenos produtores que ainda tentam sobreviver do trabalho agrícola, não tendo mais vez e voz para as formas tradicionais de organização do meio de vida do chamado 'caipira tradicional'[73].

Pelo fato de constituírem-se como excluídos da propriedade dos meios de produção, acabam sendo também expropriados dos instrumentos de apropriação simbólica das máquinas a que servem, não possuindo o *capital* incorporado necessário para a apropriação do *capital* cultural objetivado pelos técnicos, detentores de *capital econômico*.

O *capital* é uma forma de moeda para participar do jogo. Quanto maior é a quantidade alcançada, melhores são as possibilidades de participação. A porção de

[71] Para o campo existem poucos programas de qualificação da mão-de-obra, a não ser ocasionalmente, quando os trabalhadores rurais ocupam postos de trabalho em indústrias, e se submetem a esses cursos.
[72] Não estão presentes os cálculos sobre os arrendatários, os posseiros e meeiros. (IBGE-EMPRAPA, 1982).
[73] Percebe-se o aproveitamento dos trabalhadores rurais em outras áreas de trabalho que até então não se conhecia, como hotéis-fazenda, pesque- pagues, dentre outras atividades urbanas que entraram no campo.

capital permite classificá-lo como camponês portador de uma cultura e modos de vida camponesa[74].

Esses agentes, uma vez dotados de características comuns, formarão redes de ligações duradouras. Assim, o montante de *capital* social que um agente individual possui é determinado pela quantidade de rede de relações que tem, ou que consegue mobilizar. Se desejar participar do jogo, a aquisição desse *capital* é condição essencial. Assim se deve buscar mediadores, capazes de instruí-los.

A estrutura da área da formação se define, dentre outras coisas, pelo estado de relações de força entre os protagonistas – de um lado, fazendeiros, e de outro, trabalhadores organizados em diversos movimentos – que buscam na distribuição do *capital cultural* específico, resultado das lutas anteriores que se encontra objetivado nas instituições e nas disposições e que comanda as estratégias e as chances objetivas dos diferentes agentes.

Assim, reside na estrutura da distribuição do *capital* a base das transformações no *campo,* como um todo, que se manifesta por intermédio das estratégias de conversão ou subversão da estrutura que ele mesmo produz. Tanto as conservações, como as transformações da estrutura advêm da capacidade que cada agente singular ocupa em determinado momento na estrutura do *campo*.

No caso da formação, isso significa dizer que, num determinado estado do *campo*, o investimento dos formadores depende tanto da sua importância (conteúdos considerados mais adequados, material de fácil assimilação), quanto de sua natureza – grau de risco assumido – da importância de seu *capital* e de reconhecimento e de sua posição na atualidade e no seu potencial.

Entendemos por formação a transmissão de *capital* dispensada aos trabalhadores rurais, sobre quem se supõe possuir a autoridade discursiva, de modo a transmitir-lhes uma espécie particular de *capital* que pode ser acumulado, transmitido e até mesmo, reconvertido em outras espécies.

---

[74] A escassez de *capital cultural* refere-se tanto quanto à incorporação de disposições duráveis, no estado objetivado, sob a forma de bens culturais, como quadros, livros, dicionários, instrumentos e máquinas, quanto no estado institucionalizado, com a ausência de certificados escolares.

Quando se fala na área da formação, esse *capital cultural* a ser transmitido tende a favorecer a aquisição de *capital* necessário para o conhecimento das leis do *campo* agrário, buscando tornar os agentes capazes de negociar com agentes do Estado, de legitimar formas de distribuição e modelos de reforma agrária, de mediar ações de trabalhadores rurais, dentre outras ações previstas na estrutura do *capital*.

2.2. O "sentido" da formação para a CPT

Como agente destacado por nós na área da formação, a CPT desde o seu início se inseriu com o propósito de possuir uma metodologia de não oferecer respostas prontas, mas de reconhecer o que se concebe como *protagonismo* do trabalhador rural como agente da sua própria transformação e de suas próprias demandas de luta.

A decisão de criação da CPT na 2ª resolução, no Encontro em Goiânia em meados de 1975, já esboçava essa preocupação:

> Criar uma Comissão de Terras na qualidade de organismo de caráter oficioso, ligado à linha Missionária da CNBB para realizar com agilidade o objetivo de interligar, assessorar e dinamizar os que trabalham em favor dos homens sem terra e dos trabalhadores rurais e estabelecer ligação com outros organismos afins. Cabe a esta comissão dar especial atenção ao Estatuto da Terra e à legislação do trabalhador rural, procurando divulgá-los em linguagem popular. Que ela promova também campanhas de ampla e inteligente consciência a favor dos direitos das dez milhões de famílias sem terras (CPT, 1975, p.8)

Esse processo não tem sido feito sem contradições. A primeira delas, em um olhar apressado, pode parecer não ter muita importância, mas no aspecto simbólico tem grande significado; refere-se ao fato de que, apesar de a CPT ter surgido com esse propósito de preparar trabalhadores rurais, a fim de formá-los, expresso já no seu ato de fundação[75], não contou com a participação de nenhum deles, fato que demonstra, conforme a fala de seus próprios membros, que apesar das boas intenções, havia um

[75] Da primeira Assembléia em 1977, que não possui registros formais, participaram 20 pessoas, sendo 08 trabalhadores rurais. Os três membros da Comissão coordenada eram: Alberto Gomes de Oliveira, o Bacarau, agente leigo da Diocese de Goiás, Dionísio Sfredo, padre que atuava na Diocese de São Luis de Montes Belos e o Padre Sérgio Bernardoni, missionário italiano da Arquidiocese de Goiânia.

desconhecimento geral sobre quem era esse trabalhador rural, muitas vezes visto de forma romantizada, idealizada.

Na área da formação, em que agentes, individuais e coletivos, disputam relações de poder, vivenciam-se inúmeros conflitos que podem ser observados em diversos momentos. Um deles diz respeito ao fato de que, apesar de ser um movimento surgido de "dentro" da igreja católica, traz elementos culturais de "fora", vistos pela hierarquia eclesiástica como contrários aos interesses da igreja. Esse fato já fora citado no capítulo 1 sobre a desconfiança em relação à prática ecumênica[76], que não era assumida universalmente no interior da Igreja.

Um outro ponto, ainda por ocasião da fundação, era quanto à própria desconfiança de alguns padres e bispos advindos de uma ala "conservadora" que tinham receios de que essa "identidade" da CPT com a reforma agrária exporia a Igreja, diante dos olhos dos fieis, como uma igreja comunista, portanto rebelde.

Havia, ainda, o contrário. Os próprios agentes "leigos" temiam que, sendo uma Comissão Pastoral, esse movimento já nascesse atropelado pela ingerência de membros eclesiásticos. Um episódio ocorrido o ilustra: Luisella Ancis, ex-agente da Pastoral que acompanhou a formação da Equipe da Terra, temia esse "atropelo" pela Igreja. Para impedir isso, alguns desses agentes exigiram de D. Tomás Balduíno que a Diocese renunciasse ter uma equipe local. Fato consumado, a Equipe da Terra atuou de forma autônoma sem a presença do clero até 1984, quando foi criada a CPT Diocesana coordenada apenas por esses agentes.

É claro que essa 'autonomia' gerou mal-estar entre padres que sempre tinham acompanhado o movimento de trabalhadores rurais. Conflito consumado, o fato é que a fundação da Comissão Pastoral não se compôs de forma tranquila, quanto à relação de seus membros.

Quanto à ideia de formação, esse processo não ocorre de maneira diferente, isto é, não há um consenso sobre que tipo de formação empreender. Encontramos no Plano Nacional de Formação da CPT o conceito:

[76] Em conversa informal com um agente pastoral este me lembrou do fato que só recentemente a coordenação nacional da CPT contou com membros de outras denominações religiosas. Apesar de não ser revelado, havia uma indicação de que a coordenação nacional contasse com membros católicos.

> A formação é o espaço para a efetivação do referencial prática-teoria-prática, organizada com temáticas previamente pensadas e discutidas, com cronograma agendado, contemplando os desafios históricos e imediatos das classes de trabalhadores rurais. É na busca da compreensão integral da pessoa, a partir da sua prática de luta pela transformação e participação nos conflitos sociais no campo. É aprimoramento teórico-prático do nosso serviço Às lutas pela transformação social no campo. Esta prática profético-transformadora na CPT é o ponto de partida, conteúdo e meta da nossa formação. (CPT, 1993)

Este documento mostra a carta de intenções da CPT, sendo que chama a atenção a ideia de compreensão integral do trabalhador rural a que se propõe o documento. No entanto, na observação prática, percebemos que em muitos momentos, isso não aconteceu.

O conhecimento sobre esse trabalhador rural tinha suas diferentes interpretações de acordo com os seus mediadores: assessores, agentes pastorais e a própria igreja em si. Nos depoimentos deixados pelos agentes nos encontros de formação encontramos uma visão do trabalhador rural vinculada a uma concepção urbana de revolução de esquerda[77], que no seu imaginário[78], é portadora apenas da vontade de conquista da terra.

Encontramos nos objetivos da formação:

> Contribuir com a ação transformadora da sociedade e o engajamento na luta dos trabalhadores rurais; capacitar os agentes da pastoral para uma análise crítica da sociedade; contribuir com uma constante elaboração dos referenciais teóricos, a partir da dialética prática-teoria-prática. (CPT, 1993)

O que se percebe, então, é uma incompreensão que a prática formativa, no que se refere ao não reconhecimento do formador como um deles. Apesar de grande parte dos agentes pastorais e até alguns assessores terem origem rural, em alguns momentos nota-se que há uma concepção de que o trabalhador rural faz parte de um outro grupo social, desconsiderando os seus saberes no processo de formação.

---

[77] A crítica aos mediadores é de que reduzem a utopia camponesa a uma ideologia mais partidária do que política, mutilando o que há de propriamente histórico e criativo na utopia da superação, supondo que a História só é possível na perspectiva de uma ideologia da contestação (MARTINS, 2000, p. 28)

[78] Outros mediadores, a nosso ver, também têm essa visão distorcida desses trabalhadores rurais. O MST tem nutrido sobejamente esse equívoco, quando impõe ao trabalhador rural, demandas urbanas nas pautas reivindicativas.

Nos documentos encontramos falas que apresentam uma dimensão positiva da formação, à medida que visa superar uma visão espontaneísta e 'basista' de que as ações e lutas são a única e a melhor forma de educar os militantes. No entanto, esses mesmos documentos apontam para a absolutização do trabalho formativo – muitas vezes identificado com a realização de cursos – que pode conduzir a um tipo de formação "teoricista" e "vanguardista", impondo visões de mundo aos agentes distantes da prática nos movimentos sociais.

Em alguns momentos encontramos nas reflexões apontamentos para os riscos de uma leitura equivocada, de pensar que os "cursos" resolveriam todos os problemas de formação política. A preocupação aparece nos documentos:

> Entender a formação política somente pela realização de cursos desvinculados dos processos organizativos, nos conduz ao risco do teoricismo nos programas de formação e de um distanciamento destes da realidade e dos processos reais das organizações dos trabalhadores. Acreditamos ser indispensável aprofundarmos a discussão sobre a relação entre a formação e processos organizativos e o papel que cumprem os cursos dentro de uma estratégia de formação. (CPT, 1994)

Esse relato mostra que a própria CPT, em vários momentos, não teve clareza quanto aos seus propósitos. E isto revela que o movimento não estava "maduro" para o papel que ocupava.

Os relatos apresentam também a preocupação com a ausência de clareza no que diz respeito à metodologia a ser empregada. A ideia de metodologia a partir da prática dividiu opiniões, pois apesar de muitos a qualificarem como muito boa para o trabalho de formação de base, os relatórios pesquisados mostram a preocupação que, quanto à formação de quadros, tornava-se necessário privilegiar a apropriação teórica, sendo imprescindível compreender dialeticamente o cenário político nacional.

Quanto a essa apropriação teórica, surgiram várias indagações sobre o que se compreende por isto. Na busca de uma concepção metodológica dialética aplicada aos processos de formação havia um receio de que a prática fosse de maneira ritualística ou até mesmo mecanicista. Apareceram também, em vários outros documentos, as análises sobre os critérios de seleção sobre quem participaria dos cursos, bem como os critérios que seriam utilizados para a seleção do eixo temático e os conteúdos que serviriam como ponto de partida para o início de um curso de formação.

Esse desafio aparecia em maior ou menor grau principalmente quando surgiam questões mais polêmicas, como na relação sindicato- partido, tratada com dificuldades pelos próprios programas de formação, de modo que se "superasse o sectarismo e o primarismo" do seu tratamento nos espaços de luta política. A abordagem teórica da questão, segundo a preocupação desses mediadores, não deveria ser reduzida a uma simples prática política dos seus militantes. A heterogeneidade dos membros, que ia de pessoas pouco alfabetizadas a quadros com maior grau de escolarização, foi assumida pela CPT como uma dificuldade a ser enfrentada. Essa dificuldade aparecia em maior ou menor grau, principalmente, quando surgiram questões polêmicas, como a relação sindicato/partido.

Desse modo, a mediação ocorria no sentido de levar a discussão para um patamar em que a formação não fosse minimizada no campo político, haja vista a militância partidária de muitos dos seus membros. Aliás, esse fato era recorrente em muitas reflexões, não obstante, o cerne da preocupação era quanto à especificidade e ao *capital* da CPT, que muitas vezes, apresentava dubiedade, como diz o agente pastoral:

> A CPT teve momentos em que ela se confundiu entre apoio ou direção da luta. Ela acaba se confundindo, em alguns momentos, com um movimento social. Ela deixa de ser apenas uma pastoral para ser um movimento social. (Entrevistado 1).

Essa fala mostra que, no afã de acompanhar os trabalhadores, em muitos momentos, os agentes pastorais assumiram o discurso dos trabalhadores, talvez por inexperiência ou até por uma leitura de que era necessário fazer algo. Isso gerou expectativas em ambos os lados. O resultado mais proeminente foi a cobrança por parte dos trabalhadores, de ações mais contundentes dos agentes em momentos em que eles próprios deveriam agir.

Outro ponto problemático a ser destacado é quanto às expectativas que a comissão tinha em relação à eficácia dos programas de capacitação. Foi comprovado com a avaliação feita pela Coordenação Ampliada, sobre as eleições para cargos públicos,

quando muitas vezes, os eleitos para vereador, prefeito, deputado e senador representavam muito mais os latifundiários do que os próprios camponeses[79].

> Mas, se a gente analisar politicamente, nós vamos ver que não houve traição, a nossa metodologia é que, talvez, foi equivocada. Por que nós não somos políticos profissionais, nós, inclusive, somos amadores na arte de fazer política e também na organização popular na linha de política profissional. Por que um político profissional, às vezes, chega com marketing, dinheiro e na última hora ganha a eleição. Então a gente costuma pensar assim de que a política, uma eleição é um processo que tem um começo e um fim, e não é. Uma campanha eleitoral faz parte. É uma etapa de um longo processo de conversão, de transferência da sociedade e das pessoas, e aí, não dá para você indo lá uma ou duas vezes, entregando um panfletinho, um santinho do político ou pedindo para o trabalhador rural votar nesse ou naquele candidato com uma ou duas visitas, você quer que ele mude uma performance, uma caminhada dele de 30 ou 40 anos de exploração, de dominação, de mando? (CPT, 2002)

Esse relato demonstra o receio de que uma metodologia inadequada não seja capaz de alterar uma prática política que permeia o trabalhador rural, fruto de sua cultura camponesa[80]. Por outro lado, identifica também aspectos de aprendizado da Pastoral em reconhecer que era necessário repensar a própria trajetória da formação, que muitas vezes não conseguiria atingi-la por completo, ou pelo menos por aquilo que se considerava formação.

Uma outra questão a ser repensada foi quanto ao que aparece no Plano Nacional da Formação da CPT sobre "[...] dar-se simultaneamente à luz da prática profética de Jesus e da realidade vivida pelos trabalhadores do campo". Percebemos que aos poucos, a Pastoral foi compreendendo que o desconhecimento da utopia camponesa inviabilizaria todo o processo.

Ainda com relação ao preconizado "protagonismo dos trabalhadores", quando se diz que, de fato, tenha se verificado, não foi sem conflitos, como ocorreu em 1990 na relação entre o Movimento dos Sem Terra – MST – e a CPT.

---

[79] Na eleição de 1988, embora tenha havido saldos positivos, a pastoral registrava um fato negativo: a eleição de dois assassinos de Nativo da Natividade para prefeitos dos municípios de Carmo do Rio Verde, onde o líder foi morto, e de Uruana, ambos localizados, se fundou o primeiro STR do Estado. Votou-se muito mais em candidatos apoiados pela UDR.

[80] Chamamos a atenção para aspectos da cultura camponesa anteriormente citados, como o certo conservadorismo nas práticas e o servilismo que se encontrava sujeito, em relação aos patrões das fazendas.

A relação com o MST pode ser pontuada em três momentos distintos: No primeiro deles, com a própria criação do movimento, houve uma participação maciça da CPT, orientando e até estimulando o surgimento de um movimento social que de fato contribuísse para uma nova discussão sobre os rumos das ações no *campo*. Contudo, no segundo momento, uma vez fundado, o MST estabeleceu uma relação "fria" com a Pastoral, negando-se a manter a parceria anterior, na visão de muitos, numa postura utilitarista. Pela avaliação feita por Antônio Baiano, "[...] as ações do movimento quando a gente tomava conhecimento, já tinha acontecido e você era chamado para apagar fogo". (SILVA, 2003, p. 45-46). Um terceiro momento aponta para o reatamento das relações entre a CPT e o MST, apesar da desconfiança dos mediadores, de que as decisões continuariam a ser tomadas sem a participação de agentes externos ao MST.

Uma possível razão desses conflitos é que, na verdade, faltava a real compreensão sobre os papéis a serem atribuídos pelos próprios agentes pastorais e sobre que tipo de autonomia deveriam ter os movimentos sociais aos quais eles serviam. Um agente pastoral, em entrevista citada, coincide com esse pensamento, quando diz:

> Alguns dirigentes do MST acharam que instrumentalizando a CPT, achando que a CPT deveria só fornecer recursos financeiros, o carro e a estrutura da igreja para que eles pudessem executar um trabalho. (CPT, 2002)

Assim, aos poucos se percebe que a CPT passou a se incomodar com o fato de o MST ter adquirido um novo tipo de *capital* no *campo* da formação. Da passagem para um movimento autônomo, com a seleção de suas próprias demandas e estratégias, esse agente coletivo só recorria à Pastoral em caso de necessidade, seja de facilidade de mobilização, ou de material para divulgar o trabalho dos Sem-Terra.

Essa prática de "servir" aparece com certa frequência nas discussões dos regionais, mostrando uma certa fragilidade que permearia a trajetória da CPT, devido ao fato de que a intenção de assessorar, organizar e até encaminhar demandas, acabou por confundir a própria "missão" auto-atribuída pela CPT, de criar uma consciência crítica nesse trabalhador rural para que ele assumisse os riscos de participar de um movimento social.

As propostas, no entanto, caminhavam em uma outra direção. Sem toda essa clareza, a CPT nem sempre era capaz de enxergar o papel da mediação, o ponto de equilíbrio no processo de negociar.

2.2.2. A formação como transmissão de *capital* simbólico.

Desde o seu início, a CPT priorizou a formação, pensada como um instrumento capaz de construir um *capital cultural*, com a finalidade de contribuir para o avanço da organização dos trabalhadores rurais.

Com relação às práticas formativas, nem sempre foram pensadas da mesma maneira, desde a sua fundação. Como citamos anteriormente, aos poucos se foi percebendo que era necessário vê-las como um processo permanente, dialético e de construção coletiva. Era necessário, muitas vezes, recorrer a leituras "de fora" para permitir uma melhor clareza sobre os rumos do trabalho Pastoral.

Se a CPT surgiu do esforço de articulação da ação dos agentes no intuito de resistir e mobilizar para o enfrentamento da ditadura, aos poucos, com a implantação da Nova República, apesar da aparente calmaria provocada pela redemocratização, os conflitos continuaram paulatinamente à própria crise que se instaurou na CPT quanto à sua identidade e valores a serem assumidos em relação aos movimentos sociais nos anos 1990.

Em relação às práticas formativas, apesar da missão auto-atribuída nos seus processos de formação integral e permanente, por meio das experiências e do esforço de sistematizá-las, através do acento nas motivações e nos valores, da mística e da espiritualidade, percebemos que não houve uma linearidade de intenções, sendo que na prática, nem sempre a CPT manteve um único modelo de formação.

Embora aos poucos foi amadurecendo a ideia de que a formação "é construção coletiva, que é exercício de circulação do poder e do saber", vimos anteriormente que nem sempre se disseminou, na prática, essa intenção.

Em um primeiro momento, percebemos que a formação era basicamente voltada para os encontros de reflexão sobre a ação. Segundo Poletto:

> A reflexão era centrada no trabalho e visava buscar respostas teórico-práticas para as questões emergentes. A diferença de posições entre os agentes existia, mas ela não se sobrepunha à ação conjunta para criar espaços de organização do povo. Neste período a comunicação e informação internas exerciam um papel fundamental. (*Apud,* CPT, 1988)

Percebe-se que havia várias iniciativas de formação dispersas nas regiões, mas sem um caráter formativo mais amplo, que abrangesse de uma maneira geral agentes e assessores, mas localizados, sobretudo no próprio trabalhador rural. Isso acontecia, pois, naquele período – nos primeiros anos da CPT –, era urgente trazer à tona elementos que possibilitassem um maior aprofundamento de questões ligadas ao conhecimento, do estatuto do trabalhador e das leis que o cercavam.

Daí a predominância de cursos voltados para esse fim, criados por assessores que promoviam encontros com esses trabalhadores nos sindicatos rurais, nos assentamentos e onde mais se fizesse necessário prepará-los. Muitas vezes essas situações de formação eram permeadas de tensão, da necessidade de uma compreensão rápida para "entrar na justiça".

Sem uma reflexão mais ampla dos significados do tipo de *capital* a ser transmitido, conforme dito antes, essa prática muitas vezes levou a CPT a confundir sobre o fato de a Pastoral ser "a serviço dos trabalhadores" e não "de serviço", quer dizer, sobre o verdadeiro papel de apoiá-los, mas não de assumir a causa deles.

Em um primeiro momento, a partir de meados dos anos 1980, iniciaram-se os cursos de formação, voltados também para os agentes. Em um segundo momento, foram encontros voluntários para estudos mais aprofundados, a fim de possibilitar uma reflexão mais crítica da realidade. A ideia era de que além de uma visão crítica, adquirissem uma visão teológica para que autonomamente construíssem uma visão de mundo a partir da prática.

Com esse propósito, a partir desse período a CPT criou os cursos nacionais de formação de longa duração, que eram normalmente de três anos, de quatro

semanas a cada encontro. A ideia desses cursos era de que tivessem um caráter participativo, priorizando a metodologia do "ver-julgar-agir".

Para a escolha dos assessores dos cursos os critérios eram: capacidade de fazer uma análise crítica da realidade, nas perspectivas sociológica, histórica, teológica etc; e de repassar os instrumentos metodológicos para fazer a análise da realidade, buscando dar autonomia aos agentes[81].

Então cada participante escolhia uma área de aprofundamento na qual faria o curso. Segundo os documentos analisados, houve períodos em que 90% dos agentes participaram dos cursos de formação, o que contribuía, de acordo com a comissão regional, para a construção da unidade.

Com o processo de autonomia dos regionais e de pulverização da ação pastoral, significando uma diversificação de formas nos regionais, houve a necessidade de reunificar os trabalhos da CPT, apontando a responsabilidade de solidificar seu *capital* na formação.

Já no terceiro momento, a formação se deu em um contexto em que a Pastoral passou a vivenciar uma crise, seja de participação no *campo*, como na própria transmissão de *capital*. Isso porque desde os anos 1980, com a abertura política, as pastorais já enfrentavam a entrada de novos agentes no jogo, como sindicatos, partidos, movimentos, *ONGs*, dentre outros.

A crise passa a afetar os agentes de diversas maneiras. Conforme exposto, esses agentes externos trouxeram novas formas de *capital*, fazendo com que a CPT perdesse seu espaço.

Internamente, vê-se que o "P" de Pastoral não poderia ser reduzido e igualado à atuação política e social, embora não excluísse outros aspectos, como o aparecimento de elementos novos no âmbito eclesial, como o próprio macro-ecumenismo, o diálogo inter-religioso e o pluralismo de ideias. O fato é que passou a ser questionado se a CPT deveria se tornar um movimento, uma ONG, uma entidade de apoio ou um serviço, apenas.

[81] Em alguns momentos do texto, esses agentes pastorais são chamados de assessores. Isso porque a própria CPT em seus documentos não os distingue dos demais assessores que compõem as secretarias e as diretorias.

Esse momento de crise, por outro lado, apontou para os anos 1990 novos desafios, como a diversidade de atores e mediadores do *campo*, ampliando o leque de propostas a fim de se pensar na reforma agrária, além de outras questões sócio-ambientais e de outro gênero.

Com essas novas mediações, criou-se um certo "pudor" em formar trabalhadores. Isso se deu devido à própria falta de sentido que teve a formação naquele período, haja vista a perda de referência da fase anterior[82].

A fala de D. Tomás Balduíno foi significativa: "[...] os trabalhadores não são nossos clientes, mas sujeitos do processo, o que é desafiador" (CPT, 1990). Nesse sentido, passou-se a questionar se não se estaria colocando os trabalhadores rapidamente em alguma organização. Ou até, qual era o sentido da prática da CPT, sabendo-se, de antemão, que esta não era a mesma do MST?

Com relação à metodologia, chegou-se à conclusão de que o específico na transmissão do *capital* era a racionalidade religiosa, em grau muito mais acentuado à racionalidade política, *capital cultural* fornecido pelos movimentos sociais. Então reafirmava-se o fazer pastoral popular, de um jeito cristão.

Desse modo, neste terceiro momento várias questões se fizeram presentes, o que demandou uma busca pela construção de um senso de unidade, tarefa que coube aos coordenadores da CPT. Neste processo de passagem pela crise, foram criadas várias comissões para debater o tema da formação:

> No tocante à formação, se não sabemos para onde vamos, sabemos ao menos onde estamos. Nos guiamos pela demanda concreta do lavrador, talvez em excesso. É momento de definição ou de ensaio?É possível neste momento ter definições? Avaliou-se que é preciso buscar consensos operacionais. Definir alguns pontos de referência, como elemento catalisador de experiências locais. Perspectiva não se reduz a modelo. (CPT, 1999)

Notou-se que uma das formas de superação, e da sua própria continuidade como Pastoral a serviço, era investir na transmissão de *capital social*, daí os diversos debates quanto ao tema. O resultado foi a profusão de cursos nacionais,

[82] Principalmente no que diz respeito à crise vivenciada na concepção socialista, fazendo com que não somente o agente religioso perdesse o referencial político, como também outros agentes sofressem a mesma perda.

alguns mais curtos, com a inclusão de novos temas e com esforços de elaboração a partir da práxis.

Os participantes dos cursos, a partir dos anos 1990, eram quase todos "novos", com uma média de 3 a 4 anos de atuação na CPT[83], o que reforça a tese de que havia a necessidade de renovação de quadros e um investimento para isto:

> Há dificuldades do pessoal perceber por onde passa a unidade da CPT. Os novos não têm o mesmo referencial do passado. Porém, como definir a ação da pastoral hoje? Não se vislumbra a ação para além do amanhã, fica-se no ativismo. Nos regionais, atividades sem fim e sem parâmetros claros. Percebe-se que na CPT convivem pessoas que estão na entidade para responder a certa função, e outras sem motivação. (CPT, 1999)

A seleção de novos membros na CPT mostra que houve uma seleção de novos quadros, devida também às necessidades da área de formação[84]. A fala acima mostra que havia uma demanda de investimento em novos quadros para se manter no jogo, devido à ausência enfrentada nos últimos anos de agentes pastorais[85].

Isso porque cada agente, uma vez que ocupa uma determinada posição no *campo*, não pode deixar de situar-se frente aos novos desafios, correndo o risco de pagar o preço da perda de espaço. Então faz sentido, que nessa disputa por uma melhor posição, os agentes vão alternando diferentes investimentos a fim de se manterem no *campo agrário*, e especificamente, na área de formação.

2.2.2.1. Primeira fase: a prática informativa

Em um primeiro momento, o trabalho da CPT junto aos trabalhadores rurais não tinha uma intencionalidade prática no sentido de contribuir para a formação desse trabalhador, dando-lhe o *capital cultural* necessário para a participação em ações visando as melhorias nas condições de vida ou mesmo pelo acesso à terra. Eram ações

[83] Essa situação só tem piorado. Nos cursos de formação mais recentes, há casos de pessoas que frequentam os cursos com até três meses de contato com a CPT.
[84] Pensar em termos de interesse significa desprender de uma noção ingênua que não existe em uma relação social.
[85] O tempo de permanência na CPT tem sido reduzido, gerando uma alta rotatividade. Só tem permanecido por mais tempo os agentes liberados pró-labore (em número cada vez menor em razão da escassez de recursos) e os religiosos, compostos por padres, freiras e pastores.

isoladas, visando apenas auxiliá-lo, informando-lhe sobre questões no plano jurídico do estatuto de posse, oferecendo, quando muito cursos práticos e rápidos sobre mandado de segurança, habeas corpus e outros dispositivos legais necessários para saídas emergentes em casos de prisão, desapropriação de terras e outros aspectos que ferissem os seus direitos como cidadão. Vale lembrar que todo esse período, que vai do início da CPT até meados dos anos 1980, foi uma época de grande repressão a toda e qualquer tentativa de qualificação do trabalhador. Havia uma perseguição real a todas as ações organizadas para esse fim.

A principal prática educativa empreendida pela Pastoral, no propósito dessa informação, era a produção de materiais didáticos que buscavam conclamar os explorados para a consciência da sua exploração. Um desses informativos era o Jornal *O Plantador*, que além da sua clara função pedagógica, era voltado também para a transmissão do conteúdo religioso, com uma linguagem clara e simples pensada a partir da realidade do homem simples do *campo*. *O Plantador* foi um boletim informativo criado em 1985 pela Comissão Pastoral da Terra, região Centro-Sul, cuja circulação se deu de janeiro do ano de sua criação até fevereiro de 1986. Inicialmente se chamava Boletim Informativo do Regional Centro-Sul de Goiás. No entanto, a partir de 1985 ele passou a ter esse nome. Teve a seguinte intenção no seu início:

> Nosso boletim, uma voz humilde, querendo ser um grito, outra vez se faz ouvir. Por enquanto, voz de poucos, para ser presença, partilha e expressão de muitas lutas. Aparece na hora dos vaivens da política nacional, uma torcida federal em favor da saúde de um Tancredo, num país de milhões de doentes e crianças morrendo todo dia e toda hora. (CPT – Regional Centro Sul de Goiás, 1985, p.13).

Além das reflexões bíblicas, outros temas também eram levantados, como por exemplo, a questão da Constituinte inspirava os debates, como a reforma agrária, denúncias de situações de violência a que eram submetidos milhões de trabalhadores país afora.

A partir de maio de 1986, o boletim foi assumindo ares de jornal, passando a ser divulgado para várias entidades eclesiais, ou não. Um fato que é mostrado por Sotelo (2008, p. 104) sobre a importância de *O Plantador* no cenário da redemocratização do país, foi a denúncia feita da entrega da Secretaria da Comunicação

Social do Estado – SECOM- aos empresários da construção civil, como forma de conter as informações.

No seu editorial, o jornal sinaliza:

> Companheiros, este Boletim é aquele mesmo que a gente fazia antes [...]. Este número está circulando em caráter experimental [...] Um jornal ou outro órgão de comunicação só tem razão de ser se contar com a participação efetiva de todos. Essa participação é que faz com que seja democrático e esteja a serviço dos companheiros trabalhadores. (CPT, 1986)

O Plantador funcionou, desde o seu início, como o principal canal de informação de trabalhadores rurais sobre os acontecimentos do país. Abordava, também, a situação das ocupações de terras, servindo como instrumento de voz em favor de todos os expropriados da terra, vitimados por diferentes formas de violência, de exclusão física, dentre outras.

Com relação ao propósito da redemocratização, conclamou o povo a uma participação mais ampla contra as ingerências da ditadura:

> Façam-se plenários, comitês e reuniões para discutir e se conscientizar sobre o valor de uma nova Constituição. [...] Fazer um levantamento dos candidatos das regiões, denunciar os que têm assumido uma postura contra os trabalhadores e apoiar os candidatos que tenham compromisso com os trabalhadores. (CPT, 1986)

Em relação ao estímulo à sindicalização, *O Plantador*, mostra uma estreita ligação entre dois agentes, o religioso, representado pela CPT, e o sindical, em torno da CUT, que estimulou os trabalhadores a renovarem os sindicatos, de modo a pensar em "uma nova prática, a fim de fazer de nossos sindicatos um órgão subordinado aos interesses dos trabalhadores e promover a consciência de classe". (CPT, 1986, p. 55)

Em janeiro de 1989, o Boletim destacou: "Em Goiás foram eleitos cerca de 60 vereadores comprometidos com a luta dos trabalhadores. Dentre esses, 12 são lavradores". (CPT, 1989) Essa informação era um alerta, apontando para a necessidade de conscientização política dos eleitores.

Um destaque à ação de *O Plantador* refere-se ao preparo que buscava oferecer, informando sobre questões relativas aos direitos trabalhistas, ao movimento

sindical no *campo*, aos projetos de modernização agrícola, aos pacotes econômicos lançados pelo governo federal, bem como às consequências geradas pelas medidas do governo que mais afetavam os trabalhadores.

2.2.2.2. Segunda fase: O preparo dos agentes pastorais.

Nesta fase a CPT começa a forjar uma política pedagógica de formação[86]a partir de duas dimensões: teoria e prática. Isso porque a preocupação não era apenas com o trabalhador rural, mas também com os agentes pastorais, que funcionavam como os mediadores mais contíguos.

Todas as ações passaram a ser elaboradas para que não fosse passado apenas um conteúdo informativo das questões acerca da questão agrária, mas uma formação duradoura, com cursos nacionais de 3 a 4 semanas, com a ampliação do número de participações, priorizando uma metodologia adequada ao público alvo.

Havia ainda, uma preocupação que se tivesse acesso a uma bibliografia sociológica, política e antropológica ao alcance de todos os participantes nestes cursos, para que houvesse um aprofundamento das questões em seguida.

Nesse sentido, todo o esforço era para melhor capacitar agentes pastorais para a aquisição de um *capital cultural*, sendo necessário ir além dos cursos oferecidos, considerando, também, como alvo da formação as experiências obtidas nos acompanhamentos feitos pelos grupos populares, nos quais se fazia necessário um aprofundamento teórico sobre a prática.

Para tanto, urgia conceituar o que se entendia como formação, missão e objetivos a serem traçados, para se promover um debate sobre como assessorar os trabalhadores nas suas demandas mais gerais, destacando-se a importância de

[86] Essa política de formação passa a ser pensada principalmente a partir de 1986 concomitantemente à circulação de *O Plantador*, que nessa época já estava na sua 3ª edição. Os alvos eram diferentes: enquanto que o jornal estava voltado para um público mais amplo, as práticas pedagógicas descritas aqui destinavam-se à preparação de agentes pastorais.

reconhecer que eles deveriam ser os verdadeiros protagonistas, já que havia uma tendência de muitos agentes tomarem decisões, muitas vezes sem sequer ouvi-los.

De início o Secretariado Nacional, apoiado pela Coordenação Nacional, seguiu a orientação tradicional – formação na ação e apoio para alguns frequentarem cursos de diferentes centros: Ibrades, Cesep, Cebi, dentre outros. Outras questões concorreram para isso:

> Na esteira da crise política da ditadura militar – ela própria oriunda da mobilização popular motivada pela crise econômico-social – e da implantação da chamada "nova república" – fruto da "aliança democrática" das elites – ocorreu enorme efervescência política, deixando os agentes da CPT muito inseguros em relação à analise da nossa realidade e aos passos concretos que deveriam ser dados na Pastoral da Terra. Em vista disto, aumentou muito a exigência da presença dos assessores da CPT, implicando em constantes viagens, em sobrecarga e diminuição de tempo aplicado à pesquisa e à própria formação. (CPT, 1986)

Assim, tendo em vista a sobrecarga dos assessores, e a iminente necessidade de se pensar na transmissão de *capital cultural* para o agente, passou-se a priorizar como campo de ação imediata, a formação na própria CPT. Para tanto, era necessário pensar em assessores que melhor o fizessem. Foram escolhidos professores universitários para a realização da tarefa, "os que dispusessem de tempo, capacitação e vontade de atuar como equipe". (CPT, 1986)

Outra questão pensada era a ampliação do número e qualidade dos assessores existentes nos Regionais, descentralizando a assessoria, a fim de se evitar os gastos com viagens, bem como realizar a assessoria a partir de uma análise mais próxima das necessidades das bases. Foi dessa forma que surgiram os grupos de estudo, primeiramente em âmbito nacional, passando depois para as Grandes Regiões.

A partir dessas primeiras discussões surgiu a necessidade de uma formação mais aprofundada, ocasião em que foi elaborado um anteprojeto de Curso em nível nacional. A Diretoria encaminhou o projeto à Assembléia, passando a ser objeto de discussão nos Regionais. O fato é que, na reunião do Conselho, realizada em agosto de 1985, foi tomada a decisão de organizar um primeiro curso, com a oportunidade de participação de todos os Regionais enviando 02 participantes, para que houvesse no máximo 40 participantes.

Em 1986 foi tomada a decisão de se organizar o segundo curso, assim como em 1987 foi estruturado um terceiro curso a partir de julho de 1988.

Na quadro seguinte, apresentaremos os cursos empreendidos neste período pela CPT:

Quadro 3: Cursos de capacitação de assessores da CPT

Etapas	Período de realização	Local realizado	Conteúdos ministrados
1ª etapa, 1º grupo.	Fev. 1986	Goiânia – GO	• História • Antropologia • Sociologia • Introdução à Metodologia
1ª etapa, 2º grupo.	Fev. 1987	Cachoeira do *Campo* – MG	• História • Antropologia • Sociologia • Introdução à Metodologia
2ª etapa, 1º grupo.	Jul/ 1987	Goiânia – GO	• Introdução à metodologia • Economia • Teologia cristã • Sociologia e Direito
2ª etapa, 2º grupo.	Jan/ fev 1988	Chapecó – SC	• Metodologia • Economia • Teologia • Sociologia.

Fonte: Dados fornecidos pela CPT –Nacional.

Os temas abordados nesses cursos eram: Estudo crítico da história do Brasil, análise antropológica da realidade rural, análise sociológica da realidade rural no Brasil, introdução à metodologia de trabalho em meio popular, análise econômica da realidade rural no Brasil, teologia da Terra, método para a análise da realidade social, análise rural e dos movimentos sociais, introdução à análise crítica do Direito e metodologia dialética e educação popular.

O Curso realizado em Chapecó teve a duração de 320 horas, com a participação de 78 participantes[87]. Os assessores foram escolhidos, principalmente, além do óbvio domínio do tema, pelo comprometimento que demonstravam nas suas publicações sobre a questão agrária, como foram os casos de: Sérgio Paulo Moreira, historiador e professor da Universidade Federal de Goiás (GO), Carlos Brandão, pesquisador e então professor de Antropologia na Universidade de Campinas (SP), Zander Navarro, sociólogo e professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (RS), José de Souza Martins, sociólogo e professor da USP (SP).

O curso contou ainda com a participação de membros de movimentos sociais e os próprios assessores da CPT como: João Pedro Stédile, assessor da CPT e, posteriormente, membro do Movimento Nacional dos Trabalhadores Sem Terra; Luiz Fenelan P. Barbosa, assessor do Instituto de Estudos Socioeconômicos, INESC; Horácio Martins de Carvalho, engenheiro agrônomo que trabalhava no governo do Estado do Paraná; Marcelo Barros de Souza, biblista e assessor da CPT; Daniel Rech, Ivo Poletto e Osvaldo de Alencar Rocha, assessores da CPT.

A ideia proposta ao criar o curso era provocar os participantes a se apropriarem do método utilizado para a análise da realidade social em seus diversos ângulos, além de fornecer as bases de uma reflexão, de modo que se construíssem *capitais* necessários para a produção de análises sobre a realidade concreta de suas regiões, sem que se dependesse de "assessores de fora". Neste sentido, apostava-se em cursos essencialmente participativos, cujo ponto central situava-se na elaboração individual e grupal, visando uma apropriação do método e um aprofundamento necessário, sem no entanto, especializar alguém em uma área específica do conteúdo. Um questionamento ainda se fazia:

> E o desafio é este: como será possível criar oportunidades para que os trabalhadores rurais se apropriem do método e o ampliem na sua capacidade de produzir a explicação da realidade social, deixando de depender de nós? (CPT – Assessoria de formação da CPT, 1986)

[87] Apesar da exigência que houvesse apenas 40 participantes, esse curso extrapolou as expectativas.

Apesar dos saldos positivos, como o elogio dos participantes à exposição dos assessores, uma das principais dificuldades foi a desistência de um número significativo dos membros, de uma etapa para a outra, sendo que a média de retorno entre a 1ª e a 2ª chegou a ser de 60%, chegando ao extremo de uma das etapas participarem apenas nove pessoas.

A CPT atribuiu esse resultado, ao fato de que, como a responsabilidade do curso foi das CPTs regionais, as tarefas atribuídas não foram assumidas como prioridade, chegando algumas a escolherem pessoas que estavam envolvidas no trabalho de base, sobrando pouco tempo para o curso.

Entretanto, percebemos outras questões que não apareceram na análise da Comissão Pastoral. Como os temas apresentados tinham um nível de apreensão complexo, cuja literatura era de difícil compreensão, haja vista que a maioria dos agentes enviados era de formação primária, somando-se à intensa militância, os cursos culminaram em uma expectativa aquém da pretensão da CPT nacional. Isso tudo levou ao próprio questionamento por parte da Direção: "esta falta de atenção prioritária deve-se a uma determinada concepção de formação?" (CPT - Assessoria de formação da CPT, 1986)

O saldo é que os cursos, segundo a leitura dos membros da Coordenação da comissão, não atingiram a superação dos chavões, adotados na prática, do chamado "marxismo vulgar".

2.2.2.3. Terceira fase: a posse do *capital cultural* e a aquisição do *habitus*:

A terceira fase[88] pode ser caracterizada a partir da vivência de uma crise que afetou não só a CPT, mas também outros agentes mediadores no *campo* agrário. Essa crise ganha sentido na Teoria da Prática de Bourdieu, como uma interferência do *campo* econômico na dimensão da formação, já que o mercado, como agente constituído do

[88] Trabalharemos esse período, dos anos 1990 até 1998, pois acreditamos que foi significativo na reestruturação das práticas formativas. Os anos seguintes foram produto das iniciativas tomadas nesse período.

primeiro promovia um total desmonte das propostas que visavam mudanças para os trabalhadores rurais.

Os anos 1990 sinalizaram também para a necessidade de uma reflexão mais sistematizada visando encontrar saídas para essa crise[89]. Para isso foram criadas várias comissões para debater o tema da formação. Dessas propostas surgiram novos cursos nacionais, tomando por base uma metodologia baseada em temas acadêmicos expostos por assessores, também mais cursos, com a inclusão de novos temas, abrangendo a questão da prática.

Alguns elementos de mudança da realidade precisariam ser destacados na formação, de acordo com a leitura daquela fase. Em primeiro lugar, o surgimento de novos agentes coletivos que também exerceriam a mediação, forçou a CPT a um recuo estratégico, gerando um receio em trabalhar a formação direta com os trabalhadores. Em segundo, a diversificação do poder público em outras áreas de atuação, levou também a uma modificação da ação regional e, por conseguinte, das demandas da formação. Depois, a crise dos paradigmas, com a derrocada do socialismo, trouxe uma perda de referência no trato de questões, cujo preparo necessitava de outros referenciais que não perdessem de vista aspectos que mereciam melhor destaque, como a coletivização e a socialização produtiva.

A CPT passou então a multiplicar o seu empenho no sentido de conferir uma maior ênfase à formação. Para tanto foi planejada em escala nacional, a 3ª etapa do curso de formação. O curso não ocorreu no período previsto, devido à falta de mobilização dos agentes nos regionais, ocasionada pelo atarefamento nas suas localidades, não podendo comparecer naquela etapa.

A 3ª fase foi realizada, dessa forma, congregando os dois grupos que participaram em julho de 1986 e de 1987 e em janeiro e fevereiro de 1987 e de 1988. Os participantes tiveram períodos longos entre as três etapas, com o objetivo de relacionar a teoria e a prática. Ocorreu em janeiro de 1990.

[89] A formação passou a ser priorizada para responder a essa crise, definida como necessidade ímpar na 9ª Assembléia Nacional realizada em 1993.

É importante destacar que a CPT adotou como forma de perceber a apreensão de conteúdos pelos agentes uma avaliação feita ao final de cada curso. Nas poucas leituras feitas quanto aos temas, ficaram destacadas, nessas avaliações, as deficiências de formação. Vejamos o seguinte depoimento:

> Em 1985, quando recebi o convite para fazer o curso de assessores da CPT, achava que a teoria não ajudava no trabalho junto aos agricultores. Na minha cabeça existia o conceito de que quem está totalmente envolvido com a prática, com as lutas, era a pessoa que possuía a melhor compreensão da realidade social, econômica e política. a partir da primeira etapa fui compreendendo que a prática precisava ser teorizada para se uma prática libertadora. (CPT, 1993).

Outra questão que merece destaque, a partir da leitura sobre as falas, é em relação às dificuldades de linguagem e à compreensão dos conceitos, a uma parte dos participantes. Alguns dos membros externaram a preocupação de "não conseguirem fazer a ligação da sua realidade concreta com os conteúdos aprofundados nos cursos". (CPT, 1990)

No entanto, quanto à heterogeneidade presente, várias pessoas destacaram o oposto: os conteúdos, da forma como foram expostos, mesmo sem um conhecimento prévio por parte de alguns, serviram para o incentivo de sair em do localismo, entendendo a realidade nacional e universal.

A 3ª fase foi importante também no fomento às outras práticas educativas, que seriam realizadas em épocas posteriores. Cada regional passou a estabelecer um plano de formação específico. O quadro a seguir apresenta as principais iniciativas tomadas:

Quadro 4: Descrição das iniciativas de formação na CPT

Regional	Micro-regiões / grupos Dioceses ou setores: principais encontros realizados	Ações realizadas no Regional: encontros
BA/ SE	**CPTs Diocesanas, sobre:** Semi-árido em Rui Barbosa; Mulheres em Sergipe; Educação Política em Juazeiro – BA.	Vários encontros sobre: Terra na Bíblia, Pequena Produção; Cursos de Metodologia (2ª etapa), Sindicalismo (3ª etapa) Culturas e religiões no Nordeste.
ES	Assessorias e Associações. Cooperativas e Escolas Família – Agrícola	Não há "política de formação". Encontros sobre espiritualidade
MS	Equipe de Dourados realizou cursos de formação em três etapas de dez dias cada com o mesmo grupo.	
RS	Mística e espiritualidade em 6 micros: organização da produção sob diversos aspectos em 10 micros. Encontros municipais em datas simbólicas (25/07). Encontros da Diocese sobre a Romaria da Terra	Curso anual de quatro dias; Três cursos anuais com agentes em acampamentos/ assentamentos. Um dia no bimestre para coordenação. Três seminários em conjunto com outras entidades; encontros sobre a Romaria da Terra
GO	Trabalho com o CEBI: cursos bíblicos diocesanos e paroquiais; jornadas bíblicas em acampamentos e assentamentos; estudos bíblicos em comunidades rurais, totalizando 42 encontros, envolvendo 2.300 pessoas.	Programa conjunto de formação: com o IFAS e IBRACE, promovendo 8 seminários envolvendo 300 pessoas. Cursos sobre movimentos populares, movimentos sociais e políticas públicas. Programa integrado de formação (PIF) com o IFAS. Coletivo de Formação da CUT com participação da CPT, IFAS e Fetaeg em Goiânia. Seminário sobre Reforma Agrária para finalizar cursos nos acampamentos e assentamentos.
PA/ AP	Congresso de jovens em Altamira. Conferência Municipal em Uruará. Curso para administradores	Curso do Sebrae de formação técnica. 4 seminários/ 2 cursos de formação nos conselhos ampliado e regional. Semana social. Fórum da Amazônia.
MG	Cursos por setor	Formada uma equipe de formação em 1993, que fez uma pesquisa e propôs um projeto de formação.
PR		Há uma equipe de formação. Proposta de formação estadual em 4 módulos temáticos: História da CPT, Ações Políticas na prática da CPT. Pedagogia, fé e vida.
MA	Cinco anos de Escolas sindicais. Três anos de escola política.	Encontro anual de formação de agentes. Formação de estagiários em Direito em projetos de pesquisa e acompanhamento jurídico-criminal. Seminário de advogados populares.

Fonte: Quadro elaborado pela pesquisadora a partir de dados da CPT Nacional.

Já o quarto encontro foi planejado para julho de 1993 e 1994, tendo como missão, além da aquisição dos conteúdos propostos, realizar uma reflexão ampla, visando dar um outro significado ao sentido da formação. Foram envolvidos os seis regionais na realização desse curso, sendo que cada regional enviou os seus membros, com infra-estrutura fornecida pela CPT – Nacional.

Alguns temas foram explorados com maior ênfase, como a questão do ecumenismo, a 'inculturação', a 'institucionalidade', a perspectiva da classe como categoria sociológica, os excluídos, a modernização, a busca de poder e os seus diferentes conceitos.

Ademais, foi aproveitada na ocasião a oportunidade de verificar que tipo de formação a CPT se propunha a desenvolver: se voltada para os "quadros" ou uma capacitação mais abrangente de agentes pastorais e assessores; se tomaria por base as pessoas que iniciam o trabalho ou a qualificação daquelas que atuam há mais tempo em um determinado tipo de trabalho:

> Assim sendo, na prática da CPT, ou os processos de capacitação / formação são um aprofundamento crítico dos fundamentos da visão, da compreensão da realidade e das motivações a partir das quais ela define suas opções e linhas de ação, ou são práticas desenvolvidas a partir da visão, compreensão da realidade e motivação da pessoa ou equipe responsável pelos programas de formação. Em outras palavras, a capacitação/ formação pode tanto ser reforço de democracia e transparência, quanto de jogo fino de poder a partir das "linhas" dadas ao saber. (CPT, 1993, p. 03)

Ainda que a base da formação seja a de definir que tipo de *capital cultural* deve ser transmitido, e qual foco de ação deve priorizar: trabalhadores rurais ou agentes pastorais, ficou definido que não seria preterida a escolha de uma metodologia voltada para a transmissão do *capital* religioso, contendo a dimensão da espiritualidade a ser vivenciada.

> Sendo pastoral, e num serviço voltado ao reforço do protagonismo dos camponeses e trabalhadores rurais na conquista de sua cidadania, a escolha da metodologia não deveria ser definida a partir dos valores evangélicos e da missão que ela se propõe realizar? Tudo, para ela, deveria ser maneira de aprofundar a vivência da fé que a anima. Mesmo quando busca os melhores instrumentos científicos para compreender criticamente a realidade, é na dimensão da espiritualidade que deve ser vivenciado. E a preocupação com uma visão de conjunto, em que entram as dimensões pessoais, comunitárias e sociais, as relações da pessoas e

> grupos sociais, bem como as relações com o meio ambiente da vida, deveria ser uma orientação permanente para uma pastoral da terra. (p. 03)

A CPT iniciava assim a reflexão sobre como se processava a transmissão desses conteúdos. Isso porque começava a sentir os impactos da perda de pessoas sobre as quais se investiu o *capital cultural* nesses eventos formativos e simplesmente eram absorvidas por outros agentes coletivos, como o Movimento dos Sem Terra, que também disputavam posições no interior do *campo*.

Outras questões se fizeram presentes, tais como: seria a CPT uma "entidade de assessoria e apoio", com inspiração cristã e com "trabalho de base", com um "projeto político" e com seus quadros? Se o entendimento tomasse esse rumo, interferiria na escolha da metodologia, que teria outros critérios e objetivos, devendo centrar seus trabalhos em algum tipo de militância, partindo do conhecimento e da aceitação de uma proposta política, passando a colaborar nas estratégias e táticas para o alcance dessa eficácia.

Então o 4º encontro[90], agregando essas questões e outras que foram surgindo face ao momento histórico, ocorreu entre julho de 1991 e julho de 1992, voltado para uma capacitação mais direta dos assessores[91]. Nesses dois momentos foi adotada a mesma metodologia empregada nas etapas anteriores, visando a apreensão crítica da literatura sociológica, antropológica e metodológica, sob o acompanhamento de assessores que interviriam com a exposições[92].

Ao final de cada etapa foi feita a avaliação que teve como finalidade a construção de relatórios para o planejamento de outras atividades formativas. Foi apresentado aos participantes um questionário, cuja primeira questão era: "passado um ano, você considera que a primeira etapa trouxe contribuições para a sua vida e o seu trabalho?" [93].

---

[90]Houve uma contribuição financeira estrangeira da CEBEMO, ONG holandesa. Essa ONG de inspiração católica apóia projetos de movimentos populares.

[91] Nota-se, em relação às etapas anteriores, a presença de poucos agentes novos e intermediários. Em todas as etapas notamos uma alta rotatividade de pessoas. Atribuímos a esse fato a pouca compreensão dos temas apresentados, o que provocava uma dispersão nos cursos.

[92] Além dos assessores expostos na fase anterior, três novos assessores se somaram: Regina Novaes, Marcos Rodrigues e José Vicente Tavares dos Santos.

[93] Como a dinâmica avaliativa não exigia dos participantes a identificação das respostas, aqui reproduzimos o relato, sem a autoria das falas.

As falas convergiram para a menção positiva dos cursos, no sentido da problematização da prática nos trabalhos, permitindo um aprofundamento metodológico para uma melhor intervenção da realidade.(CPT, 1992). Outra questão destacada foi quanto a uma compreensão sobre o trabalho em equipe, ponto nevrálgico do trabalho pastoral, área de muitas disputas internas.

> *Melhorou* as relações pessoais na equipe de trabalho, reconhecendo as diferenças e buscando somar forças; Aprendi que não é nosso papel conduzir e nem tirar conclusões; [...] maior compreensão da realidade, conhecimento das forças que atuam na sociedade e suas inter-relações. (CPT, 1993, p. 01)

Com relação ao próprio entendimento sobre a mediação, os participantes sinalizaram sobre a importância da pesquisa associada à prática. Ainda que essa necessidade tenha aparecido nas avaliações, não percebemos quaisquer pesquisas sendo realizadas por agentes pastorais após a participação nesses cursos. Os agentes apontaram que os cursos proporcionaram a oportunidade de integração com outros agentes e troca de experiências de cada região, destacando-se o isolamento em que se encontravam, anterior aos cursos.

> Um dos aspectos mais positivos foi sair de um isolamento em que me encontrava. Agora sim, me sinto parte de um corpo da CPT que abrange todo o Brasil: aprofundar a ótica do oprimido, do lavrador, tanto na História quanto na Antropologia. (p. 01)

Apareceu em vários discursos a percepção da "causa" dos trabalhadores rurais e do conhecimento da cultura camponesa. Vejamos o seguinte depoimento:

> Abriu um profundo questionamento sobre a minha prática concreta com os trabalhadores a partir de esquemas fechados e tradicionais; abriu pistas novas para um novo jeito de perceber a realidade a partir das relações da lógica camponesa; ajudou e está ajudando a produzir conhecimento a partir da lógica dos trabalhadores. [...] Permitiu-me despertar outras pessoas da diocese para estudar a cultura camponesa como condição de prestar-lhe um serviço à altura das necessidades; permitiu-me colaborar na montagem e assessoria da escola sindical. [...] Percebo melhor as particularidades de cada situação, sem deixar de ter presente a totalidade; estou menos economicista; como assessor, estou mais feliz; os desafios hoje são bem maiores, provocando-me um crescimento permanente. (p. 01)

Em relação às leituras propostas nesse curso, uma fala merece destaque, pois revela que o nível de escolarização de alguns participantes era baixo, mostrando

que os objetivos de formação foram além do preparo de agentes, que buscaram atingir novos esquemas gerativos de *habitus*: "Adquiri o hábito de ler, refletir e fazer críticas ao pensamento". Esse propósito aparece também nas falas em relação à necessidade da pesquisa como meio de intervenção social: "A pesquisa permite sair do ativismo imediato para pensar a prática com outra qualidade e sabor". Ou então: "[...] e esse exercício me ajudou a *clarear* que o conhecimento é produzido coletivamente".

> A pesquisa está ajudando a medir o crescimento: quando eu fiz o trabalho, pensei que estava bom e agora estou vendo que são só as primeiras pinceladas. Se eu não tivesse feito a pesquisa e interpretação, teria poucos elementos concretos para perceber este passo qualitativo que dei. (CPT, 1993, p.02)

Uma segunda pergunta foi formulada com a seguinte proposta: "Você se sente mais em condições de assessorar iniciativas em seu trabalho?" Um participante respondeu:

> Por causa deste curso é que me dispus a assessorar dois encontros da Diocese. Foram uma valiosa oportunidade de levantar entre os agentes as questões e descobertas aqui refletidas. E com os de base, um grupo de sindicalistas, o esforço de ajudá-los no mergulho de suas raízes culturais. (p. 02)

Os impactos da reflexão permitiram a tomada de decisões, localizando o papel da assessoria aos trabalhadores que prepariam uma ocupação de terra. As análises sobre a situação agrária no Brasil exigiram a urgência de uma revisão de conceitos:

> É claro que todo o trabalho de aprofundamento ajuda, mas ainda nos falta o exercício da prática. Precisamos rever nossos métodos de assessoria. O curso está me dando mais substancia para ajudar no trabalho como um todo e até na assessoria. (p. 02)

Nas atividades desenvolvidas pelos próprios trabalhadores nos assentamentos rurais, apareceram falas que propuseram, além da identificação do problema, a intervenção nos assentamentos, com propostas efetivas de cooperativas, associativismo, dentre outras práticas.

O participante seguinte mostra que o curso "despertou" a consciência sobre uma nova atitude dali por diante:

> Um dos objetivos da Associação é preocupar-se com a educação no meio rural. Na análise deles a escola oficial não cria vínculo familiar e nem amor à terra, mas estimula / empurra para a cidade em busca de emprego, porque roça não dá e é feio trabalhar nela. Aí foi interessante para mim, acompanhei todo o processo de análise/ estudo: Que escola queremos? Temos ou não condições e possibilidade de iniciar, mesmo precariamente, este ano com uma Escola Família Agrícola? Foi nesse processo que entrou meu papel de assessoria: não conduzir, nem direcionar ou decidir, mas ajudá-los, nas inúmeras reuniões que fizeram, a refletir, pensar as possibilidades. (CPT, 1993, p. 02)

Finalmente, os participantes comentaram as "falhas" experimentadas no processo desenvolvido no período de realização do curso, citando principalmente o não entendimento de alguns conceitos, a exemplo de rural, cultura e religiosidade, a ausência de dez assessores que não compareceram, a pouca utilização de recursos audiovisuais, o pouco tempo para a discussão de temas tão vastos, a pouca dedicação ao estudo teórico.

Houve, no entanto, saltos qualitativos no sentido da reflexão sobre se a diversidade de trabalhadores envolvidos nos conflitos da terra teria a mesma interpretação da ação política, ou se o ecumenismo tem ocorrido de fato no cotidiano. Em relação aos conteúdos trabalhados sobre a Antropologia da Religião e a Teologia, a partir das Religiões, alguns participantes manifestaram a necessidade de maior aprofundamento dos temas, a fim de provocar uma reflexão sobre a visão de muitos, ainda carregada de preconceitos.

Sobre esse último ponto, um agente expôs:

> Descobrimos outro jeito de fazer estudo antropológico de nossas religiões e um outro jeito de fazer teologia. Tudo isso mexeu comigo, me provocou para outras atitudes diante do cotidiano daqui para frente. Certamente não serei mais o mesmo na minha ação pastoral depois de sermos desmascarados dos nossos preconceitos, racismo e discriminação religiosa que fazíamos. Ficou claro que a nossa consciência de 'entendidos da religião' foi por água abaixo". (p.02)

Foi feita, ainda, uma avaliação nos Regionais, que indicaram que a participação nos cursos contribuiu para uma mudança na prática dos alunos. Sinalizaram, dentre outras contribuições, o aumento da segurança dos agentes pastorais no trato dos problemas identificados na comunidade, ajudando-os com a ação pastoral, permitindo-lhe discutir melhor o processo organizativo do povo, em respeito à cultura camponesa.

Dessa avaliação surgiram propostas para a realização de novos encontros nas próprias instâncias locais, de modo que se discutissem os cadernos de formação, criados para esse fim.

No biênio 1995/1996, tendo por pressuposto a institucionalização do investimento na formação, foram sistematizadas propostas gerais que orientariam as ações daquele momento em diante.

Houve, ainda, em Hidrolândia- GO um curso de formação com os "agentes históricos" da CPT, que ficou conhecido como "Encontro dos dinossauros". Seu objetivo era conclamar o grupo dos agentes mais antigos, para com eles repensar os novos rumos da formação. Pode-se afirmar que daí derivou um novo projeto nacional de formação, com o seguinte percurso: cada regional indicaria participantes aos cursos das grandes regiões (seis), que por sua vez, indicariam representantes para a etapa nacional, o que não deveria conter mais de 40 participantes. A etapa nacional foi de dois meses: um em Hidrolândia e outro em Chapada dos Guimarães, MT[94]. Depois disso, os 40 participantes passaram a ser tratados como "coletivo de formação".

Os objetivos propostos, para os anos seguintes, eram:

- Capacitar os Agentes de Pastoral na sua intervenção e assessoria às lutas diretas dos trabalhadores rurais;

- Capacitar os dirigentes sindicais e de associações para as lutas e os enfrentamentos na construção de uma nova perspectiva de história para a sociedade.

- Produção de conhecimento a partir da prática da luta dos trabalhadores (as), através de cursos, seminários e encontros de formação.

- Priorizar o jovem rural dentro da formação

- Promover seminários de administração de associações, cooperativas e sindicatos de trabalhadores rurais.

[94] A Comissão Nacional de Formação concluiu essas duas etapas com a produção coletiva do livro *Saberes e Olhares*, escrito por agentes e ex-agentes da CPT.

- Realizar cursos de contabilidade para as áreas: sindical, cooperativa, associativa.

- Promover cursos específicos para a área sindical;

- Criar cursos de formação bíblica voltada para os trabalhadores rurais, através das Escolas Bíblicas, a serem realizadas nos acampamentos e assentamentos, sempre com cunho ecumênico.

- Formar educadores de base

- Valorizar a cultura no processo de formação. (CPT, 1996)

A partir de uma leitura desses objetivos, vê-se claramente a necessidade de renovação, não só de práticas, como de quadros que seriam importantes pela reorganização dos trabalhos da Pastoral. Daí o "apelo" para um investimento maciço de formação de jovens, sobretudo do meio rural, que naquela altura, praticamente não existiam.

Outro aspecto a ser lembrado refere-se ao fato de que só eram validadas como práticas formativas, aquelas relacionadas aos Cursos de Formação, sendo que eram desconsideradas práticas informais ligadas à religiosidade e a cultura camponesa. Percebe-se nitidamente uma escassez de referências, tanto nos documentos como nas falas, às práticas informais[95].

Com a clareza do que significava essa transmissão de *capital*, naquela fase, a CPT passou a investir esforços para que a formação aparecesse como a principal moeda, passando a ser a principal estratégia para a maior visibilidade no *campo*.

Esforços foram dispensados também para uma clara mudança de *habitus* dos agentes, buscando promover uma maior qualificação, vez que contavam com

[95] Essa questão, para nós, denota o sinal da crise vivenciada da CPT, quando a formação se restringe aos Cursos oferecidos. O que parece fugir disso é a Romaria da Terra. Mesmo assim, cursos de formação e romarias mostram o retrato da institucionalização vivida pelos trabalhos da Pastoral nos últimos anos. Esse fato apareceu na fala dos entrevistados, quando insistíamos: "o que é formação".

pessoas vindas de outros *campo*s, como o escolar[96] para esse intento. Contudo, outras práticas educativas foram realizadas nas Regiões[97]:

Quadro 5: Atividades de formação nas Regiões da CPT

Região	Micro-regiões / grupos Dioceses ou setores	Ações realizadas nos regionais
CE	Entidades, pastorais e agentes dos regionais. Parceria com as pastorais sociais	Debates sobre: Reforma agrária no semi-árido. Transposição das águas do Rio São Francisco; Políticas hídricas no Ceará. Migrações de trabalhadores nordestinos; Políticas de desapropriação do INCRA. Produção familiar no Ceará. Continuação e ampliação das Escolas Sindicais. 6 Curso de Formação de agentes. 15ª Assembléia Regional da CPT. Curso de Metodologia para agentes da CPT. Curso de tecnologias alternativas. Realização das escolas Sindicais na região de Crateús, cursos bíblicos, cursos sobre conjuntura política, estudo do livrinho das mulheres.
PI	Assessorias e Associações. Cooperativas e Escolas Família – Agrícola. Parceria com a Escola de Formação Paulo de Tarso.	Cursos sobre o cooperativismo. Realização de cursos, encontros e seminários nas cooperativas. Encontros sobre a pequena produção. Curso sobre o sindicalismo. Cursos de base para as lideranças. Realização de uma formação mais sistematizada.
BA	Escolas de formação nos regionais. Assessorias e Associações. Mutirões de reflexão	Vários cursos foram realizados, aprofundando algumas questões: realidades locais, os atuais modelos de desenvolvimento.
PA	Regionais e STRs de mulheres. Contatos com outras lideranças de movimentos de jovens.	Acompanhamento às comunidades e formação de quadros, com 81 visitas nas bases, envolvendo 2.653 pessoas. Realização de três encontros dos regionais e um encontro municipal de lavradores; dois encontros regionais e um encontro municipal de jovens. Seis encontros com as lideranças do movimento popular. Criação da cartilha popular e o seu uso na terra. Publicação do Boletim "Povo da Terra". Material. Curso de leitura militante da Bíblia para a escola de militantes e delegados sindicais. Curso de avaliação e planejamento. A formação permanente conta com lideranças de outros movimentos sociais.
MA	Formação nos regionais, parcerias com outros movimentos sociais. Cáritas.	Formação de lavradores e novos quadros da CPT. Acompanhamento das escolas sindicais, atingindo 150 lideranças. Treinamentos sindicais e assessoria a três comissões pró-sindicato. Cursos para trabalhadores rurais sobre defensivos agrícolas. Articulação sindical e rural viabilizando 17 atividades, dentre encontros, cursos, debates, seminários, palestras e assembléias, envolvendo 711 participantes. Foram desenvolvidas 14 atividades, atingindo 168 grupos e, indiretamente, 15.120 pessoas. Fortalecimento de movimentos populares, como o de mulheres, negro e de trabalhadores rurais.
TO	Regional da Formação. Contato com o CIMI, FETAET e o CEBI	Cursos de formação integral em parceria com a FETAET. Busca de um plano de formação independente. Investimento na formação jurídica dos trabalhadores.

[96] Conforme pode ser observado, a CPT contava desde o início com professores universitários e peritos em áreas específica do conhecimento para os cursos de formação.
[97] Nota-se um aumento significativo de regiões que passam a registrar as experiências.

AC	Regional da formação. Escolas de Família Agrícola. Apoio da igreja luterana.	Promoção de encontros nas paróquias para a discussão de temas dos trabalhadores. Organização do curso de agricultura familiar. Temas como: gênero, saúde, extrativismo, educação ambiental. Assessorias sobre administração, contabilidade. Estudos de aprofundamento sobre programas governamentais – Programa de desenvolvimento e extrativismo – PRODEX.
PR	Regional da formação.	Acompanhamento de trabalhadores rurais, assentados e posseiros. Cursos em diversas áreas envolvendo temas diversos sobre a organização de trabalhadores. Apoio ao movimento grevista de professores estaduais.
GO	Regional da formação. IFAS, CEBI..	Encontro anual de formação de agentes. Formação de estagiários em Direito em projetos de pesquisa e acompanhamento jurídico-criminal. Acompanhamento de trabalhos dos pequenos produtores. Cursos sobre política agrícola para a produção familiar. Apoio aos assalariados temporários. Criação de manuais didáticos sobre os direitos do trabalhador.

Fonte: Quadro elaborado pela pesquisadora através de dados da CPT Nacional, 1996.

Nos anos 1997/1998 foram desenvolvidas várias atividades formativas, surgindo a necessidade de uma sistematização mais direcionada das práticas. Vale ressaltar que nas discussões das diversas *instâncias* da formação, muitas questões passaram a ser revistas, ou então, pensadas. Uma delas, que permeou os vários eventos realizados, foi a ratificação do objetivo da CPT que era o de "interligar, assessorar e animar os trabalhos da igreja junto aos trabalhadores rurais" (CPT, 1996). Neste propósito, fazia-se necessário compartilhar com cada uma das prelazias e dioceses o empenho no sentido de se ter uma comissão para que a problemática da terra estivesse vitalmente presente no seu planejamento pastoral.

Outra questão dizia respeito aos próprios desafios quanto à organicidade, à concepção e missão. Houve um questionamento sobre se os agentes seriam militantes ou funcionários dos trabalhadores. Sendo assim, surgiram outras discussões sobre o caráter do serviço que poderia ser oferecido, bem como quais seriam os destinatários do trabalho, se a massa ou os trabalhadores organizados.

Em relação às atividades desenvolvidas, buscou-se entender se haveria de fato uma diversificação no interior da CPT, ou mesmo uma divisão de concepções em torno da formação.

Mas o que aparecia em vários documentos do período era a questão que naquele momento parecia mais preocupar a Comissão. Os debates giravam em torno da dúvida se a CPT diocesana era uma CPT da, na ou para a Diocese. Esses sentidos diferentes da preposição marcavam a crise que a própria igreja parecia enfrentar naquele momento, quando setores mais conservadores criticavam os trabalhos realizados, desconsiderando a própria importância de um serviço pastoral voltado para trabalhadores rurais. Comentou-se que a crise da CPT coincidia com a involução da igreja e com o avanço neoliberal, além da derrocada do socialismo histórico, que deixara uma lacuna nos modelos organizativos da sociedade. Naquele momento, a avaliação era de que alguns "resolveram nadar contra a correnteza, deixando-se levar por ela". (CPT, 1996) Ficou decidido, então, que a CPT reafirmaria os seus propósitos de continuar contribuindo para a causa dos despossuídos da terra, investindo em uma linguagem próxima da sua realidade, que deveria "incluir ritos, mitos e símbolos".

Com relação à metodologia poderiam ser trabalhadas com o acervo material – além dos existentes, iniciativas localizadas dos regionais – cartilhas a serem elaboradas durante o tempo.

Também era preciso incluir na organização metodológica a prática do planejamento e da avaliação, de modo a se criar uma nova prática entre os membros. Eis algumas atividades que foram desenvolvidas[98]:

[98] Destacamos apenas algumas atividades que tiveram registro.

Quadro 6: atividades desenvolvidas no biênio 1997/1998 pela CPT

Cursos de formação / período. Nível:	Objetivos	Público-alvo
3ª etapa do curso nacional de formação de assessores e agentes pastorais – julho de 1997/ 1998. Nacional	Refletir sobre a formação empreendida pela CPT. Apropriar-se de elementos da cultura camponesa	Assessores, agentes, militantes de outros movimentos sociais.
Jornadas Bíblicas[99]. Nacional/ local	Destacar o fenômeno bíblico da terra.	Assentados, acampados e demais agentes que atuam em movimentos populares.
Encontro de agentes. Nacional/ local.	Discutir a mediação junto aos assistidos pela CPT. Possibilitar a capacitação de agentes multiplicadores para a compreensão critica da realidade;	Agentes que atuam nos movimentos populares.
Curso de reciclagem com personalidades. Nacional representativas da CPT (com mais de 10 anos) – 4 a 14 de novembro de 1998 (duas semanas). Nacional.	Estudar os cursos de formação.	Agentes com mais de 10 anos de participação
Experiência ESCAJUR – Escola Alternativa para Jovens Rurais. Passo Fundo –RS	Discutir as propostas de formação da juventude rural, como uma alternativa para combater o êxodo.	Pesquisadores, participantes da 3ª etapa do curso de formação – ocasião onde foram discutidas as propostas.
Fórum das ONGs em Rondônia. Porto Velho.	Acompanhamento das ações das Ongs se estão trazendo benefícios aos trabalhadores.	27 entidades, incluindo assessores, entidades e a CPT
Acompanhamento de projetos de assentamento rural. RECA, Acre, de jovens autônomos em Itaquiraí (MS), Comunidade Cafuza (SC)	Localizar ações de movimentos sociais e assessorá-los.	Regionais da CPT
Materiais didáticos: sobre os direitos do trabalhador, agricultura familiar, direitos dos trabalhadores e a violência no *campo*	Aproximar, através de uma metodologia visual, os trabalhadores dos seus direitos.	Trabalhadores rurais..

Fonte. Levantamento das atividades feito pela pesquisadora, segundo dados fornecidos pela CPT-Nacional,1998.

De acordo com o que foi visto, nos anos seguintes não houve alterações no que concerne à organização das atividades formativas. O que se destacou no período foi o que consta nesse planejamento que foi previamente estabelecido, bem como o

[99] Não teria uma data específica. Era de acordo com os interesses dos grupos.

registro de toda e qualquer prática realizada, no acompanhamento às atividades desenvolvidas.

Um aspecto importante que merece ser considerado é a criação de um dia, em cada ano, denominado Dia Nacional da Formação, que será escolhido no planejamento de cada período. A ideia é que na ocasião dessa data celebre-se com reflexões sobre o caráter formativo da CPT junto aos trabalhadores rurais.

A partir do destaque dado à formação ficou decidido que todas as iniciativas devem contemplar um calendário específico de sua realização, sendo que a cada ano em períodos distintos, devem ser estudados temas diferentes, como: direitos, cultura, relações de gênero, experiências de produção alternativa, juristas populares, agroecologia e espiritualidade mediante necessidade das regiões e regionais.

2.3 *Estratégias* de investimentos sociais da CPT

A CPT como agente coletivo mobiliza ações em dois campos distintos: no *campo* religioso e no *campo* agrário. O primeiro, diz respeito à produção de bens simbólicos de transmissão religiosa, cujo aspecto da religiosidade popular é vivenciado nas propostas do trabalho pastoral. Já no *campo* agrário, atua no sentido de propor uma formação específica do trabalhador rural, de modo a municiá-lo de *capitais* simbólicos e sociais para ações exitosas no *campo.*

Os agentes coletivos, uma vez organizados nos *campos*, promovem diferentes ações, de modo a desenvolver uma avaliação racional dos resultados, alocando meios necessários para isto. Todas as ações realizadas possuem uma finalidade expressiva, e não são realizadas de maneira fortuita. Existe um princípio norteador dessas ações. A esse conjunto de ações realizadas pelos agentes chamaremos de *estratégia*.

Existe uma espécie de "causalidade do provável", que é o resultado entre o *habitus*, cujas antecipações práticas repousam sobre toda a experiência anterior, e as significações prováveis, o "dado que ele toma como percepção seletiva e uma

apreciação oblíqua dos indicadores do futuro". As práticas tornam-se resultado do encontro entre um agente predisposto e prevenido e um mundo presumido, que é possível conhecer. (CATANI, 2004, P. 11)

Estratégia em Bourdieu pode ser entendida como um conjunto de "sequências ordenadas e orientadas de práticas" que todo grupo produz para reproduzir-se como grupo. (p. 11) São de diferentes tipos, como de: *fecundidade*, visando a escolha orientada dos casamentos e número de filhos, *sucessórias*, com o objetivo de possibilitar a transmissão do patrimônio, *educativas*, com o propósito de construção de um investimento em longo prazo, sendo que geralmente não são percebidas pelos agentes *matrimoniais*, com a pretensão de assegurar a reprodução biológica do grupo, *econômicas*, objetivando a manutenção de bens materiais, e *ideológicas*, pensadas como o meio capaz de legitimar privilégios, naturalizando-os.

Destacaremos, neste trabalho, as *estratégias* de *investimento social*, que são aquelas que pretendem atribuir aos indivíduos possibilidades de participação, de construção de *capitais sociais* a fim de disputar ações no *campo*. É nessa proposta que situaremos a formação. Pode-se afirmar que esta funciona como uma *estratégia* tanto de mobilização desse investimento, como de reprodução no interior do campo, visando uma disputa concorrencial, no intuito de manter-se no jogo, dando-lhe visibilidade.

Conforme dito no primeiro capítulo, não apenas o agente religioso constrói *estratégias* de investimento. Concorrem também outros agentes interessados em desenvolver atividades formativas. No entanto, o discurso da CPT vai no sentido de gerar um tipo de *investimento*, a partir de uma formação mais ampla, em direção de uma modificação do *habitus*.

Essa forma de *investimento* aparece na própria carta de Missão da CPT:

> A CPT quer ser uma presença solidária, profética, ecumênica, fraterna e afetiva, que presta um serviço educativo e transformador junto aos povos da terra e das águas. Para estimular e reforçar o seu protagonismo. [...] nos seus processos de formação integral e permanente: a partir das experiências e no esforço de sistematizá-las; Com forte acento nas motivações e valores, na mística e espiritualidade. (PELOSO, 1998, p.07)

Percebe-se nessa fala um interesse em atuar em outros aspectos, além da educação formal, quando se propõe a recuperar as experiências dos trabalhadores, sistematizando-as. Quando evoca o protagonismo, considera a importância do estímulo,

acreditando só se tornar possível, mediante um trabalho formativo mais amplo. Daí a ênfase no trabalho de formação.

A formação pensada como um *investimento social* aparece nas atividades de promoção humana:

> A CPT se empenhará na formação de multiplicadores com perfil de agroecologia e cultura camponesa. [...] Reafirmamos nossa participação na importância das crianças na luta e organização dos trabalhadores rurais, para isto, a CPT deverá buscar um meio de envolvê-las nos seus trabalhos. (CPT, 2007)

Pensando no alcance dessa *estratégia*, a CPT investe recursos principalmente nos meios de comunicação, na linguagem escrita, com jornais, panfletos, cadernos, dentre outras publicações. O uso dessa forma de comunicação tem sido bastante profícuo quanto à propagação das ideias que o trabalho pastoral pretende abranger, mesmo onde a CPT não está presente.

Vários autores têm destacado a influência gerada por esse tipo de *estratégia*. Além de informar e tornar públicas ações desenvolvidas, a CPT tem como missão também imprimir cultura, popularizando valores, códigos e crenças. (GOHN, 2002)

Esse tipo de mídia tem sido uma tradição da Igreja Católica, que vem se comunicando com seus fiéis por meio de informação, tanto escrita como falada. Várias ações foram realizadas por meio de programas de rádio e cartilhas distribuídas, principalmente no meio rural. Até porque, a logística desse tipo de ação é de fácil acesso e de eficácia visível.

Nesse sentido, a CPT realiza uma série de atividades voltadas a esse tipo de trabalho, como por exemplo, no acompanhamento feito por agentes liberados nas comunidades do interior, conduzindo as assembleias e movimentos sociais que participam de denúncias contra o trabalho infantil, trabalho escravo e outras arbitrariedades que ocorrem de forma indiscriminada no campo. Conforme vimos no capítulo 1, desde o seu início, a CPT disponibiliza publicações no sentido de apontar essas diferentes formas de violência, com finalidade de conscientizar as pessoas quanto aos desmandos na sociedade.

Além de o Plantador, jornal criado entre os anos 1970/80, a CPT desenvolve material informativo, visando esclarecer e denunciar situações de

exploração do trabalhador rural, como o Caderno "Realidade e conflitos no campo", que apresenta resultados sobre os índices de desigualdade no campo:

> O caderno de conflitos do campo, lançado pela CPT Nacional , a partir do ano 2008, pela CPT Regional Goiás, objetiva prestar esse serviço no sentido de mostrar os bastidores da política agrícola e agrária brasileira e as tensões provenientes das relações sociais, políticas, trabalhistas e ambientais que permeiam o mundo do nosso campesinato. [...] o caderno quer também ser um instrumento que descortine a verdade mascarada pelo poder dominante e propagada pela mídia institucionalizada a preservar a "paz resignada" (sufocada e ansiosa por justiça). Ao propiciar a realidade desnudada de máscara, mostrando os verdadeiros números que a política do sistema capitalista neoliberal procura esconder, busca-se provocar a indignação no lugar da resignação. (REALIDADE E CONFLITOS NO CAMPO, 2007, p. 03)

Esse material que é confeccionado anualmente e é distribuído pela CPT em diferentes regiões, seja nos sindicatos rurais, assentamentos e acampamentos rurais, é dividido em três partes. Na primeira parte, é apresentado um panorama geral reflexivo sobre a temática, geralmente feito por assessores tanto internos como externos. Na segunda parte é feito o mapeamento dos conflitos, ocupações e acampamentos na região citada, no caso o Estado goiano. Na terceira parte, são relatadas várias experiências vivenciadas tanto pela CPT como por outros movimentos sociais.

O documento visa proporcionar informações aos militantes de outros movimentos. Possui também uma *estratégia* de investimento social, voltada à discussão de temas variados, visando tornar públicas questões de interesse, como o aproveitamento dos recursos hídricos e da importância da agricultura familiar. No entanto, é restrito quanto ao seu caráter educativo dos trabalhadores rurais, já que possui uma linguagem erudita e acadêmica, haja vista os seus autores, a maioria advinda dos meios acadêmicos.

Outra questão que merece observação é a quase ausência da menção religiosa nesses cadernos. Observamos que por trás disso aparece uma tensão presente em outras publicações da CPT, que é se ela é ou não representante da igreja. Aparece em outras publicações essa tensão que denota, de certa forma, o caráter de esfera "oficiosa" à margem da teologia católica.

Indo em outra direção, encontramos manuais com um caráter mais educativo, como por exemplo, visando promover *estratégias* de investimento, sobretudo na área dos direitos sociais e trabalhistas, ensinando como agir em casos de

arbitrariedade do poder público. Tomamos por exemplo, as cartilhas que trabalham as temáticas sobre prisões indevidas e como agir nesses casos.

Nesse material percebe-se um *investimento* também no c*ampo* do Direito, visando construir um trabalho de conscientização sobre direitos do trabalhador rural, de modo a permiti-lhes uma atuação mais efetiva no *campo* agrário.

Entretanto, essas ações têm provocado uma confusão sobre o caráter de "pastoral de serviço", restringindo o seu trabalho apenas à esfera da assessoria. Nesse sentido, muitos contemplados pelo trabalho desenvolvido pela Pastoral enxergam nesse tipo de ação, a CPT funcionando como uma ONG, cujo papel é prestar serviço aos trabalhadores rurais, publicando, quando necessário, material para o esclarecimento sobre questões pontuais com que convivem no cotidiano.

Nas entrevistas que fizemos com trabalhadores rurais, quando perguntamos sobre o que conhecem do trabalho de caráter formativo desenvolvido pela CPT, apareceram as alusões aos "manuais didáticos", que funcionavam, na visão deles, como informativos sobre uma visão pragmática de direito, sem qualquer perspectiva de uma apropriação mais consciente dos fatos.

Além dessas experiências em produção de material didático, a CPT investe recursos também em outras e*stratégias* de investimento, como por exemplo, em seminários e encontros sobre o uso de plantas medicinais:

> Os seminários sobre plantas medicinais são atividades realizadas em diferentes comunidades com a finalidade de levar os trabalhadores à realização de um estudo sobre a importância do cuidado para com a saúde, ao mesmo tempo em que lhes apresenta técnicas de prevenção, tratamento e cuidado com a alimentação. A preparação da horta medicinal; as visitas ao cerrado para conhecer algumas espécies e coletá-las; os cuidados básicos para preparar e usar os remédios caseiros; a manipulação de pomada, xarope, sabonete medicinal, bala de gengibre e garrafadas; são alguns exemplos de atividades práticas desenvolvidas nesses seminários. Todo esse aprendizado não acontece descolado de uma reflexão crítica frente questões econômica, política, ecológica e o encerramento sempre acontece através de um momento de espiritualidade. (CPT, 2007)

Esses seminários ocorrem mediante a identificação dos agentes pastorais de comunidades que necessitam de aconselhamento na área da saúde e do bem-estar da família. Nesses encontros é apresentado à comunidade geralmente algum agente de saúde que populariza termos técnicos, ensinando maneiras profiláticas de doenças. Ainda que as intenções da Pastoral sejam no sentido de um seminário, em que

se supõe uma participação dos membros que conhecem e discutem um tema em comum, observamos que essas ações estão mais para palestras, pois a participação das pessoas é mínima, sendo poucos os questionamentos e dúvidas expostas ao final dos encontros.

Esse tipo de *estratégia* tem conseguido atuar também no investimento de novos membros para o trabalho pastoral. A cada encontro, novos membros são atraídos para os "cursos", o que demonstra a eficiência da ação.

Outro tipo de *estratégia* usada pela CPT são as missões populares. Elas podem ser caracterizadas como uma forma de manter um contato mais próximo com os trabalhadores rurais, a fim de "valorizar a experiência religiosa do povo e estabelecer contato com as pessoas que não estão em nossos grupos de base" (CPT, 2007). Nessas missões, os agentes da CPT em parceria com as comissões das dioceses, ajudam na formação de missionários, principalmente em ocasião das romarias.

Apesar de objetivarem promover uma conscientização a partir da prática religiosa, não observamos nessas missões um caráter formativo mais amplo e crítico sobre as próprias contradições da sociedade, como propunham fazer no planejamento de ações da Comissão Pastoral.

Essas observações colhidas pelo trabalho certamente servirão como cenário de análise para outras atividades desenvolvidas no trabalho de formação da CPT. Ainda que conste na própria missão e outros documentos que destacam a necessidade de práticas formativas como um diferencial frente aos outros agentes coletivos, percebemos que os trabalhos desenvolvidos restringiram-se efetivamente aos "cursos" ministrados por assessores da Pastoral e agentes externos. As ações feitas, além disso, foram ações isoladas e sem regularidade.

Contudo, as práticas formativas serviram como importantes *estratégias* de investimento social, à medida que convergiram para a manutenção e reprodução no *campo* agrário.

2.4 As Romarias da terra.

A CPT atua no *campo* religioso também com a preocupação de transmitir os capitais religiosos, cuja função é demarcar o espaço da fé e da evangelização. Neste sentido,

> Enquanto pastoral da terra, quer ser uma presença solidária, profética, fraterna e afetiva, que presta um serviço educativo e transformador junto aos povos da terra e das águas, para estimular e reforçar o seu protagonismo. (CPT, 1999)

Buscando atuar no jogo de transmissão de capitais na área da formação, no âmbito da dimensão simbólica, a igreja utiliza como estratégia de atração de novos fiéis, dentre eles os próprios trabalhadores rurais, a Romaria da Terra[100], que é uma caminhada que ocorre em vários lugares do país.

Esse tipo de *capital* transmitido visa apreender a mística em torno da terra, apresentando um fundamento bíblico[101] em torno da sua busca. Apresenta com autoridade discursiva uma representação[102], em que a terra prometida seria alcançada pelos trabalhadores rurais mediante luta e organização[103].

Essa representação teria como finalidade chamar a atenção para a entrada de novos católicos, daí o trabalho com as metáforas em torno da terra. Por metáfora compreende-se uma figura de estilo ou a transferência de sentido de um contexto para outro. O objetivo principal da metáfora é estabelecer uma imagem visual sobre um determinado processo ou coisa. A própria ideia de Romaria é uma metáfora construída para dar sentido a uma causa religiosa. Então, as Romarias da Terra têm a

---

[100] A Romaria é promovida pelas Dioceses, envolvendo diferentes alas da igreja, mas principalmente a organização da CPT.

[101] A origem bíblica está em Abraão, que atendendo a Deus parte em busca da Terra Prometida (Gn, 12) Mais tarde o povo sai para a Terra Prometida. (Ex 3, 14)

[102] Por representação nos apoiamos em Durkheim, entendendo como conceito socialmente elaborado que possui uma função clara de servir para legitimar ações dos grupos de acordo com as suas ideias. As representações colaboram, dessa forma, para a criação do mundo, para a ratificação dos conceitos de cada comunidade e para a significação coletiva das regras sociais.

[103] Vale lembrar que há uma clara divisão da Igreja no que se refere à questão agrária, conforme dito anteriormente. Alguns católicos enxergam com desconfiança a ação pastoral da CPT, por acreditarem que estimulam uma visão revolucionária. Isso mostra que o *campo religioso* possui no seu interior fricções e diferentes estratégias e concepções.

função metafórica de lembrar a todos o dever e o compromisso cristãos de caminharem no mesmo sentido dos excluídos.

O sentido metafórico da romaria pode ser compreendido ainda como um "novo produto religioso", *capital* a ser incorporado, que visa construir um novo *habitus*, ao católico convertido a partir do evento. Esforços são empreendidos pela Igreja para a atração de novos fiéis, visando adquirir novos adeptos. Isso porque, quanto mais pessoas forem atraídas, mais força haverá no *campo* religioso.

Dessa forma, as romarias têm a sua funcionalidade inserida tanto no *campo* religioso como na área da formação. No primeiro, quanto à capacidade de agregar com um maior número de fiéis, e no segundo, como prática formativa a fim de assegurar o domínio de um determinado tipo de fiel, principalmente se este for trabalhador rural.[104] É bom lembrar aqui que a religião por meio dos sentimentos consegue atingir mais profundamente o homem. Assim sendo, entre razão e emoção, certamente os sentimentos vão persuadir com mais eficácia. E os agentes que trabalham na formação certamente conhecem os recursos de persuasão.

Cohen (1978) estudou o papel simbólico do comportamento humano. Em muitas sociedades as formas simbólicas funcionam para a manutenção da ordem. Os símbolos deixam de ser subjetivos, isto é, criados por um determinado grupo, e passam a ser objetivos, quando se tornam públicos e são assumidos como representações coletivas.

No caso das romarias, há um forte sentido da objetividade simbólica, quando se pressupõe uma busca por algo que remete a uma perda, ou à necessidade de aquisição de algo. Há também, no percurso da celebração ecumênica, congregando várias crenças, especialmente quando a CPT está envolvida, uma exposição ritual, que representa seu ápice. Por ritual compreende-se:

> O rito é talvez o elemento mais estável da religião, pois se reporta a operações materiais constantemente reproduzidas e das quais os rituais e o corpo sacerdotal asseguram a uniformidade no tempo e no espaço. (HALBWACHS, *Apud* PESSOA, 1999a)

[104] Isso porque tem preocupado a Igreja *Católica* a perda desse trabalhador para outras denominações religiosas, como as pentecostais e neopentecostais.

Existe todo um ritual por ocasião das romarias. Em primeiro lugar, há um chamado do animador para o entendimento do sentido da romaria em diferentes encontros, expondo objetos, como um punhado de terra, ferramentas de uso rural, dentre outros. Em seguida, há uma oração de homens e mulheres, revezando de acordo com a leitura do material didático. Em seguida, há a leitura da bíblia, permeada de cânticos e no momento final, há a bênção para todos da romaria, abrindo espaços para o pronunciamento de grupos, tanto políticos como religiosos.

A partir da leitura do material pode-se notar que o roteiro todo vai no sentido de não conduzir a uma apreensão simbólica, mas a uma visão de signo, entendido por Cohen, com a função de conferir ao ato religioso um único sentido pelo mediador.

A Comissão Pastoral da Terra, na função de mediadora desse processo de aquisição de signos sobre a terra, mostra a sua missão: "Convocada pela memória subversiva do evangelho da vida e esperança, fiel ao Deus dos pobres, à terra de Deus e aos pobres da terra e da água". (CPT, 1999).

Sem pretender subverter essa ordem de signo que a romaria possui, ela perde a oportunidade de ampliar o leque, funcionando como uma engrenagem mecânica na transmissão do *capital* através dessa prática formativa. Contudo, acaba também por sacralizar o *campo* da formação, na medida em que impõe ao romeiro uma serie de valores e princípios.

No entanto, apesar de funcionar como moeda de atração de fiéis, percebe-se desde a sua concepção conflitos que vêm permeando as suas ações. Isso ocorre devido ao fato de que essa festa de caráter religioso, apesar de ser promovida pela Igreja Católica, por ter uma presença maciça da CPT na própria organização, busca fazer do evento uma caminhada ecumênica, contrariando assim muitas alas conservadoras da igreja que veem nisso uma deturpação dos valores religiosos.

Ademais, as romarias possuem também um caráter de subversão da ordem do jogo, na medida em que apontam os conflitos sociais, tanto rurais como urbanos, muitas vezes indo de encontro ao pensamento de vários romeiros contrários a qualquer atividade que destoe da ordem estabelecida.

Do mesmo modo que ocorre em outros estados, a Romaria da Terra em Goiás teve diferentes formas de manifestação, sempre com a interiorização de novos valores através de sua prática formativa.

Desde a sua primeira realização, em julho de 1984 na cidade de Trindade (GO), a Romaria da Terra trouxe para a área da formação signos que marcaram o território católico: terra, pão, água, vinho e demais objetos que relembram o trabalhador do campo ou a sua situação de trabalho. O tema escolhido naquele ano foi: "A Reforma Agrária será obra dos trabalhadores".

Em Goiás, significou o início de uma jornada, cujo primeiro esforço foi o de provocar a resistência dos trabalhadores ali presentes para a ocupação da Fazenda São João do Bugre (Estiva).

A 2ª Romaria, ocorrida também em Trindade em julho de 1985, utilizou o tema: "Sobre a Terra o povo avança, quem espera nunca alcança" e o movimento cresceu ainda pelo cenário da ocupação da Praça Cívica, pelos acampados da Fazenda Mosquito, que exigiam a desapropriação com fins de reforma agrária.

As romarias cumprem, assim, duas funções, no *campo* agrário como no religioso. No primeiro, aponta para a visualização dos conflitos agrários, da concentração fundiária e da situação do trabalhador sem terra. No segundo, sinaliza a conquista da Terra como uma necessidade divina, atribuindo-lhe conteúdos simbólicos, porque são religiosos e sagrados.

Conforme pode ser visto, as romarias configuram, dentre outras práticas formativas, o arcabouço de *capital* simbólico que a formação precisa para mobilizar e garantir a reprodução no interior do *campo agrário*. São, portanto, a consagração das práticas religiosas, que devem ser interiorizadas como disposição de *habitus* a fim de que sejam reproduzidas em outras práticas. A sacralização da romaria tem também um caráter de dividir com o *campo* religioso um cabedal simbólico, fazendo com que esse *campo* compartilhe valores e princípios que passem a funcionar, também, como *capital* à disposição da formação.

Portanto, esse *capital* exposto tem como função específica fazer com que o agente religioso se reproduza e se mantenha presente tanto nas mudanças como na própria reprodução do *campo*. Apesar de esse *capital* disponível ser composto de signos, não de símbolos, uma vez que as representações se encontram prontas, ele é uma prática formativa, sem a qual a CPT não poderia disponibilizar, como agente interessado no *campo* agrário, com o risco de perder posições no jogo.

CAPÍTULO 3: TEORIA DA PRÁTICA NA PRÁTICA: O APRENDIZADO SOCIAL DOS TRABALHADORES RURAIS DA FAZENDA ESTIVA- GO.

> – Viverás, para sempre,
> na terra que aqui aforas:
> e terás enfim tua roça.
> – Aí ficarás para sempre,
> livre do sol e da chuva,
> criando tuas saúvas.
> – Agora trabalharás
> só para ti, não a meias,
> como antes em terra alheia.
> – Trabalharás uma terra
> da qual, além de senhor,
> serás homem de eito e trator.
>
> João Cabral de Melo NETO, *Morte e Vida Severina*

Este último capítulo visa sinalizar algumas questões que foram pontualmente colocadas pelos entrevistados sobre a atuação da Comissão Pastoral da Terra em Goiás. Para tanto, buscamos responder questionamentos feitos, ao longo da pesquisa, que poderiam ser resumidos nas seguintes perguntas: qual foi o resultado da atuação da CPT frente aos trabalhadores rurais? Houve uma mudança no *habitus*? Que tipo de *capital* foi priorizado na transmissão dos agentes coletivos?

Neste capítulo daremos voz ao trabalho etnográfico, nas entrevistas semi-estruturadas[105] com figuras de *destaque*, tanto no processo de formação, como na qualidade de formadores que passaram pela CPT. Localizamos um assentamento surgido com forte influência de atuação da Pastoral, a fim de colher os resultados, tempos depois de sua efetivação. Ainda que não faça parte da proposta desse trabalho mostrar histórias de vida[106] dos entrevistados, em vários momentos, suas vozes soaram indo ao encontro da historicidade inerente à CPT e ao próprio assentamento[107].

---

[105] Segundo Minayo (1996, p. 101-102) as entrevistas semi-estruturadas se prestam a diversos objetivos, dentre eles: descrever um caso específico, além de compreender as características culturais de um grupo. A partir da escolha dessa metodologia, o entrevistador se distancia do rigor metodológico das entrevistas pré-estruturadas, de modo a ter uma maior liberdade de formular questões que abram espaço para intervenções, tanto do entrevistador, como do entrevistado.

[106] Minayo (1996, p. 127) descreve a história de vida como uma técnica que complementa as entrevistas semi-estruturadas, sendo que estas abrem os horizontes para que os pesquisadores conheçam as vidas dos

Na primeira parte, falaremos sobre o *habitus* do camponês frente a um mundo de transformações. Mostraremos ainda, o método etnográfico em si e a aplicação desse método na prática dos estudos rurais. Na segunda parte, apresentaremos o assentamento Estiva/São João do Bugre(GO), situado no município da Cidade de Goiás-GO, na perspectiva dos assentados que resistiram ao despejo e, por fim, daremos voz aos agentes pastorais que participaram dos processos educativos promovidos pela CPT, destacando as clivagens comuns de suas atuações e os destinos políticos que assumiram ao longo de sua trajetória política.

3.1 O *habitus* como persistência.

Quando pensamos no entendimento dos trabalhadores rurais, algumas questões conceituais se fazem necessárias. Uma delas diz respeito ao *habitus*, pensado como um sistema de disposições duráveis, incorporado pelos sujeitos da ação ao longo de sua trajetória. Mediante da posse desse conceito constatamos que ocorrem persistências desse modo de vida calcadas em cenários do passado, que permitem ao trabalhador rural trazer consigo várias representações de mundo para o momento atual de ação.

Essas formas antigas e muitas vezes arcaicas sobrevivem mediadas por outras relações sociais fundamentais, completamente distintas das relações sociais anteriores. O trabalhador rural que participa do enfrentamento, mesmo que vivencie uma outra situação, para ele nova, carrega consigo um *habitus* composto por um modo de vida simples, repleto de simbolismos que o marcam pelas disposições duráveis.

Essa "resistência" tem a sua origem explicada pelo *habitus* que o constitui sujeito do processo histórico. Ainda que esse trabalhador rural participe de novas relações sociais, dos movimentos pela conquista da terra, ele carrega consigo

---

entrevistados. Em muitos casos, essas histórias coincidem com a própria historicidade do movimento social a ser pesquisado.

[107] Vários autores têm mostrado a história de vida como repleta de detalhes que remontam à própria história coletiva. O pioneiro na análise desse uso metodológico foi Maurice Halbwacks em *Memória coletiva* (1990), inspirando trabalhos posteriores, como: Paul Thompson *A voz do passado* (1995) e Ecléa Bosi, *Memória e sociedade: história de velhos* (1995)

antigas determinações de experiências que viveu. A forma pode ser a mesma, mas o significado é inteiramente outro.

É importante destacar que em ambos os casos podemos falar da presença de um *habitus* de 'ruralidade', entendido pela permanência de diversas características comuns vivenciadas por esse trabalhador tanto no campo, como na cidade. Vendo a 'ruralidade' como um *habitus*, entendemos essa categoria analítica como uma representação social, na acepção que lhe dá Carneiro (1989, p. 72), "[...] que se encontra sujeita a reelaborações e 'ressematizações' diversas de acordo com o universo simbólico a que estão referidas".

O *habitus* da 'ruralidade' pressupõe a ruptura da polarização apontada pela literatura sociológica em torno dos conceitos de campo e cidade. Nos dois espaços podemos encontrar modos de vida e crenças que são constantemente retomadas por esses trabalhadores rurais, independentes dos locais onde estejam presentes.

Ainda que a expansão capitalista provoque uma mudança no modo de produção, com as novas técnicas produtivas, as novas formas de organização do trabalho, em que o mundo agrário encontre-se subsumido ao grande capital (IANNI, 1997), encontraremos expressões desse *habitus* presentes no cotidiano dos trabalhadores, ou como diz Martins (2007), "[...] resquícios dos deslocamentos comunitários e familísticos, como nas festas religiosas e expressões populares", que são produtos dos saberes sociais.

Por saber social, entendemos: "O conjunto de conhecimentos e habilidades, valores e atitudes que são produzidos pelas classes, em uma situação histórica dada de relações, para dar conta de seus interesses". (GRZYBOWSKI, 1984). Nesse sentido, os grupos produzem saberes parciais que visam identificar e unificar um grupo como forma de organização e luta. Temos aqui uma imagem do *habitus* como resultante de um processo de aprendizado, produto do contato dos agentes sociais com as diversas modalidades de estruturas sociais.

Como processo, a educação deixa de ser uma mera atividade diária e constante, e torna-se um resultado de disputa por diferentes modos de conceber o mundo, conhecimentos, padrões de conduta e moral que pouco aparecem nos

programas das escolas. São as práticas formativas que engendram um saber informal adquirido no trabalho e na vida, como necessárias para a própria sobrevivência como sujeito social e classe econômica.

Esses saberes convertem-se em novos *habitus* à medida que são reproduzidos pelos sujeitos sociais nos seus locais de trabalho, pois quando se dá a apropriação desses saberes, estes se tornam responsáveis pela constituição de um novo saber que é incorporado à práxis de cada um e passa a integrar o seu modo de pensar o cotidiano.

Bourdieu afirma que o *habitus* tende a orientar as práticas individuais e coletivas, visando a assegurar a permanência de experiências passadas e garantir a conformidade dessas práticas de acordo com o tempo. É no *habitus* assimilado pelo indivíduo que sobrevive o passado, de forma a orientar práticas presentes e futuras. Ao depender da relação dos agentes com o *campo*, esse *habitus* poderá não ser totalmente modificado, mas pode adquirir novas disposições.

Esse novo *habitus* pressupõe a incorporação de saberes que só podem ser visualizados em duas premissas básicas. A primeira diz respeito ao fato de que esse saber só pode ser adquirido socialmente, na troca de experiências e no convívio com outras pessoas e grupos de formação. Já a segunda premissa refere-se ao caráter histórico em que são cimentadas as bases para a construção desses saberes. Isso nos permite afirmar que permanecem formas antigas do *habitus*, mesmo quando ocorrem mudanças.

Segundo Grzybowski (1984), todo saber corresponde a determinados interesses e, assim, contém escamoteada uma questão de poder e dominação. Essa afirmativa nos permite concluir que esse saber encontra-se sempre socialmente determinado[108].

Quando nos reportamos a trabalhadores rurais, principalmente nos momentos de luta por seus direitos, é que esses saberes vêm à tona. Ianni diz que um dos grandes fracassos dos movimentos sociais e urbanos quando há militantes

[108] É importante perceber que esses saberes também podem servir como instrumentos de dominação, quando por exemplo grupos dominantes recorrem ao saber popular e ao costume para apropriar-se do modo de pensar camponês de forma a dominá-lo.

camponeses em seus quadros, é a forma como são retratados como primitivos, pré-políticos, sem-história, social e culturalmente inferiores, devido à natureza da economia camponesa.

Assim sendo, é um grande erro compreendê-los com a ótica da cidade, não percebendo a organização de seus saberes. Os camponeses são perfeitamente capazes de julgar a situação política, "[...] mas a sua dificuldade está em distinguir os movimentos políticos mais amplos que podem determiná-la. Predomina uma visão externa, na qual sobressaem aspectos econômicos e políticos". (IANNI, 1997)

Vejamos o que diz Martins (2007, p.685) acerca dos saberes sociais que constituem o *habitus*:

> A vida cotidiana é pontuada e definida pela prosaica coleção de objetos do rancho de madeira e palha, da casa de adobe ou de barro coberta de folhas de babaçu, desenho habitacional dos povoados, até imensos, da região amazônica. É definida pelos gestos, atos, expressões e relacionamentos por eles mediados, torna-se assim repositório de uma visão de mundo, de uma coerência de mentalidade. Ambos, meios de vida e visão de mundo, são essenciais para compreendermos o lugar que o descompasso das temporalidades que atravessam a vida de todos os dias tem na defesa de um modo de vida que encontra na intimidade um alto sentido defensivo.

Assim, sem a compreensão desse modo de vida, não é possível uma análise mais profunda da questão agrária. Brandão (2002, p.20) fala do universo camponês expresso no seu dia-a-dia.

> Os "causos" contados durante o dia e na festa: mitos, estórias, lendas, narrativas antigas, perdidas no tempo, transmitidas de uma geração à outra sem que ninguém se lembre de um autor ou de uma origem. Os costumes e as crenças do lidar com a natureza, tanto no trabalho da lavoura quanto no artesanato do algodão. As promessas feitas aos santos e os ritos com que o homem e a mulher irão cumpri-las, cada um a seu tempo. Os ditos dos provérbios com que as pessoas memorizam a sabedoria codificada, mas não escrita. O saber que há em todas as formas rústicas do trabalhador: na roça, na cozinha, no tear. Os rituais coletivos da 'treição', do dia de trabalho no "mutirão", da reza do terço e das danças da noite. Da mesma maneira, as bonecas de pano das meninas, a colcha de algodão das 'fiadeiras', o próprio tear roceiro, o rancho de adobe coberto de palha.

A incompreensão urbana em relação aos movimentos sociais rurais existe devido ao caráter muitas vezes conservador do movimento camponês, que não se

propõe a conquistar o poder estatal, a organização da sociedade nacional e a hegemonia camponesa. O objetivo das suas lutas encontra-se na conquista da terra. Uma vez alcançado, ele não dá seguimento a um projeto de mudança mais incisiva e revolucionária.

Ao analisarmos o *habitus* desse trabalhador que permaneceu organizado em um movimento social, percebemos que a aquisição do saber social o modifica, ainda que parcialmente. A experiência adquirida no movimento social constitui uma marca nesse trabalhador, agora transformado em militante político. No entanto, não dá para compreender que a sua causa esteja restrita à questão da terra. Segundo Ianni (1988, p.111), o que está em jogo é mais do que isso, é a luta pela preservação, conquista ou reconquista de um modo de vida e de trabalho. Isso porque toda forma de opressão econômica torna-se também uma opressão cultural, social e política. Ianni diz que a relação do camponês com a terra é mediada com base na sua vida espiritual.

> A noite e o dia, a chuva e o sol, a estação de plantio e da colheita, o trabalho de alguns e o mutirão, a festa e o canto, a estória e a lenda, a façanha e a inventiva, são muitas das dimensões sociais e culturais que se criam e recriam na relação do camponês com a sua terra, lugar. [...] Muitas vezes é na cultura camponesa que se encontram alguns elementos fundamentais da sua capacidade de luta. A sua língua ou o dialeto, a religião, os valores culturais, as histórias, as produções musicais, literárias e outras entram na composição das suas condições de vida e trabalho. Visão do mundo. Na luta pela terra pode haver conotações culturais importantes, decisivas, sem as quais seria impossível compreender a força das suas reivindicações econômicas e políticas. (p.111)

Quando se diz que no dia-a-dia esses elementos se entrecruzam, pretende-se afirmar que a questão da terra não deve ser compreendida apenas no âmbito da posse. Elementos da religiosidade popular que permeiam o modo de vida camponês imprimem-lhe uma identidade social religiosa que visa, antes de tudo, formar e transformar a visão de mundo. O engajamento político do camponês passa a ser visto como um chamamento místico, assim como de todos aqueles que se comovem com a questão, conforme demonstra uma trabalhadora rural do Assentamento São Carlos:

> Eu decidi, na Quinta-feira das Dores, na celebração dos Santos Óleos. Estava lá Dom Tomás, celebrando a missa e pediu pra nós ter um compromisso com a população necessitada. Então eu já saí de lá com essa ideia, impressionada com o que podia fazer. Eu pensei assim: “a

> terra é o maior compromisso que a gente tem com a comunidade". (GOMES, 1992)

Às vezes, a observação que o camponês tem desse enfrentamento envolve também uma visão bíblica de conquista da terra, situação ingênua em que todos os problemas seriam magicamente resolvidos com a sua posse. O meio apresenta, assim, a saída para todas as dificuldades vivenciadas até então. Em um outro momento do depoimento:

> Os filhos da gente passando fome, então o Evangelho ensina como é que a gente clareia as coisas da vida. Então a gente fica com muita dó de ver aqueles meninos mendigando pelas ruas. Então a única maneira que a gente pensou, foi na terra, porque na terra, a gente planta a roça e colhe. A gente tem mandioca, banana, arroz, feijão, milho, uma batata, uma galinha, ovo, um porquinho, um animal para andar. (GOMES, 1992, p. 78)

Nesse relato, documentado por Gomes, expressa-se ainda o desejo salvacionista com que aqueles que participam do movimento visam "salvar" os pobres e oprimidos sem terra. Alguns assumem essa proposta como missão.

A compreensão desses elementos mostra um conceito mais ampliado de conquista da terra, em que o protagonista principal, o camponês, possui um modo de vida próprio, segundo Brandão:

> (*Esse modo de vida*) estrutura formas de sentir, pensar, de representar o mundo, a vida e a ordem social, de trocar entre as pessoas bens, serviços e símbolos, de criar e fazer segundo as regras da sabedoria tradicional e os costumes que as pessoas seguem com raras dúvidas. Situações, relações, representações e objetos atuais e, no entanto, vindos de uma tradição perdida no tempo. (BRANDÃO, 2002, p.21)

A percepção desse modo de vida camponês, segundo o qual a religião representa o amálgama das relações, apresenta um sentido simbólico[109] de libertar do que é considerado opressão, no caso o trabalho assalariado, tanto no campo como na cidade. Esse sentido simbólico é evocado nos próprios costumes[110], pelas práticas de mutirão e pelas crenças em comum.

---

[109] Cohen (1978, p.38) diz que "símbolos são objetos, atos, conceitos ou formas linguísticas que acumulam ambiguamente vários significados diferentes e que simultaneamente evocam emoções e sentimentos, impelindo os homens à ação".

[110] Usaremos aqui o conceito de costume, segundo Thompsom (2008, p.16), como um aprendizado que se perpetua em diferentes gerações, mas que tem um sistema de produção, que nem sempre é consensual.

Outro conceito importante que nos permite compreender as transformações pelas quais passou o modo de vida camponês, diz respeito à noção de fronteira assim cunhada por Martins (2007, p. 668):

> A fronteira é também fronteira e limite daquilo que define a modernidade, como a vida cotidiana e a vida privada, porque nela tudo se propõe de maneira incompleta, inacabada, insuficiente. Por isso, também a fronteira é sociologicamente um lugar de contraditória combinação de temporalidades, lugar em que o processo histórico flui em ritmos lentos, mais lentos, sem dúvida, do que as instâncias e espaços centrais e dinâmicos da sociedade, mesmo que a ocupação territorial seja veloz.

A fronteira, como categoria sociológica,

> É um lugar em que essas temporalidades desencontradas adquirem substância em sujeitos sociais, protagonistas, classes, etnias, instituições, mentalidades, costumes, variações linguísticas igualmente desencontradas. Não raro, entre um juiz que julga uma ação de reintegração de posse de um proprietário suposto ou real e os posseiros que serão alcançados por sua sentença de despejo existe um abismo de quase dois séculos. [...] Naqueles tempos (referindo-se à época da legislação sesmarial) o título, a carta de sesmaria legalizava a posse e o cultivo efetivos. Só mais tarde coma Lei de Terras de 1850 é que a posse e a propriedade se combinaram mediante unicamente o ato de compra. (MARTINS, 2007, p. 682)

Nesse sentido, ao utilizarmos o conceito de fronteira para melhor definir a questão da terra, percebemos que a história agrária está ligada a uma mentalidade de atraso, fruto da antiga legislação. É essa mentalidade antiquada e persistente que invade o universo camponês, em diversos sentidos.

Mesmo nas situações da vida cotidiana em que aparecem elementos de inovação, coexistem cenários domésticos com colagens de objetos, coisas e pessoas de data diversa, cada qual carregando a sua própria data histórica e sua própria inserção histórica original, anunciando visual e simbolicamente as insuficiências e contradições do desenvolvimento na margem do capitalismo.

Por mais que falemos em mudança no mundo rural e no modo de se realizar o trabalho do camponês, as persistências do *habitus* são frequentes.

Antonio Cândido (1987) refletiu sobre a mudança desse camponês quando recriou a imagem do caipira, que vivia dos seus 'mínimos vitais' e

consequentemente, sociais. Com o processo inovador, o trabalhador não deixou de ser caipira, mas foi inserido toscamente em uma lógica capitalista que o tirou do seu lugar, expondo-o às vicissitudes de uma economia de mercado:

> Em toda conjuntura de crise podem-se observar duas categorias principais de fatos: os de persistência e os de alteração. Os primeiros constituem aquela parte do equipamento cultural e das formas sociais que, oriundas de um período anterior, perduram no presente, estabelecendo continuidade entre as sucessivas etapas dum processo total de transformação. Os segundos são formações novas, geradas no seio do grupo, ou nele incorporadas por difusão, para reajuste do seu funcionamento. (CÂNDIDO, 1987, p. 18)

Quando há mudanças e variações no equilíbrio social, os fatores de alteração avultam até motivarem recomposição de estrutura. A situação de crise é deflagrada quando as tensões ainda não foram resolvidas, ou resolvidas parcialmente, entre os fatores de persistência ou de alteração, podendo resultar em reorganização ou desorganização na estrutura.

Com o advento da economia capitalista, a vida tradicional sobreviveu de forma mais ou menos alterada. No entanto, o mais comum foi a alteração do equilíbrio nos planos ecológico, econômico, cultural, social e psíquico.

A importação de costumes urbanos não significou a modificação desse *habitus* dos trabalhadores rurais. Muito pelo contrário. A cada instante afloram resquícios da religiosidade, do misticismo, do messianismo e do milenarismo – tão próprios das tradições. Martins postula que o significado disso é que há uma dinâmica da sociabilidade que possui aparência de tradicional, mas que aceita e se alimenta também dos conteúdos novos, isto quer dizer que, na sociedade a aparência é tradicional, mas na essência, é adepta dos novos conteúdos:

> É aí que está, no meu modo de ver, o fator dinâmico de uma sociabilidade que parece tradicional, mas que se alimenta dos conteúdos novos das mediações a que me refiro. Mediações que dão abrangência e universalidade aos antagonismos que muitos pensam ser meramente conflitivo. (MARTINS, 1992, p.38)

Assim, essa sociabilidade é maleável porque aceita o novo, através da mediação de agentes coletivos que atuam no *campo*. Contudo, ainda que possuam uma

capacidade de adaptação às novas situações, os camponeses sabem aceitar as novidades dentro das fórmulas do velho, isto é, das tradições.

Outra questão para análise é que esses trabalhadores rurais não configuram uma classe, em termos conceituais. Eles são sem-terra históricos, que possuem uma concepção de posse bem diferente da dos proprietários. O regime fundiário inaugurado com a Lei de Terras de 1850 unificou os dois direitos – domínio e posse – para constituir o moderno regime de propriedade.

Neste sentido, atualmente a posse significa a compra da terra, a instalação da propriedade privada. Martins (2007), ao descrever o sistema de posse na região amazônica, ilustra de forma interessante o 'sinal de ferro' como marca e direito de posse. O 'sinal de ferro' é a marca do machado que derrubou a mata, desbravou e amansou a terra, incorporando nela o trabalho duro de quem primeiro nela chegou. Cria-se, com esse costume, o direito de uso privado e familiar da terra comum.

Enxergar neste trabalhador rural um *habitus*, e não uma classe, permite visualizar que os ocupantes de fazendas são camponeses e, "sobre índios e camponeses, estamos falando de grupos humanos e de categorias sociais que têm sido mantidos à margem, excluídos da história".(MARTINS, 1993). Pessoa (1999a, p.111), ao citar Martins, diz que há uma distinção clara que permeia os conceitos de luta pela reforma agrária. A luta pela terra diz respeito ao direito comum, que não exige uma escritura, conseguida em grande parte de maneira escusa em cartórios pelo país afora. Trata-se do "apossamento" com a marca do machado citado anteriormente. No que diz respeito à reforma agrária, significa a conciliação, presente nas propostas de governo em distribuir terras, acreditando ser essa a única saída para se resolver os problemas de conflitos no campo.

Em uma perspectiva diferente se posiciona o trabalhador rural: "Quem entra em um caminhão nas madrugadas, carregando um alicate para cortar uma cerca de arame, o faz porque já se cansou das conciliações e das promessas políticas". (PESSOA, 1999a, p.111) Faz-se necessário lembrar que esses trabalhadores rurais são sujeitos reais, portadores de um discurso próprio de demandas sociais e de historicidade. Pessoa diz que,

> Eles surgem do seu próprio processo de exclusão social, e essa somatória de excluídos é também, por sua vez, um momento de eclosão da experiência da exclusão. Está-se falando, portanto, de trabalhadores rurais sem-terra de longas décadas, anteriores à sigla. (p. 111)

Assim, quando falamos que esses trabalhadores, como agentes do *campo* agrário, possuem um *habitus* que orienta suas práticas, referimo-nos a um modo de vida específico, permeado por simbolismos e significados. Essa prática se realiza mediante o contato desses agentes com uma nova situação, designada por Bourdieu como *campo*.

De camponês[111] que atribui um significado à terra, com a expansão capitalista no campo e das suas consequentes contradições, como situações de grilagem e de empresa agrícola, é o cotidiano dos pobres que está sendo paulatinamente reinventado:

> A luta pela terra é um dos instrumentos dessa reinvenção, que rompe velhas relações de dominação, que questiona um direito de propriedade iníquo, que demole pactos e alianças políticas convencionados sem a participação de todos os interessados ((MARTINS, 2007, p.694)

Um dos mecanismos dessa reinvenção é a própria inserção não só de trabalhadores rurais, como também de trabalhadores urbanos, cujas diferenças não são capazes de alterar a condição de explorados do processo produtivo, econômico e social.

Por mais que os agentes coletivos citados no capítulo anterior pretendam formá-los – como a CPT, o MST, a FETAEG, os partidos políticos – esses trabalhadores que se somam aos movimentos de disputa pela terra possuem a sua própria autonomia e constroem formas de sociabilidade peculiares, atribuindo à conquista da terra também um significado próprio.

[111] Alguns autores postulam a não existência de camponeses no Brasil, desde 40 anos atrás. “O que existe hoje são os “trabalhadores rurais”, “sem terra”, “assentados”, “agricultores familiares” que são as moedas em circulação no “mercado simbólico” que também são as lutas sociais, que têm o seu lastro próprio nas realidades que criam”. (LEITE, 2004, p. 104). O uso feito de cultura camponesa aqui busca apreender a ideia da existência de culturas que unificam pessoas do ou no campo, que independente da vida nas cidades, apresentam-na sob a forma de *habitus*.

3.2 O trabalho etnográfico.

O trabalho etnográfico no Assentamento Rural Estiva[112] ou São João do Bugre foi realizado entre julho e outubro de 2009. A escolha desse assentamento, na região de Goiás, se deu porque, desde o processo de acampamento e ocupação, houve um forte acompanhamento e suporte da CPT. As entrevistas selecionadas com agentes e ex-agentes pastorais apontaram para o fato de que inexistiam movimentos sociais anteriores a esse movimento no campo, em Goiás[113].

As observações de campo apontaram diversas direções. Uma delas foi para a percepção dos sentimentos de orgulho pela posse e conquista da terra, considerada como o início de uma série de outras conquistas, como o de renda para o núcleo familiar.

Outra observação foi quanto às representações afetivas construídas no convívio com outros assentados. Muitos, além de companheiros de acampamento, tornaram-se compadres, representação que, no mundo camponês, significa a ampliação da família. Sociologicamente significa o alargamento dos laços de sociabilidade, traços do passado nas sociedades tradicionais.

Quando falamos anteriormente sobre os saberes sociais construídos, notamos que entre os camponeses, todo conhecimento adquirido não tem um dono propriamente dito, mas faz parte de toda a comunidade e é fruto de uma experiência transmitida pelos antepassados. É a tradição incorporada pelo *habitus* que aparece nos valores sociais, na visão de mundo e na própria prática social.

Conhecimento "sem dono" é apropriado coletivamente pela comunidade. Por exemplo: "Como se fazia lá na Fazenda tal". "Lá em Goiás se fazia assim". Vimos uma rezadeira que aprendeu com a família, também de rezadeiras, a

[112] Segundo Pessoa (1999a, p. 91), a Fazenda Estiva é a primeira 'Posse' do Estado de Goiás.

[113] Percebemos que existe sempre um embate entre os parceleiros da Estiva/São João do Bugre e do Mosquito, pois ambos reivindicam a condição de ser o primeiro movimento rural da região, caracterizado por sua resistência e seu enfrentamento. Vez ou outra essa questão vem à tona, os dois lados pretendendo assumira autoria, como se isso fosse de suma importância para o *reavivamento* da memória do grupo.

benzer os filhos da comunidade. Disse-nos que tentava ensinar à neta os segredos da benzeção para, assim, deixar os seus conhecimentos para outras gerações.

O simbolismo está presente nas paredes. Em todas as casas visitadas, vimos nas paredes emparelhados quadros de santos de devoção familiares, "folhinhas" com datas e fotos familiares, de parentes que nem sempre estão mais presentes no núcleo da família.

Outra cena tipicamente rural, vasos de plantas em todo o território das casas, ao lado de eletrodomésticos modernos, que em muitas casas se tem[114]. Ainda que ocorressem diversas mudanças provocadas pela industrialização, encontramos um *habitus* composto por várias persistências como, por exemplo, na própria relação com a natureza, com a observação dos sinais de chuva, estiagem, friagem e seca.

Ainda que os trabalhadores rurais tenham sido afetados pela itinerância – a maioria dos moradores de São João do Bugre morou em diversos endereços, antes do assentamento–, esse modo de vida não destruiu os traços culturais camponeses. A exemplo da religiosidade, presente em diversos momentos da vida rural: quando há plantio, colheita, sumiço das cobras etc.

3.3 A origem do Assentamento São João do Bugre (GO) e o trabalho de formação da CPT.

Pessoa (1999a, p.91) descreve a posse, a partir de uma história contada pelos parceleiros, ocasião em que Antônio Alves de Sousa – o Antônio Baiano[115] – chegou à Fazenda Estiva em 1979, lá encontrando Antônio Vitorino. Do outro lado do Rio do Bugre, na Fazenda São João do Bugre, moravam outras cinco famílias, trabalhando na condição de agregadas. Nessa versão, segundo Antônio Baiano, Alceu de Barros lhe

[114] Em uma das casas, vi uma moderna máquina de moer o milho para fazer pamonha, em situação de desuso. Ao questionar a moradora o porquê do processo inteiramente manual, fomos surpreendidos pela resposta que a máquina alterava o sabor do produto feito, daí a preferência do não uso do equipamento.

[115] Havia na gleba outras famílias, porém foram cooptadas pelo demandante e saíram ou desistiram. Persistiu Antônio Baiano que tinha um rancho no local. Com o conflito deflagrado, integrantes do Sindicato e da Igreja Católica de Itapuranga, voluntários na resistência, vieram fazer frente às ações de desocupação da posse.

confidenciou que estaria providenciando a documentação da terra e, quando terminasse o pleito, ele poderia permanecer onde estava.

No entanto, de acordo com este relato, em março de 1981, ou seja, três anos depois, apareceu Helion Barros de Oliveira, filho de Alceu de Barros, pressionando para que todos dali se retirassem, uma vez que havia comprado as terras de seu pai. Antônio Baiano afirma que inicialmente, o próprio Helion o procurou, fortemente armado, exigindo sua saída. Dois meses depois, os jagunços abriram uma picada e fizeram uma cerca ao redor do rancho. Seguiram-se os incêndios, cortes da plantação, tiros a esmo e dois despejos, sendo o primeiro datado na ordem judicial de 28 de junho de 1984.

Diante de tanta pressão, cinco famílias foram embora da região. Antônio Baiano afirma que Antonio Vitorino teria sido cooptado por Helion, que lhe prometera a permanência na terra, caso ele não entrasse no movimento. O processo de grilagem referia, principalmente, a Antônio Baiano. O fato é que Antônio Baiano convenceu os outros vizinhos a resistirem na terra, a fim de assegurarem ali a sua "permanência".

Já no relato de Gomes (1992, p. 44-45), o conflito apresenta outra versão. Na Fazenda em questão, viviam seis famílias em uma área de 454.8221 hectares, cuja posse já havia sido requerida ao Instituto Agrário do Estado de Goiás - Idago. Há mais de trinta anos, cultivavam vários produtos, como arroz, mandioca e banana, além da criação de animais. Em 1980 Helion de Barros Oliveira procurou incorporar na sua fazenda a área ocupada pelos posseiros, mediante ameaças e pressões, usando muitas vezes o subterfúgio de subornar os posseiros a deporem a seu favor.

Contudo, os posseiros, por meio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, requereram providências legais, como o mandado de segurança, pois já tinham o direito legal de posse. A esses posseiros somaram-se mais famílias, com a finalidade de, tanto permanecer nos lotes, como prestar solidariedade aos antigos moradores.

O agravamento da situação se deu quando, em 30 de maio de 1984, o fazendeiro Helion de Barros de Oliveira, acompanhado de um jagunço armado, invadiu a residência de Antônio Alves de Souza, Antônio Baiano, atacando-o violentamente, o que provocou a sua hospitalização e um inquérito policial registrado na Polícia de Goiás.

O histórico de agressões, segundo o relato de Gomes, não parou por aí. Em 25 de junho do mesmo ano, o Antônio Baiano tornou a ser agredido por Helion no Cartório da cidade de Goiás, sendo testemunhado por oito funcionários do estabelecimento. Ao mesmo tempo, por ordem da ação judicial do juiz da Cidade de Goiás, João Jubé, no dia 26 de junho do mesmo ano, três famílias foram despejadas da fazenda, acompanhadas pelo oficial de justiça com mais três jagunços.

No momento do despejo, só estavam presentes no acampamento, as crianças, pois os posseiros trabalhavam nas plantações. Os jagunços quebraram os pertences dos moradores, levando os entulhos em um caminhão. No dia seguinte, mais uma vez, a mando de Helion, jagunços armados atearam fogo em quatro ranchos e duas residências, uma casa de farinha e um paiol. Além disso, soltaram 86 cabeças de gado nas plantações, destruindo-as. No decorrer dos acontecimentos, mais uma vez Antonio Baiano foi ameaçado de morte.

O conflito desvelou ainda aspectos simbólicos, que fizeram despertar sentimentos sobre aspectos morais de continuar na terra:

> Eu tinha um cachorro que vivia correndo *pelas plantação*. Naquele dia deixei ele amarrado e tive que sair daqui. Eles (os jagunços) colocaram fogo em tudo. Quando eu cheguei aqui vi o cachorrinho todo sapecado. Daí deu uma revolta tão grande, que resolvi continuar aqui. (Entrevistado 08)

Nota-se que tanto nas descrições de Pessoa (1999a) como na de Gomes (1992), o conflito é mostrado de maneiras diferentes, principalmente quanto à ação de Antônio Baiano e o encaminhamento das ações. As descrições coincidem quanto à participação violenta de Helion, nas tentativas de despejo dos posseiros na Fazenda Estiva, mas diferem quanto à interpretação dos interesses, seja em cobrar uma herança ou simplesmente alargar os territórios da sua propriedade.

Outra questão que provoca discordância entre os dois autores citados refere-se ao tipo de ação ocorrida na Fazenda Estiva. Gomes chama o episódio de 'posse', mas Pessoa discorda do termo, pois, diferentemente de uma posse, propriamente dita, tratava-se ali de uma 'ocupação'. Para o autor, esse termo (posse) era largamente utilizado pelas entidades nos anos 1980, que achavam que esse era o "único escudo jurídico disponível" de convencimento da opinião pública. Mas, Antônio Baiano foi o

único posseiro a reivindicar uma 'posse' na Fazenda Estiva, por já ter nela vivido na condição de agregado. Os demais vieram depois para ajudarem Antônio Baiano a confirmar a posse, com a expectativa de, com isso, também se instalarem naquela gleba, até então irregular[116]. Em entrevista concedida, um trabalhador rural afirmou para lá ter ido, em solidariedade ao "compadre posseiro":

> Cheguei à Estiva porque soube que o compadre estava aqui com dez filhos passando a maior dificuldade. Isso porque o Fazendeiro (referindo ao Helion o reivindicante da terra) ameaçava ele e a família dele. Queria cobrar um preço alto *pelas plantação*. Se tivesse pagado pela plantação, o compadre teria ido embora das terras. Mas como não teve acordo, ele resolveu ficar. (Entrevistado 08)

No início do conflito não apareceu nos depoimentos qualquer menção ao que poderíamos chamar de "consciência política", que habilitasse os posseiros da Fazenda Estiva para uma militância no que se referia à conquista da terra. Essa "consciência" apareceu no decorrer do conflito, conforme assinala o entrevistado 08:

> *Nós não tinha* interesse, no início, em ficar na terra. O que eu queria, como disse para a senhora antes, era ajudar o compadre a receber o que tinha de direito. Mas depois eu passei a ver o seguinte: a terra é para quem precisa trabalhar. Aqui todo mundo era trabalhador rural e se conhecia. [...] Não era gente aventureira e da cidade. Eu mesmo, nunca vivi na cidade. Sempre trabalhei na roça. Passei a ficar aqui e disse: serei o último a sair. E fiquei até hoje.

O conflito, aos poucos, despertou o engajamento dos agentes pastorais que passaram a visitar a Fazenda Estiva, o que foi decisivo para "o despertar" dessa "consciência política", tanto deles, como dos próprios posseiros. O entrevistado 08 destacou a importância da Igreja naquele momento:

> No começo até para os agentes virem aqui era complicado. Isso porque a gente vivia "amoitado" com medo de tiro que vinha de todo lado. O pessoal vinha e reunia na casa do compadre. Até eles não sabiam direito o que fazer. Então posso dizer que não ensinaram a gente, não. Ninguém tinha experiência com luta. Pode dizer que eles aprenderam também com a gente. (Entrevistado 08)

[116] Foram esses os posseiros que chegaram depois de Antônio Baiano: Iron de Araújo Souza, Aparecido Gabriel Prata, Dorival Barroso de Carvalho, Sebastião Silva, João da Mata Santana (irmão do Manoel da Mata, Manoezão), Baltazar Paulínio da Silva, Sebastião Bernardo da Silva e Manoel da Mata. Exceto o último da lista e seu irmão, alguns dos posseiros vieram trazidos pela igreja e sindicato de Itapuranga, segundo Antônio Baiano, disse-lhes que "havia terra para todo mundo".

O “aprender com a gente” coaduna com o que dizíamos no capítulo anterior sobre o caráter espontaneísta que a Igreja inaugurava na área social. Isso significou, em muitos momentos, trocar “os pés pelas mãos”, quanto ao trato em relação às ocupações ou posses. Já foi falado sobre o fato de que, em várias ocasiões, os agentes pastorais tomaram “as dores” dos trabalhadores, chegando a agir em nome deles.

Mas essa situação revela ainda outro aspecto também importante, que é o aprendizado na prática do que significa a opção pelos pobres. Aos poucos, agentes pastorais, religiosos e demais membros da igreja tomaram conhecimento de uma realidade até então nova, desconhecida e desafiante. Pode-se afirmar que a Fazenda Estiva/São João do Bugre teve esse significado para a igreja em Goiás[117].

Exemplo desse engajamento, na ocasião do conflito, Dom Tomás Balduíno realizou uma missa na catedral da Cidade de Goiás, solidarizando-se com os posseiros, ao mesmo tempo em que ações de despejo foram ordenadas pela justiça local[118].

A Fazenda Estiva marcou um novo posicionamento da igreja em relação aos conflitos agrários, o que significou, também, em algumas escolhas. Sobre esse novo posicionamento, o entrevistado 10, ex-agente da pastoral é significativo:

> Então, o primeiro trabalho da CPT foi teológico, porque a igreja antigamente tinha uma aliança com a oligarquia rural que defendia que a propriedade era sagrada, então ninguém poderia tocar que era tabu. E isso era de Deus, era assim mesmo. A pastoral da terra teve que fazer um trabalho de reconceitualização teológica, para entender até que ponto a propriedade era sagrada e se era sagrada mesmo e se era pecado mesmo fazer ocupação de terra e querer uma terra. E, muitas vezes, caminhava mesmo na linha de dizer que era inveja, querer o que era do outro. Muitas vezes mesmo, caminhava numa linha moral, de entender que hoje tem muita gente sem terra, e muita terra sem gente. Isso é fruto de uma história de construção histórica, e não de uma realidade dada por Deus. (Entrevistado 10)

Neste sentido, percebe-se que a igreja teve que também se adaptar à proposta de acompanhar os trabalhadores nas suas ações, adaptação essa que demarcou terreno para importantes tomadas de decisões. Significou optar entre falar em nome dos

[117] Além disso doações em favor dos “Posseiros da Estiva” eram estimuladas nas paróquias e comunidades católicas.

[118] A imissão na posse só foi possível no dia 12 de novembro de 1987, sendo que o decreto federal de desapropriação foi expedido no dia 10 de agosto de 1987.

trabalhadores ou assumir a sua causa. Em várias ocasiões, houve as duas coisas, sendo que em muitas vezes, a igreja, a partir da atividade pastoral, participou das batalhas com os litigantes:

> Teve dia que a coisa ficou feia aqui. Aconteceu que uma vez, que estava forte o tiroteio. As mulheres *ficava* aqui na casa cuidando do *comer* dos trabalhadores, e os homens ou na lavoura ou resolvendo as coisas (na cidade). Teve um dia em que era tanta bala vindo que eu e a irmã Zenaide chegamos a andar arrastando, com medo de ganhar tiro. (Entrevistado 11)

Em um primeiro momento, esse trabalho funcionou no plano da assessoria jurídica, no apoio ou na própria organização, como na doação de alimentos, roupas e remédios pelas comunidades católicas. Porém, em um segundo, e talvez o mais importante momento, o trabalho da CPT foi no sentido de um apoio moral, amparo substancial para as suas conquistas.

Quanto ao apoio moral, a religiosidade conferiu uma força para que houvesse resistência aos grileiros, à justiça e à própria desmotivação, muito comum entre os que se encontravam na condição de *sem terra*:

> Muito mais do que acompanhar, assessorar. Estávamos preocupados em recuperar a estima daqueles trabalhadores. Percebíamos que não se tratava apenas de angariar fundos para a situação do momento do acampamento, mas era de trabalhar o sentimento das pessoas, que se encontravam devastadas pela noção de culpa que vivenciavam. [...] o trabalho mais difícil era convencê-las de que não se tratava de uma coisa errada. Que a reivindicação era justa e estava em conformidade com a mensagem religiosa. Contamos com o apoio para isso de parte da igreja, padres e freiras, que conscientizavam os trabalhadores sobre os direitos, sendo que o direito a ter direitos era um deles. (Entrevistado 10)

Essa fala do ex-agente é ilustrativa, porque mostra que o trabalho da CPT foi, também, na direção de uma conscientização dos trabalhadores rurais. Empenhar pelos direitos daqueles trabalhadores não era um trabalho pastoral qualquer, mas uma necessidade, levando-se em conta as condições precárias em que eles se encontravam antes da constituição do acampamento.

A CPT conferiu ainda um novo *status* ao andamento dos fatos, quanto à possibilidade de organização, que praticamente no campo era desconhecida. A fala do informante 08 mostra a importância desse respaldo político:

> Só que, antes, a gente não pensava nessas entidades de apoio. Não pensava em sindicato, não pensava na federação dos trabalhadores, CPT, a gente não conhecia. A gente não sabia nem se tinha algum advogado que teria coragem de trabalhar pra uma pessoa que tava naquela situação [...] Um trabalhador pensando no outro trabalhador. Mas pensando que a gente teria a ajuda de Deus, só. (*apud*, PESSOA, 1999a, p. 92)

Esse respaldo político foi responsável pelo *modus operandi* que seria adotado dali por diante pela igreja, presente em outras ocupações. Era necessário constituir um modo de ação, que de fato marcasse a presença da CPT na área da formação. Isso porque, conforme dito no capítulo anterior, em um primeiro momento, da transmissão do *capital* simbólico, optou-se por transmitir um *capital* político, municiando os trabalhadores de argumentos para o enfrentamento nas primeiras demandas de terra.

Esse *modus operandi* pretendia mudar o *habitus* do trabalhador, ampliando a sua concepção sobre a necessidade de resistência, ou do empenho nas conquistas advindas dos embates:

> Mas na medida em que os trabalhadores foram percebendo, que a terra é um dom de Deus deixado para todos, e que quem começou com a escritura foi exatamente aqueles que tinham a responsabilidade de cuidar, então as pessoas começam a rever a sua concepção teológica, sua relação com a terra, sua perspectiva de fé, e começam, então, a ter experiências importantes de luta pela terra. Os trabalhadores começam a fazer uma releitura da própria palavra de Deus e dos seus conceitos e preconceitos ideológicos nessa questão da terra. Então, começa a ter trabalhadores, que dizem: não é assim. (Entrevistado 10)

Essa mudança de perspectiva em relação ao *habitus* incluiu, na formação, um tipo de *capital* religioso, que consistia em enxergar a terra como promessa de Deus. Com esse suporte, a CPT conseguiu atingir mais trabalhadores, quanto à apropriação da linguagem bíblica, conforme relato do depoimento 12, de um trabalhador, ex-agente pastoral:

> Eu vivia na terra com os meus irmãos e meu pai. A gente começou, então, a participar da leitura da bíblia, e logo em seguida já, no começo de 78, a gente começou a discutir a questão do sindicato daquela região lá. Uma coisa que deu muita força para a gente naquela época do regime militar foi a CPT, que já tinha um trabalho grande na região de Goiás. Mas na minha diocese de S. Luis de Montes Belos, o bispo não aceitava, por causa dos fazendeiros, da terra muito concentrada. Aí, mesmo assim, nós fazíamos as nossas reuniões da comunidade. (Entrevistado 12)

O *habitus* do trabalhador passou a ser engendrado, a partir da absorção de um tipo de militância política, imbricada com uma perspectiva religiosa. Conforme afirma Franco (*Apud* PESSOA, 1999a, p. 109), a ocupação de terras passou a ser uma "ação política sacralizada". Sem essa sacralização, acreditamos que, talvez não fosse viável pensar em ocupações e posses no contexto dos anos 1980[119].

Essas disposições internalizadas aparecem nas falas e práticas, no momento do confronto direto com a polícia, seja para acalmar demandantes pela terra, ou mesmo para conferir-lhes um alento:

> Em São João do Bugre, um trabalhador que está assentado lá até hoje, um senhor de idade o senhor Antônio, em que ele começou a fazer uma luta pela terra, pela posse dos pais que estavam a sessenta anos. A terra foi grilada, e ele fez toda uma luta, e a questão da terra entrou junto nessa luta, e o ajudou. Ele dizia: eu rezo duas horas por noite para dar conta do enfrentamento da pistolagem no outro dia. (Entrevistado 10)

Esse *habitus* religioso, internalizado, cuja primeira mediadora da formação passou a ser a Comissão Pastoral da Terra, serviu para dar uma maior visibilidade à Igreja Progressista[120], definindo a área da formação, ainda que não houvesse um consenso sobre a participação de membros católicos nas lutas sociais[121].

3.4 O *habitus* da mudança na concepção camponesa de mundo.

Ianni (1988, p. 40) afirma que a ideia de desenvolvimento fez com que o mundo agrário se tornasse 'subsumido' ao grande capital. A racionalização dos processos produtivos e a organização técnica e social do trabalho fez com que cada vez

[119] Esse *habitus* religioso, ainda que pretensamente desprezado por alguns movimentos sociais, dentre eles o MST, em seu confesso ateísmo, é bastante presente entre os trabalhadores rurais, cuja grande parte se diz praticante de alguma religião, em sua imensa maioria, católica ou evangélica. Mesmo em assentamentos com bandeira do MST, grande parte da população se diz religiosa e praticante de alguma religião.

[120] É claro que não se pode deixar de mencionar a participação de uma ala da igreja ligada à hierarquia eclesiástica. O episcopado de Dom Tomás Balduíno foi significativo, no sentido de aproximar a igreja das causas sociais, como naquele momento, a resistência à grilagem e a constituição de acampamentos e assentamentos.

[121] Vários bispos impediram a atuação da CPT nas suas Dioceses, seja pelo próprio conservadorismo de suas convicções, ou por receio da identificação da igreja com os movimentos sociais, e a consequente perda de membros, que não queriam participar desse tipo de comunidade religiosa.

mais se alterassem as condições sociais de vida e de trabalho no campo e nas pequenas cidades.

> A moderna invernada, por exemplo, nenhuma semelhança tem com os pastos antigos. A produção já não depende da terra e da natureza. Quando os bezerros são levados para a invernada, para serem engordados, jamais vêem pastos verdes. Milhares de cabeças de gado são amontoados nuns poucos metros quadrados, onde são alimentados com rações programadas por computadores. Para estimular a engorda e eliminar doenças, doses maciças de antibióticos e hormônios artificiais são colocadas nas rações ou injetadas nos animais. (IANNI, 1988, p. 40)

A utilização de máquinas no trabalho agrícola e a substituição de matérias-primas são capazes de reduzir drasticamente o contingente de pessoas que vivem no campo ou em pequenas cidades do interior, mudando-lhes o modo de vida, pensar e sentir, reestruturando assim a organização da vida social.

Essas transformações que alteraram formas de sociabilidade no mundo rural tiveram o seu início principalmente a partir da década de 1960, em virtude da 'tecnificação' produtiva, o que alterou consideravelmente a organização do modelo produtivo agrícola tradicional. Para Martins (1986, p.10) esse processo significou:

> A efetivação desse novo modelo agrícola foi também propiciada pela internacionalização de um pacote tecnológico popularmente chamado de Revolução Verde, em meados da década de 60. Em essência, esse pacote prometia a elevação da produtividade média através de sementes melhoradas ou de alto rendimento; o aproveitamento efetivo dessas sementes, porém, era condicionado ao uso integrado de máquinas e insumos químicos (p. 10).

Em termos reais, esse modelo ao mesmo tempo em que permitiu um aumento na produção de gêneros alimentícios, a exemplo do arroz e milho e posteriormente o crescimento vertiginoso de plantações de soja[122], trouxe inúmeros custos sociais. Em termos de população urbana, assistiu-se a um intenso fluxo migratório, que a despeito dos números gerais do Brasil que eram de 4% e 6% nas décadas de 1950 e 1960, no Centro-Oeste, significou um aumento populacional entre 8% e 10%.

[122] Vale ressaltar que nos anos 1990 a maior quantidade de exportação de soja do país partia dos Estados do Centro-Oeste, como Goiás e Mato Grosso.

A Revolução Verde representou para Goiás a expansão territorial provocada pela 'Fronteira agrícola', que tem sido objeto de estudo de diversos pesquisadores que apontam para esse processo como um fenômeno de ocupação do espaço, cujos tutores do processo têm sido os agentes condutores da economia capitalista com o financiamento maciço do Estado.

Concomitantes na fronteira encontram-se formas de trabalho e de acumulação não capitalistas, sobrepondo-se, no mesmo espaço, agentes próprios da frente de expansão, índios e camponeses, com agentes particulares da frente pioneira, empresários e Estado. (MAIA, 2008, p. 14)

A datação histórica da expansão da fronteira levou alguns pesquisadores a separá-la em dois conceitos: frente de expansão e frente pioneira. Essa tipologia pretendia explicar como se dava o desenvolvimento do capitalismo no campo, tomando por base conceitos estruturalistas *marxianos* do pensamento de Althousser.

A crítica feita a essa datação, além da linearidade que pressupunha, era quanto à incapacidade de reconhecer a diversidade e contemporaneidade dos tempos históricos. Martins (1986, p.159) coloca a distinção entre os conceitos, de forma a servir como um "instrumento auxiliar na descrição e compreensão dos fatos e acontecimentos da fronteira"[123].

Ao falar na fronteira agrícola, faz-se necessário entendê-la em um contexto ampliado de inúmeras inserções tecnológicas no campo, com a adoção de modernas técnicas agrícolas que cada vez mais substituem o trabalho humano por estas máquinas. Esse processo tem sido cada vez mais responsável, por um lado pelo aumento da produtividade agrícola, e por outro, pelo fluxo migratório de trabalhadores rurais em busca de melhores condições de vida.

Vê-se, como resultado, um processo migratório constante para os núcleos urbanos. Outros fatores também provocaram a urbanização. Estevam (2000)

[123] Martins, ao utilizar os dois conceitos, identificou na Amazônia os diversos agentes que participaram do processo, no que se refere à singularidade e ao processo de disputa, sem que um ficasse reduzido à perspectiva histórica do outro. O elemento-chave que caracterizaria a fronteira é a situação de conflito. Situação essa que em períodos históricos distintos tem empurrado cada vez mais camponeses, índios e trabalhadores rurais para migrações sucessivas.

mostra os impactos nas 'estruturas' motivados pela expansão da malha rodoviária. Esses impactos se fizeram sentir nos anos seguintes à crescente urbanização em Goiás: 46% em 1970, 68% em 1980, 81% em 1990.

Os dados a seguir nos dão uma dimensão da distribuição populacional no Estado:

QUADRO 7 – Estado de Goiás: População segundo a situação de Domicílio – 1970, 1980, 1991 e 2000:

Ano	Situação de domicílio		
	urbano	Rural	Total
1970	1.109. 501	1.307.389	2.416.890
1980	2.107.923	1.013.202	3.121.125
1991	3.247.676	771.227	4.018.903
2000	4.393.549	609.679	5.003.228

Fonte: IBGE – Censo Demográfico dos respectivos anos, 2002.

Esses dados nos permitem visualizar que, enquanto houve um aumento populacional urbano de 7% ao ano, decresceu o índice da população rural, em torno de 2%. Se observarmos atentamente ano a ano o quadro acima em termos percentuais, perceberemos que nos anos 1970, a população rural era superior, cerca de 54,1% de habitantes, sendo que a população urbana era composta por 45,9%.

No entanto, nos anos 1991, a população urbana superou significativamente a população rural, com um percentual de 80,8%, em detrimento de 19,2%. Outro salto decisivo, que mostra o inchaço das cidades, pode ser visualizado nos anos 2000, quando houve um "encolhimento" rural, de 12,2%, paulatino ao "crescimento urbano" de 87,8%.

O quadro 6 mostra a média do crescimento populacional de Goiás, comparando-o ao Centro-Oeste e ao país:

Quadro 6: Taxa média geométrica de crescimento anual
GOIÁS, Centro-Oeste e Brasil

Período	Taxa média geométrica de crescimento anual (%)		
	Goiás	Centro-Oeste	Brasil
1970 / 1980	2,77	4,05	2,48
1980 / 1991	2,33	3,01	1,93
1991 / 1996	2,36	2,18	1,36
1996 / 2000	2,60	2,60	1,97
1996 / 2007	2,05	2,12	1,44
2000 / 2007	1,74	1,84	1,15

Fonte: **IBGE – Crescimento anual dos respectivos anos, 2007.**

A urbanização em Goiás, no entanto, não é paralela à industrialização, conforme ocorreu em outros estados brasileiros, mas fruto da modernização conservadora, no que se refere à industrialização da agricultura, ao êxodo rural provocado pelos processos de expulsão do homem do campo, e à imigração desencadeada nos anos 1950.

Com relação ao trabalho empregado nas indústrias agrícolas e à expulsão do homem do campo, estes fatores foram originados pela dissolução da fazenda tradicional:

> O número de agregados de fazendas foi reduzido drasticamente assim como o de lavradores sem terra que cultivavam glebas alheias. Antigos meeiros tornaram-se diaristas da mesma forma que proprietários passaram a fornecer trabalho acessório em propriedades alheias, sazonalmente, como assalariados. Enfim, as relações no campo em Goiás tornaram-se monetarizadas e contratuais. (ESTEVAM, 2000, p.458)

Em relação à migração, sem sombra de dúvida, a fronteira agrícola atraiu uma leva de trabalhadores rurais e até investidores para o Estado[124]. Em 1950 a imigração foi de 9% ao ano e em 1960, de 30%. Apesar de os anos 1960 mostrarem um dado menor que na década anterior, essa migração significou a chegada a Goiás de 500

[124] A experiência agrícola acumulada pelos imigrantes sulistas (alemães, italianos e japoneses) foi decisiva para a expansão agrícola recente do Centro-Oeste quanto dos cerrados em geral. (ESTEVAM, 2000)

mil pessoas, sendo que desses imigrantes em 1970, 50% eram de Minas Gerais, 15% do Maranhão, 13% da Bahia e o restante do Piauí, Ceará e São Paulo[125].

Quanto ao total de filhos, entre os anos 1970 e 1980 houve uma redução considerável, pois a vida urbana provocou a mudança nas famílias de então, sendo que na primeira década elas tinham em média 6,46 filhos, passando para 4,73 filhos na segunda década.

3.5 As mudanças vividas pelos assentados de João do Bugre.

Uma vez feita a ocupação ou posse, vem a fase do assentamento[126]. Uma questão perturbadora que fica: que tipo de *capital social* passou a ser internalizado pelos assentados? Em que aspectos tornaram visíveis essas mudanças?

Em uma análise feita pelos ex-agentes que participaram da ocupação da Fazenda Estiva, há tanto uma memória positiva, que descreve a ação e atuação da CPT como importante e decisiva para o "desenrolar dos acontecimentos", como uma memória negativa, que aponta os erros de julgamento e de atuação, principalmente, na constatação de que houve exageros na dosagem de paternalismo em relação aos posseiros:

> Isso porque às vezes, no resgate da consciência dos trabalhadores, ela é muito paternalista. Porque o trabalhador é o que ela olha. Tende, às vezes, a proteger demais por causa da análise histórica: da exploração, da submissão ao sistema. O grande perigo é cair no paternalismo, e deixar que o trabalhador tome as decisões do seu próprio destino. A pastoral da terra, como olha com compaixão, em uma perspectiva de fé de ser apaixonado com ele e por ele, na luta dele e tudo isso, às vezes se transforma num sentimento de que deve proteger, e às vezes essa proteção é negativa. Em Goiás, essa perspectiva, nasceu irmãos da CPT que fez nascer a luta. O MST que nasceu no Paraná. Nós fizemos várias lutas sem o papel dos movimentos. (Entrevistado 10)

[125] Situação inversa: a população goiana migrava principalmente para o Distrito Federal e Mato Grosso. (IBGE, 2007)

[126] Para Leite (2004, p. 63) ao criar o assentamento, o Estado assume a responsabilidade de viabilizá-lo, organizando infra-estrutura, de modo a garantir a sobrevivência das pessoas no lugar. De acordo com o autor, então, pensar no desempenho de um assentamento, é remeter ao desempenho do próprio Estado, que cabe assegurar o acesso a Terra, exigindo em contrapartida, uma "produção compatível aos parâmetros aceitáveis pela burocracia estatal, escolhendo produtos definidos como 'de mercado', usando sementes selecionadas, defensivos agrícolas, fertilizantes aprovados e assim por diante."

A fim de analisar essas questões, fomos ao Assentamento da Fazenda Estiva, no Município da Cidade de Goiás (GO) para melhor entender os resultados dessa formação empreendida pelos agentes pastorais na região. Para início de conversa, não encontramos no local onde ocorreram os primeiros conflitos, o nome Estiva, mas uma placa sinalizando: São João do Bugre[127].

A priori, partimos do pressuposto de que os assentamentos rurais não são uma realidade estanque, mas um processo de *ressignificação* de realidades, experiências, que envolveram diferentes mediadores. Como *subcampo* do *campo* agrário, estiveram presentes na sua história diferentes agentes: partidários, religiosos e sindicais.

Outras pessoas advindas de outros *campo*s mantêm uma rotina de frequência nos assentamentos, desde a época dos acampamentos que lhe deram origem, como: líderes de movimentos sociais, promotores, pesquisadores, policiais executando ordens judiciais, dentre outros. Todos exerceram, ou exercem ainda, uma forte influência para o assentado, que *absorve* desses agentes alguma forma de *capital*.

Como realidade de mudança no próprio assentamento, encontramos novos assentados – ao todo composto por cinco famílias − que conhecem pouco, ou desconhecem totalmente, o histórico da região[128]. Alguns nunca ouviram falar que ali se desenrolou uma luta sangrenta pela posse, com feridos a bala dos dois lados. Esses novos moradores não possuem o *capital* para participar do *campo*, mas exercem uma influência sobre ele, de alguma maneira, seja neutralizando as ações do grupo, ou mesmo mudando o estereótipo de parceleiro local.

Isso porque, a maioria desses novos moradores se encontra instalada na região, devido à compra da parcela, ainda que formalmente isso não aconteça, por

[127] Segundo informações de Antônio Baiano, na ocasião da documentação apresentada pelo Helion de Barros à justiça para a reintegração de posse, a região citada, não aparecia com o nome de Estiva, mas São João do Bugre. Dessa forma, após a imissão na posse, as parcelas passaram a ter esse nome.

[128] Pollak (1968) entende que, assim como na história oficial, os movimentos sociais também selecionam um tipo de memória que se tornará coletiva. No caso de São João do Bugre, a versão dos assentados sobre os acontecimentos, também envolve uma seleção que melhor atende aos interesses do grupo. Nessa seleção, alguns membros são excluídos. Quando perguntamos a um parceleiro, confirmado pelos pares, qual era a participação de outro parceleiro, já falecido, ele nos disse que não valeria a pena nem sequer entrevistar a viúva, pois ele não teve nada a acrescentar ao movimento. Isso explica a construção coletiva da memória do assentamento em produzir um discurso romantizado, com feitos heróicos, sendo que a versão desse sujeito em questão, contraria aos interesses, sendo necessário, descartá-la.

limitações impostas pela legislação e pelo controle do Incra. Então, são designados como 'sitiantes', 'chacareiros' ou 'pequenos proprietários de terras'.

A entrada de novas pessoas nos assentamentos reconfigura o lugar, também, pelo fato de que são vistos como *gente de fora*, com pouco conhecimento dos que lá estão desde o início. Alguns desses novos proprietários fazem da gleba de terra uma chácara de lazer de final de semana, chegando a ficar quinze dias sem ir até lá, a exemplo da Chácara Santa Rita, próxima à casa do Manoezão, comprada já de terceiros moradores, que por sua vez tinham comprado de antigos parceleiros. Questionamos sobre a possibilidade do acontecido, e foi respondido que sobre essa prática, muito comum por sinal, as autoridades que supervisionam fazem vista grossa.

Os assentamentos rurais também se inserem no *campo* agrário, na área da formação, sendo que diferentes agentes formadores participam[129] na formação de quadros de lideranças e base, no trabalho de assessoria jurídica, nos projetos de implantação de novas tecnologias ou nas práticas de associativismo rural, dentre tantas outras situações que tornam o assentamento uma realidade de múltiplas mudanças.

Entre os trabalhadores rurais, como não poderia ser diferente, a mudança no *habitus* tem outras dimensões. Alguns assentados, pela experiência de êxito em outros movimentos sociais, atuam em sindicatos e até militam em partidos políticos, sendo muitas vezes candidatos que se elegem. Percebe-se, então, que o *campo* se movimenta em diferentes direções, sendo que os agentes passam a utilizar estratégias de seu *campo* em outros, levando adiante e adquirindo novas formas de *capital* simbólico.

A título de exemplo, a gleba Mosquito, também no Município da Cidade de Goiás (GO), foi indicada a trabalhadores rurais principalmente vindos de Itapuranga, por parceleiros da Estiva, que não só apontaram a sesmaria, como ajudaram na organização e resistência. Manoezão e Antônio Baiano nos disseram que trabalharam intensamente no sentido de indicar aos outros "o caminho das pedras". Isso mostra, mais uma vez, a influência da formação, aqui no caso, trabalhadores rurais que

[129] Alguns assentamentos além de participarem ativamente do *campo agrário* se inserem também na formação, constituindo-se como *agentes formadores* de outros assentamentos, a exemplo da Estiva/São João do Bugre e Mosquito, que além de terem sido os primeiros casos de posse/ocupação bem sucedidos no Estado, serviram como ponto de partida para novas lutas envoltas em processos similares. Assumiram, dessa forma, o papel pedagógico de transmissão de *capital* político para outras situações.

adquiriram *capitais* e os transmitiram a outros trabalhadores rurais, no *campo* agrário, pois, uma vez adquirido, esse *capital* torna-se instrumento para novas ações.

Nos assentamentos, encontramos ainda, assentados que de certa forma abandonaram as parcelas, pela simples descrença nas possibilidades de futuro na posse da nova terra[130]. Esses viram enormes dificuldades em nela permanecer por dificuldades de acesso – São João do Bugre, por exemplo, é recortada por estrada de chão a aproximadamente 10 km do asfalto[131] – ou pela distância de levar os meninos à escola. A família mora na cidade, ficando apenas um dos membros no campo, a fim de garantir a posse.

Ao invés de enviar produtos próprios da roça para a cidade, como a carne suína, bovina e aves em geral, como galinhas e perus, e seus derivados – toucinho, leite, queijo, manteiga, ovos, dentre outros – é o contrário que acontece. A maior parte dos produtos consumidos é proveniente dos supermercados e mercadinhos mais próximos. No campo pouco ou quase nada se produz.

Esses parceleiros, ainda que tenham o direito de posse, pouco trabalham na terra, que serve apenas como moradia. É bem mais fácil procurar emprego na cidade ou em outras fazendas, já as queixas feitas apontam para o fato de que os financiamentos do governo não são fáceis de conseguir[132].

Há entre as histórias de vida dos assentados aqueles que, no entanto, não abandonaram os seus lotes, que continuaram trabalhadores rurais no pedaço de terra que adquiriram. Esses, em posse de um novo *capital* adquirido, passaram a adotar um novo linguajar típico de quem conhece todo o processo jurídico de aquisição de terras, levando adiante novos capitais, a fim de ajudar em novos empreendimentos.

O entrevistado 08 é o exemplo típico dessa aquisição de *capital*. Tornou-se aguerrido pelas contingências sociais em que se encontrava na condição de não proprietário. No entanto, a militância apareceu na solidariedade aos outros companheiros que se achavam na mesma situação. Afirmou que, tendo em vista a sua

---

[130] Em alguns casos, como de dois parceleiros, a imissão de posse não resolveu problemas familiares. A separação do cônjuge e a incapacidade de "tocar a roça sozinho" fez com que o parceleiro abandonasse ou vendesse a parcela, mudando-se com os filhos para a cidade.

[131] Nota-se que em geral a maioria dos assentamentos tem como um dos problemas cruciais o difícil acesso às estradas, inacessibilidade constatada principalmente na época de chuvas, sendo muito comuns os atoleiros.

[132] Muitos assentados ocuparão, na cidade, atividades como ajudante de: pedreiro, serventes, carpinteiros, serralheiros, dentre outras funções que não exigem tanta qualificação. No campo, muitos passam a ser assalariados agrícolas, compondo 52% da média geral dos que trabalham fora da propriedade. (LEITE, 2004, p. 122)

disponibilidade de conseguir certos benefícios para os moradores da região, foi agraciado e até hostilizado por companheiros assentados:

> Tudo que é necessário eu vou lá e consigo. Não caio em conversa de que não é possível. Cansei de ir até a prefeitura tentar conseguir estrada para todo mundo, de assentado até fazendeiro. Chego lá e espero abrir a prefeitura e só saio quando ouvir a resposta do prefeito. [...] Não tenho leitura, mas penso muito no que fazer. Quando vou no Incra e dizem que não pode isso ou aquilo, peço licença, peço o documento e falo assim: "pode deixar que vou para Brasília. Não quero ocupar o tempo d'ocês não. Em Brasília resolvo isso". [...] Já teve caso de que o pessoal sentir inveja porque eu vou lá e resolvo o que preciso. (Entrevistado 08)

O *capital* adquirido por esse assentado o habilitou a inúmeras conquistas. Foi por seu intermédio que os vizinhos conseguiram energia elétrica, antes mesmo dos grandes proprietários de terras da região. Na entrevista contou que um grande fazendeiro da região ironizou: "Você poderia ser candidato a vereador, tudo o que quer consegue", ironia que devolveu na mesma medida: "Se eu me candidatasse a vereador, o senhor deveria ser o prefeito".

Os assentados contaram também, da longa espera na aquisição da parcela. O primeiro passo foi a própria regularização das terras[133], desapropriadas ou adquiridas, feita pelo Incra. Uma vez ocorrido, seguiu-se à divisão dos lotes, por sorteio, ou mesmo por ordem de chegada ao lugar, como foi o caso Antônio Baiano, segundo essa lógica, o único posseiro. Os outros assentados participaram do sorteio das parcelas, porque chegaram às terras depois.

No caso da antiga Fazenda Estiva, os trâmites legais da regularização da área demandaram oito anos, com enormes incertezas em relação ao êxito ou fracasso da aquisição ou não da terra. Segundo relatos de parceleiros, naquele período não podiam plantar e colher, pois estavam constantemente ameaçados pelos jagunços, que chegaram a incendiar os ranchos e destruir as plantações várias vezes.

O entrevistado 07 confidenciou que muitas vezes o alimento da sua família foi o 'arroz na salmoura'. Descreveu longamente as inúmeras dificuldades pelas quais passou naquele período, as privações vividas com os seus dez filhos e esposa. Com

[133] A Fazenda Estiva ou São João do Bugre possui uma área de 955 hectares e atende a nove famílias, segundo dados do Incra (abril de 2006). O tamanho dos lotes foi de acordo com a qualidade da terra. Os que receberam as terras melhores ficaram com menor quantidade.

a regularização da parcela, construiu uma casa[134], dispondo de um tempo para o cuidado das plantações e criações.

Sobre esse processo de assentamento, é importante lembrar:

> Após a criação oficial do projeto de assentamento, uma nova situação se coloca, trazendo em seu bojo as experiências de vida e de luta das populações envolvidas, bem como os elementos sociais, econômicos, culturais e políticos das regiões onde se inserem. Agora, na condição de "assentados" esses setores da população passam a interagir com as novas exigências e normas de funcionamento colocadas pelo Estado, emergindo dessa interação a nova realidade social dos assentados, que envolve a divisão dos lotes e distribuição da população no interior dos assentamentos, as possibilidades de locomoção, o trabalho no lote, as relações no interior dos projetos, o uso dos espaços coletivos existentes. Surgem daí cobranças e tensões recíprocas que fazem com que, de alguma forma, a mobilização existente anteriormente precise se manter. (LEITE, 2004, p. 111)

Essa nova realidade diz respeito à própria predisposição do *habitus* a novas aquisições de *capital*. Torna-se necessário manterem novas relações de sociabilidade com pessoas "de fora" do assentamento, com os povoados próximos, com o poder público municipal, com os candidatos a vereadores e deputados que muito prometem e vão pedir votos, além de várias outras instituições que vez ou outra visitam os assentamentos, sugerindo formas de plantio, associativismo, dentre outras práticas vistas com o intento de melhorar a situação do assentado.

Acrescem-se às experiências, novas amizades com vizinhos parceleiros que se tornam compadres de filhos, inclusive nascidos já na parcela. Tornam-se amigos, além de parceiros, dos mediadores que frequentaram, e muitas vezes ainda frequentam o assentamento, a exemplo dos agentes pastorais.

Nesse assentamento, em que houve uma forte influência da igreja quanto à aquisição de *capital*, apareceram expressões nos relatos dos pioneiros como 'comunidade, solidariedade e igualdade', que, segundo Marques (*apud*, SOUSA, 2002, p. 157), são termos designados como sociabilidade 'comunitarista'.

[134] Se observarmos as condições socioeconômicas dos assentados notaremos uma grande dificuldade com relação à moradia. Isso porque, via de regra, eles advêm de uma situação de precariedade anterior aos assentamentos. Nos primeiros anos, com as despesas do plantio e investimento, a morada passa a ser uma das últimas coisas a ser feitas.

Em alguns assentamentos aparecem novas formas de sociabilidade sobretudo, organizativas, como cooperativas[135] e associações. Novas demandas aparecem, voltadas para as negociações com os agentes do governo.

No desenrolar dos acontecimentos surgiram lideranças que participaram no processo de conquista da terra, mas que sucumbiram pelo próprio desgaste que o cotidiano impôs. No caso da antiga Fazenda Estiva, ou atual Fazenda São João do Bugre, não existe uma liderança que atualmente fale em nome do assentamento, até porque a maioria dos assentados que permaneceu nos lotes – apenas cinco desde o início – era idosa, sendo que a maioria dos filhos foi estudar na cidade e não mais voltou para o campo. O que mais se aproxima dessa condição de liderança é o entrevistado 09, haja vista a disponibilidade para buscar melhorias para o assentamento.

A visita ao São João do Bugre provoca surpresa e perplexidade. Em primeiro lugar, chama a atenção o fato de que não encontramos no local nenhum projeto de continuidade da reforma agrária. A impressão deixada é que, passados os primeiros anos de incentivos financeiros, não existem atualmente propostas governamentais que deem seguimento a esses incentivos.

No entanto, a partir das falas, percebemos outro discurso. Para os parceleiros, o plantio envolve a aplicação de insumos agrícolas industrializados, bem como o manuseio de máquinas modernas, razão pela qual necessitam de créditos do governo, que nunca vieram, ou vieram tardiamente, desvalorizando o poder de compra. Vejamos o que diz uma entrevistada:

> Deus me livre depender de financiamento do governo. É assim: você faz a dívida e quando chega o dinheiro, não dá para comprar nada. Tomei um dinheiro uma vez para plantar e quando chegou, não dava mais para comprar *as semente*. Com o dinheiro eu comprei umas vacas. (Entrevistada 8)

Percebemos que nesses relatos há ainda outra concepção para o trabalhador rural, de que a terra e tudo o que ela possa dar, passa a assumir uma ideia de *valor de troca*, abandonando qualquer tentativa de agricultura familiar, às vezes inexistente nos assentamentos. Parecem, com esse argumento, absorver a mesma lógica mercantilista do agronegócio.

[135] Segundo Leite (2004, p. 111), as associações são a forma predominante, pelo simples fato de que aparecem como uma espécie de exigência do Estado: Elas têm a personalidade jurídica do assentamento e sua presença é quase que obrigatória para o repasse dos créditos. Elas foram identificadas em 78% dos projetos, e as cooperativas correspondem, segundo o autor, a apenas 13% dos assentamentos.

Esse pensamento comum que atinge o campo brasileiro, cujo assentado reproduz no seu cotidiano, pode ser atribuído à própria inexperiência do camponês com a condução de suas terras. Na condição de assentado, tampouco tem conhecimento das regras de financiamento, de crédito e de engrenagem mercantil. (Ferrante, *apud*. PESSOA, 1999, p. 154). Corroborando essa tese, Giovanardi (*apud*, PESSOA, 1999a, p. 154) afirma:

> Uma das dificuldades advém da tradição cultural do trabalho. Os assentados estavam acostumados a executar ordens e tarefas. Foram treinados para a subsistência do dia-a-dia. A administração de uma empresa inverte esses papéis e os novos proprietários terão que planejar, executar e controlar seus negócios.

Um fato pode explicar essa dificuldade em gerir a sua própria parcela. A pesquisa de Abramovay (1998) apontou que onde houve cooperativismo, as chances de sucesso foram bem maiores[136]. No entanto, percebe-se que há uma dificuldade muito grande em partilhar terras, máquinas e produtos em comum. Os assentados tendem a reproduzir os mesmos valores anteriores à aquisição do lote, orientando-se a organizar o espaço rural com uma visão individualista, tendo cada um o "seu quintal".

Assim foi em São João do Bugre, onde cada um recebeu o seu lote e não participou de qualquer atividade coletiva.

> Cada um ficou com o seu lote, com *as suas plantação*. Teve uns que vendiam madeira, ou trocavam madeira por cimento e peças de construção. Outros plantavam banana, laranja e outros produtos para serem vendidos na cidade. Outros venderam os seus lotes. Teve sim financiamento. Muitos, não sei o que fizeram. O que recebi, empreguei na terra, na compra de sementes para produzir. (Entrevistado 08)

Em São João do Bugre questionamos sobre o porquê da não associação em cooperativas. Percebemos uma grande resistência dos assentados em relação a essa prática do associativismo, vigorando a ideia de intromissão, o "cada um se meter no que não é seu". A experiência coletiva se restringe aos mutirões organizados para a limpa e colheita ou construção das moradias. Foram várias as tentativas de associativismo como:

[136] Existe uma desconfiança com relação a esses modelos sedimentados sobre assentamentos bem ou mal sucedidos. Abramovay (1998) aponta para o entendimento sobre a dinâmica interna e peculiar de cada realidade a ser estudada.

horta coletiva, farinha, leite, mel e produção de animais, mas nenhuma dessas atividades deu certo[137].

A questão econômica do assentamento São João do Bugre ficou reduzida à produção da família, sendo que o plantio do milho, do feijão, da mandioca, da laranja e o manejo de animais como galinha, porco e gado de leite apareceram como a principal fonte de renda[138].

Atualmente, notamos um aspecto ainda mais grave, que é o fato de não encontrar quase nenhuma produção de cunho familiar[139]. Notamos que grande parte dos assentados aluga o pasto como única fonte produtiva de renda e compra da cidade a maior parte dos gêneros alimentícios de que precisa.

Isso, até porque, as necessidades do início são incontáveis, desde as próprias dificuldades de manejo do solo, específicas do cerrado, que exigem uma maior técnica de plantio, até a escassez de recursos hídricos. Apesar de próximos ao Rio Bugre, nenhum córrego atravessa os lotes[140].

Os assentados, então, dedicam-se ao plantio e trato de animais domésticos adotando um modelo de organização, cuja forma de sociabilidade garante não só a sobrevivência do núcleo, mas das despesas com alimentação na cidade.

Esse modelo agrícola[141], que tem sido amplamente discutido no Brasil possui as seguintes características:

1) A gestão é feita pelos proprietários.
2) Os responsáveis pelo empreendimento estão ligados entre si por laços de parentesco.

---

[137] Pereira (*apud*, SOUSA, 2002, p. 155), ao analisar o Assentamento Santa Maria, no Paraná, mostrou que existe um outro fator que merece ser destacado. Apesar de alguns assentamentos terem sido planejados em forma de cooperativas, a realidade mostra que a renda de cada cooperado não chega a ultrapassar os 120 reais, embora a carga de trabalho seja de 12 a 15 horas por dia.

[138] Para Pessoa (1999a, p. 172) "[...] a produção de porcos, galinhas e ovos é explicada pela maioria dos parceleiros como recurso alimentar da família. O trabalho no lote é pesado, assumido por todos e requer uma alimentação ricamente calórica e protéica. Como não podem consumir com constância a carne bovina, esses três produtos são muito importantes na dieta rotineira dos assentados".

[139] Segundo dados do Ibope (KRAUSE, 2009, p.65) a realidade dos camponeses é que estes recebem terra, mas por causa de uma série de ingerências, não a conseguem torná-la produtiva. De acordo com os dados da revista, 48% dos assentados não produzem o suficiente para sobreviver. 83% nunca fizeram nenhum curso de capacitação. 75% não tiveram acesso aos programas de crédito do governo e 46% compraram suas terras de terceiros.

[140] Essa parece ser uma dificuldade comum aos assentamentos no Brasil, isto é, a incapacidade da terra em responder às intervenções de plantio em razão das condições geoambientais.

[141] Para Abramovay (1998) tem sido bastante comum a confusão de termos "ditos" sinônimos como: agricultura familiar, produção de baixa renda, pequena produção ou agricultura de subsistência; Assim como há a crença indiscriminada que o pequeno produtor é aquele que vive em condições precárias e que tem um acesso nulo ou limitado ao sistema de crédito ou mesmo que conta com técnicas agrícolas tradicionais.

3) O trabalho é fundamentalmente familiar.
4) O capital pertence à família.
5) O patrimônio e os ativos são objetos da transferência 'intergeracional' no interior da família.
6) Os membros da família vivem na unidade produtiva. (Gasson e Errigton *apud* ABRAMOVAY, 1998, p. 55).

Na perspectiva da agricultura familiar, o trabalho é totalmente realizado pela família, pouco empregando o trabalho assalariado. Ainda que o Brasil seja marcado por uma estrutura bi-modal do desenvolvimento agrícola[142], situação em que o desenvolvimento econômico incorpora a pequena propriedade, várias têm sido as experiências exitosas em assentamentos rurais, cujo molde tem sido esse modelo, que na maioria dos casos, gera emprego e renda para vários grupos familiares.

Em algumas regiões, assentamentos rurais têm sido destacados pela grande produtividade, o que não só gera garantia de alimentos para o grupo, como também possibilidades de incremento para o comércio local.[143]

Esse modelo de organização do trabalho foi notado em diversas regiões do país, sendo que na indústria doméstica, a produção de pães, polvilho, compotas de doces em geral, garantiu a comercialização nas cidades circunvizinhas, ainda que de modo rudimentar.

Abramovay (1998, p. 55) notou que onde houve como base a formação de uma sociedade civil no meio rural, ocorreu uma maior incidência da agricultura familiar. Não é sem razão que, para o autor, no Sul, onde o peso social e econômico desse modelo agrícola foi em geral superior ao setor patronal, observou-se um maior nível de embriões de organizações locais, que puderam contribuir de maneira importante com uma nova visão sobre o papel do espaço rural na luta contra as desigualdades.

Na sua linha de raciocínio, então, onde houve latifúndios, ou formação associativa no meio social, a evasão do campo para a cidade foi bem menor. Isso porque a agricultura familiar torna-se um elemento decisivo na oferta racionalizada de serviços – transporte, educação, comunicação, eletricidade – fazendo com que se reduzam as

[142] Abramovay (1998) diz que não é por acaso que os sistemas bi-modais predominam em países fortemente marcados pela concentração de renda e pela pobreza, como o Brasil, a África do Sul, a Indonésia e outros.
[143] Em algumas áreas, o algodão e a avicultura são os maiores destaques. No entanto, outros produtos são também importantes, como o milho, a soja, sendo que 39% do café produzido em São Paulo advêm de produções familiares. (LEITE, 2004, p.111)

diferenças entre vida rural e urbana, condição básica para a permanência do homem do campo no campo.

Nas situações em que isso não vingou, houve um forte êxodo rural, de uma ou mais gerações, alterando o modo de vida camponês.

No caso do São João do Bugre, os alimentos produzidos como excedente[144], passaram a ser vendidos principalmente na cidade de Goiás, garantindo uma renda extra para a família, em uma produção eminentemente feminina. Por algum tempo esse modelo funcionou adequadamente, garantindo a renda. No entanto, ao longo de sua existência como assentamento rural, várias situações ocorreram. Na época da imissão na posse, nove famílias receberam as parcelas e passaram a viver na terra. Naquele momento, houve produção familiar, tentativas de cooperativa e de produção auto-suficiente que supria as necessidades do núcleo. Essa não é a realidade que pode ser observada atualmente. Conforme citado, das nove famílias, apenas quatro permaneceram na propriedade. Os outros núcleos familiares, por motivos diversos como: óbito do cônjuge, dificuldades de permanência por falta de recursos, doença, ou mesmo desinteresse, venderam a parcela, conforme também já citamos.

Nos lotes dos quatro que permaneceram, não aconteceu o que se chama de produção familiar, porque o núcleo produtivo se desfez ou foi bastante alterado. Os filhos cresceram, foram estudar na cidade e de lá nunca voltaram. Ficaram no campo apenas os mais velhos que não têm "forças" para o trabalho pesado da roça, como é o caso de um assentado que vive apenas com a mulher, também idosa[145].

Essa realidade é peculiar no Assentamento São João do Bugre. As transformações que ocorreram no campo, principalmente motivadas pelo desemprego provocado pelo incremento de tecnologias, além das supostas facilidades de uma vida urbana, têm empurrado os jovens em condição de trabalho cada vez mais para as cidades, esvaziando as zonas rurais. Então resta nos assentamentos uma população envelhecida, cuja idade não permite uma inserção ativa no mercado de trabalho. Os "velhos" que fixaram no lugar não saíram, graças a uma não adaptação ao ritmo de vida. Isso porque, se analisarmos os dados sobre assentamentos rurais no Brasil, a maioria advêm:

---

[144] A título de exemplo, quando o leite "talha", vira doce de leite. Nesse caso, não há uma preocupação em uma produtividade sistematizada do produto, por isso configura-se como um modelo pré-industrial.

[145] A sua fala é de reminiscência falando com amargura dos tempos em "que aguentava plantar o milharal", "que não precisava pagar ninguém para fazer minhas coisas".

> Das regularizações fundiárias em terras ocupadas por vezes há décadas por posseiros; áreas de conflitos gerados pela tentativa de expulsão de trabalhadores que há muito viviam na terra como rendeiros ou agregados; áreas improdutivas ocupadas por movimentos de luta pela terra (como o MST) ou também por sindicatos de trabalhadores rurais; reservas extrativistas, fruto da luta de seringueiros pela permanência em terras que exploravam há gerações, usinas falidas, posteriormente desapropriadas, onde foram alocados os próprios trabalhadores que anteriormente eram assalariados, etc. (LEITE, 2004, p.21)

Essa situação mostra, por outro lado, que a parcela ocupada pelos pais não gera interesse dos filhos em permanecer no campo, a não ser quando se inscrevem em movimentos sociais, demandando também um lote de terra. Em São João do Bugre, o filho de um assentado conseguiu uma parcela nos fundos da propriedade do pai, e nela convive com sua família. No entanto, percebemos aí uma situação isolada, que não reflete a realidade da maioria dos assentados.

Este constitui um dos motivos, pelos quais, não encontramos no assentamento investigado, a chamada produtividade agrícola, mesmo que de subsistência. Sobre essa questão, um assentado se manifestou:

> Aqui a maioria não produz da terra. Ou contrata o trabalho dos outros para fazer algum serviço ou não fazem nada. Daqui ninguém produz nada. Até porque a história de muitos não tem nada a ver com a nossa luta pela reforma agrária. [...] O que precisa comprar, manda buscar da cidade. (Entrevistado 11)

Questionamos se, atualmente, haveria a presença de mediadores orientando-os sobre alguma atividade que poderia ser exercida, se receberiam ocasionalmente alguma vistoria às propriedades, buscando encontrar alguma irregularidade na ocupação das parcelas. Foi respondido que, eventualmente, o Incra visita o local, fazendo vistas grossas para a realidade.

Sobre a mediação da CPT, ouvimos queixas e muito pesar sobre a escassa visita, inclusive dos padres que, vez ou outra, ainda vinham "fazer missa ou novena". Sobre o papel desse mediador na atualidade, a fala de um trabalhador rural é bastante significativa:

> O problema não é que eles esqueceram a gente não. O que aconteceu com aquela ajuda de antes, que hoje não tem, é que também a igreja passa por problemas financeiros. Antes ela possuía condições financeiras de acompanhar os trabalhadores. Tinha advogado que ajudava na luta, coisa e tal. [...] Hoje, a gente pouco tem contato, eles nunca vêm aqui. De vez em quando eu vejo o pessoal da CPT lá em Goiás (se referindo à cidade). Mas atualmente, nem uma missa vem realizar

> aqui. Como você viu, o Compadre Antônio que é muito religioso, não tem condição de assistir à missa e fica aí, porque não pode ir à cidade. (Entrevistado 06).

Esta fala mostra outro aspecto importante, que nos reporta ao próprio contexto em que se insere a igreja atualmente: a inércia de projetos voltados à área social. Um dos entrevistados, agente pastoral na região de São Luis dos Montes Belos, abordou essa questão, mostrando que há uma tendência da igreja em direcionar para a postura *carismática*, o que de certa forma, despreza o trabalho pastoral. Essa seria uma das possíveis explicações para a ausência da igreja nos acampamentos e assentamentos.

Outra explicação para esse fato é o próprio momento histórico em que se insere a igreja e, sobretudo, a Comissão Pastoral. Como falamos anteriormente, a Pastoral da Terra estaria passando por uma fase de institucionalização, atuando principalmente, na formação de quadros que atuam nos movimentos sociais ou movimentos de resistência e de posse, não dispondo de recursos nem de pessoas para acompanharem os assentamentos rurais.

Ainda que pesem essas justificativas, ouvimos falas ressentidas sobre a ausência, hoje, da igreja Católica e da CPT em São João do Bugre, em qualquer das suas formas de atuações.

3.6 O aprendizado: os efeitos do *campo*

As trajetórias dos assentados têm em comum o fato que, imbuídas de significações subseqüentes ao período de luta pela terra, trouxeram importantes mudanças para o *campo agrário* – como a possibilidade de outros trabalhadores de ocuparem conseguirem a posse[146] – mudando as suas próprias vidas – o que possibilitou alterações na forma de atuação, do trabalhador rural ao militante político.

Há em comum também o sofrimento provocado, ao longo dos anos, pela violência simbólica, e até física, provocando a condição de *excluídos*, deserdados de todo e qualquer direito, que é dito como irrefutável e sagrado. Os trabalhadores rurais fazem

[146] Conforme citado, a indicação da Sesmaria de São João do Mosquito foi feita pelos ocupantes da Fazenda Estiva, que mostraram para os trabalhadores rurais de Itapuranga a possibilidade de aquisição de terra para os possíveis posseiros.

parte das estatísticas oficiais dos 'despossuídos', que o título de posse da terra não delegou direitos.

Pode-se dizer que a fase de acampamento foi expressiva para a mudança de perspectiva de suas trajetórias. Isso porque, naquele momento de visibilidade, houve a construção de uma consciência coletiva de *sem terra*, provocada pela necessidade de efetivação do projeto de vida, o que tornou necessária a aquisição de uma série de habilidades intrínsecas para participar do confronto e das negociações.

Vale ressaltar que essa foi condição *sine qua non* para a permanência nesse espaço. Aqueles que não se prepararam adequadamente, que não se colocaram na perspectiva das transformações desejadas, o abandonaram. Foram sucumbidos pela violência instituída pelo Estado e pelos grandes proprietários, ficando de fora da partilha da terra. Ou então, os trabalhadores rurais que receberam a parcela, vislumbraram que possuí-la não alteraria as condições de vida, restando-lhes a condição de assalariamento rural fora de sua propriedade. Em outras palavras, um sonho desfeito.

Perguntamos ao entrevistado 09, o que significou aquele momento histórico, ao que ele respondeu:

> Não havia proprietário de terra quando o mundo era livre. [...] Então alguns se acharam no direito de por cerca. Então a gente vê que quem tem terra, tem tudo. Quem não tem, fica aí pelo mundo. A senhora sabe o que é a vida para um pobre?

Essa fala de um líder do assentamento é perturbadora. Com essa metáfora, descreve com propriedade a coragem que teve de enfrentar riscos de morte, com homens fortemente armados, nos dias e nas noites sombrias debaixo de uma lona, em um rancho improvisado. Contudo, esse desprendimento valeu a pena, diante da necessidade de defender um sentimento sagrado: a propriedade da terra[147].

Então, receber a terra, assume simbolicamente não apenas a conquista de uma renda, mas de um projeto de liberdade, o que significa ser dono da condição de trabalho. Encontramos na fala dos entrevistados, esse fato como a principal vantagem em vivenciar todas aquelas situações de violência presenciadas na fase do acampamento.

O assentado resume esse sentimento nas seguintes frases: "trabalhar para os outros é não ser dono da própria vontade" ou "ter que pedir licença para até ir à

[147] Isso se insere no que chamamos de *habitus* da mentalidade camponesa, em que existe um tempo e ritmo que definem o trabalho do camponês.

cidade". Trabalhar para os outros, dessa forma, significa ter o ritmo de trabalho determinado pela vontade de outrem, o que em outras palavras, quer dizer *perder a autonomia* de decisão, como homem no mundo do trabalho. Ser assalariado é perder a própria vontade, é se anular nos projetos de vida e se tornar submisso, ainda que trabalhe na diária[148] para alguns vizinhos de vez em quando:

> Aqui ninguém manda no que eu faço. Só eu mesmo que dou as ordens. Quando preciso plantar, eu sei quando faço. Não tem isso de fazer porque os outros querem não. Tem gente que ganha a terra e continua trabalhar para os outros. Eu vivo da terra, planto arroz, como a senhora vê ali, sempre tenho o que colhi em casa. Tenho carne de porco, toucinho. Não mando buscar essas coisas da cidade, mas mando para os meus filhos daqui. (Entrevistado 08)

As histórias de vida dos trabalhadores rurais do São João do Bugre aproximam-se, também, no que tange às circunstâncias que os motivaram para o embate. Têm em comum o fato de terem sido trabalhadores assalariados, de origem pobre, deslocando-se por várias fazendas em busca de melhores condições de trabalho[149].

Perguntamos-lhes se havia um impulso religioso na busca pela terra, ao que o entrevistado 09 respondeu:

> Deus *havera* de estar comigo. Onde que ele deu escritura para alguém dizer que tem terra? A terra tem que ser de quem quer trabalhar nela e não desses que acha que tem escritura. Deus me deu forças para continuar. Na missa, Dom Tomás chamava todos para continuar na terra. [...] Eu só queria terra para sustentar a minha família.

Quanto à aquisição do *capital*, cujo principal agente formador foi a Igreja, através da Comissão Pastoral da Terra, podemos afirmar que houve, sim, formação, em momentos distintos. Essa formação empreendida ocorreu no próprio momento do conflito, quando era necessário instruir os trabalhadores sobre os direitos e as demandas que deveriam compreender, a fim de garantir a posse. Percebe-se, nas falas, que os trabalhadores rurais aprenderam os meandros políticos a percorrer, quais estratégias a serem adotadas e quais meios legais e institucionais eram imprescindíveis

---

[148] É um tipo de trabalho assalariado, em que há um contrato entre o trabalhador e o dono do serviço, remunerado por dia de trabalho executado. Diária é diferente de *empreita* ou *empleita*, pois nesse caso, a venda é feita após o serviço completo.

[149] Pessoa (2009, p. 176) chama atenção para o *habitus* da itinerância: "[...] *Ele é engendrado*, *construído* no próprio processo histórico de apropriação da terra, da força de trabalho e dos excedentes da produção agrícola familiar. Ou seja, não é um acidente de percurso, e sim, um instrumento do qual se lança mão na hora que convém".

para o alcance de seus objetivos. Apropriaram-se do discurso e percurso exigido pelo *campo*.

A CPT naquele momento enviou não apenas advogado, mas agentes pastorais, que passaram a frequentar a área mesmo em momentos de muito conflito, como disse o entrevistado 08:

> Quem ajudou muito foi a CPT. A gente não fez curso, não. Mas eles ajudou a gente, ensinando a como falar com as autoridade, como pressionar o Incra para fazer as coisas andar mais rápido. E pode dizer que aprendi. Hoje eu chego lá e fico até conseguir o que é preciso para todos aqui. (Entrevistado 08)

Quanto às 'internalizações' impostas pelos efeitos do *campo*, ainda que haja um *habitus* religioso próprio das sociedades camponesas, adeptas de um catolicismo popular, pode-se assegurar que o *capital* oferecido pela CPT, foi no sentido de inserir uma visão mística na questão da terra[150], o que serviu como alento para as horas mais difíceis.

Essa mística apareceu com muita ênfase, por exemplo, na Romaria da Terra. O ato da peregrinação proposto pela *Romaria* acalmou as horas em que o desânimo aumentou, nas eventuais vitórias e derrotas do movimento, ou mesmo no cotidiano de *provisoriedade* do acampamento rural.

Outro sentido dessa mística é quanto à própria mudança evocada pela significação da terra. Ouvimos relatos apontando que, antes da presença da igreja, os trabalhadores acreditavam que, as ações desenvolvidas de apossamento e ocupação, eram "invasão de coisa alheia", "de roubo da propriedade", "de bandidagem". Aos poucos, através das palestras realizadas pela Pastoral, e pela cumplicidade construída com os agentes pastorais, os trabalhadores internalizaram que nada mais faziam do que perseverar e acreditar, dobrando o joelho sem se levar ao aprisionamento. (PELOSO, 1998, p. 09)

A aquisição de *capital* não se deu do mesmo modo para todos os trabalhadores rurais. Tomemos por base a produção dos efeitos do *campo* nos depoimentos 08 e 09. Embora tenham sido duas referências de lideranças, é bem verdade que foram líderes muito mais pelas circunstâncias impostas pelo *campo*, que

[150] Outro *agente* se apropriou dessa Mística – no caso, o MST- adotando-a como *capital* a fim de construir um elo entre pessoas em um acampamento.

por outros motivos, assim adotaram, trajetórias bem diferentes a partir daquele momento, e também modos distintos de enxergar a questão.

O entrevistado 09, ainda que pese o fardo do tempo – possui mais de setenta anos – tem uma visão mais romantizada dos acontecimentos, cujo discurso reflete uma natureza própria de quem foi coagido a reagir, na defesa da terra, simbolicamente representada como a "promessa de Deus", "dada por Deus para eu trabalhar". Tem ainda sonhos de que a terra seja "livre para os que nela fazem plantio". A idade deu-lhe a passividade, sendo que "faltam forças para o trabalho". Questionamos o que achava dos companheiros de luta, como o MST, ao que respondeu:

> *Nós* não *tem* ligação nenhuma com eles, não. E não acho certo o que fazem. Eles são diferentes do que fizemos. A maioria só quer bagunça. Nós só *queria* trabalhar. Eles rouba caminhão, põe fogo em plantação, rouba carga. Nós nunca fizemos isso, não senhora. *Nós* só *queria* um naco de terra para trabalhar. (Entrevistado 09)

Esta posição compartilhada por outros parceleiros ouvidos nessa entrevista, que enxergam o MST como um movimento contrário aos princípios de quem "batalha a terra", de quem acredita que ela é "dádiva de Deus". Os Sem-Terra, ao contrário, não acreditam nas obras divinas, portanto, não têm crédito no mundo rural, segundo o relato dos entrevistados. Nota-se uma visão, que coaduna com o que falamos no capítulo 2, sobre o *habitus* como persistência.

O entrevistado 08, no entanto, tem características que apontam para o fato de que, a aquisição de *capital*, contribuiu para uma militância política mais assertiva e de combate, no que se refere à defesa de seus interesses. Constrói menos metáforas nas descrições apresentadas, maior riqueza nos detalhes sobre os posicionamentos que teve do conflito e dos contatos com a igreja:

> Ninguém sai de uma conversa sem resposta. Um dia fui na cidade com o compadre, quando ouvimos uma piada de um fazendeiro da região, que disse: "Vocês sem terra consegue tudo o que quer, até energia elétrica vocês têm antes de *nóis*". O compadre abaixou a cabeça. Eu não. Olhei para ele e disse: "Vocês *pode* ter tudo. Terra, dinheiro, mas quero ver, vocês conseguirem colocar num canto 300 fazendeiros para pedir alguma coisa do governo. Nós assentados, não. É só a gente precisar, a gente *renói* (reúne) trezentos assentados rapidinho". (Entrevistado 08)

Sobre a formação política, a aquisição do *capital* habilitou esse entrevistado a muitas conquistas, conforme citado no início desse capítulo.

Destacaremos aqui, a influência que passou a exercer frente a outros movimentos sociais[151] e sobretudo, da presença constante da CPT:

> Sempre eu era convidado para falar lá na CPT. Fiz muitos amigos. Ia lá falar sobre tudo o que nós conseguimos aqui. O próprio pessoal dos assentamentos, dos sindicatos e da própria igreja pedia que eu fosse falar sobre o que conseguimos, mostrar para os outros trabalhadores rurais como poderiam conseguir a posse da terra. (Entrevistado 08)

Essa formação possibilitou-lhe ainda depurar situações em que o *campo* econômico–representado pelos bancos, e demais agências financiadoras de empréstimos agrícolas –queria tirar vantagem da condição de assentado rural:

> Tomar dinheiro do governo é roubada. Todo mundo quer passar a perna no assentado. Quando o dinheiro chegava, não dava para comprar semente e nada. Uma vez o gerente do banco disse que tinha chegado o dinheiro na conta e era preciso minha assinatura. Eu disse que não assinava sem o dinheiro [...]. Às vezes o dinheiro chegava e o gerente não avisava não. [ ] O próprio pessoal da Emater ficava macomunado com os fazendeiros. Como cabia a eles liberar o dinheiro para a compra do gado, tentava empurrar os pior animal na gente. De trouxa eles não me fazem não. Não caio nessa.

Então, pode-se afirmar que a área da formação, disponibilizando *capital*, permitiu a aquisição de uma série de habilidades para o desdobramento dos conflitos. Se até aquele momento do 'encontro na Estiva', o que havia era uma necessidade de sobrevivência individual, no curso dos acontecimentos, aos poucos, constituíram-se laços entre os trabalhadores rurais, na construção do "nós", do pertencimento coletivo e da visualização de uma classe social de *sem terra*.

Essas transformações em suas vidas foram decisivas para a história do *campo* agrário em Goiás.

3.7 Os efeitos do *campo*: a solidariedade feminina

As intenções em participar do jogo não são as mesmas para todos os participantes. Contudo, uma vez inseridos na sua 'lógica imanente', os agentes coletivos passam a investir recursos adquiridos, através da própria imposição dos efeitos do *campo*, sob a penalização de se verem reduzidos à indiferença ou mesmo à exclusão.

[151] Pretendemos mostrar a influência que um *campo* exerce sobre outro.

Como efeito do *campo* há, ainda, a necessidade da construção de laços de solidariedade entre os participantes, segundo Bourdieu (2007, p. 173), "um conluio originário",

> Esta solidariedade de todos os iniciados, ligados entre si pela mesma adesão fundamental aos jogos e às coisas que estão em jogo, pelo mesmo respeito (obsequium) do próprio jogo e das leis não escritas que o definem, pelo mesmo investimento fundamental no jogo de que eles têm o monopólio e que precisam de perpetuar para assegurarem a rentabilidade dos seus investimentos, não se manifesta nunca de modo tão claro como quando o jogo chega a ser ameaçado enquanto tal. (p. 2007, p. 173)

Alguns desses participantes não entraram com o objetivo tácito de tomadas de posição, foram inseridos por outros motivos. As entrevistadas 11, 13 e 15, têm em comum o fato de que, na constituição de suas vidas como esposas e mães de família, acompanharam os seus maridos na busca por terra para plantio e criação dos filhos. As clivagens das suas histórias, desvelam traços constitutivos da mentalidade camponesa, em que o machismo predominante nas relações sociais, geralmente as exclui de toda participação política mais ativa na comunidade[152]. No desenrolar dos acontecimentos também tiveram que se adaptar ao *campo* e compreender as regras do jogo.

Segundo pesquisa sobre assentamentos rurais em diferentes áreas brasileiras, Leite (2004, p. 73) mostrou que, no quesito referente a sexo, 85% dos responsáveis pelos lotes – os chamados chefes de família– são homens, e apenas 15% são mulheres[153]. Esse dado corrobora o que falamos anteriormente sobre o caso que, mesmo na situação de pleitear a terra, ainda que as mulheres fiquem de 'guarda' no assentamento garantindo o lugar, quando há a redistribuição, as parcelas têm como titular os cônjuges, e não elas.

Embora não pretendemos fazer uma discussão de gênero, reconhecendo que esse aspecto não pode ser minimizado nas pesquisas envolvendo os assentamentos rurais, ao abordar a história de resistência das mulheres que

---

[152] Embora na constituição do espaço doméstico, as relações de mando e de desmando das decisões cotidianas fiquem a cargo da mulher. Como diz Pessoa da guarda da "lata de bolo", à repartição do alimento, são todas deliberações femininas, as quais o homem pouco participa ou retira a autoridade. As mulheres entrevistadas disseram ter trabalhado a vida inteira no espaço doméstico, ou ajudando o marido nas lavouras das fazendas arrendadas, confirmando essa tese.

[153] De acordo com a pesquisa feita por Leite (2004), a maior porcentagem feminina aparece nos lotes do Entorno no DF e do Sul da Bahia.

participaram ativamente em São João do Bugre, chamou-nos a atenção a intensa mobilização que elas tiveram, reveladora em vários sentidos. O primeiro, é que a sua participação não ficou restrita ao preparo da comida, arrumação dos pertences, das roupas, do cuidado das crianças e dos doentes – próprios do espaço doméstico –, mas das atividades de segurança durante a ocupação.

Como em outros assentamentos rurais, a estratégia de resistência coube, sobretudo, às mulheres, que se revezam dia e noite em vigília, cuidando das crianças e morando nos lotes, provisoriamente estruturados, não permitindo a entrada de estranhos. Como a estratégia do grupo foi a de não sair da gleba de forma nenhuma, mesmo com o acirramento do conflito, cabia às mulheres cuidarem da casa provisória, enquanto os homens saíam para o plantio e para a colheita.

Tempos difíceis, descritos como época de se alimentar de "mandioca com garapa", pois tudo era escasso, principalmente o alimento. Se não fosse a ajuda da igreja, das arrecadações de roupas[154] e comida, não teriam sobrevivido.

Com filhos pequenos, não viam perspectivas de escolas ou de qualquer atendimento à saúde. Outro papel que passou a ser assumido pelas mulheres nos assentamentos foi o de reivindicar do poder público garantias dos serviços de infra-estrutura, através de uma organização interna que permitia a presença de uma delas nos órgãos, reivindicando até para populações vizinhas dos assentamentos, esses bens públicos. (LEITE, 2004, p. 87)

A perspectiva de sucesso das demandas deu outro sentido às suas próprias vidas. Fez com que o *habitus* de camponesa e de guardiã do espaço doméstico ficasse aberto a novas aquisições, como novas formas de poder, que antes não tinham contato. Por exemplo, como efeito do *campo*, houve a necessidade de que aprendessem as regras de negociação. Durante o auge do conflito, quem negociava diretamente com os 'jagunços', recebia as intimações e demais autoridades que frequentavam o assentamento, eram as mulheres. Como foi dito anteriormente, enquanto os homens cuidavam da roça, elas funcionavam como verdadeiros escudos, protegendo as 'crias' de possíveis tiros e ameaças:

> Teve um dia que a minha filha estava dando banho nos meninos e eu estava fazendo o comer. Então chegaram os jagunços. Me chamaram. Eu fui lá falar com eles. Aí um deles falou: 'Por que vocês ainda estão aqui?'

[154] A entrevistada teve em várias ocasiões todas as roupas queimadas pelos jagunços, chegando a não salvar até os próprios documentos.

> Aí eu disse: 'Nós não vamos sair daqui'. Então um deles falou:'vocês tem que sair daqui'. Minha filha correu com os meninos e escondeu em um buraco. Eu corri, recolhi um pouco do que podia e também corri. Quando vi, tinha botado fogo em tudo. (Entrevistada 13)

A essa passagem que indica a violência sofrida, somam-se outras memórias do acontecido:

> Várias vezes, quando precisava voltar da cidade via todos os meus *trem* revirado. Eles chegava aqui e destruía tudo, revirava tudo de lugar. [ ] Teve um dia que botaram fora a panela de banha. Um dia jogaram fora a comida. Fiz o comer e fui para a cidade. Quando voltei, não tinha nada. Tinha sumido a comida e tudo. (Entrevistada 13)

Outra visão do episódio aparece na fala da entrevistada 15, representando a dor e o sofrimento vividos:

> Morreu também um cachorro nosso queimado. Naquele momento também decidi: daqui não saio. O cachorro tinha ensinado os meus filhos a andar. Os meninos *segurava* no rabo dele e iam andando. Depois disso, também resolvi ficar. (Entrevistada 15)

Ocorreram várias demonstrações de solidariedade. A destruição de todos os pertences da entrevistada 13, fez com que as companheiras de assentamento se mobilizassem para conseguir o mínimo de sobrevivência para a amiga. Então, a ocasião fez com que se fossem criadas novas relações de sociabilidade, por compadecimento. Com a divulgação do ocorrido na imprensa, várias pessoas foram atraídas para o assentamento, dando uma maior visibilidade ao fato[155].

Outra mudança no *habitus* foi quanto ao aprendizado adquirido sobre os direitos e a condição de assentada. A busca pela terra significou também a procura por uma série de benefícios, que até então, as trabalhadoras não sabiam que era possível obter. Com a morte do cônjuge, como foi o caso da entrevistada 15, a demanda pela posse prosseguiu, sendo que ela se cercou de diversas informações sobre como poderia participar da partilha dos lotes, mesmo com a ausência do marido.

O fato é que, no caso de sua parcela, a titularidade na posse apareceu no seu nome. Mesmo semi-alfabetizada, obteve conhecimento de todos os trâmites legais necessários para financiamentos rurais, empréstimos e outros serviços, e com a imissão

[155] Exemplo da Rádio Difusora AM que noticiou na época a péssima condição de sobrevivência de mulheres e crianças acampadas, chegando a entrevistar a acampada.

na posse, fez da sua propriedade um núcleo de agricultura familiar, criando na terra, os quatro filhos[156].

Ter recebido o lote significou total independência financeira para essa viúva assentada, tomando decisões sozinha sobre qualquer negociação. Perguntamos sobre as relações comerciais, ao que falou com orgulho sobre a compra de animais, o plantio da roça e a comercialização de produtos na cidade. "Tudo sozinha, sem ser necessária a presença de um homem".

Outra questão que apareceu nas falas dessas mulheres foi quanto a ideia do que representava a terra recebida. Nas falas aparece um *habitus* religioso que vê a Terra como algo místico, como a promessa de Deus para a bem-aventurança. Percebem que os lotes não são produto de enfrentamento, mas uma promessa cumprida:

> Quando eu olho para tudo eu vejo que foi Deus que deu para nós essa terra. Sem ele, nós não *teria* conseguido nada. Nós só *conseguiu* porque Deus teve pena de nós [...] Eu já disse que quero morrer aqui. Quem sabe algum filho vai continuar depois? (Entrevistada 13)

Para essa entrevistada, receber o lote significou o fim de uma série de humilhações impostas pelo mundo do trabalho. Então a terra apresenta um outro significado: finalização das injustiças vividas ao longo da vida.

> Quando *nóis recebeu* o lote, tudo mudou. Antes *nóis vivia* trabalhando pra os outros nas fazendas de *deo* em *deo*. Um dia tinha serviço e o outro não. Com a posse *nóis sabe* onde vai estar amanhã, plantando, colhendo e criando os nossos animais. (Entrevistada 11)

Essa fala nos remete a outra dimensão do significado que a terra assume, na superação da itinerância, própria do trabalhador rural brasileiro, que em face à precariedade dos trabalhos e à provisoriedade dos serviços, continua se deslocando nas fazendas, perdendo relações de sociabilidade, que no campo, tendem a ser permanentes, principalmente quanto às relações de compadrio, cujos compadres e comadres fazem parte do cotidiano da família. Então, a posse da terra significa manter intactos esses laços construídos, fixando-se no local.

Quando perguntamos à entrevistada 13 o que foi mais difícil naqueles dias, a resposta que apareceu com maior amargura, não foi sobre a escassez absoluta

[156] Atualmente os três filhos mudaram para a cidade, restando apenas uma filha que trabalha na lavoura e uma neta.

vivenciada, mas a mágoa deixada por um compadre que, ao ser chamado para depor se possuía conhecimento de plantação nos lotes, disse conhecer apenas duas bananeiras plantadas no terreiro.

> O que mais chateou a gente não foi a mentira que ele teve que contar não. *Nóis sabe* que ele estava a mando *dos fazendeiro*. Mas o que chateou foi quando ele disse: ' a minha mulher batiza qualquer bosta, e ela batizou esse aí'. (Entrevistada 13)

A trabalhadora, ao ser questionada sobre como a igreja contribuiu para a participação no movimento, afirmou que houve grande aprendizado. Foi salientada a importância do convívio com as freiras – sobretudo a irmã Zenaide[157] – que participou ativamente dando coragem para enfrentar o medo e instruindo sobre como agir em caso de despejo. O fato comprova que as mulheres aprenderam essa lição.

Esse *capital* adquirido deu novas significações às suas próprias vidas, como assentadas e mulheres, mostrando-lhes a possibilidade de mobilização e enfrentamento inclusive, frente aos próprios maridos.

3.8. Agentes coletivos: CPT, Fetaeg e MST na formação de trabalhadores rurais.

Nessa parte final, mostraremos como os entrevistados se posicionaram frente às questões que envolveram o trabalho da Pastoral da Terra, bem como as possibilidades de seu futuro. Para tanto, inquirimos: como os agentes pastorais e os trabalhadores rurais viam as relações de trabalho com os outros movimentos sociais? Continuariam o seu trabalho pastoral? Participariam de ocupações e assentamentos? Assumiriam a causa dos trabalhadores ou deixariam para eles essa tarefa?

As entrevistas tiveram por base um roteiro de questões, de caráter semi-estruturado, que seguiram o curso da fala dos entrevistados, introduzindo apenas algumas questões pontuais que nos permitiram identificar como foram desenvolvidas as práticas educativas com esses trabalhadores.

Algumas das questões abordadas pelos entrevistados assinalaram as posturas que teve o agente religioso na área da formação. Aqui, nos interessa abordar como conceituam o trabalho da Pastoral na atualidade, e as suas perspectivas futuras.

[157] Agente pastoral que atuou na Diocese de Goiás à época do conflito.

Entretanto, os entrevistados trouxeram para a conversa a atuação de outros agentes, que lançaremos inicialmente.

Essas conversas sinalizaram que, atualmente, a relação entre os agentes que compõem a *formação* é de grande desacordo, no que diz respeito às estratégias adotadas. A busca por uma moeda comum – no caso, o discurso pela representação dos trabalhadores – tem feito o *campo* se movimentar em direções distintas, permeadas pelo que se concebe ser essa formação.

O agente sindical – cujos sindicatos rurais ligados à Fetaeg são a expressão desse *subcampo* – vem adotando estratégias de promover a sindicalização, atraindo para os sindicatos uma série de benefícios voltados à assistência jurídica, além da capacitação para o atendimento a uma série de interesses de quem vive no campo. A Fetaeg realiza, constantemente, cursos sobre as formas de financiamento rural[158], a organização agrária e os direitos trabalhistas. Pretende gerar um *habitus* sindical de combatividade, assim como o fomento de novas lideranças.

Por intermédio da Secretaria Sindical e de Formação, a Fetaeg busca realizar ações com jovens, idosos e organização de mulheres. Acompanha os processos eleitorais, executa programas de formação de dirigentes e mobiliza a juventude trabalhadora rural, abordando em palestras, fóruns e seminários locais e regionais, problemas sociais como: violência, superpopulação, moradia e saneamento.

Com relação à estratégia de sindicalização, a Fetaeg tem obtido êxitos, chegando a integrar 177 sindicatos no Estado. Outra estratégia bem sucedida é que, participando de grande parte dos assentamentos rurais, ela sabe como melhor planejar ações que possibilitem avanços consideráveis na conquista da terra[159].

No entanto, não há um consenso sobre as práticas formativas desse agente:

> O STR não possui uma engrenagem que funciona frente aos demais. O assistencialismo fez com que não houvesse essa ligação. Não há conhecimento e abertura com as outras organizações. É apenas o Sindicato e a CUT. Ele tem 26 anos, sendo o mais velho da região. As famílias são estruturadas nas suas parcelas. O STR teve uma forte presença perante a massa no inicio. Hoje só é usado para aposentadoria.

[158] Com a promoção de encontros e fóruns, realizados recentemente em Goiás, sobre os "Desafios e perspectiva de crédito fundiário e reforma agrária", ou o Seminário Regional sobre "Desenvolvimento Agrário".

[159] A maior parte dos assentamentos rurais em Goiás conta com a participação da Fetaeg, cerca de 80%, assessoria nas ocupações ou mesmo na organização do assentamento. O agente sindical esteve presente na ocupação em São João do Bugre, através do Sindicato Rural de Itapuranga, trazendo inclusive, novos ocupantes.

> Tem uma família que está na rodovia e não há um pingo de conexão. (Entrevistado 14)

A crítica ao assistencialismo também está presente na fala de outros entrevistados, que apontam para uma formação tutelada e a-crítica desse *habitus* sindical:

> Tornam o sindicalizado aprisionado à estrutura sindical, acostumado a ela. Se a luta foi para o desvencilhamento desse peleguismo, há hoje uma ideia de que só dá certo o sindicato que oferece de tudo para o militante, que ele só tem que obedecer, coisa e tal. (Entrevistado 14)

Alguns entrevistados destacaram resistência aos sindicatos presentes em sua região, quando chegaram novos agentes:

> Não tem havido uma experiência boa. (Referindo-se à relação com o MST). No início do acampamento houve um contato entre o sindicato com o MST, que estava a 100 km. [...] Isso porque havia um receio que ia entrar uma nova organização e tirar o poder do sindicato. (Entrevistado 14).

O MST, como agente coletivo, direciona seus esforços de formação, de modo a propiciar um *habitus* de Sem Terra,[160] que significa internalizar a "alma de esquerda" [161], seja nas ocupações às terras previamente selecionadas pelas lideranças, ou pelos próprios acampados, seja no cotidiano de reuniões e de assembléias, que deliberam decisões importantes sobre a vida social dos acampamentos.

O MST gera estratégias que pretendem transformar esse trabalhador rural[162]. Embora construam ações significativas no *campo* agrário, com as crescentes ocupações, é visto com bastante desconfiança pelos entrevistados, pois nega as condições religiosas e espirituais:

> Nós achamos que os Sem-Terra não *faz certo*, não. Isso eu não vi, mas ouvi falar. Eles *rouba* cargas de bois, destrói *as plantação*. Nós *não faz* o que os Sem-Terra faz. A gente só quer terra e trabalho, e nada de fazer isso, não. (Entrevistado 15)

---

[160] Lembrando que a aquisição desse *habitus* pressupõe a conquista da terra, não significa o fim da luta. Mesmo na condição de assentado no projeto de reforma agrária, o militante continua atuando ativamente no movimento, ajudando outras ocupações.

[161] Discutimos neste capítulo que o *habitus* da *persistência* que é muito comum na mentalidade camponesa, que não tem uma ideia revolucionária da terra, mas a reivindica para sobreviver. Alcançando-a, finaliza as suas demandas.

[162] Por exemplo: em visita a um assentamento Sem Terra, não vimos nas paredes fotos religiosas, ou qualquer adereço que lembre a religiosidade popular, mas fixados nas paredes, fotos de revolucionários que pouco fazem sentido para o camponês.

Como essa história do roubo de cargas apareceu repetidas vezes nas entrevistas em São João do Bugre, observamos que por trás desse discurso produzido no imaginário desses trabalhadores entrevistados, existe uma má interpretação de suas ações, que acabam sendo influenciados pelos meios de comunicação, que expõem esses atos como a mais pura barbárie, daí a repulsa a essas formas organizativas.

Outra questão já suscitada neste trabalho, e que pode ser observada na ação do MST, diz respeito à prática formativa comum em assentamentos rurais sob a sua bandeira, de ações cooperativas e associativas, apesar da resistência a essas práticas.

Por fim, passaremos à compreensão das ações do agente religioso, a CPT, e sobre a sua atuação no *campo*. Ao longo de sua história, as ações empreendidas visaram a internalização de um *habitus* religioso, buscando retificar os bens simbólicos dessa religiosidade, que seriam transplantados para a luta pela terra, contribuindo para a conceituação mística, simbolizada como promessa.

Contudo, percebeu-se que era necessária a constituição de um novo *habitus* – político – a fim de repensar a formação, de modo a participar do *campo*. Esse agente, que passa atualmente por uma crise institucional sobre o seu sentido, vivencia cada vez mais um distanciamento desse *campo*, abrindo espaço para que outros agentes atuem, talvez por serem mais qualificados em termos de *capital*, como a Fetaeg e o MST.

O trabalhador rural também tem sido alvo de inúmeras transformações, conforme podemos observar nessa fala de um agente pastoral:

> O trabalhador mudou muito, pois já tivemos muitas conquistas de lá para cá, conquistas, por exemplo, naquela época nós não *tinha* em Goiás nem sequer 100 famílias assentadas, e hoje nós *chega* em Goiás com mais de 13000 famílias assentadas. Hoje nós já temos um trabalho de organização sindical praticamente em todos os municípios, os direitos previdenciários também tem sido desenvolvidos e a CPT tem dado essa contribuição e o trabalhador sente que ele e ela já está mais *consciente* de seus direitos e é claro que ainda falta muito mas, a gente avançou na questão da educação do campo. *Nós* já *libertou* muito do medo da organização. Hoje você já pode falar. É lógico que tem toda uma luta do partido, da central. Se nós pegarmos o início de quem teve a coragem de enfrentar o latifúndio, de estar ao lado do pequeno na hora de enfrentar o jagunço, na hora de enfrentar o despejo, uma ação na ocupação de terra, quem iniciou foi assim a CPT. Nesse e naquela época surgiu a CPT. Já tinha naquela época uma organização sindical criada pelo governo. Mas quem deu a luz e disse siga foi a CPT. Até porque o MST veio para cá em 85 e a CPT nasce em 75. (Entrevistado 12)

O “dar a luz” a outras organizações sociais demarca as ações que mostram a força de atuação da CPT no *campo* agrário. É o que faz com que esse agente tenha “peso” de organizar e até mudar o próprio *campo*, impondo-lhe condições, novas regras de funcionamento e novas práticas de formação.

Questionamos sobre como essas ações têm sido desenvolvidas, no sentido da formação de trabalhadores rurais. Isso porque, conforme abordado no capítulo anterior. Passada a fase da institucionalização, a CPT tem perdido cada vez mais a perspectiva pastoral no campo, abrindo espaço para que outros mediadores ocupem essa lacuna.

Alguns entrevistados apontaram que essas mudanças vivenciadas, provenientes dessa fase, têm como característica marcante o caráter provisório de intermediar ações quando os seus próprios agentes – no caso os trabalhadores rurais– não se encontram aptos. Uma vez que são criadas condições para essa autonomia, não faz sentido a existência da comissão.

Um ex-agente pastoral vê nessa possibilidade outro desafio, que é o de continuar acompanhando trabalhadores:

> O momento histórico é outro. As condições políticas de lutas por seus direitos, também não são as mesmas. Acabar, não diria, mas uma mudança na forma de atuação é urgente. As maneiras de fazer isso, também são diferentes. Hoje, as pessoas se comunicam por e-mail. Todo o acompanhamento requer recurso tecnológico. É bem mais fácil. (Entrevistado 09).

Se por um lado existem as facilidades de acesso, conforme atesta o depoimento 09, por outro, também se apresentam dificuldades, como as de promover entre os próprios trabalhadores, agentes pastorais e outros movimentos sociais, afinidades maiores com os princípios da CPT, entre os próprios trabalhadores rurais.

Um dos grandes problemas enfrentados pelo agente religioso tem sido o esvaziamento do trabalho pastoral, diante da insuficiência de quadros para assumirem as atividades. Soma-se a isso a não renovação dos agentes, que não têm sido formados na própria base de militância, o que dificulta o rejuvenescimento necessário a toda organização.

No entanto, vários entrevistados não viram com pessimismo o futuro da Comissão Pastoral, a exemplo de um ex-agente que deu o entrevistado 09:

> Eu enxergo que ela pode até mudar um pouco a sua ação. Ela mudou, a CPT conseguiu mais dirigentes, mais agentes que estão no dia-a-dia. Ela sempre vai existir, porque a luta no campo vai sempre acontecer. E tem esse espírito pastoral que está com um pé, ao lado da igreja dentro do clero da igreja, que as vezes há discordâncias, mas agente tem que ver que ela está enraizada dentro dos movimentos populares, na luta pela reforma agrária. Então a CPT vai existir. Eu penso que nos próximos anos a tendência é ter um certo fortalecimento dependendo um pouco da linha geral da igreja, hoje nós estamos acabou de acontecer um encontro eclesial das CEBs do Brasil, o ano que vem nós vamos estar discutindo a questão da campanha da fraternidade e a CPT acredito que vai continuar a ser essa luz e ao mesmo tempo fazer essa formação. Uma formação que traz uma fé e uma ação. E não igual a muitas igrejas prega que você tem que ter fé e tal. A Pastoral pra nós é firme presença.

A sua origem de agricultor, partícipe da formação transmitida pela CPT, com aquisição do *habitus* político que o habilitou a novas conquistas políticas, permite que defenda a continuidade da pastoral:

> A presença da igreja, da palavra de Deus, mas não vazia. Uma fé que traz para o meio dos agricultores, ele por si já tem essa característica de acreditar na natureza, no tempo, no meio ambiente. Tanto é que o camponês tem um punhado de coisas que é de uma cultura, um sinal. Um dia cheguei lá em casa e tinha um gergelim para colher e minha mãe me falou assim: Vai chover. Aí eu falei assim: por que é que vai chover? Aí ela disse assim: é que a Bela Dona, que é uma flor, uma planta, está de flor e ela não vai cair no seco. Então é uma profecia que tem uma ligação com a natureza. E dito e feito. Se não colho o meu gergelim, tinha molhado porque choveu mesmo. E nós tem isso e a CPT tem de manter a questão da cultura é muito forte e portanto ela vai permanecer por muito na questão do campo. E ela é aceita. Ela vai crescer, não por uma estrutura e tal, mas pessoas militando, seja ela religiosa, os próprios trabalhadores, as mulheres. Além de ser da roça, trabalhador, agente dessa fé e dizer os encaminhamentos da política que a CPT conduz no Estado. Enquanto existir o mundo, o campo, a CPT vai manter, nessa luz profética para dar essa luz para abastecer. Assim vai ser a CPT. (Entrevistado 09)

A fala desse ex-agente é reveladora. A continuidade na área da formação requer o reencontro indispensável com essa cultura camponesa, assim como assegurar que novas práticas incorporem traços dessa cultura. São desafios que significam o destino e a sobrevivência da Comissão Pastoral no seio dos movimentos agrários e da sociedade. Esse desafio representa, então, o futuro do agente religioso, que impõe uma necessidade de atuação mais assertiva com os trabalhadores rurais.

A CPT, nos últimos anos, não vem conseguindo articular as ações que atraiam novos militantes, como mostramos. Em decorrência disso, há a ausência de

práticas formativas com a finalidade de arregimentar novos agentes pastorais, promotores de renovação. Essa lacuna que a CPT vivencia nos últimos anos, provoca uma consequente perda de espaços no próprio *campo* agrário. A não oferta do *capital* religioso e o desencontro com o *habitus* de camponês pode ser, então, a gota d'água para esse processo, que tem significado a desvalorização como agente coletivo, e consequente, saída do *campo*.

Considerações finais

– Trabalhando nessa terra,
tu sozinho tudo empreitas:
serás semente, adubo, colheita.
– Trabalharás numa terra
que também te abriga e te veste:
embora com o brim do Nordeste.
– Serás de terra
tua derradeira camisa:
te veste, como nunca em vida.
– Será de terra
E tua melhor camisa:
te veste e ninguém cobiça.

João Cabral de Melo NETO, *Morte e Vida Severina*

Este trabalho teve como objetivo elucidar as práticas de formação desenvolvidas por diferentes agentes coletivos, mostrando até que ponto essas práticas contribuíram para a aquisição de *capital político* dos trabalhadores rurais e como foram significativas para a formação de um novo *habitus*.

Partimos do entendimento de que a área da formação constituiu-se num *espaço* do *campo* agrário, onde se disputaram propostas, formas e modelos distintos de capacitação, organizados por diferentes agentes coletivos também interessados nesse tipo de trabalho. Agentes sindicais, agentes partidários, agentes intelectuais, agentes governamentais e agentes dos movimentos sociais, tiveram interesses neste tipo de investimento, com intenções claras de formar uma característica específica de trabalhador, disponibilizando para isso determinado *capital* cultural.

Como campo marcado por disputa pelo reconhecimento simbólico, houve um interesse tácito em dispor de autoridade discursiva que falasse em nome de uma reforma agrária e de um tipo ideal de trabalhador rural. Daí o uso da formação como estratégia de também gerar a manutenção no jogo, presente em seus estatutos, cartas de princípios e em cursos voltados para isso.

Buscamos destacar a ação de um agente coletivo específico – a CPT– pois consideramos que desde o início, houve uma opção por delinear um projeto formativo, parte de uma escolha política, que era de não apenas assessorar os trabalhadores rurais nos seus embates cotidianos pela conquista e posse da terra, mas

contribuir para a constituição de um novo sujeito político, um novo agente social. Procuramos mostrar a CPT e a sua prática de formação, considerando as múltiplas influências na formação do *habitus* do trabalhador rural.

A CPT surgiu de uma intenção de cristãos de acompanhar os trabalhadores rurais na década de 1970, que, naquele momento, se viam alijados de seus direitos, mediante um modelo de desenvolvimento empregado que ficou conhecido como "modernização conservadora". Desde o início, em seus quadros, contou com a experiência gerada pelas propostas de educação popular e de uma militância de esquerda.

Esteve presente na atuação da área rural, em vários movimentos sociais, seja na capacitação ou no acompanhamento, buscando fomentar um trabalho de base ou de lideranças que fossem capazes de conquistar espaços políticos, tendo em vista um proposta mais ampla de participação popular.

Por isso, a CPT constituiu-se em um importante *mediador* de movimentos sociais no campo brasileiro, denunciando violências e arbitrariedades contra posseiros, acampados e sem terras. A partir dessa opção "pelos pobres" contribuiu para o surgimento de novos movimentos, a exemplo do MST, bem como para uma renovação sindical mais ampla, sentida principalmente nos anos 1980. Todo esse processo social foi o catalisador do projeto de redemocratização brasileira.

Tomamos como ideia central que a *mediação* foi exercida de maneira peculiar. De uma proposta inicial de atuação com os trabalhadores rurais, aos poucos, foi-se perdendo essa ampla participação e questões que foram duramente criticadas pela Pastoral, como o distanciamento entre direção e base, aos poucos se incorporaram ao cotidiano da CPT. Acresce-se a isso o esvaziamento sofrido nos anos 1990 e uma necessidade de renovação de quadros de agentes pastorais.

No entanto, percebemos que nem sempre a CPT teve clareza quanto aos objetivos propostos de oferecer a formação. Observamos que em vários momentos, de posse de uma pretensa neutralidade de ações a fim de dar visibilidade ao *protagonismo* do trabalhador rural, muitas vezes ia ao campo com respostas prontas, com um *savoir faire* organizado, indo de encontro à proposta de construir uma metodologia com os próprios interessados na causa.

O fato é que nos anos 1990 a CPT vivenciou uma crise no caminho da institucionalização, do engessamento das decisões e também no delineamento

conceitual, chegando a questionar sobre o seu papel e como desenvolver trabalhos de formação ensejando uma nova perspectiva.

Essa crise teve o seu corolário no irromper dos anos 2000, quando então se percebe que o tipo de trabalhador rural que a CPT pretendia formar não existia mais. As vicissitudes de um mundo transformado, com forte tecnificação agrícola e mudança no campo, transformaram também o *habitus* desse trabalhador, que passou a construir novas demandas.

Em um mundo de mudanças, também no que se refere à própria razão de ser de movimentos sociais e organizações, essa crise passou a ser vivenciada por outros agentes coletivos, como o MST e a Fetaeg, que irromperam no novo século com problemas, relacionados à institucionalização de seus quadros por um lado e, por outro, ao esvaziamento significativo de membros.

A fim de resolverem as reivindicações, as pessoas vêm buscando novas formas associativas, a exemplo das Ongs e Ocips, sobretudo nas cidades, sendo que os "[...] os projetos tornaram-se setorizados, fragmentados e limitados, dificultando a elaboração de um diagnóstico e de alternativas globais acerca do estrutural". (CRUZ, 2005, p. 191). Buscam nesses espaços coletivos outras formas de ação, mais individualizadas, abandonando, dessa maneira, ações mais propositivas, voltadas à coletividade.

Ainda assim, esses *mediadores* têm insistido em denunciar as prisões e os assassinatos de lideranças rurais que são frequentes no campo, ao contrário das cidades com o esvaziamento nos movimentos urbanos, tendo em vista as particularidades da modernização conservadora em Goiás. Têm insistido em propostas de formação, ainda que sem uma clareza do que isso significa.

Percebemos que a CPT, além da perda considerável de agentes pastorais, também tem perdido o fio condutor das propostas de formação, reduzindo esse conceito a cursos e, no que mais se aproxima do mundo do trabalhador rural, às romarias. Não encontramos explicitados projetos de uma formação mais abrangente, que incorpore elementos da cultura popular nos documentos analisados, tampouco nas entrevistas feitas.

Por parte de agentes e ex-agentes houve uma crítica acerca da perda da "mística" que envolvia os propósitos da Comissão. Alguns entrevistados atribuíram a isso o fato de que a formação tem sido pensada em uma perspectiva mais formal, em

termos de capacitação técnica dos trabalhadores rurais e não em termos mais complexos, que é de contribuir para um projeto humanizador mais amplo. Em outras palavras: o lado técnico e teórico tende a sobrepujar propostas de participação com os trabalhadores rurais.

Com a finalidade de entender melhor as questões apresentadas, e de apreender outras, fizemos o trabalho de campo, de vertente qualitativa, usando entrevistas semi-estruturadas com trabalhadores rurais formados pela CPT.

No afã de analisar a organização desses trabalhadores em um assentamento rural que teve suporte do trabalho desenvolvido pela CPT, escolhemos o Assentamento São João do Bugre, no município da Cidade de Goiás (GO), pelo fato de ter sido o primeiro que contou com o apoio da Pastoral no acompanhamento, estruturação e transmissão de *capital* político, condições necessárias ao enfrentamento com os proprietários de terra.

Nesse Assentamento, a partir de uma abordagem etnográfica, em que pesquisamos as sociabilidades produzidas anos após o processo de ocupação, pudemos conviver com trabalhadores rurais que foram formados pela CPT. Percebemos que o trabalho desenvolvido os habilitou para muitas conquistas, dentre elas, a própria capacitação de direitos tão necessária ao cotidiano de "posseiro" e depois, de assentado rural.

A observação feita em São João do Bugre nos trouxe uma nova dimensão dos significados da experiência vivenciada por aqueles ocupantes que desenvolveram estratégias de aquisição de um lote de terra. O resultado desse embate não se resumiu ao título de imissão, mas a defesa de um conjunto de outros significados que atribuíram às suas vidas, um amplo projeto que transformou consideravelmente o seu *habitus* de camponês.

Os trabalhadores rurais destacaram aspectos da emoção em receber o título de posse, que configura um símbolo da luta a partir de componentes religiosos. A visão mística compartilhada pelo agente religioso – a CPT – foi, segundo esses trabalhadores, encorajadora para suportar aquelas situações. De certa forma, atribuiu novos sentidos a uma utopia em que a aquisição de terra significa não só o fim de um processo, mas o início de outras conquistas.

Contudo, a percepção que tivemos sobre o assentamento, nos levou a algumas ponderações que precisam de destaque. Essas questões envolvem polêmicas suscitadas em torno da questão agrária no Brasil.

A primeira delas, diz respeito à incompatibilidade que existe entre os projetos do governo e de alguns mediadores para a efetiva reforma agrária no Brasil. Em muitos casos, inclusive observados diretamente em São João do Bugre, existe uma distância considerável entre os que pensam efetivamente no significado da conquista da terra e dos que planejam. Projetos de governo não são capazes de incorporar a vida desses assentados, que muitas vezes, a exemplo dos financiamentos que são disponibilizados e não chegam à terra pela extrema burocracia das agências financiadoras, sendo a principal delas, o próprio Estado.

Ouvimos queixas de trabalhadores rurais sobre a ausência de incentivos governamentais para políticas de fomento da agricultura familiar. Quando chegam, às vezes a "esperteza" de alguns representantes do Incra, que impõem regras de compra e venda de animais como condição de liberar recursos, coage e intimida a aquisição de financiamento. Ouvimos relatos que atribuíam o atraso nos financiamentos a outro tipo de esperteza: os próprios gerentes de banco "seguravam" o dinheiro em época de inflação, liberando-o meses depois.

Isso sem falar em denúncias mais graves de intermediação fraudulenta, em que apareciam as cobranças, sem qualquer financiamento contraído. Em outras palavras, ainda que houvesse a aquisição de um determinado *capital*, a ausência de outras formas, como o social e o cultural, sobretudo à escassa escolarização, contribuíram para que mais uma vez o trabalhador rural se sentisse enganado, generalizando as suas mágoas até os *mediadores*.

Tudo isso faz confirmar que o *campo agrário* é sempre um *campo* de litígio, em que os que detêm recursos econômicos, têm mais chances de sucesso do que aqueles que não os possuem.

Quanto à área *da formação*, a situação de conflito não será diferente. Na condição de *sem terra* ficam sujeitos a inúmeras mediações que visam gerar instrumentos para melhor habilitá-los ao enfrentamento no campo. No entanto, vários agentes desconsideram a sua mentalidade camponesa e tentam transmitir *capitais* que confrontam com o seu *habitus* de trabalhador rural. A exemplo do MST que

desconsidera aspectos religiosos da cultura do camponês, chegando a exigir-lhe um ateísmo.

Ainda que atuante na questão religiosa, a CPT tem se ausentado de uma percepção mais sensitiva desses problemas. Como dito anteriormente, quando tenta se aproximar dessa questão, não consegue se desvencilhar de uma visão "cursista" para promover uma proximidade com esses aspectos religiosos.

A segunda questão diz respeito ao fato de que, observados em várias situações, os agentes coletivos, dentre os quais a CPT, representando o agente religioso, imbuídos de boas intenções, atropelam o curso da história. Apropriam-se de decisões que deveriam ser tomadas pelos próprios trabalhadores, retirando-lhes a independência. E quando interrompem o acompanhamento dos grupos de trabalhadores emergem também conflitos internos. Alguns desses mediadores se tornaram líderes dos movimentos, ofuscando as próprias lideranças que poderiam surgir nos assentamentos. Observamos que em São João do Bugre essa situação ocorreu, provocando desavenças após a saída dos mediadores.

A terceira é que os mediadores condenam a prática de muitos parceleiros que veem na terra muito mais o valor de troca do que de uso, esquecendo que não há muitas opções para o camponês na atualidade, a não ser incorporar o *capital cultural* ao seu cotidiano. Condenam suas ações, mas pouco trabalham no sentido de formá-los para ver outra alternativa no manejo da terra[163]. Quando fazem isso, é de forma dogmática, sem incorporar a realidade do camponês e o seu próprio *habitus*.

Então essas questões se somam à própria precariedade vivida no campo, ainda que sob os auspícios da distribuição de terras, a reforma agrária não os tirou da situação de pobreza, de *favelização* no espaço rural.

Em São João do Bugre, percebemos uma situação também complexa vivenciada, que é a ausência de uma juventude capaz de assumir as parcelas, já que os filhos dos parceleiros migraram para as cidades em busca de melhores condições de trabalho, restando os mais velhos que lamentam esse fato. Quando perguntamos sobre as alternativas para reverter essa situação, disseram desconhecer qualquer política

[163] Também já citado, vários parceleiros reclamaram das dificuldades em "ouvir conselhos", como por exemplo, quanto à produção cooperativa ou associativa. Quando fizeram isso, perderam dinheiro com o investimento, pois não tinham condições objetivas de escoamento dos produtos, tendo em vista as condições de transporte, que se tornavam onerosas.

voltada ao trabalho no campo para os seus filhos, pelo menos na região. Uma parceleria[164] nos disse:

> Toda a minha luta fosse para que meus filhos estudassem e formassem para que não ficassem na roça. Você acha que meus filhos iam ser formados para ficar aqui fazendo o que? O certo é que eles foram embora arrumar emprego e ter vida de gente. (entrevistada 3)

Por trás dessa fala, existe toda uma concepção que é bastante comum entre os trabalhadores rurais, que entendem que o papel da escola não é inseri-los no trabalho na pequena propriedade, mas tirá-los da terra, pois, mesmo tão almejada e defendida, continua sendo o espaço do atraso e da falta de alternativa. Outra assentada expôs que se tivesse estudo, tudo seria diferente, não teria se aventurado naquele imbróglio.

Embora possa se constituir em falas isoladas e contexto peculiar, esse pensamento observado em São João do Bugre denota a grande colcha de retalhos que se tornou pensar a questão agrária. Distribuir lotes para quem, só para uma geração sem alternativas de emprego na cidade? Ou pensar em estender esse direito para outras gerações, preparando-as para viver nos lotes herdados? Como a formação tem atuado no sentido da preparação da juventude a dar prosseguimento a essa herança?

Embora saibamos de vários projetos voltados a uma educação no campo, empreendidos, sobretudo, pelo MST, essas tentativas são ainda insuficientes de fato para fixar o jovem à propriedade da família, para dela retirar o sustento[165]. Há uma grande distância entre as propostas dos mediadores e a realidade prática. Até porque os projetos ainda são bastante localizados em determinadas áreas, não incorporando a maioria das regiões[166].

Outra questão, que também reflete uma situação bastante comum, refere-se à venda das parcelas para outras pessoas conforme vimos em São João do Bugre. Alguns autores, como Silva (2004) denunciaram essa questão, sendo que as vendas se dão para outros posseiros, que vêem a possibilidade de aumentar sua propriedade, fazendeiros e até empresas, que vez ou outra negociam com os *sem terra.*

---

[165] Exemplos exitosos existem, a exemplo, das Escolas da Alternância, que voltadas a uma educação para os trabalhos agrícolas, onde o jovem consegue aprender na realidade local, garantindo renda para a família.

[166] Fez parte do nosso questionamento se os filhos dos parceleiros haviam estudado na Escola da Alternância no município de Goiás, com bastante proximidade da região, ao que ouvimos surpresos que não. Alegaram falta de vagas, desconhecimento do projeto ou mesmo dificuldades de acesso.

Às vezes, a negociação não existe, ocorrendo simplesmente a ampliação da cerca em terras alheias. Um assentado relatou uma situação de solidariedade com a vítima, no caso uma senhora assentada, em que um fazendeiro invadiu ao redor onde ficava a sua parcela, deixando-a totalmente ilhada, sem condições de sair do local, pois foram rompidas as cancelas de acesso.

Essas situações, associadas a tantas outras de grilagem e expansão de complexos agroindustriais, ao contrário do que se pensa, não têm se tornado fatos isolados, mas corriqueiros fantasmas, que vez ou outra, assombram o país. Não se trata de encontrar os "bodes expiatórios", seja assentados, movimentos sociais ou o próprio Estado leniente a essas práticas, mas de repensar a lógica da reforma agrária que tem sido feita no Brasil, restringindo a questão agrária à distribuição de terras e incentivos que muitas vezes fazem com que se repitam situações como essas, que estão longe de acabar.

Diante do exposto, o *ponto de chegada* desse trabalho alimenta muito mais dúvidas do que certezas, como todo esforço de pesquisa. A análise documental, a fala dos entrevistados e a observação do *campo* agrário contribuíram para que algumas questões fossem resolvidas, ou pelo menos, delineadas. Contudo, pensamos que o *ponto de partida* para outras análises do objeto seja o próprio questionamento dos rumos da CPT e quais propostas de formação, de conceituação da reforma agrária e de percepção dos problemas do campo apresentará nos próximos anos.

Caminhos esses que apontam para incertezas, que passam a partir da própria institucionalização, sobejamente falada. Há uma considerável perda de fôlego em dar continuidade a um projeto de "estar a serviço". Nota-se um engessamento das práticas, permeando a atuação recente, que fragiliza e expõe um momento de crise. Isso leva a crer que o questionamento a ser feito é: qual é a saída? A CPT se tornará uma instituição como várias outras, que faz a intermediação com os trabalhadores rurais?

Outro fato preocupante diz respeito ao próprio afastamento da Comissão dos movimentos sociais. Se analisarmos os quadros, notaremos que em alguns períodos, o número de agentes pastorais era em torno de novecentas a mil pessoas, que engajavam no trabalho pastoral, conclamavam novos membros e animavam as atividades. Olhando o retrato atual, a CPT não chega a contar com duzentos agentes mobilizados no Estado de Goiás. Com recursos escassos, já que a igreja não tem disponibilizados salários para o incentivo a uma renovação de agentes liberados, o

acompanhamento nos assentamentos acaba sendo reduzido a alguns poucos padres, pastores e freiras. Dessa forma, a redução dos recursos força a uma redução significativa de quadros.

E, finalmente, outro ponto de destaque que aparece na fala de um agente pastoral:

> Você tem que ver a crise que a CPT passa por outro lado. Tem a ver com a própria postura da Igreja. Se olharmos para o contexto dos anos setenta e oitenta, eu me lembro bem disso, todo o investimento era feito no sentido de investimento na área social. Então, estávamos mobilizados para cumprir um projeto revolucionário, para ajudá-los a construir uma proposta de vida solidária, fraterna, e porque não dizer, Socialista. [...] todas as ações eram pensadas no coletivo. Hoje, diria que vivemos um retrocesso. Isso porque a Igreja também retroagiu com essa linha Carismática. (*Os Carismáticos*) distorcem o problema. Deslocam as decisões do coletivo para o individual. Cada um passa a pedir para si, sem pensar em mais ninguém. (Entrevistado 09)

Observando essa entrevista, percebemos que os caminhos trilhados, que são o corolário da crise, estão inscritos em uma lógica maior do *campo* religioso, cujo *jogo* da Igreja nas décadas de 1970 e 1980[167] não é o mesmo de hoje. Naquele período, o que interessava era a constituição de um sujeito coletivo, cujas demandas aproximariam as pessoas em um projeto comum. No entanto, atualmente, a particularização desse sujeito, que é um produto do *espaço* social em que os fenômenos religiosos ocorrem, faz com que se percam reivindicações gerais, em detrimento de causas que atingem uma demanda individual, particular. Mudaram as perspectivas do *campo*, bem como seus princípios.

Então, resta-nos dizer que o objeto está em constante movimento, acompanhando o ritmo da história. Outros desdobramentos mudarão o curso dos acontecimentos e abrirão espaço para novos objetos.

[167] Encontramos no Assentamento São João do Bugre práticas que remontam essa proposta de formação desenvolvida nesse período. Projetos coletivos que aparecem na fala dos entrevistados que são o resultado dessa linha de raciocínio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABRAMOVAY, Ricardo (coord.) *Juventude e agricultura familiar:* desafios dos novos padrões sucessórios. Brasília: Unesco, 1998.

ALMEIDA, A. W. B. As bibliotecas marxistas e as escolas do partido. In *Revista Religião e sociedade*, n. 9, Rio de Janeiro, jun. 1993.

ALVES, Amone Inacia. *A CUT e a formação de lideranças no Paraná*. Dissertação de mestrado defendida em 1999 na Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1999.

ALVES, M. Moreira. *A igreja e a política no Brasil.* São Paulo: Brasiliense, 1979.

ASMANN, Hugo. *Opressão/ libertação*: desafios cristãos. São Paulo: Paulinas, 1987.

BRANDÃO, C. R. *O que é educação*. São Paulo: Brasiliense, 2003.

_____. *A educação como cultura*. Campinas: Mercado das Letras, 2002.

BOLETIM de formação da CPT Regional de Goiás, 2004

BOLETIM informativo: CPT – Regional Centro Sul de Goiás. a 1, n. 3, mar/ 1985

BOLETIM da Comissão Pastoral da Terra, n1, Ano I, Goiânia, dez. 1975, p.8

BOSHI, R. R.; LIMA, M. R. S. de. O Executivo e a construção do Estado do Brasil.in L. W. VIANNA (org). *A Democracia e os três poderes no Brasil*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 10ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

_____. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2004

_____. *As regras da arte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. *Razões Práticas*: Sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996.

_____. O *campo científico*. In ORTIZ, R. Pierre Bourdieu. Col. Grandes Cientistas sociais. São Paulo: Ática, 1983, p. 21-38.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *A educação como cultura.* Campinas: Mercado das Letras, 2002.

CALDART, Roseli Salete. *Educação em movimento*. Formação de educadoras e educadores no MST. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. *História da educação no MST*. Depoimentos compilados das entrevistas do projeto MST: vamos contar a nossa história. Porto Alegre: 1998, não publicado.

CAMARGO, Aspásia Alcântara de. *Brésil Nord-Est: mouvements Paysans et crise populiste*. Paris: École Pratique des Hautes Études, Universidade de Paris, 1973.

CANDIDO, Antônio. *Os parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1987.

CAROS AMIGOS dezembro de 2006.

CARNEIRO, Maria Esperança F. *A revolta camponesa de Formoso e Trombas*. Goiânia: Cegraf, 1989.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados*. São Paulo: Contexto, 2006.

CARTA CAPITAL, 21 de setembro de 2005, p.32-33

CARTA CAPITAL, novembro de 2005.

CASTELO, José. J. Veiga trabalha nos limites da fantasia. In *O Estado de São Paulo*, 4/out/97.
_____. Prefácio à obra. In *Os melhores contos de J. Veiga*. Goiânia: Autêntica, 2002.

CATANI, A M. A Sociologia de Pierre Bourdieu (ou como um autor se torna indispensável ao nosso regime de leituras) in *Educação e Sociedade*, n 78, abril de 2002.

_____. Pierre Bourdieu: *Escritos de Educação*. Orgs. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

CIRNE LIMA, Ruy. *Pequena história territorial do Brasil*: sesmarias e terras devolutas. 2ª edição. Porto Alegre: Sulina, 1954.

COHEN, A. *O homem bidimensional*: a antropologia do poder e o simbolismo em sociedades complexas. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

CPT – Dez anos de caminhada. Petrópolis: Vozes, 1985.

CPT A luta pela terra: A comissão pastoral da terra 20 anos depois. São Paulo: Paulus, 1997.

CRUZ, José Adelson. *Organizações não governamentais, reforma do estado e política brasileira*: um estudo com base na realidade de Goiás. Tese defendida em 2005. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, Faculdade de Educação, 2005.

CUT Nacional: 1995

Dados fornecidos pelo INCRA – Estatísticas anuais, 1992.

DELGADO, G. C. Capital e Política Agrária no Brasil: 1930-1980. In SZMRECSANY, W. (Org) *História Econômica do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: HUCITEC, 1997.

Documento de avaliação: Curso de Formação da CPT – 3ª etapa. Hidrolândia, janeiro de 1990.

Documento: Processos de formação da CPT, agosto 1993.

DUCCI, O. S. As Elites Políticas. In *Sistema Político Brasileiro*: uma introdução. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stifung. São Paulo: Fundação Unesp, 2004.

ESTEVAM, Luís Antônio. *O tempo da transformação: estrutura e dinâmica na formação econômica de Goiás*. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade de Campinas, Campinas, 2000.

FLEICHER, D. Os partidos políticos. In *Sistema Político Brasileiro*: uma introdução. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stifung. São Paulo: Fundação Unesp, 2004.

GADOTTI, M.; PEREIRA, O. *Pra que PT? Origem, projeto e consolidação do Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Cortez, 1989.

GIANNOTII, V. NETO, S. *A CUT por dentro e fora*. 2ª edição. Petrópolis: Vozes, 1991.

GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais*. São Paulo: Loyola, 1997.

_____. *Mídia, terceiro setor e MST*: impactos sobre o futuro das cidades e do *campo*. Petrópolis: Vozes, 2002.

GOMES, Luís Antônio Lopes. *A dolorosa transição*: de trabalhadores sem terra a trabalhadores com terra. Dissertação de Mestrado defendida em 1992. Faculdade de Ciências Sociais – UFG. Goiânia. 1992.

GONÇALVES NETO, W. *Estado e agricultura no Brasil*: política agrícola e modernização econômica brasileira. São Paulo: HUCITEC, 1999.

GRAZIANO NETO, F. Recolocando a questão agrária. In *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: Editora da Universidade. Universidade Federal do RS, 1994.

GRZYBOWSKI, C. Movimentos populares rurais no Brasil: desafios e perspectivas. In STÈDILE, J. P. *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: Editora da Universidade. Universidade Federal do RS, 1994.

_____, Esboço de uma alternativa para a educação no meio rural. in *Contexto & Educação*, n. 4, Ijuí, FUI, 1984.

GOHN, Maria da Glória. *Os sem-terra, ONGs e cidadania.* São Paulo: Cortez, 1997a.

HADDAD, S; DI PIERRO, M. C. *A educação no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em Bagé e Sarandi* (RS). Brasília, D.F. INEP, 1994.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo:Vértice, 1990.

HOBSBAWM, Eric. *A era dos extremos*: o breve século XX 1914-1991. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

HUNT, L. *A Nova História Cultural*. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

IBGE, 1982, P. 11.

IBGE-EMPRAPA, Rio de Janeiro, 1982.

IANNI, O. A utopia camponesa. In *Dialética* e *capital*ismo. 3ª edição. Petrópolis: Vozes, 1988.

_____. O Mundo agrário. In *A era do globalismo*. 3ª edição. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira: 1987.

_____. *A Luta pela Terra*. Petrópolis. Vozes, 1977.

KRAUSE, D. A Explosão da Barbárie. In *Revista Veja*. Ed. 2134, ano 42, n. 41, 14 de out./2009.

JORNAL *O PLANTADOR*. Órgão de divulgação da CPT – Centro Sul; Maio/ junho/ 1986.

LEAL, C. R. A. A. *Arapuca Armada*: ação coletiva e práticas educativas na modernização agrícola do Sudoeste Goiano. Tese defendida em 2006. Universidade Federal de Goiás. Goiânia: UFG/ FE, 2006.

LEITE, Sérgio et al. *Impactos dos assentamentos*. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a agricultura: NEAD. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

LOPES, L. R. *A Inconfidência Mineira*. Porto Alegre: UFRGS, 1993.

LOUREIRO, Walderês N. *O aspecto educativo da prática política*. Goiânia: CEGRAF, 1988.

MAESTRI, M. *História do Brasil colônia*. São Paulo: Contexto, 2002.

MAIA, C. L. *Os Donos da Terra: a disputa pela propriedade e pelo destino da fronteira* – a luta dos posseiros em Trombas e Formoso 1950/1960. Tese defendida na Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia da UFG. Goiânia: 2008.

MANFREDI, S. *Formação sindical: história de uma prática cultural no Brasil*. São Paulo, FAPESP Editora, 1996.

_____. *Educação sindical entre o conformismo e a crítica*. São Paulo: Loyola, 1986.

MARTINS, Carlos Benedito. Estrutura e ator: a teoria da prática em Bourdieu. In *Educação e sociedade*, n. 27, p. 33-46, set. 1987.

MARTINS, José de Souza. *A sociabilidade do homem simples*. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira. In *História da vida privada no Brasil*: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. *Reforma Agrária*: o impossível diálogo. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

_____. *O poder do atraso*. São Paulo: HUCITEC, 1992.

_____. *O cativeiro da terra*. São Paulo: HUCITEC, 1986.

_____. *Capitalismo e tradicionalismo*. São Paulo: Biblioteca pioneira de Ciências sociais. 1975.

MASCARENHAS, A. (et al) *Saberes de nós* Ensaios de educação e movimentos sociais. Goiânia, Ed. da UCG, 2004..

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. Questões sobre o sindicalismo rural. in *Tempo e presença*, CEDI, n. 243, jul. 1989ª, p. 7-9.

_____. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: Fase, 1986b;

MINAYIO, Maria Cecília de S. *O desafio do conhecimento, pesquisa qualitativa em saúde*. 4ª edição. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec/Abrasco, 1996.

MORIGI, Valter. *Escola do MST*: uma utopia em construção. Porto Alegre: Mediação, 2003.

NAVARRO, Zander. Reforma Agrária – contra: Treze teses para entender o MST. In *Folha de São Paulo.* São Paulo, 2 de dez. 2009, A22, p. 22.

NETO, Luiz Bezerra. *Sem terra aprende e ensina*: estudo sobre as práticas educativas do movimento dos trabalhadores rurais. Campinas: Autores Associados, 2001.

OLIVEIRA, F; PAOLI, M. C. *Os Sentidos da democracia*: Políticas do dissenso e hegemonia global. Petrópolis. Vozes, 1999.

ORTIZ, Renato. A procura de uma Sociologia da prática. In *Pierre Bourdieu*. Col. Grandes Cientistas sociais. São Paulo: Ática, 1983, p. 7-36.
O POPULAR, Suplemento do Campo, 21-27 de agosto de 2004

PANINI, C. *Reforma agrária dentro e fora da lei*. São Paulo: Edições Paulinas, 1990.

PARTIDO dos Trabalhadores. *Diretório Nacional*. Diretrizes para a elaboração do Programa de governo. São Paulo, abril de 1989.

_____. *Programa do Partido*. São Paulo, 1980.

_____.*Tese de Santo André*, Lins, 1979.

PELOSO, Ranulfo. *A força que anima os militantes*. Caderno de Formação do MST, 27, 1998, p.7.

PERANI, C. Comissão Pastoral da Terra: novidades e questionamentos. In *Conquistar a terra*, reconstruir a vida: CPT – dez anos de caminhada. Petrópolis: Vozes, 1985.

PEREIRA, A. *Formação do PCB (Partido Comunista Brasileiro)* – 1922-1928. Lisboa: SARL, 1976.

PESSOA, J. de M. A Colônia Agrícola Nacional de Goiás no Aprendizado da Itinerância. In *Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil*: Formas dirigidas de

constituição do campesinato. NEVES, D. P. (org.) – São Paulo: Editora UNESP; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

_____. *A Revanche camponesa*. Goiânia: Editora da UFG, 1999a.

_____. *A igreja da denúncia e o silêncio do fiel*. Campinas: Editora Alínea, 1999b.

_____. (org). *Saberes do nós*. Ensaios de educação e movimentos sociais. Goiânia, Ed. da UCG, 2004.

PINTO, L. *Pierre Bourdieu e a teoria do mundo social*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

PLANO nacional da formação, 1993, anexo III

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento e silêncio. In *Revista de Estudos históricos*. Rio de Janeiro, 1968, vol.2, n. 3, 1989, p. 3-15.

POLETTO, I. A terra e a vida em tempos neoliberais. In *A luta pela terra*: A comissão pastoral da terra 20 anos depois. São Paulo: Paulus, 1997.

_____. A CPT, a igreja e os camponeses. In org. *Conquistar a terra, reconstruir a vida*: CPT – dez anos de caminhada. Petrópolis: Vozes, 1985;

POKER, J.G A. B. *A prática da vida e os desencontros da libertação*. Dissertação defendida na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1994. Universidade de São Paulo.

PROJETO História da CPT Goiás – 16/07/1993.

RELATÓRIO da Formação da CPT Nacional, abril de 1994.

RELATÓRIO de atividades – 1991/1992. Projeto Formação.

REIS, F. W. Dilemas da Democracia no Brasil. In *Sistema Político Brasileiro*: uma introdução. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stifung. São Paulo: Fundação Unesp, 2004.

Revista VEJA. Edição 2134, ano 42, n. 41, 14 de out. 2009.

RIBEIRO, D. D.; MENDONÇA, M.R.; HESPANHOL, A.N. Relações de trabalho na agricultura mecanizada: A monocultura da soja em Goiás. in *Scripta Nova: Revista Electronica de Geografia y Ciências Sociales*. Vol. VI, n. 119 (81), 1 de ago. de 2002;

ROCCO, M. T. F. Aula de Roland Barthes e os conceitos de leitura e escritura. In CATANI, A. *Sete ensaios sobre o Collége de France*. São Paulo: Cortez, 1999.

ROTTA, J. *Esquecido e ignorado o homem do campo*. O Estado de São Paulo, 29 de nov, 1961.

SANTANA, L. C. *Da gestação à crise de uma "caminhada"* – As Comunidades Eclesiais de Base: pastoral, pedagogia e política (1968-1984). Dissertação de Mestrado, Departamento de Filosofia e História da Educação. Faculdade de Educação. UNICAMP, Campinas, 1988.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. A teoria do *Habitus* em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. In *Revista Eletrônica de Educação*, n. 20, p. 60-70, mai/jun/jul/ago. 2002.

SILVA, Athos Magno Costa e. *O Estado e o campo no Brasil* (1930-1964): Revolução conservadora das elites e luta pela terra na retaguarda do País. Goiânia. Editora da UCG, 2001.

SILVA, J. S. da. *A CPT Regional Goiás e a questão sociopolítica no campo*. Dissertação defendida na Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia - UFG: Goiânia, 2003.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. *A luta pela terra: experiência e memória*. São Paulo: UNESP, 2004.

SOUSA, Regina Sueli de. *Razão e movimento social* – as racionalidades do MST. Tese defendida na Faculdade de Filosofia e Ciências- Universidade Estadual de Marília: Marília, 2002.

SOUZA. A., *Formação da identidade coletiva*: um estudo das lideranças de assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema. Dissertação de mestrado apresentada na: Universidade estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas 1994.

SORJ, Bernardo. *Estado e classes sociais na agricultura brasileira*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

SOTELO, Lúcia F. Ribeiro. *Educação e cidadania*: Do ensino social da igreja à prática educativa da CPT no Regional de Goiás. São Paulo: Editora Academia Cristã, ltda. 2007.

SCHWANTES, M. *Conquistar a terra*, reconstruir a vida. CPT – Dez anos de caminhada. (org) Petrópolis, Vozes, 1985.

TEIXEIRA, Faustino L. C et al. CEBs, *Cidadania e Modernidade*: uma análise crítica. São Paulo: Paulinas 1993.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*: estudos sobre a cultura popular tradicional.São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

_____. *A formação da classe operária inglesa*. Trad. Denise Bottamann. São Paulo: Paz e Terra, 1987

WANDERLEI, M. N. B. *Capital e propriedade fundiária*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1979.

Documentos usados como fonte de pesquisa

1. **Documentos da Igreja Católica**

O PLANTADOR. Boletim informativo da Comissão Pastoral da Terra – CPT, do Regional de Goiás. Goiânia, jan./1985 – dez./1993.

REVISTA DA ARQUIDIOCESE, a. 36, n. 1-2. Goiânia: UCG, 1995. (edição especial).

2. **Documentos da Comissão Pastoral da Terra –** CPT.

ALMEIDA, Antônio Pereira. (org.) *Dimensões do trabalho da Comissão Pastoral da Terra* – Regional Goiás. Goiânia, 1995. {mimeo.}

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA – CPT. *Curso de capacitação de assessores da CPT.* Goiânia, 1986/87.

_____. *Encontro de estudos 1ª etapa*. Hidrolândia, jan. 1990.

_____. *Curso de Formação da CPT*. Goiânia, 1990.

_____. *Enquete sobre a formação na CPT*. Goiânia, 1990.

_____. *Plano Nacional de Formação para 1991-92* Goiânia, 1991/92.

_____. *Carta de prestação de contas a Cebemo.* Goiânia, ago.1992.

_____. *Experiência do Trabalho Pastoral em São Carlos*. Goiânia, 1993.

_____. *Curso de Formação da CPT para os anos 1993-1994*. Goiânia, 1993/94.

_____. { *Análise dos participantes*}. Goiânia, 1993/94.

_____. *Capacitação de assessores da CPT*. Goiânia, ago. 1993.

_____. *{Resumo}* Propostas sobre o processo de formação da CPT. Goiânia, ago. 1994.

_____. *Plano Nacional de Formação.* Goiânia, ago. 1994.

_____. *Curso Nacional de Formação*. Goiânia, mar. 1994.

_____. *{Balanço das experiências de Formação}*. Goiânia, 1995/96.

_____. *Descrição das iniciativas de Formação*. Goiânia, 1995.

_____. *Síntese das atividades de Formação*. Goiânia, mar. 1995.

_____. *Proposta de critérios e orientações para um projeto de Formação da CPT*. Goiânia, 1996.

_____. *Levantamento sobre Formação da CPT* em vista de uma integração das atividades. Goiânia, 1996.

_____. *Relatório* do seminário da Pesquisa – Experiências inovadoras no meio rural. Trindade. Nov. 1996.

_____. *Plano Nacional de Formação.* Goiânia, ago. 1997/98.

_____. *Roteiro de levantamento sobre Formação atual na CPT*. Goiânia, abr. 1997.

_____. *Encontro dos agentes históricos da CPT*. Goiânia, nov. 1997.

_____. *Relatório da reunião sobre Formação da CPT*: conceito de formação para a CPT. Goiânia, fev. 1998.

_____. *Curso Nacional de Formação*. Goiânia, mar. 1997/98.

_____. *Plano Nacional de Formação.* Goiânia, ago. 1999/2000.

_____. *Curso Nacional de Formação*. Goiânia, mar. 2000

_____. *Plano Nacional de Formação.* Goiânia, ago. 2002.

_____. *Curso Nacional de Formação*. Goiânia, 2003.

_____.*Relatório de Avaliação 2003* – CPT Regional Goiás, 2003.

_____. *Principais desafios e atividades do setor de Formação para o próximo período*. Guararema, nov. 2003.

_____. *Plano Nacional de Formação.* Goiânia, 2004/2005.

_____. *Proposta de Formação para o Regional Goiás* 2004/2005/2006. Goiânia, 2004.

_____. *Cursos prolongados para Formação de militantes*. São Paulo, jan. 2004.

_____. *Atividades do programa Nacional de Formação*. São Paulo, jan. 2004.

_____. *1ª Etapa da Escola de Formação da CPT Regional Goiás*. Hidrolândia, nov. 2004.

_____. *Relatório do Encontro de Formação:* Comissão Pastoral da Terra – Região Centro Oeste. Ago. 2004.

_____. *Curso Nacional de Formação*. Goiânia, 2005.

_____. *Relatório de avaliação 2004*– CPT Regional Goiás. Goiânia, jan. 2005.

_____. *Plano Nacional de Formação.* Goiânia, 2006.

_____. *Relatório de avaliação e planejamento 2007* – CPT Regional Goiás. Goiânia, mar. 2006.

_____. *Encontro Nacional de Formação.* Goiânia, nov. 2006.

_____. *Curso Nacional de Formação*. Goiânia, 2007.

_____. *Relatório de avaliação e planejamento 2007-2008*. CPT Regional Goiás. Goiânia, mar. 2008.

_____. *Relatório de avaliação e planejamento 2008-2009*. CPT Regional Goiás. Goiânia, mar. 2009.

3. Outras fontes

Federação da Agricultura do Estado de Goiás – FAEG. *Quem somos*. Material disponível em https:// WWW.faeg.org.br. Dado acessado em: 12/05/2010.

Projeto Agrinho. *O projeto Agrinho e você.* Faeg. Goiânia, 2009.